

**Os homens da confiança régia ao tempo de D. João V**

**Henrique Maria Craveiro Reis de Carvalho Neto**

**Dissertação**

**de Mestrado em História Moderna e dos Descobrimentos**

**Setembro, 2018**

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em História Moderna e dos Descobrimentos, realizada sob a orientação científica de Professor Doutor António Camões Gouveia.

*À memória do meu avô Alexandre, meu amigo e um modelo de irreverência.*

## AGRADECIMENTOS

Em Setembro de 2016, comecei a construir esta dissertação que termino de escrever agora, precisamente dois anos depois. A elaboração desta dissertação pôs-me à prova a muitos níveis e, sem dúvida, ser-me-ia muito difícil se não mesmo impossível construí-la senão contasse, como contei, com o apoio dos que me rodeiam. Assim, de diversas formas, tão diversas quanto são diversos os seres humanos nos seus feitos, humores e circunstâncias, fui sendo ajudado com palavras e gestos. Por tudo isso, sinto-me profundamente grato.

Primeiro, agradeço ao meu orientador, o Professor Doutor António Camões Gouveia. Conheci-o na licenciatura e não é preciso muito para alguém se aperceber que é uma cabeça brilhante com linhas de raciocínio originais e uma erudição extraordinária. Desde logo, foi uma inspiração. Quiçá, mais importante seja mencionar o seu gosto por ajudar onde é notória a forma como dispõe da sua biblioteca pessoal ou a maneira como partilha os assuntos do seu interesse, ou, então, o entusiasmo com que contagia os investigadores mais jovens. Como orientador, esteve sempre disponível, lendo e corrigindo tudo ao mais ínfimo pormenor. Isto tudo bastaria para agradecer mas queria deixar aqui um agradecimento à paciência e à maturidade com que, a nível humano, falou e lidou comigo durante a minha pausa. Obrigado.

Agradeço ao Professor Doutor Pedro Cardim. Por minha vontade, foi meu docente por três vezes e a sua capacidade é bem conhecida, historiador de grande rigor conceptual e senhor de uma vasta e transnacional cultura historiográfica. Aqui, quero agradecer a generosa maneira com que disponibilizou, e disponibiliza, a sua biblioteca pessoal e a forma atenta com que leu e criticou o meu trabalho.

Agradeço aos meus pais. Cada um à sua maneira, e têm maneiras tão distintas, foi de uma disponibilidade total e um apoio incondicional. Obrigado pelo exemplo humano. Obrigado por tudo.

Agradeço à Constança e ao Francisco e, também, aos meus primos, tios e avós. Sem o seu apoio, companhia e afecto, teria sido muito mais difícil ter levado esta dissertação a bom porto.

Quero deixar um agradecimento especial à Susana Veloso, pelas nossas conversas que sustentaram a minha caminhada pessoal num tempo de crescimento e de profundo autoconhecimento.

Por fim, agradeço aos meus colegas e amigos. Recordo a generosidade do Tomás de Albuquerque e a da Joana Rocha, ambos partilharam textos comigo. Muito conversei com o Emanuel Cipriano enquanto ponderava o tema da dissertação e muito a Diana Martins me ajudou com palavras amigas no decorrer da mesma. Já faz anos que desfruto do companheirismo da Sara Bravo Ceia, do André Filipe Neto e da Alexandra Campos. Na Biblioteca Nacional, contei com a companhia da Catarina Monteiro e do Leonardo Aboim Pires e na Biblioteca Municipal de Oeiras, onde trabalhei mais tempo, de felizes encontros com André Canhoto Costa e da companhia de Gustavo Plácido dos Santos e de Bruno Dias. Queria deixar uma palavra especial à Inês Ramos e ao José Monteiro Limão que muito, e bem, me acompanharam nos dias bons e nos dias menos bons. Faltam-me palavras para descrever o carinho que vos tenho. Aos outros, não menos importantes, agradeço e desejo que a nossa caminhada continue por muitos anos. Um grande obrigado.

Oeiras, 23 de Agosto de 2018

Henrique Carvalho Neto

## **OS HOMENS DA CONFIANÇA RÉGIA AO TEMPO DE D. JOÃO V**

**HENRIQUE CARVALHO NETO**

**TRAÇADOS SÃO OS PERFIS DE SETE HOMENS NA SUA RELAÇÃO COM O REI D. JOÃO V. A PARTIR DESTES PROCURA-SE ILUSTRAR UMA FORMA DE GOVERNAR COM PERSONAGENS CONCRETAS, ATRAVÉS DELAS FAZER UMA APROXIMAÇÃO AO ESTILO DE GOVERNANTE DO PRÓPRIO REI E COMPREENDER FLUTUAÇÕES DE PODER E INFLUÊNCIA AO LONGO DO REINADO.**

**SEVEN MEN ARE DESCRIBED IN THEIR PARTICULAR RELATION WITH THE KING D. JOÃO V OF PORTUGAL. BASED IN THESE, WE TRY TO ILLUSTRATE A WAY OF GOVERN WITH CONCRETE PEOPLE, TO COMPREEND THE KING'S STYLE OF GOVERNANCE AND TO FEEL THE FLUTATIONS OF POWER AND INFLUENCE DURING THE REIGN.**

**PALAVRAS-CHAVE:** Poder absoluto, D. João V, século XVIII.

**KEYWORDS:** Absolute monarchy, D. João V, 18th century.

## ÍNDICE

Introdução	1
Nuno da Cunha de Ataíde, o “Cardeal da Cunha”	18
Diogo de Mendonça Corte Real	40
D. Tomás de Almeida	57
João da Mota e Silva, o “Cardeal da Mota”	92
Frei Gaspar da Encarnação	114
Alexandre de Gusmão	124
João Baptista Carbone, o “padre Carbone”	143
Conclusão	149
Bibliografia	155

## INTRODUÇÃO

A elaboração desta dissertação, que agora terminamos, durou dois anos. Num primeiro passo e com entusiasmo, munimo-nos com a leitura de muita historiografia e de influentes teóricos. Com prazer, lemos Pierre Bourdieu e Michel Foucault. No entanto, por motivos de saúde, fomos forçados a fazer uma dura pausa que nos arredou do trabalho da dissertação por cerca de dez meses, quase todo o ano de 2017. O retorno a este projecto foi feito com calma, um dia de cada vez, até o nosso rendimento voltar à normalidade. Só então, lemos as fontes de época e, apenas a seguir, na escrita, cosemos as muitas anotações que guardáramos de todo este processo. Antes de Setembro de 2016, já há muito se procurava por um tema de dissertação. Pelo gosto, sabia-se que, de certeza, iria ser à volta dos muitos campos da História Política e que o objecto de estudo pertenceria aos séculos XVII e XVIII. O tempo de D. João V emergiu no horizonte com naturalidade e muito pelo interesse que nos despertou a comunicação que fizemos em Madrid a 1 de Dezembro de 2015, no colóquio *¿Decadencia o Reconfiguración?*, em conjunto com os Mestres Alexandra Canaveira de Campos, André Filipe Neto, Sara Bravo Ceia e o Professor Doutor António Camões Gouveia. As leituras que esta comunicação exigiu, tal como as dúvidas e lacunas na historiografia que revelou, foram fundamentais para nos apercebermos que se tratava de um tempo histórico que carecia de mais exploração. O tema “Os homens da confiança régia ao tempo de D. João V” surgiu após algumas propostas e viu-se desde logo a pertinência do estudo dos vários homens que rodearam D. João V e mediaram a sua participação política. Assim, ilustrando com caras a actividade política joanina dar-se-ia um grande passo numa melhor percepção do seu reinado. O poder absoluto, se é certo que é centrado no rei, certo é também que foi composto por outras pessoas, não muitas, e, conhecendo-as, conhecesse indubitavelmente melhor o que foi o poder absoluto português. Estas pessoas são os homens que antecederam o marquês de Pombal e que assim estudados contextualizam uma forma de governar baseada em ligações pessoais, mais, mesmo, que institucionais. Assim, evidente era para nós como este estudo ajudaria a uma melhor compreensão da construção do Estado Moderno. Trata-se de um tempo em que as relações pessoais com o rei e com quem lhe era próximo ditavam quem governava. Isto



tudo num reinado em que simultaneamente se faz a reforma secretarial em 1736. Esta contradição, entre a permanência da informalidade e dum avanço da burocratização do aparelho governativo da Coroa, talvez tenha sido o que mais nos motivou a abraçar o projecto desta dissertação.

O reinado de D. João V corresponde a uma conjuntura política singular do reino português. O rei olhou as Cortes europeias, sobretudo Roma e Paris mas também Madrid, Londres, Viena e Haia, e delas importou gostos, consumos culturais, etiqueta. Ambicionou equiparar-se em título às principais potências e conseguiu chamar-se de Fidelíssimo, assim, como antes edificou a custo a sua imagem majestática em Mafra e na patriarcal. Cerimónias públicas, obras arquitectónicas e livrescas, encomendas, embaixadas, são imensas as obras e os custos de uma política de afirmação, em Portugal e na Europa, possibilitada também, sem dúvida, pelo novo e lucrativo tempo na América portuguesa. Conhecida é a forma como os historiadores de oitocentos escreveram sobre figuras como o marquês de Pombal ou o rei D. João V. Nessas páginas, antíteses uma da outra, a ambas figuras foram atribuídas imagens pouco moderadas que vingaram e se mantiveram até tempos recentes. No tocante a D. João V e ao cunho pessoal da sua política, a leitura historiográfica vincava, sobretudo, a ideia do rei freirático, esbanjador e beato. Acresce que, ontem como hoje, D. João V é o exemplo paradigmático do rei absoluto português, num longo reinado de mais de quarenta anos, de 1706 a 1750. Ora, se há alguma premissa da qual se deve partir quando se estuda uma vida, mesmo a vida de um rei, é que essa vida está repleta de acontecimentos, de possíveis mudanças, mesmo de carácter, e de variáveis relações interpessoais. Evidente é que a complexidade de uma vida humana só rudemente cabe em três ou quatro adjectivos. A crítica oitocentista à prodigalidade joanina vem num tempo em que se constatava a decadência dos povos ibéricos e se via com maus olhos os muitos gastos em despesas de representação ou em edifícios de D. João V, no tempo de abundância de ouro da América portuguesa. Mesmo na sua época, D. João V é conhecido como tendo um perfil gastador.<sup>1</sup> No entanto, é possível encontrar provas de uma atitude não-esbanjadora da parte do rei. Atente-se na carta com que, a 10 de Novembro de 1739, o padre Carbone adverte o diplomata em Roma, Pereira de Sampaio:

---

<sup>1</sup> *O Portugal de D. João V visto por três forasteiros*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1983.

“[o rei] nem admite o principio com que alguns se querem governar, de não querer fazer cazo do preço quando se compra para El Rey. Algum dia se julgava lezonja de S. Magestade o dispende muito; agora a mayor lezonja será o gastar pouco. Isto que digo não he minha ideya, o tenho ouvido em varias occaziões ao mesmo Senhor; e assim uze VMerce de toda a cautela e advertência nas despesas, que se lhe mandão fazer”<sup>2</sup>

Apresentamos este trecho, em que se vê um agente do rei a pôr freio a oficiais pródigos, com a intenção de mostrar a complexa realidade que é, com certeza, variável com o tempo, com o contexto e com a disposição do rei. Notemos que apesar da originalidade nos planeamentos políticos joaninos, existia uma cultura política na qual D. João V participava. Nesta cultura, marcadamente católica, despontavam modelos e suas respectivas virtudes. Quatro virtudes obrigavam o monarca: “*carácter paternalista da monarquia absoluta*”, a “*política de mercês ou a obrigação régia de dar*”, a “*centralidade da justiça*” e a “*catolicidade da monarquia absoluta*”.<sup>3</sup> Estas virtudes da pessoa régia, e a imagem que intentam criar, lembram em muito a imagem divina. Era a esta que a imagem régia se procurava assemelhar. Os valores que se depreendem destas virtudes, sejam eles, a paternidade, a generosidade, a sapiência e a devoção vão de encontro a um imaginário cristão de um Deus uno, pai, expressor de infinito amor, onnipotente e omnisciente. Possível é dizer que “aos poucos o monarca começou a assumir uma imagética que o retratava como alguém que fora escolhido por Deus, como uma entidade dotada do dom da graça divina, e que se encontrava, de alguma forma, a meio caminho entre o mundo terreno e o mundo divino.”<sup>4</sup> Esta imagem singular, de um rei à semelhança de Deus, afirmava valores e virtudes que adequavam a sociedade cortesã mas que também iam de acordo ao que a Corte esperava. Assim, ser-se “esbanjador” estava de acordo com cultura política da época pois ser-se generoso, paternal, sábio ou devoto, muitas vezes, implicava gastar dinheiro. Aliás, o facto do “esbanjamento” joanino ser muitas vezes em objectos católicos, seja na busca por um cardeal-patriarca seja na construção do real-edifício de Mafra por via de uma promessa, faz com que a beatice joanina seja igualmente vista anacronicamente em oitocentos,

---

<sup>2</sup> “Carta de Carbone para Sampaio de 10 de Novembro de 1739 – Biblioteca da Ajuda, Cód. 51-III-67, pág. 389 e seg.” Citado in Eduardo Brasão, *D. João V – Subsídios para a história do seu reinado*, Porto, Portucalense, 1945, pp. 30-31.

<sup>3</sup> Paula Marçal Lourenço, “Estado e Poderes” in *Portugal da Paz da Restauração ao Ouro do Brasil*, vol. VII da *Nova História de Portugal*, dir. Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, Lisboa, Editorial Presença, 2001, p. 20.

<sup>4</sup> Pedro Cardim, *O poder dos afectos – Ordem amorosa e dinâmica política no Portugal do Antigo Regime*, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2000, p. 467.

num outro tempo político, tempo esse em que o Trono e o Altar já não andavam necessariamente de mãos dadas. Trata-se, mais uma vez, de uma crítica a uma sociedade que vivia intensamente as cerimónias católicas como as procissões do Corpo de Deus, os *Te Deum Laudamus*, os autos-de-fé, as cerimónias da semana santa ou as pontificais missas da patriarcal. Ser devoto era uma virtude régia mas necessário é afirmar que assim o era numa sociedade em consonância com essa característica. Por Lisboa, em 1730, esteve um viajante anónimo que escreveu as seguintes palavras:

“[Os portugueses] Exibem muito a sua devoção, o que engana a quem os não conhecer; e falo em exibição porque não se pode deixar de convir que, com o fundo de religião que possuem, a sua prática, em geral, não seja sempre acompanhada de muitas práticas exteriores.

A gente comum junta-se em grupos diante de pequenos nichos onde reza, esbofeteando-se violentamente. Nas procissões da quaresma flagelam-se horivelmente, arrastam cadeias, caminham de joelhos, carregam barras de ferro em forma de cruz e fazem outras semelhantes penitências, o que não obsta que muitos tenham uma fita no ombro para serem reconhecidos pelas suas amadas. Outros quotidianamente, fazem namoro na Igreja por sinais e ali passam, com destreza, bilhetinhos de amor. E por tal forma se está habituado a presenciar semelhantes cenas que mesmo os portugueses mais escrupulosos se não escandalizam com tais irreverências.”<sup>5</sup>

D. João V não era uma personagem opressoramente beata da sociedade, estava em linha com ela. Nesta citação sobressai também o galanteio em eventos eclesiásticos que nos remete para a característica freirática de D. João V. Desde logo, salta à vista uma feroz crítica a um sistema hipócrita no qual se quebrava os votos de castidade e em que os conventos tinham propósitos muitas vezes mais terrenos que ascéticos. Porém, repare-se que Merveilleux, um suíço que esteve em Portugal entre 1723 e 1726, espantado, escreve que muitas vezes as primeiras amantes dos fidalgos, quando a estes chega a hora de casar, são obrigadas a professar nos conventos. A seguir, conclui:

“Depois do que acabo de contar não deve surpreender que a nobreza de Portugal tenha tanta predilecção por frequentar os conventos de freiras, uma vez que nesses muros estão encerrados os primeiros objectos dos seus amores.”<sup>6</sup>

Assim, está visto que seria prática comum ser-se “freirático” e que este adjectivo a ser uma crítica moral, e era, era-a a toda uma sociedade muito afastada dos novos valores românticos e amorosos da segunda metade de oitocentos.

---

<sup>5</sup> *O Portugal de D. João V visto por três forasteiros*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1983, p. 56.

<sup>6</sup> *Ibidem*, p. 205.

De facto, D. João V foi o monarca absoluto português. D. Pedro II, seu pai, reinou num tempo em que sobretudo o conselho de Estado vigorava e limitava o poder régio, algo que não marcou tanto o reinado joanino pois o conselho de Estado foi deixando de reunir apenas ao longo dos anos vinte de setecentos. Elucidativo e comum é o dito que autor anónimo, que esteve em Lisboa em 1730, reproduz relativo a D. João V:

“O Rei é tão temido como amado pelo povo e os grandes temem-no mais do que o amam. Atribui-se ao Rei este dito acerca da nobreza do Reino – que o seu avô apenas a temia, seu pai temia-a e amava-a e ele nem a ama nem a teme”<sup>7</sup>

Esta nova independência régia face à aristocracia é característica do poder absoluto e marcaria o reinado joanino. Este foi longo e nem sempre governado da mesma maneira, nem com as mesmas pessoas. Se ao reinado joanino corresponde o absolutismo, provavelmente nele cabem muitos absolutismos, pois muitos ritmos se cruzam nesses 43 anos. Procuraremos demonstrar isso neste trabalho pois, por mais absoluto que seja, D. João V não governou sozinho. Vivia na Corte de Lisboa. Norbert Elias é categórico quando diz que “mesmo o mais autoritário dos reis só podia agir sobre o país servindo-se de homens que viviam na corte”.<sup>8</sup> Noutra passagem, Elias começa por escrever que as “cortes dos príncipes incluíam centenas, por vezes milhares, de servidores, de conselheiros, de «privados» dos reis que julgavam que governavam o seu país como senhores absolutos e da vontade dos quais dependiam, em certa medida, e dentro de certos limites, o destino, a posição social, a subsistência, a ascensão ou a queda de todos estes homens. Estavam ligados uns aos outros por estranhas obrigações de que beneficiavam ou eram vítimas. Estavam ligados por uma ordem hierárquica mais ou menos rígida e por uma etiqueta minuciosa. A necessidade de se imporem e de se manterem no seio dessa formação social dava-lhes um carácter particular, o de *cortesão*.”<sup>9</sup> Afirmemos o óbvio, D. João V vivia rodeado de cortesãos. Em sentido figurado poder-se-ia dizer que o rei, poder encarnado e princípio ordenador, funciona

---

<sup>7</sup> *Ibidem*, p. 69; A propósito do desterro de 30 fidalgos da Corte, o suíço Merveilleux afirma que “D. João V quis confirmar com esta determinação o que várias vezes havia dito aos nobres: «O rei D. João IV amava-os, D. Pedro temia-os, mas eu, que sou vosso amo de juro e herdade, não vos temo e só vos amarei consoante o vosso procedimento seja digno de uma tal mercê.»” *Ibidem*, p. 181; Em 1736 e a propósito de Portugal e Espanha, D. Luís da Cunha expressa que “os seus governos não são diferentes, porque um e outro é despótico, mas sua Majestade e Filipe V os fazem despotismos, não se servindo do louvável costume de terem um Conselho de Estado, a que o Snr. Rei D. João o IV não deixava de assistir, e ali ouvia os pareceres dos seus conselheiros sobre as matérias que lhe mandava propor”. Citado in Nuno Gonçalo Monteiro, “Identificação da política setecentista. Notas sobre Portugal no início do período joanino” in *Análise Social*, vol. xxxv (157), 2001, p. 986.

<sup>8</sup> Norbert Elias, *A Sociedade de Corte*, Lisboa, Editorial Estampa, 1987, p. 20.

<sup>9</sup> *Ibidem*, p. 13.

como uma estrela num sistema solar em que os planetas são os cortesãos. As leis que regem este sistema solar orgânico provêm da instaurada “ordem amorosa”. A virtuosa imagética que D. João V voluntariamente assumiu liga-se à ideia do Deus católico, de um Deus-Amor, e, assim, enquadra-se, enriquece e reforça uma realidade, consensual e comunitária, em que laços afectivos tinham primeira importância nos negócios políticos. Pedro Cardim ao falar numa “ordem amorosa” diz que, “entre as diversas formas de normatividade que então operavam, a ordem instaurada pelo amor era, entre todas, a mais integral e extensiva, pois regulava as relações de filiação no seio do universo doméstico aristocrático, as alianças entre famílias, e também o modo como as famílias se relacionavam com a realeza, proporcionando o «idioma» para as ligações extra-familiares e para a estruturação simbólica da realidade social.”<sup>10</sup> A ordem política instaurada estava embebida neste “idioma”. Na prática política, também os laços afectivos predominavam sobre as demais formas de ligação fazendo “com que os postos e os cargos de comando fossem pensados, antes de mais nada, como relações fortemente personalizadas entre os dignitários e a pessoas régia, e não tanto como lugares institucionais onde as pessoas exerciam uma determinada função regidas por valores burocráticos.”<sup>11</sup> Assim, olhar a política ao tempo de D. João V passa por olhar as “relações fortemente personalizadas” que este rei foi mantendo na governança.

D. Luís da Cunha, a propósito das *Instruções Políticas* dirigidas a Marco António de Azevedo Coutinho encomendadas por este em 1736, escreveu uma *Carta de Instruções* personalizada ao seu sobrinho D. Luís da Cunha Manuel. Nesse texto, D. Luís da Cunha projecta para o seu sobrinho, monsenhor da patriarcal, um futuro como secretário de estado. Prevê um declínio do patriarcado em caso de morte de D. João V, pois, nas suas palavras, este “não conservará o lustre que agora tem, logo que lhe vier a faltar quem lho dá” e, continua, “podereis considerar o estado que agora tendes de Monsenhor, como uma porta por onde airoosamente saireis; e se me perguntardes para onde, vos responderei que para entrades no Governo, propondo-vos por objecto suceder a um dos Secretários de Estado.” De seguida diz, “É verdade que as pessoas da vossa qualidade nunca o pretenderam”.<sup>12</sup> Como exemplo de alguém que ganhou em ter sido secretário de estado refere o caso de D. Tomás de Almeida que “com muita razão passou por aquele

---

<sup>10</sup> Pedro Cardim, *op.cit.*, p. 473.

<sup>11</sup> *Ibidem*, p. 476.

<sup>12</sup> D. Luís da Cunha, “Carta de instruções a D. Luís da Cunha Manuel” in *Instruções Políticas* / D. Luís da Cunha; introdução, estudo e edição de Abílio Diniz Silva, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001, p. 175.

escrúpulo, teve logo a mitra, e depois o patriarcado com a púrpura”.<sup>13</sup> A família de D. Tomás de Almeida pertencia à primeira nobreza do reino e este representava, como exemplo, os ganhos que se podiam almejar com uma passagem numa secretaria de estado. Ser-se secretário de estado tinha vantagens próprias mas não era fácil alcançar tal posição. O embaixador em Paris, consciente das dificuldades no acesso ao cargo, aconselha o sobrinho a trabalhar para alcançar tal objectivo tornando-se conhecedor da política e bem-falante sobre os vários assuntos que a compõem, para que “por um bom canal, que será o da pessoa que tiver mais influência no espírito do amo, chegue aos seus ouvidos o vosso préstimo, a vossa aplicação, o vosso desinteresse e, sobretudo, a regularidade da vossa vida” e, acrescenta, “digo por um bom canal, porque a água, por mais clara e pura que ela seja, se turba e se corrompe, se não são limpos os condutos por onde passa.”<sup>14</sup> Para D. Luís da Cunha era evidente a importância de um “bom canal”, ou seja, da pessoa com “mais influência no espírito do amo” na promoção de um político português da primeira metade do século XVIII. Poucos anos depois, D. Luís da Cunha escreve ao cardeal da Mota, a 17 de Maio de 1738, o seguinte:

“Na esperança de que El Rey Nosso Senhor se digne de ouvir a breve relação, que lhe faço, dos meus serviços, em não menos que 40 annos de emprego, concludo pedindolhe, que se queira lembrar de meus sobrinhos, Dom Antonio e Dom Luis, e como este tenha o meu nome, dezejei que o favoreça com huma conezia para que com a da sua ocupação, ou o mande assistir-me com o titulo, e ordenado de secretario da Embaixada, porque, como Gonçalo Manoel me segura, que he de entendimento claro, e de bons costumes, poderei em pouco tempo instrui-lo dos negocios para que possa servir utilmente a Sua Magestade, digo secretario da Embaixada, porque não duvido, de que o dicto Senhor, me conserva neste carácter, quando se digne de me mandar voltar para Holanda, porque depois de ter sido Embaixador em tres tão grandes Cortes, como são a de Paris, Madrid e Londres, não parece descente que va fazer na Haya menor figura.”<sup>15</sup>

Uum mês depois, D. Luís da Cunha escreve ao mesmo cardeal, a 14 de Julho de 1738:

“Já que a minha idade, e as minhas moléstias me não prometem muita duração, que toda via depende sempre da altissima providencia, seria hum grande destempero meu se quizesse aproveitar em beneficio proprio 40 anos de serviço, antes me parecer ser mais natural aplicalos a quem possa gozar da grandeza com que Sua Magestade, não por obrigação, mas de pura graça os quizer premiar na pessoa de meu sobrinho Dom Luis, dandolhe em primeiro lugar huma conezia na santa see patriarcal, podendose venser a dificuldade de não tomar ordens sacras em quanto seu irmão Dom Antonio não tiver posteridade; ou no

---

<sup>13</sup> *Ibidem*, pp. 176-177.

<sup>14</sup> *Ibidem*, pp. 177-178.

<sup>15</sup> BNP, mss 62, n° 2, doc. 232.

cazo contrario se serve o dicto Senhor de mo mandar com o nome e ordenado de Secretario da Embaixada seja em França ou em Holanda.

Ponho esta alternativa, por que me he indifferente servir o dicto Senhor em qualquer destas partes, mas sempre com o mesmo carácter e com os mesmos emulamentos, o primeiro por rezão, e o segundo por necessidade. Não duvido que Vossa Eminencia com a sua natural bondade queira proteger hum velho que esta no cabo da sua vida, e hum mosso filho de bons pais que a comesa.”<sup>16</sup>

O cardeal da Mota era o “bom canal” com o qual D. Luís da Cunha procurava ser escutado e atendido. D. Luís da Cunha reconhece no cardeal João da Mota e Silva o poder para se fazer ouvido junto do rei. Não é menos sugestivo a forma costumada com a qual termina as cartas dirigidas ao cardeal, “Fico para servir a Vossa Eminencia em tudo o que for do seu aggrado. A pessoa de Vossa Eminencia guarde Deos muitos annos como dezejo.”e escreve, antes de assinar, “Criado de Vossa Eminencia”.<sup>17</sup> Existe uma forma de tratamento que não encontra eco nas cartas dirigidas a Marco António de Azevedo Coutinho a quem, muitas vezes pela relação mais próxima, D. Luís da Cunha prefere tratar por “filho” e a quem nunca sugere ser seu “criado”. Além disso vale a pena compreender o quanto importava a D. Luís da Cunha a família e a casa aristocrática para que exija em troca dos seus anos de serviço à Coroa o favorecimento dos seus sobrinhos D. António e ao “mosso filho de bons pais” D. Luís. Este, em carta ao cardeal, de 20 de Julho de 1744, escreve:

“Não deixo passar mais temo, sem ter a honra de agradecer a protecção que meu Sobrinho Dom Antonio achou na bondade de Vossa Eminencia assim para o Governo de que Sua Magestade lhe fes mercê, como para o seu illustre cazamento, em que o mesmo Senhor não só consintiu, mas inspirou. Espero que Dom Antonio saiba reconhecer, quanto tem devido a Vossa Eminencia nos seus particulares, para que em todos lhe continue o mesmo favor, em quanto as suas acções assim lho merecerem. Dezejara eu que Vossa Eminencia me desse alguma occazião em que lhe podesse realmente mostrar, que não me esqueço de tanta obrigação; mas entretanto que Vossa Eminencia me não honra com as suas ordens, me contento de lhe dezejar a mais perfeita saude, tão util ao Real Serviço de Sua Magestade e ao bem publico.”<sup>18</sup>

A importância da família pode ver-se também no caso de Pedro da Mota e Silva, irmão do cardeal da Mota que com a reforma das secretarias em 1736 foi alçado a secretário de estado do Reino, a secretaria que nas palavras de D. Luís da Cunha era a mais “conveniente”, porque, aconselhando D. Luís da Cunha Manuel, afirma:

---

<sup>16</sup> BNP, mss 62, n° 2, doc. 199.

<sup>17</sup> BNP, mss 62, n° 2, doc. 199.

<sup>18</sup> BNP, mss 61, n° 2, doc. 78.

“[A secretaria do Reino] vos daria mais ocasiões de ver o príncipe, de fazer graças, e de granjear criaturas que vos sustentem, quando começando pela vossa elevação, como deveis querer, aumentar a Casa de vosso irmão no que lhe for útil e honesto; mas qualquer outra das duas Secretarias também vos poderia levar ao mesmo fim, se o príncipe vos considerar com as sobreditas qualidades.”<sup>19</sup>

Assim, podemos concluir que a secretaria do Reino era a que mais poder supunha mas, sobretudo, supunha-o esta permitir ver mais vezes o rei, fazer graças e criar uma clientela. Anos mais tarde, provavelmente em 1747, no seu *Testamento Político*, D. Luís da Cunha sabendo que ocorreriam mudanças nas secretarias de estado escreve o seguinte:

“Dos três Secretários que S. Mag. nomeou, veio não sem grande perda a faltar-lhe o da Marinha, que foi António Guedes Pereira, e oíço, que também lhe poderá vir a faltar o do Reino, Pedro da Motta e Silva, que muitas vezes tem pedido licença para se demitir daquele emprego, que o punha na sujeição de não poder gozar do seu descanso. De maneira que, se V. A. se acomodar com o seu desejo, será preciso prover uma e outra Secretaria, para as quais tomarei o atrevimento de lhe indicar dois ministros, pelo conhecimento que tenho dos seus talentos; a saber, para a do Reino Sebastião José de Carvalho e Mello, cujo génio paciente e especulativo, ainda que sem vício, um pouco difuso, se acorda com o da Nação. E para a da Marinha, Gonçalo Manuel Galvão de Lacerda, porque tem um juízo prático e expedito, e serviu muitos anos no Conselho Ultramarino onde adquiriu um grande conhecimento do Governo, comércio e forças das conquistas, desta sorte se gratificaria V. A. com muita vantagem os serviços destes dois ministros, os quais viveriam em boa inteligência com o Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, Marco António de Azevedo Coutinho, porque o primeiro é seu parente, e o segundo sempre foi seu íntimo amigo. Mas não decidirei se esta grande e esperada união destes três Secretários de Estado é a que mais convém ao serviço do Amo e do Estado, mais do que enquanto neles suponho uma integérrima probidade, e que não se amassarão para favorecerem os interesses dos seus parentes e amigos, porque costumamos dizer que uma mão lava a outra, e ambas o rosto, que talvez fica mais sujo se a água não é tão pura e tão clara como deve ser, isto é, sem o vício da paixão ou da própria conveniência.”<sup>20</sup>

Os conselhos do eminente político D. Luís da Cunha ao sobrinho D. Luís da Cunha Manuel tal como a forma como o tio interveio junto do cardeal da Mota para obter o favorecimento do sobrinho ou este trecho do *Testamento Político* revelam um modo de operar próprio em torno do poder político no tempo de D. João V. Este modo de operar baseava-se em confiança política, não ideológica e regida por níveis de intimidade. Partimos de textos de D. Luís da Cunha, por ser um exemplo paradigmático de um político português na primeira metade de setecentos mas as suas ideias e actos eram

---

<sup>19</sup> D. Luís da Cunha, *Idem*, pp. 177-178.

<sup>20</sup> D. Luís da Cunha, *Testamento Político ou Carta de conselhos ao Senhor D. José sendo Príncipe*, Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal, 2013, pp. 88-89.



levados a cabo por outros mais. Como se viu, estar próximo do rei era uma indubitável vantagem sociopolítica e quando não privava com este, dever-se-ia privar com a pessoa mais próxima deste. Aceitando esta lógica de poder, torna-se evidente que os homens mais próximos de D. João V, os homens da sua confiança, tenham uma imensa importância política. Agora, quem seriam estes homens? De que maneira traçaram os seus percursos? Poderá o seu conjunto ajudar a caracterizar um *modus operandi* da política joanina? Estas são as questões a que nos propomos a procurar responder.

A partir das últimas décadas do século XX, o reinado joanino começou a ser objecto de mais estudos. Estes novos trabalhos historiográficos debruçaram-se sobre várias temáticas das quais Ana Cristina Araújo<sup>21</sup> destaca o uso de etiqueta na corte, cerimónias fúnebres, festividades, arquitectura de poder, a forma como a imagem pública e privada do rei era regulada, a diplomacia e a governança do reino. Sobre os homens que procurámos estudar existem poucos trabalhos e por isso optámos por falar da historiografia que reporte directamente a cada personagem no início de cada capítulo respectivo. Dito isto, em primeiro lugar, interessou-nos os trabalhos que versam sobre agentes próximos do rei, ou seja, conselheiros e secretários de Estado.

Em 1987, Pedro José da França Pinto dos Reis<sup>22</sup> dedicou-se a fazer um estudo abrangente sobre os conselheiros e secretários de Estado de D. João IV a D. José. Neste, o autor elenca muitos homens, partindo, sobretudo de documentação jurídica como registos paroquiais ou de registos de chancelaria. Não mergulha fundo em cada figura elencada, nem a documentação escolhida o permitiria nem seria esse o seu objectivo, mas, seja como for, foi a primeira abordagem de conjunto. Em 2001, Nuno Gonçalo Monteiro<sup>23</sup> aborda o reinado joanino num ponto de situação historiográfico que vai mais além do que o seu propósito requereria, lançando questões e visando lacunas a ser preenchidas. Repara na permanência dos secretários até à sua morte, como foi o caso de Diogo de Mendonça Corte Real e de Bartolomeu de Sousa Mexia, que morrem a 1736 e 1720, respectivamente. Adiante, a partir da já referida carta que D. Luís da Cunha dirige

---

<sup>21</sup> Ana Cristina Araújo, “Ritual and power in the court of king João V. The symbolic genesis of political regalism” in *Religious Ceremonials and Images: power and social meaning (1400-1750)* ed. José Pedro Paiva, Viseu, ESF; CHSC; Palimage, 2002, p. 323.

<sup>22</sup> Pedro José da França Pinto dos Reis, *Conselheiros e Secretários de Estado de Portugal de D. João IV a D. José I (Subsídios para o seu estudo sócio-jurídico)*, Coimbra, Faculdade de Letras – Universidade de Coimbra, 1987.

<sup>23</sup> Nuno Gonçalo Monteiro, “Identificação da política setecentista. Notas sobre Portugal no início do período joanino” in *Análise Social*, vol. xxxv, 2001.

ao seu sobrinho D. Luís da Cunha Manuel no final do reinado joanino, Nuno Gonçalves Monteiro dá conta de uma nova importância dada ao cargo de secretário de Estado por D. Luís da Cunha ver na passagem de D. Tomás de Almeida pela secretaria de Estado a rampa de lançamento para a sua carreira.<sup>24</sup> Nuno da Cunha de Ataíde também é referido como uma “personagem ascendente na conjuntura da guerra e da aclamação”<sup>25</sup> e à qual Nuno Gonçalves Monteiro atribui relevância com base nas cartas de Viganego e nas memórias do conde de Povolide. Recorrendo muito a Povolide, as questões de precedências de D. Tomás de Almeida e da patriarcal surgem de seguida como um grande tema da época, tal como a decrescente actividade do conselho de Estado que se prolonga pelos anos vinte de setecentos. A visão de conjunto que o texto de Nuno Gonçalves Monteiro comporta foi importante para perceber o espaço que havia a preencher numa leitura mais completa da política joanina. Alguns anos depois, José Subtil<sup>26</sup> escreve um texto que visa compreender como era a prática política que antecedeu a afirmação do marquês de Pombal. Afirma que o tempo de D. João V é um tempo “que se tem considerado ter conduzido a uma disjunção crescente entre tradição e a inovação política. A ideia de separar este período dos que o antecederam tem merecido, por vezes, o significado de uma mudança “silenciosa” em direcção à construção do Estado Moderno em Portugal.”<sup>27</sup> José Subtil questiona esta ideia e pensa, a partir dos secretários de Estado, o tempo pós-reforma secretarial de 1736 até à afirmação de Pombal. Conclui que “tanto no funcionamento como nas iniciativas legislativas e políticas, o gabinete de secretários de Estado empossado no ano de 1736 parece não ter constituído nenhuma mais valia para o governo de D. João V. Se é certo que a reforma induz a ideia de que teria havido um projecto político subjacente à centralidade política e à governamentalização da administração, os factos mostram que, ou não teria existido sequer este programa, ou a ter existido não obteve sucesso, sucumbindo à prevalência do sistema tradicional.”<sup>28</sup> Debruçando-se essencialmente sobre a segunda metade do reinado joanino, este trabalho de José Subtil acentua a noção de um reinado joanino em que a decisão política passava mais pelas relações informais do rei do que pelas secretarias de Estado.

---

<sup>24</sup> *Ibidem*, pp. 978-979.

<sup>25</sup> *Ibidem*, p. 980.

<sup>26</sup> José Subtil, *O Terramoto Político (1755-1759) – Memória e Poder*, Lisboa, EDIUAL – Universidade Autónoma, 2007.

<sup>27</sup> *Ibidem*, p. 12.

<sup>28</sup> *Ibidem*, p. 86.

Para abordar os secretários e conselheiros de Estado de uma perspectiva mais institucional existem quatro trabalhos nesse sentido. O primeiro é de 2008, ano em que André da Silva Costa<sup>29</sup> entrega a sua dissertação de mestrado sobre os secretários do rei ao longo dos séculos XVI e XVII. Em 2011, Maria Luísa Marques da Gama<sup>30</sup> escreve a sua tese de mestrado sobre o conselho de Estado de 1640 a 1706. No mesmo ano, Júlia Platonovna Korobtchenko<sup>31</sup> termina o seu mestrado escrevendo sobre a secretaria de Estados do Negócios Estrangeiros de 1736 a 1756. Por último, Nuno Gonçalo Monteiro<sup>32</sup> redige um texto sobre a secretaria de Estado dos Negócios do Reino em 2015. Estes quatro trabalhos são essenciais para uma boa compreensão da evolução política institucional no início do século XVIII português. Os dois primeiros limitam o seu arco cronológico precisamente ao início do reinado de D. João V, tempo de mudança na forma de governar. A ideia de uma mudança do arquétipo político-jurista para o político-diplomata, presente no texto de André Costa, incitou-nos bastante a procurar compreender se esta mudança se consolidaria ao longo da primeira metade do século XVIII português. O trabalho de Korobtchenko deixa várias notas sobre a influência do cardeal da Mota, do cardeal da Cunha, de Diogo Mendonça Corte Real, do padre Carbone, de Alexandre de Gusmão e de frei Gaspar da Encarnação.<sup>33</sup> O texto de Nuno Gonçalo Monteiro trata-se de uma síntese onde o autor elabora sobre a secretaria de Estado dos Negócios do Reino mas também sobre a forma de governar de D. João V e o recurso que se fazia a homens da sua confiança. Pretende assim enquadrar esta secretaria e demonstrar que ela evoluiria bastante sim, no reinado seguinte, o de D. José. No tocante às secretarias de Estado afirma, por exemplo, que “D. João V foi sempre consultando quem quis, recorrendo a juntas e a diversos personagens para o efeito, entre os quais avultava Alexandre de Gusmão, seu secretário pessoal, confiando muito durante a sua doença final no arbítrio de frei Gaspar da Encarnação. Pode pensar-se,

---

<sup>29</sup> André da Silva Costa, *Os Secretários e o Estado do Rei: Luta de Corte e Poder Político Secs.XVI-XVII*, dissertação de mestrado, Lisboa, FCSH-UNL, 2008.

<sup>30</sup> Maria Luísa Marques da Gama, *O Conselho de Estado no Portugal Restaurado – Teorização, Orgânica e Exercício do Poder Político na Corte Brigantina (1640-1706)*, dissertação de mestrado, Lisboa, FL-UL, 2011.

<sup>31</sup> Júlia Platonovna Korobtchenko, *A Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra. A Instituição, os Instrumentos e os Homens. (1736-1756)*, dissertação de mestrado, Lisboa, Faculdade de Letras – Universidade de Lisboa, 2011.

<sup>32</sup> Nuno Gonçalo Monteiro, “A Secretaria de Estado dos Negócios do Reino e a administração de Antigo Regime (1736-1834)” in *Do Reino à Administração Interna – História de um Ministério (1736-2012)* coord. Pedro Tavares de Almeida e Paulo Silveira e Sousa, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2015.

<sup>33</sup> Korobtchenko afirma que o cardeal da Cunha, da Mota, Diogo de Mendonça Corte Real e frei Gaspar da Encarnação carecem de estudos biográficos. Júlia Platonovna Korobtchenko, *op. cit.*, p. 27.

assim, que as secretarias de Estado só se tornariam verdadeiros ministérios no meio século seguinte.”<sup>34</sup> Como se vê, a historiografia incentivava a uma investigação sobre esta maneira de governar de D. João V. Necessário era perceber quem a compunha, quem eram os braços direitos do rei, em quem era delegada a prática política do poder absoluto. O poder absoluto é feito das pessoas que rodeavam o rei. Como ilustrar isso melhor do que fazendo textos biográficos em que se evidencia a relação da respectiva pessoa com o rei? A leitura de historiografia também coloca outra importante questão: Que homens incluir e que homens excluir do objecto de estudo? Esta pergunta fundamental foi sendo respondida consoante as páginas iam virando. Existem personagens que se destacam: o cardeal da Cunha, o cardeal da Mota, frei Gaspar da Encarnação nos últimos três anos do reinado joanino, o poderoso secretário Diogo de Mendonça Corte Real, o patriarca D. Tomás de Almeida, o conhecido Alexandre de Gusmão. Evidentes eram estes seis nomes mas onde delimitar o conjunto? Por motivos de coerência surge então o padre Carbone que foi responsável dos negócios com Roma durante vários anos e que de 1747 a 1750 divide a influência política com frei Gaspar da Encarnação e Alexandre de Gusmão como é deixado claro em vários trechos das cartas do conde de Assumar para o seu pai vice-rei da Índia, o marquês de Alorna.<sup>35</sup> Ao ler as cartas de Viganego de 1712 a 1714<sup>36</sup> e a gazeta de José Soares da Silva,<sup>37</sup> outros dois nomes surgem: o secretário da Rainha António de Basto Pereira e o secretário do Expediente e Mercês Bartolomeu de Sousa Mexia. Ambos fazem parte de um relatório do genovês que vê neles grande influência. Ainda assim, julgamos existir bastante discrepância entre a influência destes e a dos outros sete nomes. Além disso e talvez sobretudo, não tinham a confiança do rei na mesma medida que os outros nem nunca se aproximaram de alguma espécie de valimento. Sobre eles escrevemos no capítulo relativo a Diogo de Mendonça Corte Real.

Referindo-se a Alexandre de Gusmão e Frei Gaspar da Encarnação, Nuno Gonçalo Monteiro constata que “a relevância no régio favor e no despacho não correspondia a

---

<sup>34</sup> Nuno Gonçalo Monteiro, “A Secretaria de Estado dos Negócios do Reino e a administração de Antigo Regime (1736-1834)” in *Do Reino à Administração Interna – História de um Ministério (1736-2012)* coord. Pedro Tavares de Almeida e Paulo Silveira e Sousa, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2015, p. 31.

<sup>35</sup> *Idem*, *Meu Pai e meu Senhor muito do meu coração*, Lisboa, ICS/Quetzal Editores, 2000.

<sup>36</sup> Pietro Francesco Viganego, *Ao serviço secreto da França na Corte de D. João V*, Lisboa, Lisóptima, 1994.

<sup>37</sup> José Soares da Silva, *Gazeta em forma de carta* Tomo I, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1933.

uma investidura em ofício específico”.<sup>38</sup> Há pouco, afirmámos a importância da confiança na política cortesã da primeira metade do século XVIII. Esta característica tem um carácter, sobretudo, subjectivo e informal. Que documentação consultar? Optámos por recorrer a documentação memorialística, panegírica e epistolar. Nesta documentação, pode ver-se as opiniões e sensibilidade dos contemporâneos à sua realidade e a confiança é uma realidade muito humana. Desta forma, a documentação normativa, como a concessão de privilégios ou mercês, interessou-nos menos. Diga-se também que quando os contemporâneos dão importância a determinada regalia ou mercê, ela é naturalmente referida. Os elogios fúnebres muitas vezes elencam todas as concessões em favor de uma pessoa. Assim, procurámos essencialmente textos valorativos de desempenhos em torno de D. João V.

Os volumes da *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, a *gazeta em forma de carta* de José Soares da Silva,<sup>39</sup> as cartas de Pietro Francesco Viganego,<sup>40</sup> as *Memórias* do conde de Povolide<sup>41</sup> e as descrições dos três forasteiros<sup>42</sup> são as fontes mais ricas de que dispusemos. José Soares da Silva escreveu uma gazeta, onde ia escrevendo as novidades sociais e políticas que iam ocorrendo, a partir de Lisboa. É um texto abundante em observações pessoais que servem para tornar esta obra mais um relato pessoal das ocorrências do que um periódico em sentido pleno. Diogo de Mendonça Corte Real, Nuno da Cunha de Ataíde e D. Tomás de Almeida emergem para a alta política na primeira década de setecentos, anos que a obra de Soares da Silva cobre e na qual, os três surgem com frequência. As cartas de Viganego descrevem os intervenientes políticos na Corte lisboeta nos anos de 1712 a 1714. Nelas sobressai o poderio do cardeal da Cunha e um Diogo de Mendonça Corte Real ainda pouco influente perante um conselho de Estado activo e dividido entre o cardeal e Castelo Melhor, por um lado, e o duque de Cadaval, por outro. O conde de Povolide escreve até à sua morte em 1728 e dá a ideia no texto que ter começado a escrever mais activamente por volta de 1722-23 pois a partir de então vai actualizando a informação, dando conta, por exemplo, de quem compunha o conselho de Estado por ano. Povolide é o irmão

---

<sup>38</sup> Nuno Gonçalo Monteiro, *D. José*, Rio de Mouro, Temas de Debates, 2008, p. 54.

<sup>39</sup> José Soares da Silva, *Gazeta em forma de carta* Tomo I, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1933.

<sup>40</sup> Pietro Francesco Viganego, *Ao serviço secreto da França na Corte de D. João V*, Lisboa, Lisóptima, 1994.

<sup>41</sup> Tristão da Cunha de Ataíde, *Portugal, Lisboa e a Corte nos reinados de D. Pedro II e D. João V*, Lisboa, Chaves Ferreira, 1990.

<sup>42</sup> *O Portugal de D. João V visto por três forasteiros*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1983.

mais velho do cardeal da Cunha e, assumindo esta premissa, compõe a melhor fonte para o estudo do cardeal. Nesta também avultam, mas bem menos, D. Tomás de Almeida, Diogo de Mendonça Corte Real, João da Mota e Silva e até, por uma vez, frei Gaspar da Encarnação<sup>43</sup>. As descrições dos três forasteiros são a “Descrição da cidade de Lisboa” de 1730 por um autor anónimo, *Memórias Instrutivas sobre Portugal* escritas entre 1723 e 1726 por Charles Frédéric de Merveilleux e as cartas escritas de Lisboa em 1730 por César de Saussure. A “Descrição da cidade de Lisboa” dá uma considerável importância a Diogo de Mendonça Corte Real e ao Patriarca. No mesmo sentido, vai Merveilleux que convive com Diogo de Mendonça Corte Real. A natureza destas fontes e pormenorizada descrição da situação política em cada uma permite, comparando-as, perceber os tempos de maior influência de cada um dos homens em estudo. Note-se que, nestas fontes, João da Mota e Silva é referido apenas por três vezes nas *Memórias* do conde de Povolide<sup>44</sup>, frei Gaspar da Encarnação, além da vez em que Povolide o refere, é referido uma vez por Merveilleux e que Alexandre de Gusmão não o é de todo, o que vai em linha com a afirmação de Jaime Cortesão de que só a partir de 1731 se afirmaria no poder. Evidente é ainda que os mais tardios textos dos forasteiros tenham deixado de mencionar aquela que era a figura central da política portuguesa na segunda década, o cardeal da Cunha, e que Diogo de Mendonça Corte Real se assumia como protagonista aos seus olhos.

A documentação epistolar foi importante. Analisámos correspondência diplomática dos anos vinte, trinta e quarenta dos diplomatas em Paris para os agentes em Lisboa na Biblioteca Nacional, as cartas de Mariana Vitória,<sup>45</sup> cartas do cavaleiro de Oliveira,<sup>46</sup> as cartas trocadas entre D. João V e a filha Maria Bárbara,<sup>47</sup> as cartas trocadas entre o conde de Assumar e o marquês de Alorna<sup>48</sup> e os subsídios deixados por Eduardo Brasão para o reinado de D. João V.<sup>49</sup>

---

<sup>43</sup> Tristão da Cunha de Ataíde, *op. cit.*, p. 270.

<sup>44</sup> Tristão da Cunha de Ataíde, *op. cit.*, pp. 350, 425 e 429.

<sup>45</sup> *Cartas da Rainha D. Mariana Vitória para a sua família de Espanha vol. I (1721-1748)*, Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, 1936.

<sup>46</sup> *Cavaleiro de Oliveira Cartas Familiares Históricas, Políticas e Críticas (1738)*, Coimbra, Coimbra Editora, 1963.

<sup>47</sup> *Correspondência de D. João V e D. Bárbara de Bragança rainha de Espanha (1746-1747)*, Coimbra, Livraria Gonçalves, 1945.

<sup>48</sup> Nuno Gonçalo Monteiro, *Meu Pai e meu Senhor muito do meu coração*, Lisboa, ICS/Quetzal Editores, 2000.

<sup>49</sup> Eduardo Brasão, *D. João V – Subsídios para a história do seu reinado*, Porto, Portucalense, 1945.

Os elogios fúnebres são uma fonte rica em dados biográficos. Comum é nos elogios fúnebres, os autores despendem texto a exaltar as, sempre elevadas, características morais do indivíduo mas, também, a construir uma narrativa biográfica. Muitas vezes, assemelham-se a obras biográficas pois vão ligando os mais relevantes acontecimentos da vida em questão. Tem um significado forte pois ao serem impressos, à partida o seu texto seria para ser divulgado e perdurar no tempo o que faz com que a figura retratada esteja limada de imperfeições. Percebe-se o que era de conhecimento público ou de conhecimento privado e que ideias são escolhidas para perdurar.

Por último, recorremos às gazetas. Lemos a *Gazeta de Lisboa* de 1715 a 1750, os três volumes publicados das *Gazetas Manuscritas da Biblioteca Pública de Évora* e o único ano publicado do *Ano Noticioso e Historico* de Luiz Montez Mattozo, o de 1740. Alexandre de Gusmão e frei Gaspar da Encarnação passam quase invisíveis nas gazetas. Gusmão é referido na *Gazeta de Lisboa* durante os anos quarenta apenas por aparições na Academia Real da História de que era membro. Nenhum dos dois é mencionado nos anos de 1747 a 1750, que seriam o tempo da sua afirmação, ou seja, lendo apenas a *Gazeta de Lisboa*, ninguém os adivinharia poderosos. O patriarca D. Tomás de Almeida, o cardeal da Cunha, o cardeal da Mota e Diogo Mendonça Corte Real são presença nas páginas desta gazeta. As *Gazetas Manuscritas da Biblioteca de Évora* são ricas em pormenores. Nestas, Alexandre de Gusmão surge quatro vezes nos anos 1732 a 1734 o que nos leva a pensar que teria pouca dimensão pública. Também, frei Gaspar da Encarnação surge mais vezes nestas gazetas que na *Gazeta de Lisboa* mas muito menos que D. Tomás de Almeida, os cardeais da Cunha e da Mota ou Diogo de Mendonça Corte Real. O diário do conde da Ericeira<sup>50</sup> foi por vezes usado com a consciência que em grande parte, senão mesmo no todo, é uma cópia das notícias, das gazetas manuscritas, mais relevantes para o conde.

Com o decorrer da pesquisa, apercebemo-nos que a dissertação a que nos tínhamos proposto passaria por várias e curtas biografias em que abordaríamos a relação entre o rei e o agente em questão. Desta forma, poderíamos medir o “pulso” a momentos de maior influência de cada um dos homens e sentir as conjunturas de poder e de favorecimento do rei. Estas biografias das relações entre os agentes e o rei, em conjunto,

---

<sup>50</sup> *Diário de D. Francisco Xavier de Menezes 4.º Conde da Ericeira (1731-1733)*, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1943.

ilustrariam, senão na totalidade do possível, pelo menos em grande parte, a prática política joanina na sua dimensão mais pessoal. Desta forma, separámos o corpo da dissertação em sete capítulos, cada um referente a um homem estudado. A sua ordenação corresponde à ordem cronológica correspondente ao momento de maior afirmação de cada um no poder. Assim, o cardeal da Cunha é o objecto do primeiro capítulo, Diogo Mendonça Corte Real do segundo, D. Tomás de Almeida do terceiro, o cardeal da Mota do quarto. Por ter tido maior prevalência que os outros nos últimos três anos do reinado, frei Gaspar da Encarnação é abordado no quinto capítulo, e depois, Alexandre de Gusmão no sexto e, por fim, o padre Carbone no sétimo capítulo. A estrutura é semelhante em todos os capítulos, partindo do ponto de situação historiográfico, passando pelos dados biográficos e continuando pelo percurso e relação junto do rei da personagem em questão. Contudo e inevitavelmente, os capítulos variam bastante em extensão devido à quantidade de fontes disponível. Assim, o capítulo dedicado a D. Tomás de Almeida é substancialmente maior que o dedicado ao padre Carbone.



## D. NUNO DA CUNHA DE ATAÍDE, O “CARDEAL DA CUNHA”

Em 2011, Júlia Korobtchenko<sup>51</sup> refere o cardeal da Cunha como uma das grandes personagens do reinado joanino carentes de estudos biográficos. Sobre Nuno da Cunha e Ataíde, o cardeal da Cunha, há apenas o que escreveu José de Castro<sup>52</sup> a partir da documentação de Roma da nunciatura portuguesa e Maria Luísa Braga<sup>53</sup> na sua tese de licenciatura nos anos setenta de noventa e editada em 1992. O escrito do padre José de Castro, redigido a partir de documentação da nunciatura portuguesa, é extraordinariamente rico para o nosso estudo. Muito firmado em documentação é um contributo muito seguro no conhecimento de D. Nuno da Cunha. O escrito de Maria Luísa Braga é interessante mas fixa muito a ideia de Nuno da Cunha de Ataíde como um inquisidor, que foi, mas dando a ideia de que este foi o elemento mais marcante e homogéneo durante todo o seu percurso. Refere que Nuno da Cunha de Ataíde era importante devido aos ofícios que acumulou<sup>54</sup> e termina concluindo que sabia apenas que Nuno da Cunha de Ataíde “como político, permaneceu junto do rei e estava a par dos problemas da governação, mas não sabemos o resultado da sua influência.”<sup>55</sup> O estudo, como o nome indica, procurou alargar o conhecimento sobre a Inquisição portuguesa e foi nesse ponto de vista que abordou Nuno da Cunha de Ataíde, inquisidor-geral e a Inquisição no seu tempo. De facto, são poucos estudos para uma personagem da envergadura do cardeal da Cunha. Nas memórias do seu irmão, lê-se:

“Sucedeo que sendo o Conde de Castello Milhor Provedor da Misericórdia, e não ingeitar por isso ser Escrivão da Misericórdia Luís da Cunha Senhor de Pavolide a quem elegerão com ele, mas nasendo-lhe um filho nesse ano que se chamou Nuno da Cunha, hoje Cardeal, tomou Luís da Cunha seu pai por compadre ao Conde de Castello Milhor. E sabido que ele ia o dia do bautizado de tarde à freguesia de S. Juzéph, e a casa de Luís da Cunha, se encheo desde a madrugada toda a rua de tanta gente que mal se podia passar por ela e de tarde concorreo toda a nobreza assistir ao bautizado. Porem a principal causa foi

---

<sup>51</sup> Júlia Platonovna Korobtchenko tem uma nota em que diz que Diogo de Mendonça Corte Real é “uma das figuras de grande importância no panorama da administração central juntando às do Cardeal da Mota, Cardeal da Cunha, Frei Gaspar da Encarnação que faziam o círculo administrativo no reinado de D. João V e que carecem de estudos biográficos.” Júlia Platonovna Korobtchenko, *op. cit.*, p. 27.

<sup>52</sup> José de Castro, *O Cardial Nacional*, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1943.

<sup>53</sup> Maria Luísa Braga, *A Inquisição em Portugal primeira metade do séc. XVIII – O Inquisidor Geral D. Nuno da Cunha de Athayde e Mello*, Lisboa, INIC, 1992.

<sup>54</sup> *Ibidem*, p. 38.

<sup>55</sup> *Ibidem*, p. 66.

o poderem falar muitos ao Conde nos seus particulares e mal poderia ele presumir que aquele afilhado Nuno da Cunha havia de vir a ser, como foi, seu valedor com El-Rei Nosso Senhor Dom João o 5.o para o restituir ao Conselho de Estado.”<sup>56</sup>

Este excerto é a primeira referência a D. Nuno da Cunha de Ataíde nas memórias escritas pelo seu irmão mais velho, Tristão da Cunha de Ataíde, conde de Povolide, na segunda década de setecentos. Noutra fonte vemos, os primeiros anos de Nuno da Cunha, assim:

“Nuno da Cunha de Ataíde nasceo a 8 de Dezembro de 1664. Foy Porcionista do Collegio Real de S. Paulo de Coimbra, em que entrou a 29 de Outubro de 1681. Estudou Theologia, e deixando esta faculdade, passou à de Canones, em que se graduou, e fez exame privado, que he o mais rigoroso daquella Universidade; foy Conego na Sé de Coimbra, Beneficiado em Coruche, Deputado da Inquisição daquella Cidade em 2 de Novembro de 1691, e logo Promotor em 29 de Julho de 1692; e em 8 de Abril de 1693 foy promovido a Deputado da Inquisição de Lisboa, e Inquisidor em 5 de Abril, de 1700; lugares que exerceo com grande applicação, sendo hum dos mais egregios Inquisidores, assim pela gravidade, como no manejo dos negócios; de quem dizia Luiz Vieira da Sylva, Varaõ digno de memoria, que servio com elle no tempo, em que foy primeira Cadeira, que nascera para presidir, pelo modo, com que em tudo se portava”<sup>57</sup>

Nuno da Cunha residia em Lisboa desde 1693 e tinha feito o normal percurso na Inquisição, começando a escalar a hierarquia inquisitorial em Coimbra<sup>58</sup> e passando mais tarde para a inquisição de Lisboa. Anos antes havia viajado até Paris por terra, na ocasião do seu tio, o conde de Pontével, ter sido enviado como embaixador a Inglaterra em 1688. O conde de Povolide refere que “Ião com ele seus sobrinhos Tristão da Cunha Senhor de Pavolide, Nuno da Cunha, ora Cardeal, e D. Álvaro de Abranches da Cunha. Chegou o Conde a Paris aonde El-Rei de França lhe fez muita honra”<sup>59</sup>. Esta viagem, que o deixou contactar com a influente corte parisiense, tal como a que mais tarde, já cardeal, faria a Roma, é bastante referida nas fontes<sup>60</sup> o que leva a crer que terá sido vista como importante no percurso de Nuno da Cunha, tal como nos parece que terá

---

<sup>56</sup> Tristão da Cunha de Ataíde, *Portugal, Lisboa e a Corte nos reinados de D. Pedro II e D. João V*, Lisboa, Chaves Ferreira, 1990, p. 92.

<sup>57</sup> António Caetano de Sousa, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, Coimbra, 1946-1954, Tomo XI, pp. 163-164.

<sup>58</sup> Ainda em Coimbra, ocorre um episódio em que Nuno da Cunha toma parte, “Nestes tempos [1685] succedeo a lastimosa morte de D. Affonso de Noronha, irmão do Conde dos Arcos. Estudava em Coimbra, porcionista do Colejo de S. Paulo, aonde verão Nuno da Cunha, ora Cardeal, e Jorze de Mello, filho 2.o do Monteiro Mor, quis D. Affonso que um estudante entrasse a fazer papel em uma comédia, e impedir isso D. Juzeph de Almada, de que resultou que fazendo perguntas D. Affonso a D. Juzeph, este lhe disparou uma pistola que trazia oculta e o matou logo. Jorze de Mello e Nuno da Cunha carregarão D. Juzeph que se retirou firido que estavam todos à vista.” Tristão da Cunha de Ataíde, *op. cit.*, p. 128.

<sup>59</sup> Tristão da Cunha de Ataíde, *op. cit.*, pp. 129-130.

<sup>60</sup> *Descrição funebre das exéquias que a Inquisição de Goa [...]*, 1753, p. 61.

sido influente o seu tio conde de Pontével sobretudo pela forma, algo carinhosa e recorrente, como é referido nas memórias do seu irmão mais velho. Em 1696, este tio deixar-lhe-ia por herança a comenda de Bornes<sup>61</sup>.

Nuno da Cunha foi Sumilher da Cortina de D. Pedro II e este fê-lo deputado da Junta dos Três Estados a 7 de Março de 1702<sup>62</sup>. Neste tempo ter-se-á aproximado do príncipe D. João que teria cerca de 13 anos. O conde de Povolide explica a proximidade assim:

“Nuno da Cunha, irmão de Tristão da Cunha, Senhor de Pavolide e Sumilher da Cortina d’El-Rei, e do Conselho Geral do Santo Ofício da Inquisição, indo em uma ocasião dar conta a Sua Magestade, sendo Príncipe, do acto da fé que se fazia desta vista e prática teve princípio o seu valimento, e El-Rei Nosso Senhor pidio, ou mandou pidir, a El-Rei seu pai que o fizesse, como fez, Capelão Mor. [...] agora o fez Sua Magestade Inquisidor Geral e do despacho, e Conselheiro de Estado, e despois Cardeal, e intercedeo pelo Conde de Castello Milhor, seu padrinho da pia”<sup>63</sup>

Foi pois a pedido de D. João V, ainda príncipe, que D. Nuno da Cunha foi nomeado capelão-mor. O conde de Povolide vê no que se seguiu um contínuo de mercês e de valimento em linha com o estado de graça que o seu irmão desfrutava junto do poder régio. Embora seja pouco entusiasta das capacidades de D. Nuno da Cunha, Viganego opina no mesmo sentido, quando em 5 de Dezembro de 1713 escreve ao marquês de Torcy:

“O Sr. cardeal é um homem que foi elevado pelo favor do Rei, que lhe é mais ligado que a qualquer pessoa, pode dizer-se por uma fantasia de juventude. Tem um coração bastante generoso mas a falta de

---

<sup>61</sup> Tristão da Cunha de Ataíde relata assim a morte do tio, “Em 27 de Fevereiro de 1696 faleceu o Conde de Pontevel Nuno da Cunha, era o único que vivia dos que aclamarão El-Rei D. João o 4.º com Luís da Cunha, Senhor de Pavolide, seu irmão mais velho, e seu pai Tristão da Cunha Senhor de Pavolide. Servio o dito Conde de Pontevel cinquenta e cinco anos a três Reis, El-Rei D. João o 4.º D. Affonso o 6.º e D. Pedro 2.º, na guerra e na paz, em todos os postos e lugares grandes. Não teve filho nem filha da Condessa sua mulher, que ficou viúva de 70 anos de idade. Acompanharão ambos a Rainha de Inglaterra quando foi para lá, e então derão a Condessa de Pontevel o título para quem casasse com ela, e nesse tempo casarão, e assim não se compreenderão os serviços do Conde na mercê do título que se deo a sua mulher por ir com a Rainha. Deixou o Conde de Pontevel no testemunho pidido o título de Conde pelos seus serviços para Tristão da Cunha, Senhor de Pavolide, seu sobrinho, filho de seu irmão mais velho, herdeiro da Casa de seus avós, e lhe deixou uma comenda e uma alcaidaria mor. Deixou outra comenda e uma tença a Nuno da Cunha, ora Cardeal, irmão mais moço de Tristão da Cunha ora Conde de Pavolide. Deixou a Condessa sua mulher por sua universal herdeira cuja herança emportou um grande cabedal, e ela fez a magnífica Igreja da Encarnação e herdou a Casa de seu irmão D. Manoel de Souza.” Tristão da Cunha de Ataíde, *op. cit.*, p. 136. António Caetano de Sousa, *op. cit.*, p. 164.

<sup>62</sup> António Caetano de Sousa, *op. cit.*, p. 164.

<sup>63</sup> Tristão da Cunha, *op. cit.*, p. 193.

educação, de estudo e de conhecimentos impedem-no de brilhar tanto quanto a sua dignidade e o favoritismo de que desfruta exigiriam.”<sup>64</sup>

No mês seguinte Viganego reafirmaria a mesma ideia noutra carta ao mesmo marquês:

“Era um simples abade da casa de Tristão da Cunha, da pequena nobreza, quando o Rei, que era então Príncipe Real, lhe tomou amizade por ter resignado em seu favor a um benefício eclesiástico e que o Rei ofereceu a um padre da capela real que lhe era afeiçoado. Introduziu-se tão bem no ânimo do Rei que até agora ninguém possui mais a sua confiança que ele.”<sup>65</sup>

Certo é que foi cedo na vida do ainda príncipe D. João que D. Nuno lhe ficou próximo e que de muita confiança régia este desfrutava. No ano de 1705, Nuno da Cunha de Ataíde surge recorrentemente na gazeta de José Soares da Silva. A 8 de Agosto, pode ler-se:

“Promoverão a Bispo de Coimbra o Bispo de Lamego D. Antonio de Vasconcellos; e fazião Bispo de Elvas a Nuno da Cunha, que não aceitou.”<sup>66</sup> Um mês depois, a 22 de Setembro lê-se que “Morreo o Senhor Inquizidor geral e ainda com o corpo em caza se deu a Nuno da Cunha o seu Lugar de Capellão Mor, que Logo o foy S. Alteza pedir a seu Pae para elle.”<sup>67</sup>

E quatro dias depois, a 26, Nuno da Cunha tomava posse do seu lugar de capelão-mor.<sup>68</sup> Uma vez capelão-mor, foi nomeado bispo de Targa e sagrado na capela real a 14 de Março de 1706 pelo seu primo D. Álvaro de Abranches, bispo de Leiria.<sup>69</sup> A meteórica ascensão de D. Nuno da Cunha de Ataíde consolidar-se-ia com a subida ao trono de D. João V em Dezembro de 1706. A 15 de Janeiro de 1707, lê-se:

---

<sup>64</sup> Pietro Francesco Viganego, *Ao serviço secreto da França na Corte de D. João V*, Lisboa, Lisóptima, 1994, p. 128.

<sup>65</sup> Carta de 16 de Janeiro de 1714. *Ibidem*, pp. 143-144.

<sup>66</sup> José Soares da Silva, *Gazeta em forma de carta* Tomo I, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1933, p. 42; Na *Descrição funebre das exéquias que a Inquisição de Goa [...]* p. 62, pode ler-se a justificação mais usual para esta recusa, “o nomeou Bispo de Elvas a 30 de Julho de 1705. Dignidade, que recusou, não porque os seus hombros não pudessem sustentar este pezo, mas porque o ajustado da sua consciencia o não queria embaraçar com as de tantas almas, quaes erão aquellas ovelhas.”. A justificação mais provável, e menos honrosa à época, seria não convir a Nuno da Cunha estar longe do rei e da Corte pela influência de que essa proximidade lhe permitia desfrutar.

<sup>67</sup> José Soares da Silva, *op. cit.*, p. 47.

<sup>68</sup> *Ibidem*, p. 48.

<sup>69</sup> *Descrição funebre das exéquias que a Inquisição de Goa [...]* p. 62. Em José Soares da Silva, *op. cit.*, p. 58, pode ler-se na entrada de 20 de Março de 1706 que “O Bispo Capellam mor (cujo titulo he de Bispo de Targa) Domingo passado se Sagrou na Capela Real, com toda a pompa, e solennidade e sendo, despois da obrigação do dia, toda a função cantada. Assistirao a ella S. S. A. A., foy sagrante o Bispo de Leiria, e adjuntos os da guarda, e Coimbra.”

“As Igrejas da caza de Bragança que antes daua o Confessor delRey, se tirarão a este, e as deu ElRey ao Bispo Capellão mor.”<sup>70</sup>

No mês seguinte, a 15 de Fevereiro, escreve-se: “Determinou ElRey fazer Seê a sua Capella Real, e tem Recorrido ao Papa, e de caminho vai fazendo nella muitas obras com noua cappela mor, e mil mudanças mais”<sup>71</sup>

Exactamente um mês depois, a 15 de Março, diz-se:

“Temos mais dous Conselheiros de estado, que para os poucos que hauia bem erão necessarios, he hum o Conde Meirinho mor, que já chegou o tempo de se lembrarem delle, e de se conhecer que ninguém he mais capaz que elle para as mayores occupações, e outrohe o Bispo Capellão Mor, que para tudo o que pode fazer capaz o valimento, e a capacidade.”<sup>72</sup>

A 15 de Maio, o mesmo Soares da Silva escreve:

“O Capellão mor, ja tirou mais do seu ualimento, o ter no coro da Cappela Real, huma cadeira de espaldas, com sital e pano, e outra cá fora, raza, mas tambem cuberta, o que huma, nem outra couza teue, ou Logrou jamais nenhum, nem ainda cardeal, Luis de Sousa, com toda a sua grandeza, poder, e soberania.”<sup>73</sup>

A 15 de Junho, o mesmo autor diz:

“O Bispo Cappelam mor, já hoje tambem Inquizidor geral, e ministro do despacho, por nouas mercês de Sua Magestade, sendo ja no seu Reyno, tudo o quanto pode ser, e quanto não foy ninguem nelle tam cedo, e tam junto; faltalhe só a purpura cardinalicia, para que ja uai proposto a Sua Santidade em primeiro Lugar pela nomeação de Sua Magestade.”<sup>74</sup>

Nuno da Cunha de Ataíde estava integrado no ambicioso projecto de engrandecimento da Capela Real e ele próprio era engrandecido de forma a adequar-se ao projecto. O capelão-mor era pensado como constituinte da Capela Real e uma e outro se construíam em relação. Importava engrandecer o capelão e a capela. O conde de Povolide escreve que, além da púrpura cardinalícia, o “outro negócio em Roma era sobre o aumento em que vemos a Capela Real.”<sup>75</sup> Enquanto capelão-mor, D. Nuno da Cunha e a capela real

---

<sup>70</sup> José Soares da Silva, *op. cit.*, p. 95.

<sup>71</sup> *Ibidem*, p. 98.

<sup>72</sup> *Ibidem*, p. 101.

<sup>73</sup> *Ibidem*, p. 105.

<sup>74</sup> *Ibidem*, p. 109.

<sup>75</sup> In Tristão da Cunha de Ataíde, *op. cit.*, p. 201. “El-Rei Nosso Senhor, disejando o aumento do culto divino, alcançou de Sua Santidade que a sua Real Capela fosse colegiada e freguesia, de que ficarão sendo fregueses todos os da família real, e irmãos do Santissimo desta nova freguesia, que se aumentou muito, e tem Deão que é Dom Juzeph Manoel, e cónegos e meios cónegos e dinidades, torre com sinos, pia de bautizar com grande magnificiência de ornamentos riquíssimos, e para isto tudo applicou El-Rei

eram os dois elementos de uma mesma política romana de engrandecimento da imagem da Coroa em Portugal e nas Cortes europeias.<sup>76</sup> Não terá sido este capelão-mor cogitado para patriarca? Ainda mais provável parece se atentarmos no que, em Novembro de 1712, Viganego, informando o abade Le Grand sobre o rei, afirma:

“A sua capela continua a ser a sua principal ocupação. Transformou-a numa catedral que rivaliza com a Sé, fundou bons canonicatos e o seu prazer é assistir aos ofícios, tomando em atenção se se canta bem ou mal e se se observam com rigor todas as cerimónias. Não sei se ainda se diverte a dizer a missa vestido com os paramentos sacerdotais; ensinaram-lha. E é esta capela que está na origem do favor do novo cardeal, que continua com maior ostentação que nunca nenhum favorito a teve de seu soberano. Aquele não é de maneira alguma inimigo do sexo e há disso provas publicas.”<sup>77</sup>

A 6 de Outubro de 1707 era confirmado Inquisidor Geral por bula pontifícia<sup>78</sup> e já desde 1707 se perspectivava o barrete cardinalício para D. Nuno da Cunha. Com a data de 18 de Maio de 1712, “recebeu Mons. Vicente Bichi uma carta do Cardial Paolucci, dizendo que naquela manhã fôra criado Cardial Nuno da Cunha de Ataíde, de acôrdo com os desejos de Sua Majestade, incumbindo-o de o participar imediatamente. Esta carta

---

Nosso Senhor renda de igrejas do padroado real e do seu bolsinho.” *Ibidem*, p. 223. Viganego, em carta ao abade Le Grand a 1 de Abril de 1712, diz “Construiu-se um coro na capela para os novos cónegos que é a coisa mais ridícula do mundo e que custa bastante, o que faz murmurar todo este povo; o Rei não sonha senão com a sua capela. É o que não deve ignorar.” Pietro Francesco Viganego, *op. cit.*, p. 76.

<sup>76</sup> “Um dos primeiros e maiores cuidados de Dom João V foi a sua capela real. Em vez de 12 beneficiados, êle queria 24, e em vez de 16 cónegos, queria 18. O Papa Clemente XI achou bem manter o mesmo número de beneficiados e concedeu, enquanto aos cónegos, o número de 18, gastando com a capela real 10.300 escudos anuais, e desta maneira: o Bispo capelão-mor, 600; o auditor, 100; seis dignidades – deão, chantre, arcediogo, arcepreste e tesoureiro, 2400; 18 cónegos, 5.400; e 12 beneficiados, 1.800. A 9 de Março de 1710 expediu a Bula *Apostolatus Ministerio*, criando uma insigne colegiada com o título de S. Tomé, cuja execução foi entregue ao bispo de Tagaste, D. Manuel da Silva Francês, para o que El-Rei passou o Alvará de 9 de Maio do mesmo ano. Executada a Bula, a colegiada começou a funcionar, oficiando ao coro as dignidades e os cónegos com a insígnia da Murça como se praticava na catedral. Mas logo os desejos crescem. Os seus cónegos e os da catedral hão-de ter a alternativa na precedência, e pelo reino, a observar as cerimónias das colegiadas e das catedrais, mandou dois beneficiados, como mandara outrem a Roma a ver e notar como se desempenhavam na liturgia os cónegos da Basílica Vaticana. Se em Outubro de 1711 concede que o seu capelão-mor possa entrar com a carruagem no pátio do palácio – privilégio dos Príncipes de sangue, dos embaixadores e do Duque de Cadaval, reconhecido por Dom Pedro II como a primeira pessoa do reino – em Janeiro do ano seguinte quer que na sua capela se alce docel quando El-Rei não intervenha publicamente, inaugurando-se na Semana Santa de 1712, e ordena aos pregadores que em vez de saudarem na sua ausência «Potentíssimo, Invictíssimo Rei», digam «Ilustríssimo Monsenhor» e, na ausência dêste, digam «Muito Reverendo Cabido», e manda alargar as naves e fazer novo coro, no que gastou mais de 300 mil cruzados.” José de Castro, *op. cit.*, pp. 121-122.

<sup>77</sup> Carta ao abade Le Grand a 12 de Novembro de 1712. Pietro Francesco Viganego, *op. cit.*, pp. 85-86.

<sup>78</sup> “Sobindo ao Throno ElRey D. Joaõ V a quem já era muito aceito, e tendo no alto conceito de Sua Magestade adquirido aquella reputação, que depois o tempo testemunhou, com as partes mais essenciaes de hum grande Ministro, desinteresse, recta intenção, e grande amor, e zelo do serviço de seu Soberano; virtudes que não lhe duvidaraõ, nem ainda os que podiaõ ser émulos da sua gloria; o nomeou a 10 de Março de 1707 do seu Conselho de Estado, e Ministro do seu Despacho, e Inquisidor Geral destes Reynos, e suas Conquistas; e sendo confirmado por Bulla Pontificia, tomou posse desta grande Dignidade a 6 de Outubro de 1707”. António Caetano de Sousa, *op. cit.*, pp. 164-165.

chegou a Lisboa no dia 5 de Junho, entre as 9 e 10 horas; e porque Dom João V estava na vilegiatura de Pedrouços, foi lá imediatamente, dando-lhe a notícia ao meio-dia, com o que El-Rei ficou «cheio de extraordinário júbilo» e que sempre mostrava ao Papa o maior agradecimento. Dom Nuno estava em Elvas e foi mandado chamar.”<sup>79</sup> O barrete cardinalício chegou de Roma pela mão do abade Marcolini a 3 de Setembro de 1712, ficando o dito abade hospedado no palácio da Inquisição, residência de D. Nuno da Cunha. Dia 8 fez a sua entrada pública e foi ao Paço onde se celebrou missa e lhe foi colocado o barrete cardinalício pelo rei.<sup>80</sup> D. Nuno da Cunha era a principal figura eclesiástica portuguesa até a erecção do Patriarcado e a vinda de D. Tomás de Almeida para Lisboa em Dezembro de 1716. Maria Luísa Braga aponta que “todos os seus grandes privilégios e distinções lhe são dados não pelo pontífice mas pelo rei, não sabemos até que ponto pressionado por um núcleo de famílias nobres e representativas na corte, ao qual o cardeal da Cunha pertencia e a que se manteve sempre estreitamente ligado, como se verifica ao consultarmos a sua correspondência.”<sup>81</sup> Esta suspeita de pressão não parece fácil de aferir mas quanto aos privilégios e distinções provirem do rei parece-nos um ponto seguro e importante. Estes anos de valimento de Nuno da

---

<sup>79</sup> José de Castro, *O Cardial Nacional*, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1943, p. 75. “Dom João V ficou exuberante de contentamento. Logo no dia 15 de Junho [de 1712] mandou ao Santo Padre esta carta de agradecimento: « [...] Muito sancto em Christo Padre, e muito bemaventurado senhor, a graça que V. Santidade me fez deferindo a minha nomina pela promoção ao Sagrado Collegio de Nuno da Cunha de Athaide Bispo de Targa, meu Capellão mor, e Inquisidor geral, e do meu Conselho de estado, me deixa com aquelle reconhecimento, que corresponde á este beneficio, pello qual bejo a V. Santidade muy humildemente seos sanctos pés, segurando a V. Santidade que o filial amor, e profunda veneração que tenho á pessoa de V. Santidade merece que nesta ocasião fizesse este favor a esta coroa e á hum vassallo meu tão benemérito pellas suas virtudes, e qualidades, de ser exaltado á dignidade de Cardial, em que conheço, e venero os effeitos da paternal benevolência de V. Santidade para comigo, e para com o Reino que sempre será o mais obediente, e obsequioso para com a Santa Sé Appostolica, pedindo novamente a V. Santidade me conceda a sua sancta bênção.»” *Ibidem*, pp. 75-76.

<sup>80</sup> “Este ano de 1712 veio postilhão de Roma de que se soube que o Inquisidor Geral Capelão Mor, Nuno da Cunha, estava feito Cardeal pela nomeação d’El-Rei Nosso Senhor. Pouco tempo depois, em segunda-feira 3 de Setembro do dito ano, chegou a Roma o Abade Marcolini com o bonete para o dito Cardeal, que o hospedou no seu palácio da Inquisição, magnificamente, enquanto esteve em Lixboa, e quando se foi o primou generosamente e o tinha feito ao postilhão, e a um outro o fez tãobém o Conde de Pavolide, irmão do dito Cardeal, e assim o Conde de Valadares seu primo e cunhado, e outros parentes e amigos, em que entrou o Marquês de Minas velho. E a 8 do dito mês de Setembro fez o Cardeal a sua entrada pública saindo do seu palácio, acompanhado de toda a principal nobreza em coches de manhã, e foi ao Paço aonde recebo as honras falando a El-Rei Nosso Senhor sentado em cadeira de espaldas, defronte da em que estava El-Rei Nosso Senhor, debaixo do seu dossel depois do que entrarão em uma casa aonde estava feito um altar muito adornado tudo. E se disse missa, e pegou o Abade Marcolini em uma bandeja de prata em que estava o barrete do Cardeal em uma pofete, e com ele chegou a El-Rei Nosso Senhor, que o tomou e pôs na cabeça do Cardeal, e acabada a missa tornou o Cardeal para sua casa com o mesmo acompanhamento, e deu um magnífico jantar aos seus parentes e amigos, que forão muitos os que jantarão com ele, e o Abade Marcolini.” Tristão da Cunha de Ataíde, *op. cit.*, pp. 236-237. José de Castro refere que Marcolini chega a Lisboa em Outubro de 1712 e não em Setembro como escreve Tristão da Cunha de Ataíde. José de Castro, *op. cit.*, p. 76.

<sup>81</sup> Maria Luísa Braga, *op. cit.*, p. 33.

Cunha de Ataíde começam a abrandar em 1716, com o novo patriarca, e abrandam mais acentuadamente em 1721 com a, bem remunerada, partida da Corte para Roma. A 19 de Março de 1721 morre o papa Clemente XI. O cardeal da Cunha e o cardeal José Pereira de Lacerda, partiriam então para Roma para tomar parte no conclave. Na despedida, o rei foi a bordo das embarcações com os infantes D. António e D. Francisco, dando a cada cardeal a imensa quantia de cinquenta mil cruzados. O historiador José de Castro refere que chegaram a “Viterbo no dia 28 de Maio. Quando chegaram a Roma já encontraram eleito Pontífice, desde o dia 8 de Maio, o antigo Nuncio em Lisboa, Mons. Miguel Angelo Conti, com o nome de Inocêncio XIII, cuja notícia foi por eles jubilosamente recebida à sua chegada ao porto de Livorno.” José de Castro afirma que “pretendeu Dom João V que o Santo Padre tivesse nomeado para a Congregação do Santo Ofício o Cardial Dom Nuno, na qualidade de Inquisidor Geral da Nação, e a 9 de Junho de 1722 soube-se em Lisboa que o Cardial estava de regresso, pois o correio extraordinário o tinha encontrado em Forli, prometendo estar em Paris a 22 de Julho, para onde El-Rei lhe mandou nova remessa de dinheiro.”<sup>82</sup> Em Roma foi atribuído, ao cardeal da Cunha, o título de Santa Anastácia e o cardeal restaurou a grande custo a basílica desta santa em Roma.<sup>83</sup> O cardeal Pereira de Lacerda, bispo do Algarve e sagrado pelo cardeal da Cunha em 1719,<sup>84</sup> permaneceria em Roma, longe de Lisboa e do Algarve, até 1728. O seu afastamento da Corte ajuda a explicar a menor influência política que teve quando comparado com os outros cardiais portugueses seus contemporâneos.

---

<sup>82</sup> José de Castro, *op. cit.*, pp. 79-80.

<sup>83</sup> Este restauro da basílica de Santa Anastácia teve uma grande projecção e é sempre referido nos seus elogios fúnebres. “A 10 de Junho do mesmo anno [1721] lhe deo S. Santidade o capello com o titulo de Santa Anastasia, de que tomou posse a 21 de Julho seguinte, occupando-se nas Congregações dos Bispos, e Regulares, de Propaganda Fide, dos Ritos, e da Consistorial, em que deo huma evidente prova das suas letras, e da sua prudência, admirando juntamente aquella Curia a sua piedade, e grandeza, tanto nas grandes esmolas, que distribuía, como no paramento da sua casa, e magnificência do seu trato: e para deixar nella hum eterno padrão da mesma grandeza, reedificou à sua custa a Basilica de Santa Anastasia, Igreja do seu titulo, que ameaçava a ultima ruína; e por isso se lê o seu eminentíssimo nome no ornamento do pórtico sobre o claro, que faz huma grande janella.” *Descrição funebre das exéquias que a Inquisição de Goa [...] p. 66.*

<sup>84</sup> “A notícia da promoção cardinalícia só chegou a Lisboa no dia 7 de Janeiro de 1720. [...] O mesmo correio foi ao Algarve levar a noticia ao novo Cardial Pereira de Lacerda, que veio propositadamente a Lisboa, disposto a ir a Roma logo que recebesse o barrete, sendo logo visitado pelo Nuncio, pelo Patriarca de Alexandria, pelo Cardial da Cunha e pela fidalguia no convento do Desterro, onde se hospedara, depois, é claro, de ter estado com Suas Majestades. Era até seu pensamento ir a Roma na companhia do cônego Pedro da Mota e Silva, da catedral de Faro, declarado já por S. Majestade com o carácter de Residente na Corte de Roma, irmão de outro cônego Mota, magistral da igreja patriarcal.” *Ibidem*, p. 111. O barrete cardinalício chegaria a 27 de Junho de 1720 à tarde a Lisboa. A 3 de Novembro tomou barrete em cerimónia privada na sua capela privada. D. José Pereira de Lacerda ficaria em Roma “assistindo a quasi todos os consistórios secretos e públicos; e o último a que assistiu foi a 26 de Janeiro de 1728.” *Ibidem*, pp. 112-114.



Nos primeiros anos do reinado joanino, os dois pivôs do poder régio eram, sem dúvida, D. Nuno da Cunha de Ataíde e Diogo Mendonça Corte Real. O marquês de Alegrete identificou-os, por exclusão de partes, quando “afirmou ao irmão [conde de Tarouca] que Diogo Mendonça Corte Real «he seu grande amigo» e que «o capelão mor não lhe he desafeiçoado.»”.<sup>85</sup> Mais elucidativo é o panfleto que se afixou anonimamente à porta da capela real, ainda antes de D. Nuno ser cardeal, no dia 14 de Abril de 1712. Tal panfleto é “uma folha na qual apareceram pintados, cada um com o seu próprio nome por baixo, o Rei, a Rainha, ambos sentados, saindo da bôca do Rei para a Rainha estas palavras: *Eu governo este reino*. Debaixo de um palio vê-se o Inquisidor Geral e capelão-mor, Dom Nuno, com as palavras seguintes adiante da bôca: *Eu governo êstes dois*. Mais em baixo, de pé, Dom Diogo de Mendonça Côrte Real, Secretário de Estado, proferindo estas palavras: *Eu engano êstes três*. Do outro lado, um Padre da Companhia de Jesus, de nome João Ribeiro, em acto de dizer: *Eu absolvo êstes quatro*. Por fim a figura do demónio, dizendo: Levo comigo êstes cinco. E no fim: *seja para emenda*.”<sup>86</sup> A trama de Corte e a preponderância de D. Nuno da Cunha de Ataíde vem bem espelhada nos escritos de Viganego e do seu irmão Tristão da Cunha de Ataíde. Relativamente a 1714, o conde de Povolide escreve:

“O Cardeal da Cunha, Primeiro Ministro e valido, e do Despacho e do Conselho de Estado onde tem o primeiro lugar, é Inquisidor Geral e Capelão Mor e assiste sempre a El-Rei Nosso Senhor. O Duque de Cadaval velho tem tãobém poder e valimento, é o mais antigo Conselheiro de Estado e do Dispacho, e Prisdente do Desembargo do Paço e governa as armas nesta Corte de Lixboa, e província de Estremadura. O Marquês de Goveia, Mordomo Mor, tem tãobém valimento com El-Rei Nosso Senhor, e D. Diogo de Mendonça Corte Real, Secretário de Estado, e Bertolameu de Souza Mexia, Secretário das Mercês.”<sup>87</sup>

Aliás, é curioso ver que numa jornada que o rei fez a Azeitão, “pelo S. João” em 1711, o conde de Povolide presta especial atenção a quem o acompanha e coincide que essas mesmas pessoas que acompanharam o rei são aquelas que desfrutavam na sua opinião de “valimento”. Foram pois com o rei a Azeitão, os infantes D. Francisco, D. António e D. Manuel, o capitão-mor, o inquisidor-geral D. Nuno da Cunha, os duques de Cadaval, os camaristas marquês de Alegrete e conde de Valadares, o mordomo-mor conde de

---

<sup>85</sup> Isabel Cluny, *O Conde de Tarouca e a Diplomacia na Época Moderna*, Lisboa, Livros Horizonte, 2006, p. 173.

<sup>86</sup> José de Castro, *op. cit.*, pp. 71-72.

<sup>87</sup> Tristão da Cunha de Ataíde, *op. cit.*, p. 253.

Santa Cruz e o secretário de Estado.<sup>88</sup> Também nos passeios do rei a Santarém ou a Tomar, Caldas da Rainha, Batalha, Alcobaça, Nazaré, Leiria nos anos 1713 e 1714, acompanhou o rei “sempre o Cardial Nuno da Cunha, que em toda a parte o precedia meia jornada.”<sup>89</sup>

A influência de D. Nuno da Cunha fazia-se sentir desde cedo. Quando, nos primeiros anos do reinado, o rei precisou de nomear camaristas, D. Nuno colocou os que lhe eram próximos, o conde de Valadares e o marquês de Minas moço.<sup>90</sup> O conde de Valadares, cunhado do cardeal, foi bastante favorecido.<sup>91</sup> Vendo, o rei, que D. Carlos de Noronha era filho do conde D. Miguel, Povolide afirma:

“e não por serviços [...] lhe deo o título [de conde de Valadares] e se entendeu ser tãobém intercessão do valido Inquisidor Geral, primo irmão e cunhado, e sobretudo amigo do D. Carlos, que não tinha serviços mais que de Veador da Rainha, e além desta mercê do título lhe deu Sua Magestade o lugar de seu Camarista, e lhe deu uma comenda e dispôs o mesmo título a seu filho e o lugar da Junta dos Três Estados.”<sup>92</sup>

Ser camarista permitia privar com o rei e era um cargo muito apetecível para a aristocracia. Viganego, atento a esta relevância, escreve ao marquês de Torcy, a 23 de Janeiro de 1714, dando conta que número de camaristas passara de três para seis.<sup>93</sup> Eram eles o marquês de Marialva que sucedia ao tio da mulher (o conde de Viana), o marquês das Minas filho “por ser amigo íntimo do cardeal da Cunha que alcançou este cargo, a sua escolha não sendo de forma alguma aprovada” e o conde de Unhão,

---

<sup>88</sup> *Ibidem*, p. 231.

<sup>89</sup> José de Castro, *op. cit.*, p. 175.

<sup>90</sup> “El-Rei Nosso Senhor fez tãobém camaristas ao Conde de Valadares, primo irmão, cunhado, e amigo do valido Inquisidor Geral, e ao Marquês das Minas moço, e se disse que a rogo do valido forão estes dois feitos, e se reparou que não fizesse ao Conde de Pavolide, seu irmão mais velho.” Tristão da Cunha de Ataíde, *op. cit.*, p. 231.

<sup>91</sup> “O velho conde de Valadares morreu esta semana; era pai do conde do mesmo nome, que é um dos camaristas, e avô de um terceiro conde de Valadares; é uma das casas de aqui que presentemente goza do maior favor.” Carta ao marquês de Torcy a 6 de Fevereiro de 1714. Pietro Francesco Viganego, *op. cit.*, p. 163. Noutra carta poder ler-se: “O Rei de Portugal regressou aqui na sexta-feira dia 4 deste mês em perfeita saúde, não falando de outra coisa que do prazer que teve nesta viagem, que não foi mais adiante que Leiria, onde o bispo o recebeu tão bem Sua Majestade que crê-se que lhe possa valer o arcebispado de Lisboa. Este bispo é irmão do conde de Valadares, um dos primeiros camaristas, cunhado do cardeal e homem de mérito, e é possível que não se esteja enganado.” Carta ao marquês de Torcy a 8 de Maio de 1714. *Ibidem*, p. 183.

<sup>92</sup> Tristão da Cunha de Ataíde, *op. cit.*, p. 202.

<sup>93</sup> O número regular de camaristas era quatro mas o conde de Viana havia morrido recentemente. Em 1714, os camaristas passarão a ser “os Marqueses de Fontes, Marialva, Minas moço, os Condes de Valadares velho e Unhão. O Fontes está em Roma por Embaxador”. Tristão da Cunha de Ataíde, *op. cit.*, p. 253. Mais adiante, Povolide escreve que em 1719 os “camaristas d’El-Rei Nosso Senhor são o Marquês de Fontes, que ora é de Abrantes, Embaxador que foi em Roma, o Marquês das Minas moço, o Marquês de Alegrete do Conselho de Estado, o Marquês de Marialva, o Conde de Valadares velho, o Conde de Unhão seu Mordomo Mor, o Marquês de Goveia, e o Duque D. Jaime, Estribeiro Mor.” *Ibidem*, p. 324.

“cunhado de Tristão da Cunha, irmão do cardeal. É homem de mérito, honesto e generoso, se bem que de medíocre capacidade. Foi a sua mãe e ao cardeal que deveu a honra que o Rei acaba de lhe conceder”.<sup>94</sup> Ao serviço de França, Viganego identificava no cardeal da Cunha uma vontade contrária à francesa e no duque de Cadaval a cabeça do partido pro-francês.<sup>95</sup> O duque de Cadaval não gostava do conde de Castelo Melhor, antigo valido de D. Afonso VI. Acontece que este, já há alguns anos retornado do exílio, foi introduzido no conselho de Estado por intercessão do seu afilhado de baptismo D. Nuno da Cunha de Ataíde.<sup>96</sup> Sendo o duque e o cardeal ambos influentes,<sup>97</sup> as suas discordâncias abririam espaço a simpatias, antipatias e lealdades. O mesmo Viganego quando, em Setembro de 1713,<sup>98</sup> se dedica a descrever a política portuguesa, prende-se na figura do cardeal da Cunha que descreve diversas vezes nas suas cartas. Para ele, tratava-se da figura mais influente de tal forma que as outras figuras se mediam consoante o grau de simpatia relativo a D. Nuno. Começa o retrato de Nuno da Cunha dizendo que este é “neto de um homem de sorte, tem pouca representação e talento; não é nem amado nem estimado. Está ligado ao conde de Valadares, seu cunhado, ao marquês de Alegrete, ao marquês das Minas e filho e ao Secretário de Estado.” Continua afirmando que o marquês das Minas e seu filho “são do partido do cardeal, mas capazes de o atraiçoar, e têm pouca coragem”, o marquês de Alegrete “é amigo do cardeal”<sup>99</sup> mas poder-se-ia ganhá-lo” e que o conde de Aveiras “é inimigo do cardeal.”

---

<sup>94</sup> Pietro Francesco Viganego, *op. cit.*, p. 149.

<sup>95</sup> “O duque de Cadaval pai, inimigo da guerra, pareceu dedicado à França; fala muitas vezes em retirar-se dos Conselhos. O cardeal da Cunha, que não gosta dele, ficaria bem contente.” *Ibidem*, p. 108.

<sup>96</sup> “Nuno da Cunha, irmão de Tristão da Cunha, Senhor de Pavolide e Sumilher da Cortina d’El-Rei, e do Conselho Geral do Santo Ofício da Inquisição, indo em uma ocasião dar conta a Sua Magestade, sendo Príncipe, do acto da fé que se fazia desta vista e prática teve princípio o seu valimento, e El-Rei Nosso Senhor pidio, ou mandou pidir, a El-Rei seu pai que o fizesse, como fez, Capelão Mor. E agora o fez Sua Magestade Inquisidor Geral e do despacho, e Conselheiro de Estado, e depois Cardeal, e intercedeo pelo Conde de Castello Milhor, seu padrinho da pia”. Tristão da Cunha de Ataíde, *op. cit.*, p. 193.

<sup>97</sup> No ano de 1716 pensou-se “muito a sério numa viagem de El-Rei pela Europa. Ainda se começaram sem economias os preparativos para ela, fixou-se o número de pessoas da comitiva e até no Regente, que seria a Rainha, assistida pelo Cardial da Cunha e pelo Duque de Cadaval.” José de Castro, *op. cit.*, pp. 175-176.

<sup>98</sup> Pietro Francesco Viganego, *op. cit.*, pp. 108-109.

<sup>99</sup> Para Isabel Cluny, “difícilmente o conde de Tarouca encontraria no capelão-mor um apoio para o seu regresso, já que este [o capelão-mor] personificava o regresso de Castelo Melhor, afastado do Conselho de Estado por D. Pedro II e pelos validos, nos quais se incluía o marquês de Alegrete”<sup>99</sup>. Este marquês, irmão do conde de Tarouca, pouco poderia fazer “na questão particular do regresso a Portugal”<sup>99</sup> do seu irmão. Cluny continua dizendo que com “efeito, as circunstâncias políticas em Portugal, com a chegada ao trono de D. João V, não eram favoráveis à Casa Alegrete e o conde de Tarouca acabaria por perceber, à sua custa, que o irmão dificilmente o poderia auxiliar na questão particular do regresso a Portugal.”. Isabel Cluny, *op. cit.*, p. 173. Nesta carta, Viganego afirma que o cardeal da Cunha estava “ligado” ao marquês de Alegrete e que este era “amigo do cardeal”.

Na mesma carta diz ainda que os conselheiros de Estado<sup>100</sup> não se reúnem senão quando são convocados e que existe um conselho privado que “apenas é composto pelo Rei, pelo cardeal, pelo duque de Cadaval pai e pelo Secretário de Estado; trata-se dos negócios ordinários e não se reúne senão à noite. O cardeal da Cunha consulta muitas vezes dois padres do Oratório, pessoas de bem e esclarecidas, que são os padres António Faria e Francisco Pedroso; consulta também um cônego da catedral chamado Francisco Barreto.”<sup>101</sup> Noutra carta daria força à mesma ideia, quando diz:

“Despacho é aqui como em Madrid; o Conselho do Rei só se reúne à tarde e não agrada muito. Os ministros deste Conselho são actualmente: o cardeal, o duque de Cadaval e o Secretário de Estado; o camarista de semana habitualmente também assiste. Quando se trata de mateira respeitante a concessão de graças, o Secretário das Mercês, Bartolomeu de Sousa Mexia, é chamado, e em matéria de justiça António de Basto.”<sup>102</sup>

Nos primeiros anos do reinado de D. João V, D. Nuno da Cunha de Ataíde detinha uma vasta influência sobre o rei.<sup>103</sup> À acumulação de cargos de relevo e ao valimento de

---

<sup>100</sup> Em 1714, os “conselheiros de Estado são o Cardeal da Cunha, os Duques de Cadaval pai e filho, o Conde de Castello Milhor, os Marqueses das Minas velho, Cascaes velho, Fronteira, Alegrete, Angeja, os Condes de S. Vicente velho, Aveiras velho, Avintes velho, Meirinho Mor, Asumar”. Tristão da Cunha de Ataíde, *op. cit.*, p. 253. Em 1719 Tristão da Cunha escreveu que são “conselheiros de Estado, o Cardeal da Cunha e o Patriarca, e os Duques de Cadaval, pai e filho, e o Conde de Castelo Milhor, que ainda vive, mas já cego, e de mais de oitenta anos. O Marquês de Minas velho, que governou a Corte de Madrid, General do exército, com que entrou nela, o Marquês de Cascaes velho, Embaxador que foi em França, o Marquês de Angeja, o Marquês de Alegrete, o Marquês de Fronteira, o Conde de Santo Visente velho General da Armada, o Conde de Aveiras velho, o Conde se Asumar velho, e é Conselheiro de Estado o Arcebispo Primas, que está em Braga.” *Ibidem*, p. 324. Em carta ao marquês de Torcy a 28 de Novembro de 1713 e a propósito da nomeação do embaixador para França, Viganego tece o seguinte comentário, “Nada está decidido sobre o embaixador para França. Falou-se muito nestes últimos dias no conde de Ericeira, que é um homem de carácter e sabedor, mas faltam-lhe os meios, pois não se encontra em estado de despender os seus bens. Os senhores Conselheiros de Estado recusaram todos estas funções, alegando que o cargo que desempenham é a recompensa normal daqueles que foram embaixadores, e que não há exemplo, há muitos anos, de que tenha sido enviado um Conselheiro de Estado como embaixador. É preciso dizer, contudo, que o número destes senhores nunca foi tão grande como é actualmente e que só resta escolher entre aqueles que o não são.” Pietro Francesco Viganego, *op. cit.*, pp. 125-126.

<sup>101</sup> *Ibidem*, p. 109.

<sup>102</sup> Carta ao marquês de Torcy a 23 de Janeiro de 1714. *Ibidem*, p. 150. “É-lhe remetida a cópia das perguntas que o conde de Assumar fez sobre a morte do imperador [1711], a fim que interponha parecer para a votação no conselho de estado. Para o cardeal são remetidos papéis sobre o despacho de mercês (carta de 10 de Setembro de 1715), e inúmeras vezes é chamado ao paço para decidir sobre as mais diversas questões, tanto para votar o aumento do número de navios de guerra, como para decidir o destino a dar aos mouros capturados duma nau de Argel, se iriam para as galés ou para a Trafaria. Se o cardeal muitas vezes é chamado ao paço para conferenciar ou na casa da Galé ou na casa das Batalhas ou no quarto dos camaristas, também recebe a informação que a Junta do Conselho de Estado se reúne no palácio da Inquisição por mandato do rei. Para ir a casa do inquisidor-geral eram convocados o duque e procuradores da coroa, os marqueses de Minas, da Fronteira, de Abrantes, de Alegrete, condes de Tarouca, general da Armada e conde de Assumar, general de Cavalaria, para tratarem de assuntos da governação.” Maria Luísa Braga, *op. cit.*, p. 38.

<sup>103</sup> Nas memórias do irmão mais velho, “Logo que El-Rei Nosso Senhor se coroou se tratou do seu casamento, e se entendeu que seria com a Rainha Nossa Senhora sua prima irmã, filha do Emperador, e tratando-se esta matéria pareceo ao Conde de Viana, Conselheiro de Estado e Estribeiro Mor e Camarista

Nuno da Cunha de Ataíde corresponde um enorme poder do cardeal neste tempo. Note-se que estando o rei numa jornada pelo Alentejo em Novembro de 1716,<sup>104</sup> é o cardeal da Cunha que assiste a rainha “ao despacho dos negócios”. Nas cartas trocadas com D. Luís da Cunha<sup>105</sup> e Conde de Tarouca<sup>106</sup> vê-se um tom reverencial dos diplomatas e mostra o seu envolvimento na política externa portuguesa. Além de estar ao corrente do que se passava em Utrecht com os representantes espanhóis e franceses e de ser a cabeça mais influente do conselho de Estado, D. Nuno da Cunha de Ataíde detinha os espectaculares ofícios de capelão-mor. Era ele que, por exemplo, sagrava os bispos dos territórios do reino e das conquistas. Ora este aspecto mudaria a 7 de Março de 1717<sup>107</sup> quando D. Tomás de Almeida sagrou o primeiro bispo.<sup>108</sup> Assim, como já referimos, a aparição do patriarca, novo capelão-mor, com toda a sua magnificência, vem ofuscá-lo logo em 1717. Em Junho, já D. Tomás de Almeida fora nomeado do conselho de Estado<sup>109</sup> e no fim de Agosto baptizava, ele, o infante D. Pedro com honras de cardeal<sup>110</sup>. A ascensão de D. Tomás de Almeida e a centralidade das suas acções no interesse régio, coincide com uma menor projecção do cardeal da Cunha que a partir do fim de 1716 é cada vez menos referido na *Gazeta de Lisboa*. O cardeal da Cunha já não

---

d’El-Rei Nosso Senhor, que o casamento se não fizesse logo e se dilatasse um ou dois anos, e se applicasse à guerra em que estávamos o dinheiro que forçosamente se havia gastar no casamento de Sua Magestade. Foi de contrário parecer Nuno da Cunha, Capelão Mor, Inquisidor Geral, Conselheiro de Estado, dizendo que Sua Magestade devia logo casar. E com este parecer se acomodou Sua Magestade, e se disse que o Conde de Viana, parente e amigo do Inquisidor Geral, sintira que se não conformassem.” Tristão da Cunha de Ataíde, *op. cit.*, p. 200.

<sup>104</sup> “Na ausência de S. Mag. Ficou a Rainha N. Senhora com o governo, assistindo ao despacho dos negócios com o Eminentissimo Senhor Cardeal da Cunha, fazendo a função de Secretario de Estado, o Secretario das mercês Bartholomeu de Sousa Mexia.” *Gazeta de Lisboa*, 7 de Novembro de 1716.

<sup>105</sup> “Aliada a esta situação deu-se ainda a coincidência de existir um bom entendimento entre D. Luís da Cunha e o capelão-mor, que eram aliás primos. Na Biblioteca Nacional consultámos um códice, com cerca de duzentas e oito cartas, trocadas entre D. Luís da Cunha e o inquisidor-mor, datadas de 1709, 1710 e 1711, versando assuntos de natureza política. A sua leitura permitiu-nos avaliar a importância do apoio dispensado pelo capelão-mor a D. Luís e perceber que muito antes da partida do conde de Tarouca para Londres, já o nosso embaixador em Londres se colocara sob protecção do cardeal.” Isabel Cluny, *op. cit.*, p. 174.

<sup>106</sup> “O cardeal da Cunha mantinha-se a par da política externa do país e em contacto com diplomatas colocados no estrangeiro. É o caso do conde de Tarouca, de quem existem 30 cartas, escritas entre 1712 e 1714, de Haia e de Utrecht em que o assunto principal é o tratado de paz assinado entre Portugal, Espanha e França. O tom em que as mesmas foram escritas torna-se subserviente e adulator, à medida que o conde de Tarouca pretende que D. Nuno da Cunha lhe alcance junto do monarca determinadas disposições favoráveis à sua situação.” Maria Luísa Braga, *op. cit.*, p. 35. Estas “cartas” são: *Cartas do Conde de Tarouca, Embaixador de Portugal, Dirigidas ao Cardeal da Cunha*, A. de Gusmão Navarro (dir.), Lisboa, Tipografia Elite, 1927.

<sup>107</sup> *Gazeta de Lisboa*, 11 de Março de 1717.

<sup>108</sup> A sagração de bispos passou a ser realizada por D. Tomás de Almeida, novo capelão mor e patriarca, durante o resto do reinado de D. João V.

<sup>109</sup> *Gazeta de Lisboa*, 24 de Junho de 1717.

<sup>110</sup> *Gazeta de Lisboa*, 2 de Setembro de 1717.

estava só no primeiro plano da política portuguesa.<sup>111</sup> Nuno da Cunha de Ataíde sobressai nas palavras de Viganego, nos anos de 1712 a 1714, como o protagonista no palco político português. Já nas de Charles Frédéric de Merveilleux, quando, entre 1723 e 1726, este descreve com pormenor os personagens políticos de relevo, é apenas referido uma vez e como “inquisidor-geral”.<sup>112</sup> Este silêncio de Merveilleux, em relação a um homem que contaria cerca de sessenta anos, mostra um Nuno da Cunha de Ataíde com menor importância política e certamente, e neste aspecto em linha com as referências da *Gazeta de Lisboa*, mais um inquisidor que um político. A ausência de Lisboa pelos anos de 1721 e 1722 poderá ter contribuído, muito embora na altura da morte do cardeal, frei João do Pilar tenha recitado que não o “privou a ausência, decadência ordinária dos validos, de continuar S. Eminência na aceitação do seu Soberano, em que perseverou até 31 de Julho de 1750”<sup>113</sup> Permaneceu na aceitação do rei mas não com a mesma intensidade. Assim, esta, menos fulgurante, nova fase do cardeal da Cunha, tendo tido início em 1716-1717, é aguçada pela sua ausência de Lisboa. Em relação a 1722, tendo já retornado o cardeal, Povolide diz:

“[Ao] Cardeal da Cunha e ao Duque de Cadaval velho, e ao Patriarca, leva o Secretário de Estado papéis e propostas, e ordinariamente se ajuntão em casa do dito Cardeal, e vai também o Marquês de Abrantes, e algumas pessoas, quando se chamão, e vai o Cónego Patriarcal João da Mota.”<sup>114</sup>

Relativamente a 1725, o mesmo conde escreve:

“Os conselheiros de Estado são, o Cardeal da Cunha, o Patriarca, os Duques de Cadaval, os Marqueses de Angeja, Alegrete velho, Fronteira, e os Condes de S. Visente velho, Aveiras velho, Asumar velho, mas é muito tempo que não há Conselho de Estado, porém há Juntas, a que são chamados alguns deles.”<sup>115</sup>

---

<sup>111</sup> Maria Luísa Braga refere que “A importância do cardeal da Cunha durante o reinado de D. João V resulta da acumulação dos cargos de inquisidor-geral, cardeal nacional e membro do conselho de estado.” Esta visão parece-nos redutora pois a acumulação de cargos tal como a referida importância resultam de um período de efectivo valimento (1707-1717) e de uma proximidade ao rei que se estenderia por toda a restante vida de Nuno da Cunha de Ataíde. Maria Luísa Braga, *op. cit.*, p. 38.

<sup>112</sup> “O palácio da Inquisição vizinha este convento [dos dominicanos]. O inquisidor-geral de Portugal ocupa ali magníficos aposentos. Este prelado preside ao Supremo Conselho do Santo Ofício que só reúne em Lisboa, e é a este Conselho que, embora autónomo, todos os tribunais da Inquisição de Portugal devem dar conta dos seus procedimentos.” *O Portugal de D. João V visto por três forasteiros*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1983, p. 213.

<sup>113</sup> *Descrição funebre das exéquias que a Inquisição de Goa [...] p. 70.*

<sup>114</sup> Tristão da Cunha de Ataíde, *op. cit.*, p. 350. Pode ler-se que o Diogo de Mendonça Corte Real “afirma até numa carta que Sua Magestade decreta, já que o cardeal não pode ir à Junta por estar ocupado, que esta seja transferida para o dia seguinte (carta de 1723).” Maria Luísa Braga, *op. cit.*, p. 38.

<sup>115</sup> Tristão da Cunha de Ataíde, *op. cit.*, p. 406. O conde de Povolide voltaria a actualizar a lista de conselheiros em 1726, sem incluir o conde de S. Vicente velho. *Ibidem*, p. 416.

Em simultâneo, com um cada vez menos activo conselho de Estado, emergem consultas régias mais individualmente direccionadas. Esta forma pessoalista de fazer política ganha força em 1727, ano em que João da Mota e Silva é feito cardeal e em que no início do ano morre o velho duque de Cadaval<sup>116</sup> cuja última consulta lhe tinha sido dirigida em 1725.<sup>117</sup> Ora, o fim de Cadaval dita o fim do conselho de Estado. Lícito é pensar até que este conselho se manteria em funcionamento em função do duque tal como pouco mais tarde se observa, nos secretários de Estado, uma “coincidência entre o ciclo biológico da vida e o ciclo político dos seus mandatos”.<sup>118</sup> Quanto ao cardeal da Cunha, com a transformação do elenco político consubstanciada em 1727, continuou a ter um papel activo na cena política.<sup>119</sup> Em 1729 pode lê-se:

“[Nas] juntas de Estado costumão assistir somente os Cardeaes da Cunha e Motta, o Marques de Alegrete e Conde de Assumar, e Diogo de Mendoça.”<sup>120</sup>

Em 1731, o cardeal da Cunha continuava próximo do rei.<sup>121</sup> Embora aparentemente menos interventivo não houve um verdadeiro ocaso político do cardeal da Cunha, nem poderia dada a sua relevância social quer como cardeal quer como inquisidor-geral. Em 1733 chega mesmo a falar-se de ser feito legado *a latere* do papa.<sup>122</sup> Em 1732, a par do cardeal Pereira de Lacerda e de Diogo de Mendonça Corte Real, o cardeal da Cunha é

---

<sup>116</sup> Nascido a 4 de Novembro de 1638, o duque de Cadaval morre a 29 de Janeiro de 1727. Tristão da Cunha de Ataíde, *op. cit.*, p. 416.

<sup>117</sup> Nuno Gonçalo Monteiro, “Identificação da política setecentista. Notas sobre Portugal no início do período joanino” in *Análise Social*, vol. xxxv, 2001, p. 985.

<sup>118</sup> José Subtil, *O Terramoto Político (1755-1759) – Memória e Poder*, Lisboa, EDIUAL – Universidade Autónoma, 2007, p. 38.

<sup>119</sup> Maria Luísa Braga demonstra incumbência política de Nuno da Cunha no tempo quando afirma que a “maior parte das cartas consultadas, relativas a um período que vai de 1711 a 1728, são da autoria de Diogo de Mendonça Corte Real. O secretário de estado, por mandato do rei, remete ao cardeal petições para o provimento de lugares, pede o parecer sobre elas, menciona outros possíveis pretendentes. As consultas referem-se ao provimento dos lugares de chanceler-mor, de embaixadores da Castela e da Alemanha, vice-rei da Índia, de governadores da nova colónia do Sacramento, Angola, da capitania do Rio de Janeiro, de bispo de Cochim, etc.” Maria Luísa Braga, *op. cit.*, p. 38

<sup>120</sup> Diário de 20 de Setembro de 1729. *Gazetas Manuscritas da Biblioteca Pública de Évora. Vol. I (1729-1731)*, João Luís Lisboa; Tiago C. P. dos Reis Miranda; Fernanda Olival, Lisboa, Edições Colibri, CHC-UNL e CIDEHUS-EU, 2002, p. 54.

<sup>121</sup> “O Secretario de Estado está com huã cesão muito forte, que principiou com dezacordo, e só elle e o Cardeal da Cunha, e a Rainha assestirão a El Rey na sua queixa.” Diário de 13 de Março de 1731. *Ibidem*, p. 113.

<sup>122</sup> “Muitas novas correm deste último ajuste com a Corte de Roma e nenhuas athegora são certas por mais que se afirmem que o Sr. Cardeal da Cunha hade ser por algum tempo Legado a Latre e fazer entrada publica exercitando jur[is]dições e dando hua satisfação a El Rey em nome do Papa.” Diário de 3 de Fevereiro de 1733. *Gazetas Manuscritas da Biblioteca Pública de Évora. Vol. II (1732-1734)*, João Luís Lisboa; Tiago C. P. dos Reis Miranda; Fernanda Olival, Lisboa, Edições Colibri; CIDEHUS-EU e CHC-UNL, 2005, p. 62.

apontado como “ministro superior” a propósito de umas mercês que lhes são atribuídas na pessoa de um parente próximo.<sup>123</sup>

Na entrada de 31 de Março de 1733 do diário do conde da Ericeira, onde o autor colectava notícias das *Gazetas Manuscritas*, lê-se que se fez na secretaria de Estado uma “junta para regular o tempo da partida das frotas em que se acharão o senhor Cardial da Cunha, o Conde de São Vicente, e outros officiaes da Marinha.”<sup>124</sup> Três anos mais tarde nas próprias *Gazetas Manuscritas*, a propósito de umas conferências que o rei teve com oficiais ingleses, pode ler-se que “houve outras [conferências] dos menistros de Estado, hindo o Cardeal da Cunha a caza do da Mota por muitas horas”<sup>125</sup>. Assim em Abril de 1736, quando morreu o infante D. Carlos, o cardeal da Cunha tem papel central na cerimónia<sup>126</sup> e em Setembro estaria no paço com frequência<sup>127</sup>. Note-se no entanto que, embora as *Gazetas Manuscritas* tenham algumas referências ao cardeal nos anos trinta de setecentos,<sup>128</sup> a *Gazeta de Lisboa*,<sup>129</sup> prolífica em referências ao

---

<sup>123</sup> “Os despachos dos ministros supiores já se publicarão sendo o do Cardeal da Cunha a comenda de Alpedrinha que foi da Sñra. Condessa de Atougua e rende perto de tres mil cruzados com 18 de cahidos posta logo no Conde de Povolide ao qual deu El Rey hua vida mais em seis mil cruzados que tinha de beñs de Coroa e ordeñs e no titulo e hua alcaidaria mor que foi de seu pay. Ao Cardeal Pereira para seu sobrinho mais velho hua comenda de seis centos mil reis e alcaidaria mor de Trancozo. A Diogo de Mendomça Secretario de Estado a comenda de Muxagata que valle tres mil cruzados com 60 e tantos de cahidos posta em seu filho está mercê foi feita na ocasião do Caya pellos seus serviços e de hum primo, seu coronel do Algarve e esteve oculta até vir hum breve que chegou para vincullar os cahidos em morgado.” *Diario de 9 de Setembro de 1732. Gazetas Manuscritas da Biblioteca Pública de Évora. Vol. II (1732-1734)*, João Luís Lisboa; Tiago C. P. dos Reis Miranda; Fernanda Olival, Lisboa, Edições Colibri; CIDEHUS-EU e CHC-UNL, 2005, pp. 142-143.

<sup>124</sup> *Diário de D. Francisco Xavier de Menezes 4.º Conde da Ericeira (1731-1733) Apresentado e anotado por Eduardo Brazão da Academia Portuguesa da História*, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1943, p. 154.

<sup>125</sup> Lisboa Ocidental 21 de Fevereiro de 1736. *Gazetas Manuscritas da Biblioteca Pública de Évora. Vol. III (1735-1737)*, João Luís Lisboa; Tiago C. P. dos Reis Miranda; Fernanda Olival, Lisboa, Edições Colibri/CIDEHUS-EU/CHC-UNL/CHAM-UNL/UA, 2011, pp. 170-171.

<sup>126</sup> “El Rey, Principe Infantes Cardeal da Cunha e Patriarcha acompanharão o corpo de Snr. Infante athe as escadas que descem da Sala dos Tudescos.” Adição a *Gazeta de 5 de Abril de 1736. Gazetas Manuscritas da Biblioteca Pública de Évora. Vol. III (1735-1737)*, João Luís Lisboa; Tiago C. P. dos Reis Miranda; Fernanda Olival, Lisboa, Edições Colibri/CIDEHUS-EU/CHC-UNL/CHAM-UNL/UA, 2011, p. 308.

<sup>127</sup> “O Cardeal da Mota, ainda que mal tractado veyo no Domingo ao Paço, o da Cunha tinha lá estado na Sexta feira athé a meia noite, e Antonio Guedes athé depois das 7 horas da manhã.” Lisboa 18 de Setembro de 1736. *Ibidem*, p. 209.

<sup>128</sup> Teria mesmo uma boa relação com os Infantes D. Francisco e D. António pois estes enviavam-lhe peças de caça como presentes. “O Sor. Infante D. Francisco que vay a 24 de todo para Samora, mandou ao Cardeal da Cunha 4 veados e outras caças, e o Sor. Infante D. Antonio 300 perdizes.” *Diario 18 de Outubro de 1729. Ibidem*, p. 58. “Veyo de Pancas o Sñr Infante D. Antonio tendo mandado ao Cardeal da Cunha quatro corças e hum viado para o jantar do auto de fê.” *Diario de 19 de Junho de 1731. Ibidem*, p. 135. Também teria uma boa relação com senhoras aristocratas a quem oferecia joalharia com relativa frequência. “O Sr. Cardeal da Cunha deu a Rodrigo Cezar que lhe tinha dado algumas curiosidades do Brail, duas grandes sopeiras com tampas concavas, e duas serpentinas tudo de prata primorosamente lavrada, e ao Conde da Ericeira D. Francisco deu de colgadura hua partida de vinho de Borgonha, e há copa grande de prata de bastiães com hua salva irmã e dentro na copa sahe hua figura sahe hua figura



cardeal da Cunha até à segunda metade da terceira década de setecentos, passa a referir pouco o cardeal deste então. A avançada idade do cardeal da Cunha, cerca de setenta anos em 1734, ajuda a explicar a maior descrição neste periódico.<sup>130</sup> Certo é que, na *Gazeta de Lisboa*, o cardeal e provedor da misericórdia de Lisboa<sup>131</sup> passa, a partir de 1730, a ser referido de tempo a tempo, pouco e cada vez mais unicamente, por nomear deputados e oficiais da inquisição e por todos os anos receber a família real no seu palácio da Inquisição para assistir à procissão da irmandade dos Passos durante a quaresma, hábito que se manteria até ao fim do reinado.<sup>132</sup> Com cerca de oitenta anos, nos anos quarenta do século XVIII, e com o monarca debilitado a partir de 1742, o cardeal da Cunha gere essencialmente a Inquisição portuguesa, sobressaindo outros homens na alta política desta década. Tempo que já conta com um aparelho secretarial mais complexo, com a forte presença do cardeal da Mota e, na ausência deste, a partir de 1747, de homens como o constante Alexandre de Gusmão<sup>133</sup>, frei Gaspar da Encarnação e o padre Carbone. No entanto, embora mais discreto, o cardeal da Cunha manter-se-ia interventivo durante os anos quarenta. Numa carta que D. João V escreve

---

[sic] também dourada formada sobre pedras de virtude que purificação a agua; e às senhoras que vierão jantar com o Conde deu em atenção ao dia vários presentes; a Sra. Marqueza de Tavora hua excellente zafira em huma pulseira; e às senhoras Condessas de Soure, Ericeira e Atalaya caxas da ultima moda de ágatas, e outras pedras preciosas engastadas em ouro, e prata.” *Diario* de 30 de Janeiro de 1730. *Ibidem*, p. 78. “O Cardeal da Cunha está livre de huã queixa de cabeça que padeço e deu a Sra. Condeça de Soure huã agoa marinha oriental bem gorneçada, a da Ericeira huã caixa de vitorina da ultima moda aa sua filha huã excelente salva de bastiães com flores de Italia.” *Diario* 8 de Novembro de 1730. *Ibidem*, p. 85.

<sup>129</sup> Ressaltam na leitura das gazetas os banquetes que o inquisidor dava. “No dia de S. Joã Evangelista deu o Eminentissimo Cardeal da Cunha em obsequio do nome de S. Mag. hum magnifico banquete aos Embaixadores de Hespanha, aos mais Ministros Estrangeiros, e a alguns Senhores da Corte.” *Gazeta de Lisboa*, 8 de Janeiro de 1728. “O jantar que deu o Cardeal da Cunha a mais de 300 foi summamente magnifico.” *Diario* 18 de Outubro de 1729. *Gazetas Manuscritas da Biblioteca Pública de Évora. Vol. I (1729-1731)*, João Luís Lisboa; Tiago C. P. dos Reis Miranda; Fernanda Olival, Lisboa, Edições Colibri, CHC-UNL e CIDEHUS-EU, 2002, p. 58.

<sup>130</sup> No entanto, continuava uma figura alvo de comentário social. “Num panfleto anónimo, que se diz «escrito do Inferno pela Alma do Marquês do Alegrete», o cardeal da Cunha é criticado em tom jocoso pelo seu procedimento, tanto como inquisidor-geral como conselheiro de estado, cargo de que teria aproveitado em seu benefício: «Seres altiuo sem alicerces, e vangloriozo sem acções, inferior sugeito para os Cargos que Occupaes, e que havia disputa sobre a cauza porque Compraeis sem letras, sois Bispo, sem Vertudes e Inquizidor Geral, e sem dotes de Palaciano Conservais o septro do Governo sendo legado a latere do Joanico...».” [Citado de Biblioteca da Academia das Ciências, Mss 383 Azul, doc. nº 19, fl. 208, Carta que mandou do Inferno ao inquisidor-geral o marquês de Alegrete] Maria Luísa Braga, *op. cit.*, pp. 61-62.

<sup>131</sup> José de Castro, *op. cit.*, p. 82. Foi duas vezes provedor da Santa Casa da Misericórdia.

<sup>132</sup> José de Castro, *op. cit.*, p. 81. O mesmo hábito, o de receber a família real no palácio da Inquisição para assistir à procissão dos Passos, é recorrentemente referido nas gazetas.

<sup>133</sup> “Por uma carta de D. João V para o cardeal da Mota, temos notícia das boas relações de Alexandre de Gusmão com o inquisidor-geral, que o recebia em sua casa e com quem mantinha contacto, o que traria como resultado para o primeiro, uma certa imunidade face às insinuações dos inimigos, mesmo pertencentes ao Santo Ofício e, para o segundo, uma fonte de informações preciosa.” [Carta referida in Jaime Cortesão, *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid*, Rio de Janeiro, 1956, tomo II, pt. I (1735-1753), p. 85.] Maria Luísa Braga, *op. cit.*, p. 53.

ao cardeal da Mota no final dos anos trinta de setecentos,<sup>134</sup> diz-se que existiam despachos dirigidos ao cardeal da Cunha. A 7 de Abril de 1740, o conde da Ericeira D. Luís de Meneses dirige uma carta a Nuno da Cunha em que pede a sua intercessão junto do rei para que este lhe dê mais dinheiro para suportar os custos de ser vice-rei.<sup>135</sup> Também muito significativa é a instrução que, o diplomata francês que esteve em Portugal de 1740 a 1743 e de 1746 a 1749, Anne-Théodore Chevignard de Chavigny trouxe consigo para se informar sobre a política portuguesa. Nesta o cardeal da Cunha figura ao lado do cardeal da Mota, no primeiro plano da política portuguesa. Figura assim:

“Il ne se presente à fournir au sieur Chavigny que des notions très générales sur le cour et le ministère de Lisbonne. Le Roi de Portugal est un prince entier dans ses sentiments, et qui gouverne plus despotiquement que n’ont fait le Roi son père, son oncle et son aieul: on lui rapporte généralement toutes les affaires de son royaume, et il ne se fait rien qu’il n’ait auparavant donné ses ordres; mais il n’est pas certain que les affaires lui soient toujours rapportées dans le vrai.

La Reine est une princesse de beaucoup de vertu, le Roi son mari la considère fort et même on peut dire qu’il la respecte; mais il ne paroît pas qu’elle ait aucune sorte d’influence dans le gouvernement. Il en est de même à cet égard des princes, fils et frères du Roi de Portugal. On peut regarder les cardinaux Da Cunha et Da Motta comme consultés par leur maître sur les partis à prendre par lui à l’égard des puissances étrangères; ils ont paru quelquefois penser avec sagesse et avec prudence, et assez persuadés qu’il n’y a point de couronne avec qui le Roi de Portugal dût se livrer plus étroitement qu’avec celle de la France.

Le sieur Azevedo (*Marco António de Azevedo Coutinho*) est aujourd’hui Secrétaire d’État pour les affaires étrangères. Il est parfaitement connu du sieur de Chavigny qui vraisemblablement aura à traiter avec lui plus qu’avec toute autre personne; quoique les ministres étrangers s’adressent quelquefois au cardinal da Motta, on en pourroit conclure que ce dernier a une sorte de ministère supérieur, néanmoins les secrétaires d’État ne lui rendent aucun compte.

Les sieurs Guedes (*António Guedes Pereira*) et Da Motta (*Pedro da Mota e Silva*) sont les deux autres secrétaires d’État: le premier a été chargé du détail des affaires étrangères jusqu’à l’arrivée à Lisbonne du sieur Azevedo, revenu depuis très peu de temps d’Angleterre, et le second est frère du cardinal Da Motta; d’ailleurs d’assez basse extraction, il seroit difficile de distinguer leurs départements. Le Roi, leur maître, les emploie indifféremment à toutes sortes d’affaires; plusieurs autres personnes sans dénomination ont l’honneur comme’eux de faire des rapports au Roi leur maître et de recevoir et exécuter ses ordres. Un très petit particulier nommé Alexandre Guzman, et qui a été agent à Rome, expédie ce qui concerne cette

---

<sup>134</sup> Eduardo Brasão, *D. João V – Subsídios para a história do seu reinado*, Porto, Portucalense, 1945, p. 84.

<sup>135</sup> *Ibidem*, p. 90.

cour. De plus ce prince se sert assez souvent d'un de ses valets de chambre pour faire des courriers, sans communiquer au cardinal da Motta ni aux secrétaires d'Etat les motifs de leur expédition.

Aucune personne ne peut se flatter d'avoir, d'une façon déterminée et suivie, du crédit sur l'esprit du Roi de Portugal. La noblesse, peu considérée de son maître, s'abstient autant qu'elle peut de toutes sortes de marques d'attention et d'égards pour les ministres, d'autant plus qu'elle répugne beaucoup au traitement d'Excellence à donner aux secrétaires d'État.

Ce petit nombre de remarques sur l'état et l'esprit de la cour de Lisbonne sera fini par une dernière que n'est pas la moins importante, savoir que le Roi du Portugal s'est fait l'objet, qu'il suit très constamment de mettre sa couronne au rang des principales de l'Europe.”<sup>136</sup>

Importante é esta instrução pois dá conta de quem eram as grandes personagens políticas da época. Neste tempo, o cardeal da cunha tinha uma presença bastante mais discreta que o cardeal da Mota mas é significativo que no texto apareçam em simultâneo. As cartas que o conde de Assumar dirige a seu pai, o marquês de Alorna vice-rei da Índia, demonstram bem a influência que o cardeal da Cunha manteve nos seus últimos anos. Na carta de 27 de Março de 1750, o conde escreve:

“Depois de ter escrito o capítulo antecedente se me ofereceu por acaso o falar na matéria que ele contém ao Cardeal da Cunha mais como história do que como pretensão. Causou-lhe grande admiração que tardassem em deferir ao que V. Ex.<sup>a</sup> pedia um só instante, oferecendo-se para ser quem falasse naquela matéria e isto com tais expressões e com uma veemência que me admirou e me obrigou infinito. Enfim disse-me que o fosse esperar no paço para lhe lembrar a pretensão. Ele armou as coisas de maneira que me quis El-rei falar. Entrei e por conselho do Cardeal lhe falei pelos mesmos termos da carta de V. Ex.<sup>a</sup> e por onde V. Ex.<sup>a</sup> mesmo quis que me regulasse ao que El-rei respondeu que era muito louvável a minha pretensão que naquilo mostrava ser filho de um tão grande pai como V. Ex.<sup>a</sup> e que fizesse sempre pelo imitar por ser em tudo o melhor modelo que me podia propor para chegar ao estado de perfeição e com os circunstantes esteve ponderando a grandeza das qualidades de V. Ex.<sup>a</sup> e do bem que o tinha servido em toda a parte não se fartando de lhe chamar grande homem.”<sup>137</sup>

Adiante na mesma carta, Assumar refere que o cardeal da Cunha o tinha avisado no dia anterior que o rei o ia fazer capitão<sup>138</sup>. A dimensão de inquisidor também emerge neste documento a propósito de *O Verdadeiro Método de Estudar* de Luís António Verney. Assumar desconhecia o autor da obra, que era até atribuída a Alexandre de Gusmão, e referia-se a ela como o “Livro do Barbadinho” quando dava conta dela ao seu pai. O conde de Assumar escreve assim a Alorna:

---

<sup>136</sup> *Ibidem*, pp. 61-62.

<sup>137</sup> Nuno Gonçalo Monteiro, *Meu Pai e meu Senhor muito do meu coração*, Lisboa, ICS/Quetzal Editores, 2000, pp. 131-132.

<sup>138</sup> *Ibidem*, p. 147.

“Para o Conde de S. Tiago *poder* mandar a V. Ex.<sup>a</sup> o Livro do Barbadinho foi necessário furtá-lo a um inquisidor como ele mesmo diria a V. Ex.<sup>a</sup> e por não ter tido *uma* semelhante ocasião o não mandei há dois anos. *Depois disso pedi-o ao Cardeal da Cunha que me respondeu que se fosse para seu compadre meu Avô que o daria mas que V. Ex.<sup>a</sup> era ainda muito rapaz para se lhe fiarem semelhantes livros advertindo que dizia isto com grande seriedade; e agora me lembro das diligências que fez pela companhia de Cavalos me recomendou um inviolável segredo e que só o comunicasse a V. Ex.<sup>a</sup>.*”<sup>139</sup>

A carta que a 2 de Abril de 1751 Assumar escreve a Alorna, fala do cardeal da Cunha mesmo tendo ele morrido em Dezembro e tendo-se retirado do despacho em Agosto de 1750. O ofício de capitão tinha sido atribuído a Assumar pelos méritos bélicos de seu pai Alorna e nesse processo vários pretendentes do cargo tinham sido preteridos e se tinham sentido injustiçados. Assumar continua a dar conta da sua situação e do envolvimento do cardeal, assim:

“No dia em que dei a petição à Rainha fui dar parte disso ao Príncipe a quem a numerosa tropa dos oponentes tinha importunado, mas Sua Alteza com frialdade me respondeu que uns e outros requerimentos seriam patentes a El-rei seu pai que resolveria com o acerto com que costumava. O Cardeal da Cunha que com grande empenho tinha sido quem mais diligenciou nesta matéria, era quem com tontice e frialdade de velho me aconselhava que me pusesse à capa, condenando o ter feito requerimento contra o desaforo que se me estava fazendo.”<sup>140</sup>

Em Fevereiro de 1748, “começou a torturá-lo o mal da gota, diminuindo-lhe a pressão que tinha no peito e em Agosto de 1750 pediu a El-Rei que o dispensasse de ir diariamente à Corte, tanto mais que o via bem assistido pelos secretários de Estado. Mas às 9 horas da noite de 14 de Dezembro de 1750 «passou a melhor vida o digno purpurado Cardial da Cunha, depois de breves dias de febres malignas, chorado universalmente pelas suas belas qualidades, e particularmente pelos do Tribunal do Santo Ofício, por terem perdido um chefe tão respeitável e que administrava aquele emprego com toda a prudência, rectidão e firmeza de ânimo», como disse para Roma Mons. Lucas Melchior Tempì, arcebispo de Patrasso, ao Secretário de Estado de Bento XIV.” O cadáver foi exposto no “seu palácio durante um dia” e “foi sepultado, segundo a sua vontade, na igreja de S. Domingos”<sup>141</sup> na sala do capítulo.

D. Nuno da Cunha de Ataíde foi uma figura singular e alguns pontos há a destacar. Em 1702, com cerca de quarenta anos e como sumilher da Cortina de D. Pedro II, travou

---

<sup>139</sup> *Ibidem*, p. 150.

<sup>140</sup> *Ibidem*, p. 154.

<sup>141</sup> José de Castro, *op. cit.*, p. 82.

contacto com o príncipe D. João, futuro D. João V. Ganhou a simpatia deste pois D. João pediu ao rei, seu pai, que fizesse D. Nuno capelão-mór. Desde então até à nomeação de D. Tomás de Almeida como patriarca em 1716, Nuno da Cunha acumulou cargos e influência sem par. Foi neste tempo capelão-mór, inquisidor geral e cardeal. Era a figura mais influente do ainda activo conselho de Estado, correspondia-se com os diplomatas e despachava negócios como aconteceu quando o rei se ausentava de Lisboa. Este tempo de imensa influência e dimensão do cardeal da Cunha coincide com um rei na casa dos vinte anos. Algumas fontes da época evidenciam-no e chamam-lhe *valido* e não o terá sido mesmo neste feixe temporal? Não seria essa a visão do seu irmão conde de Povolide quando relevou a ligação baptismal que tinha com o seu padrinho conde de Castelo Melhor? Verdade é que no conselho de Estado também se destacava o velho duque de Cadaval que Viganego vê como cabeça de uma parcialidade oposta à do cardeal. No entanto, Cunha teve uma promoção quase inteiramente joanina enquanto Cadaval era um elemento que, embora fosse socialmente incontornável e, por inerência da época, também politicamente, não era de promoção joanina. Além das visões de política externa de cada um, parece-nos que a relação que afastava o cardeal da Cunha e conde de Castelo Melhor, por um lado, e o duque de Cadaval, por outro, poderia ser vista como uma inimizade antiga mas também com a, para Cadaval, desconfortável aparição de um todo-poderoso político joanino que lhe fazia sombra.

A figura do patriarca absorve as cerimónias da Capela Real ou Colegiada de São Tomé que até então eram protagonizadas por Nuno da Cunha. A sagração de bispos, os baptizados reais ou de aristocratas, os *Te Deum* e as mais importantes cerimónias assistidas pela Corte deixam de ser desempenhadas pelo inquisidor geral. D. Nuno da Cunha de Ataíde tomará apenas parte nas cerimónias do Santo Ofício a que preside e receberá a família real aquando da procissão dos Passos na quaresma. A tudo isto corresponde um abalo na sua dimensão pública. A *Gazeta de Lisboa* começa a referi-lo com menor regularidade em grande parte por isto, surgindo a figura de D. Tomás de Almeida. A quase completa omissão no escrito de Merveilleux num contraste absoluto com as cartas de Viganego é sinal de uma evolução para uma presença mais discreta, muito ofuscada com a visibilidade do patriarca lisboeta como mostra a sua centralidade nas descrições nos escritos dos forasteiros<sup>142</sup>. A presença do patriarca no conselho de Estado a partir de 1717 também não terá sido indiferente a uma menor preponderância

---

<sup>142</sup> *O Portugal de D. João V visto por três forasteiros*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1983.

do cardeal. Acresce que o conselho de Estado começou a reunir menos nos anos vinte alterando a forma de fazer política em Portugal. Emergiram as juntas e as consultas e nestas o cardeal da Cunha foi sempre participando.

Em 1727, morre o duque de Cadaval e o cada vez mais influente João da Mota e Silva é feito cardeal. No ano seguinte, o cardeal Pereira de Lacerda regressa de Roma. Todos estes elementos obviam quão singulares, para Nuno da Cunha de Ataíde, foram os primeiros dez anos do reinado joanino. Já não voltaria a ser um protagonista destacado da política portuguesa. Perto dos setenta anos, em 1733, é apontado para legado *a latere* do papa. Continua a participar activamente política, a participar em juntas e a ser consultado. A partir de 1736 quando o cardeal da Mota assume preponderância junto do rei, o cardeal da Cunha continua a ser consultado. A instrução política entregue a Chavigny é reveladora, pelo menos, da actividade política do então velho cardeal da Cunha. De resto, o pedido de intercessão junto do rei do conde da Ericeira vice-rei da Índia em 1740 ou a acção revelada nas cartas do conde de Assumar mostram um cardeal da Cunha interventivo junto do rei, excedendo muito a imagem de simples inquisidor geral. Aposentou-se do Paço, que ainda frequentava, apenas depois de D. João V morrer no final de Julho, tendo vindo a morrer em Dezembro de 1750. A vida do cardeal da Cunha é central na compreensão do reinado joanino, tendo o percorrido de lés-a-lés, sempre activo palco político.

## DIOGO MENDONÇA CORTE REAL

Não existe uma biografia sobre Diogo de Mendonça Corte Real. No entanto, há estudos sobre secretários de Estado e algumas aproximações à forma de governar de D. João V, que referimos no capítulo introdutório. Em 1987, Pedro José da França Pinto dos Reis<sup>143</sup> dedicou-se a fazer um estudo abrangente sobre os conselheiros e secretários de Estado de D. João IV a D. José. Neste estudo e a partir de documentação jurídica, Pinto dos Reis traça o perfil de Diogo de Mendonça Corte Real,<sup>144</sup> referindo apenas, numa primeira aproximação, a formação e a data das mercês do secretário de Estado. Em 2008, André da Silva Costa<sup>145</sup> escreve a sua tese de mestrado sobre os secretários do rei ao longo dos séculos XVI e XVII. Não abrangendo Diogo de Mendonça no seu arco cronológico, este estudo tem considerações originais sobre ele. Destaca que ao início do reinado joanino “corresponde a um primeiro momento de completa imunidade da Secretaria de Estado perante a morte do rei. Neste sentido, a morte de D. Pedro II coincide com a emergência de Diogo de Mendonça Corte Real, ministro que viria a servir durante trinta anos (sendo apenas interrompido pela morte, em 1736), acumulando os três níveis do trabalho de secretaria («assinatura», «estado» e «mercês»), vindo a constituir uma marco indelével na memória institucional do reino. A transição pacífica na Secretaria de Estado, no ano de 1706, é pois um marco na sedimentação do «secretário de estado» como representação de um poder «político» “supra-real” perante o reino e os «povos».”<sup>146</sup> Analisando a evolução dos secretários, André Costa afirma que estes conduziram a “ficção do poder do «jurista» para o «político».”<sup>147</sup> Esta afirmação, talvez excessivamente centrada no seu objecto de estudo pois poderia comportar outros oficiais régios, dá nota de uma transição de modelos de homens ao serviço do rei, da política, do reinado de D. Pedro II para o de D. João V. Mais do que isso, ajuda-nos a compreender Diogo de Mendonça Corte Real que nos parece muito mais identificado como político do que como jurista, talvez ele mesmo fosse o exemplo

---

<sup>143</sup> Pedro José da França Pinto dos Reis, *Conselheiros e Secretários de Estado de Portugal de D. João IV a D. José I (Subsídios para o seu estudo sócio-jurídico)*, Coimbra, Faculdade de Letras – Universidade de Coimbra, 1987.

<sup>144</sup> *Ibidem*, pp. 241 e 276.

<sup>145</sup> André da Silva Costa, *Os Secretários e o Estado do Rei: Luta de Corte e Poder Político Secs.XVI-XVII*, dissertação de mestrado, Lisboa, FCSH-UNL, 2008.

<sup>146</sup> *Ibidem*, p. 273.

<sup>147</sup> *Ibidem*, p. 218.

mais representativo dessa transição. Por último, este autor sugere que “as divisões das secretarias – tidas em geral como marcos de sucesso numa história do reforço dos «secretários de estado» - foram também uma forma de circunscrever a actuação do «secretário», procurando limitar o crescimento de uma só secretaria de estado e remetendo – através de uma maior prescrição das suas funções – o perfil do cargo aos originais aspectos «burocráticos» ” e, adiante, clarifica referindo que “pode dizer-se que também o Regimento de 1736, tido como momento fundacional das secretarias de estado – do ponto de vista de um «governo político» - surge como reacção ao poderio alcançado por Diogo de Mendonça Corte Real.”<sup>148</sup> Em 2011, Júlia Platonovna Korobtchenko<sup>149</sup> termina o seu mestrado escrevendo sobre a secretaria de Estados do Negócios Estrangeiros de 1736 a 1756, e, em 2015, Nuno Gonçalo Monteiro<sup>150</sup> redige um texto sobre a secretaria de Estado dos Negócios do Reino. Estes dois trabalhos explicam secretarias que se sucedem à morte de Diogo de Mendonça Corte Real mas procuram dar a conhecê-lo para melhor contextualizar, sem de facto, serem inovadores pois nem seria esse o seu propósito nem o âmbito do seu estudo. Assim sendo, partimos da documentação para melhor conhecer Diogo de Mendonça Corte Real. No texto que lhe dedica, António Caetano de Sousa principia, assim:

“Casou D. Thereza de Borbon segunda vez a 19 de Outubro de 1718 com Diogo de Mendoça Corte-Real, que foy Commendador de Santa Luzia de Trancoso, e Santa Maria de Monçarás na Ordem de Christo, Senhor da Torre da Palma, e do Morgado dos Mendoças de Tavira, e do de Corte-Real, do Conselho delRey D. João V seu Secretario de Estado, que do seu prestimo, e talento fez grande confiança; nasceo em Tavira no Reyno do Algarve a 17 de Junho de 1658, filho de Diogo de Mendoça Corte-Real, e de sua mulher D. Jeronyma de Lacerda, descendentes das illustres famílias do seu appellido, que alliadas a outras de igual esplendor, vieraõ a recahir nelle as suas Casas”<sup>151</sup>

---

<sup>148</sup> *Ibidem*, pp. 153-154.

<sup>149</sup> Júlia Platonovna Korobtchenko, *A Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra. A Instituição, os Instrumentos e os Homens. (1736-1756)*, dissertação de mestrado, Lisboa, Faculdade de Letras – Universidade de Lisboa, 2011.

<sup>150</sup> Nuno Gonçalo Monteiro, “A Secretaria de Estado dos Negócios do Reino e a administração de Antigo Regime (1736-1834)” in *Do Reino à Administração Interna – História de um Ministério (1736-2012)* coord. Pedro Tavares de Almeida e Paulo Silveira e Sousa, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2015.

<sup>151</sup> Referido na, e, por certo, fonte de *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, o elogio fúnebre de José Barbosa contém mais informação sobre as origens familiares de Diogo de Mendonça Corte Real. “Naceo Diogo de Mendoça Corte-Real na Cidade de Tavira do Reyno do Algarve em 17 de Junho do anno 1658. [...] Foraõ seus Pays Diogo de Mendoça Corte-Real, e D. Jeronyma dela Cerda. Foy primogénito, merecendo ser único, mas a singularidade, que lhe não deo a natureza, lhe deo a grandeza das finas acçoens. Por huma, e outra linha teve nobreza, que excedendo de conhecida, era illustre na origem, porque seu Pay pelo apellido de Mendoça continuado sem interrupção em toda a dilatada Baronía dos seus ascendentes, tinha o sangue, com que se illustraõ os troncos de grandes, e poderosas Cazas nos



Ao apresentar Diogo de Mendonça Corte Real, António Caetano de Sousa começa por assinalar o segundo casamento de D. Teresa de Bourbon. Este sinal parece visar justificar a presença de Diogo de Mendonça nas páginas da obra e põe-no, para isso, em relação com a sua mais aristocrática mulher. Curiosamente, no elogio fúnebre que recita em sessão da Real Academia da História, o marquês de Valença também prefere não falar da ascendência de Diogo de Mendonça rematando no final, com nota retórica, que não se escandalizassem os ouvintes ao notar essa omissão, pois “o Senhor Diogo de Mendonça era das famílias mais distintas do Reyno do Algarve; porque me não detive no appellido dos Mendoças, e Corte-Reaes; porque não ponderey, que sangue seria o seu, que se misturou com hum dos mais illustres no seu casamento.”<sup>152</sup> Por sua vez, em 1714, numa carta de Viganego que mais à adiante apresentaremos, lê-se que Diogo de Mendonça era “oriundo de uma família pouco conhecida do Algarve”.<sup>153</sup> Trata-se de indícios de um olhar sob a origem social (a *qualidade*) de Diogo de Mendonça, originalmente não aristocrática, e o poderio por ele alcançado. Prosseguindo no mesmo trecho, Caetano de Sousa continua:

“Seguiu em o seu principio as letras, a que o levou a propensão, ajudado de huma prodigiosa memoria, (que conservou toda a vida) e foraõ admiraveis os progressos da sua applicação na Universidade de Coimbra, onde laureado Doutor em Canones com applauso, foy logo despachado com huma Conducta a 8 de Julho de 1686 na mesma faculdade, adiantamento, que se costuma dar na Universidade às pessoas de qualidade; e no anno seguinte, por merce de 6 de Dezembro, passou a outra de Leys: estando com esta occupação, foy provido com Beca no lugar de Corregedor da Comarca do Porto, que servio com tal inteireza, e prudencia, que deixou naquella Cidade saudosa memoria, ainda que foy pouco o tempo do seu

---

Reynos de Portugal, e de Castella, a cuja grandeza da origem correspondendo Joaõ Arraes de Mendonça (Irmaõ de Diogo Madeira Arraes de Mendonça, quarto Avo de Diogo de Mendonça Corte-Real) depois de servir em Africa, foy Commendador de Belmonte, e casou com D. Maria d'Eça, filha herdeira de D. Diogo d'Eça, de que teve a D. Diogo d'Eça, Senhor do Morgado dos Eças, Commendador da Arrifana, e das duas Igrejas na Ordem de Christo, e Gentil-homem da Boca de Filippe de Castella, que naõ tendo sucessão de D. Branca da Silva filha de Ruy Mendes de Vasconcellos I. Conde de Castelmelhor, foy herdeiro de taõ illustre Caza seu Irmaõ D. Joaõ de Eça, que de D. Brites de Lancastro filha de Martim Affonso de Oliveira, e Miranda, Morgado de Oliveira, teve por filha herdeira a D. Luiza d'Eça, primeira mulher de Christovão de Almada, Gentilhomem da Camera do Infante D. Pedro, Provedor da Caza da India, Governador de Mazagaõ, e Vedor das Rainhas D. Maria Francisca Izabel de Saboya, e D. Maria Sofia de Neubourg, que por falta de sucessão se dividiraõ os Morgados, e do dos Eças veyo a ser herdeiro Diogo de Mendonça Corte-Real. Por sua Mãy D. Jeronyma dela Cerda era neto de Lopo de Siqueira Senhor da Torre da Palma, que com sua mulher D. Marianna dela Cerda lhe transfundio o Sangue dos Almeida, dos Pereiras de Berredo, e dos Monizes, e pelo discurso do tempo veyo a ser herdeiro, como seu neto, do antigo Senhorio da Torre da Palma.”. *Elogio funebre de Diogo de Mendonça Corte-Real* [...] *Por D. Jozé Barboza*, 1737, pp. 2-5.

<sup>152</sup> *Elogio funebre de Diogo de Mendonça Corte-Real* [...] *pelo Marquez de Valença* [...], 1736, p. 16.

<sup>153</sup> Carta ao marquês de Torcy a 16 de Janeiro de 1714. Pietro Francesco Viganego, *op. cit.*, p. 146.

exercício; porque ElRey D. Pedro o nomeou seu Enviado Extraordinario à Corte de Haya, para onde embarcou a 3 de Março do anno de 1691.”<sup>154</sup>

Nesta viagem, Diogo de Mendonça “chegou com susto a entrar no Canal de Inglaterra, infame no horror dos navegantes pela frequência dos naufragios.”<sup>155</sup> O navio vai dar a costa inglesa, o enviado confessa-se perante a morte iminente e escapa numa lancha. Uma vez em Londres chega a Haia em pouco tempo. Diogo de Mendonça ia tratar dos ataques que os navios neerlandeses estavam a fazer aos navios portugueses. Assunto concluído com um tratado a 22 de Maio de 1692, restituindo, os neerlandeses, “oitenta mil patacas”, cobradas no “rendimento do Sal de Setuval”.<sup>156</sup> Foi enviado à Corte espanhola no fim do ano de 1693, entrando em Madrid em Maio de 1694.<sup>157</sup> Regressaria a Lisboa em Dezembro de 1703, devido ao estalar da guerra e consequente corte de relações diplomáticas. Nas palavras de António Caetano de Sousa:

“Não era a pessoa de Diogo de Mendoça, de que o seu Soberano se pudesse esquecer; assim logo foy provido no lugar de Secretario das Mercês, e Expediente, por aviso de 2 de Abril de 1704, de que tirou Carta passada a 4 de Março do anno seguinte. Foy juntamente encarregado dos negócios Estrangeiros. No referido anno de 1704 entrou no porto de Lisboa o Archiduque já declarado Rey de Castella com o nome de Carlos III daquela Monarchia; e tendo ElRey D. Pedro determinado passar à Campanha da Beira com o mesmo Rey, para se principiar a Conquista de Hespanha, nomeou a Diogo de Mendoça para o acompanhar com o exercício de Secretario de Estado; e voltando da Campanha com ElRey a 17 de Novembro do mesmo anno<sup>158</sup>, continuou na occupação da Secretaria das Mercês, e Expediente, conservando a administração de tudo o que pertencia à guerra.”<sup>159</sup>

“Administração” que manteria até à “conclusão da paz, ajustada, e firmada em Utreck em 6 de Fevereiro de 1715 e proclamada nesta Corte em 26 de Abril daquelle anno”.<sup>160</sup> Por Agosto de 1705 há noticia de uma “junta magna” se reunir em casa de Diogo de Mendonça<sup>161</sup> e na mesma notícia pode ler-se que Diogo de Mendonça recebeu

---

<sup>154</sup> António Caetano de Sousa, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, Coimbra, 1946-1954, Tomo X, p. 510.

<sup>155</sup> *Elogio funebre de Diogo de Mendoça Corte-Real [...]* Por D. Jozé Barboza, 1737, p. 7.

<sup>156</sup> *Ibidem*, pp. 14-15.

<sup>157</sup> *Ibidem*, pp. 16-17.

<sup>158</sup> “Elrey D. P.º chegou a Tomar sabb.º o pr.º do corrente, e se aposentou nas cazas de Bartolomeo de Sousa Mexia, ficando agazalhado do conuento de Christo, preuenido para Carlos 3.º”. 5 de Novembro de 1704. José Soares da Silva, *op. cit.*, p. 29.

<sup>159</sup> António Caetano de Sousa, *op. cit.*, p. 511.

<sup>160</sup> *Elogio funebre de Diogo de Mendoça Corte-Real [...]* Por D. Jozé Barboza, 1737, p. 22.

<sup>161</sup> 1 de Agosto de 1705. José Soares da Silva, *op. cit.*, p. 41.

uma “comenda do Lote de 140 mil”.<sup>162</sup> Em Outubro, o porteiro mor, Álvaro de Sousa, é preso por brigar com o secretário das Mercês, “descompondo o por carta, por elle lhe haver escrito sem terpor S<sup>a</sup>.”<sup>163</sup>

Com os primeiros meses do reinado do jovem D. João V houve mudanças governativas. Anunciada a promoção do secretário de Estado D. Tomás de Almeida para bispo de Lamego e passando este a residir lá, a 2 de Abril de 1707 o secretário das Mercês Diogo de Mendonça foi feito secretário de Estado “conseruando o expediente da guerra” e o secretário da Assinatura Bartolomeu de Sousa Mexia ocupou a secretaria da Mercês “com retenção da sua assinatura”. José Soares da Silva comenta que ambos eram “já velhos” e que com esta escolha “se priuarão de esperanças tantos, e tam fortes oppositores” e que “Emfim não quizerão uer caras de nouo, e mudarão se para a mesma cabeceira.”. D. Tomás de Almeida seria sagrado no dia seguinte, dia 3, pelo “Bispo Capellão mor, e adjuntos os de Bona, e de Hipponia”, e conclui Soares da Silva que este “Ainda tirou hum bom Bispado.”<sup>164</sup> A 27 do mesmo mês passar-se-ia carta oficial a Diogo de Mendonça.<sup>165</sup>

Bartolomeu de Sousa Mexia permaneceu em funções até à sua morte em 12 de Outubro de 1720<sup>166</sup> e, a par dele, outro influente secretário era o secretário da Rainha, António Basto Pereira. Ambos são referidos na *gazeta* de José Soares da Silva como recebedores de tenças régias<sup>167</sup> mas, mais significativamente, são referidos por Viganego em cartas de 1714<sup>168</sup>. Além do duque de Cadaval, do cardeal da Cunha, do camarista da semana e

---

<sup>162</sup> José Soares da Silva volta a referir-se a esta comenda na semana seguinte, “Deuse a Luiz Pimentel da Costa huma comenda de Lote de 120 mil que hoje como a de D.<sup>o</sup> de Mendoça lhe ha de Render mais de 400 mil. Não faltão despachos e despachados.” 8 de Agosto de 1705. *Ibidem*, p. 42.

<sup>163</sup> 3 de Outubro de 1705. *Ibidem*, p. 48.

<sup>164</sup> 15 de Abril de 1707. *Ibidem*, pp. 102-103.

<sup>165</sup> *Elogio funebre de Diogo de Mendoça Corte-Real [...]* Por D. Jozé Barboza, 1737, p. 22.

<sup>166</sup> Pedro José da França Pinto dos Reis, *Conselheiros e Secretários de Estado de Portugal de D. João IV a D. José I (Subsídios para o seu estudo sócio-jurídico)*, Coimbra, Faculdade de Letras – Universidade de Coimbra, 1987, p. 277.

<sup>167</sup> “Derão a Bartolomeo de Sousa Mexia pelos seus serviços mais 300 mil de tença”. 30 de Novembro de 1707. José Soares da Silva, *op. cit.*, p. 128. “Derão ao filho de Antonio de Basto huma comenda do lote de 200 mil com o habito, e huma uida mais nos bens da Coroa: o ponto está em que elle a tenha; para o cazar como já pedem os muitos penachos com que se acha.” 15 de Agosto de 1709. *Ibidem*, p. 207.

<sup>168</sup> “Bartolomeu de Sousa Mexia é um outro doutor Conselheiro da Relação que não tem outro mérito que o de ter educado em sua casa os filhos naturais do Rei D. Pedro. Serve de Secretário de Estado na ausência de Diogo de Mendonça, mas não tem a sua capacidade, ainda que seja um pouco melhor acomodado de bens de fortuna, tendo lucrado bastante com os seus hóspedes. Como ignora quase completamente os Negócios Estrangeiros, a sua inclinação está muito indecisa, não sendo difícil voltá-lo quer para um lado quer para o outro. O Secretário da Puridade, chefe do Tribunal da Inconfidência, que é uma espécie de Inquisição de Estado. António de Basto Pereira sucedeu nestas funções a Roque Monteiro, grande amigo da Liga e não o foi menos que ele. Além disso, é grande chanceler da Relação e

do secretário de Estado Diogo de Mendonça Corte Real, assistiam ao conselho do Rei pois “quando se trata de mateira respeitante a concessão de graças, o Secretário das Mercês, Bartolomeu de Sousa Mexia, é chamado, e em matéria de justiça António de Basto.”<sup>169</sup> A propósito do desempenho do diplomata francês na Corte de Lisboa, o genovês alerta que, tendo aquele sido mal recebido pelos ministros portugueses “principalmente pelo Secretário de Estado, e pelo Sr. António de Basto”, estes “no entanto, são pessoas necessárias e que espero que o Sr. embaixador poderá ganhar.”<sup>170</sup> Parece não restar dúvida sobre o peso na acção governativa de António de Basto Pereira e de Bartolomeu de Sousa Mexia nos primeiros anos do reinado joanino.

Ao descrever Diogo de Mendonça, Viganego diz:

“Era um simples doutor, oriundo de uma família pouco conhecida do Algarve que, tendo atingido a categoria de Desembargador ou Conselheiro da Relação, foi enviado a Madrid, de onde voltou no começo da guerra. O Rei D. Pedro nomeou-o Secretário das Mercês e, em seguida, Secretário de Estado. É um homem inteligente e conhece as línguas estrangeiras, com alguns conhecimentos de câmbios. As suas maneiras são cortesias, cativantes e joviais, mas é acusado de mentir com frequência e de ser muito lento em tudo o que faz, porque nunca deixou de gastar muito tempo com os seus ócios. O Rei está muito acostumado a ele e tomou-lhe forte e confiante amizade. É, contudo, muito seguro e, ao que parece, bastante pobre. Nunca se quis casar para não ter que fazer fortuna para os seus filhos. Tem, porém, alguns bastardos, que serão seus herdeiros. Não creio que no seu coração haja preferência pela França ou pela Alemanha, ainda que possa ter contribuído para fazer Portugal entrar na Liga. Nesse aspecto seguiu os sentimentos do Padre Confessor e de Mendo de Fóios, que foram os responsáveis pelo seu sucesso.”<sup>171</sup>

---

Secretário da Rainha. Seu pai fora Desembargador do Paço, que significa pouco mais ou menos Mestre dos Recursos do Palácio. Foi casado com uma fidalga da pequena nobreza, e destes três senhores é o mais rico e o que melhor o ostenta. Não lhe falta inteligência e sabe, sobretudo, tratar dos seus interesses, gostando muito de dinheiro. Não se pode dizer que haja outro homem da sua categoria melhor acomodado que ele. Nota-se-lhe muito a falta de conhecimento do mundo, como de resto a quase todos estes senhores de aqui, que não raciocinam senão sob falsos princípios.” Carta ao marquês de Torcy a 16 de Janeiro de 1714. Pietro Francesco Viganego, *op. cit.*, p. 146-147.

<sup>169</sup> Carta ao marquês de Torcy a 23 de Janeiro de 1714. *Ibidem*, p. 150. Note-se que, a propósito de Bartolomeu de Sousa Mexia, em Outubro e Novembro de 1716, Diogo de Mendonça acompanhou o rei numa romaria a Vila Viçosa, ficando “fazendo a função de Secretario de Estado, o Secretario das mercês Bartholomeu de Sousa Mexia.” *Gazeta de Lisboa*, 7 de Novembro de 1716.

<sup>170</sup> Carta ao marquês de Torcy a 3 de Julho de 1714. Pietro Francesco Viganego, *op. cit.*, pp. 195-196. António de Basto Pereira morre em 1734 como noticia a *Gazeta de Lisboa*, a 25 de Fevereiro de 1734: “Tambem faleceu a 15 deste mez, em idade de 80 anos, Antonio de Basto Pereira, Fidalgo da Caza de Sua Magestade, seu Secretario, e do seu Conselho, e Conselheiro da sua fazenda, Secretario da Rainha nossa Senhora, seu Chanceler mór, Ouvidor da sua fazenda, e estado; Chanceler da Corte, e Casa da Suplicação, com o qual lugar servio 19 annos de Regedor das Justiças. Era justamente Juiz das Justificações do Reyno, e Juiz Relator da Inconfidencia; foy sepultado na igreja de S. Roque da Caza Professa dos Padres da Companhia de Jezus, onde se fez o seu funeral com assistencia, de todos os Ministros de justiça, e de muita Nobreza da Corte”.

<sup>171</sup> Carta ao marquês de Torcy a 16 de Janeiro de 1714. *Ibidem*, p. 146-147.

Noutra carta, o genovês vê no secretário de Estado um sério entrave aos interesses franceses e afirma que o “nosso cônsul queixa-se sempre do Secretário de Estado e tem razão. Mas, ainda que este Ministro esteja muito bem com o seu Senhor e que tenha um coração cheio de malícia e de más intenções, sou de opinião de que o Sr. embaixador o conquistará ou que o perderá se se quiser dar a esse trabalho.”<sup>172</sup> Provável é que Diogo de Mendonça Corte Real desfrutasse de crescente influência ao longo da segunda década de setecentos. O ofício que exercia ganhava carisma e ser secretário de Estado passava a ser significativo de mais influência nos anos 20 de setecentos que no início do século. A morte de Bartolomeu de Sousa Mexia e a absorção, por Diogo de Mendonça, das secretarias deste em 1720, a par do progressivo afastamento do conselho de Estado nos anos vinte, deixava espaço ao ganho de prestígio do secretário de Estado.<sup>173</sup> Emergia uma nova forma de governar e a afirmação desta tendência consolidar-se-ia e manter-se-ia até à morte de Diogo de Mendonça. Quando escreve em 1714, Viganego atribui importância ao secretário de Estado mas pouca quando comparado com Charles Frédéric de Merveilleux ou o autor anónimo da *Descrição da cidade de Lisboa*, de 1723-1726 e de 1730, respectivamente. Para Viganego, o cardeal da Cunha era a figura central da política portuguesa mas, para os outros dois autores, era o secretário de Estado. Na obra de 1730 pode ler-se:

“O Rei só tem um ministro, Diogo de Mendonça Corte Real, homem de talento, de grande experiência, muito trabalhador, possuindo uma memória surpreendente. É universalmente estimado. Geralmente é designado por Secretário de Estado e, embora na realidade desempenhe cabalmente essas funções há mais de 25 anos, oficialmente não passa de um simples Secretário de Conselho de Estado; e embora todos os negócios lhe passem pelas mãos, ele nada pode resolver por decisão própria, pois até nas mais pequenas coisas só intervém como executor da vontade régia, pois o Rei deseja estar sempre informado de tudo. O mesmo se passa com todos os assuntos que pertencem à jurisdição dos diferentes conselhos; os membros que os constituem não podem mais que manifestar os seus pareceres e o Secretário de Estado, a quem os comunicam, apresenta-os ao Rei, mediante um relatório. Assim acontece também com o Conselho de Estado, que raramente reúne regularmente. O Secretário de Estado convoca frequentemente para reuniões em sua casa os conselheiros que o Rei escolhe para tais conferências e aos quais o ministro comunica as opiniões do Rei sobre vários assuntos, seguindo os negócios segundo a orientação que Sua Majestade resolveu dar-lhes.

---

<sup>172</sup> Carta ao marquês de Torcy a 26 de Junho de 1714. *Ibidem*, p. 194.

<sup>173</sup> Povolide refere que no final do ano de 1724 o “Secretário de Estado Diogo de Mendonça serve de Monteiro Mor, e de vedor das Obras, e de Secretário das Mercês e da Assinatura.” Tristão da Cunha de Ataíde, *op. cit.*, p. 371. Em 1725, “O Secretário de Estado Diogo de Mendonça, serve ainda todos os seus empregos.” *Ibidem*, p. 406.

As audiências do Secretário de Estado não são regulares e não há mais possibilidade de lhe falar do que nas ocasiões em que ele vai à presença do Rei, o que faz, habitualmente, duas vezes por dia. Como não há hora marcada para a sua saída dos aposentos reais, quem deseja falar-lhe não tem mais remédio do que ir logo de manhã para a porta do ministro e não arredar pé mesmo que tenha de esperar até à tarde. Quando ele aparece é de ver o grande número de pessoas que o seguem enquanto atravessa uma espécie de corredor e as muitas salas que conduzem aos quartos do Rei. Cada pretendente tenta então abordá-lo ou fazer-se ouvir. O ministro, andando sempre, ouve a todos sem mostra de enfado, fala aos que lhe estão mais perto, adverte os mais afastados e escuta toda a gente com bondade. Habitualmente demora-se duas ou três horas com o Rei e à saída volta dos seus aposentos, seguido pelo mesmo cortejo e fazendo saber a cada um do estado em que se encontra o seu caso, publicamente a uns, chamando-os a particular a outros, consoante o melindre.

De resto, os negócios são expedidos muito lentamente e há a convir que esta maneira de requerer se torna, com o tempo, penosa e insuportável.

Também não há normas para a audiência aos embaixadores, os quais não têm outro meio de se desempenharem das suas missões do que as audiências solicitadas ao ministro, sempre que os negócios o exigem.”<sup>174</sup>

Merveilleux conviveu de perto com o secretário de Estado aquando da sua estadia em Portugal. Começa a relatar, assim:

“Pouco tempo depois da minha chegada fui apresentar os meus cumprimentos ao digno secretário de Estado de Sua Majestade o rei de Portugal; era um velho de mais de setenta anos de idade que recebia os estrangeiros com cortesia e benignidade e como se não tivesse mais nada em que se ocupar. A maneira como esse ministro dá audiência é tão fatigante que se faz mister possuir uma cabeça de ferro. Na residência do secretário de Estado há duas salas destinadas a quem vai recomendado. O ministro ao sair do gabinete tem a bondade de falar a cada pessoa durante bastante tempo. Abre-se depois a porta que dá passagem para o palácio do rei, comunicação esta que está tão cheia de gente como se fosse uma das ruas da feira de Saint-Germain-dès-Près quando o tempo está bom. Ali um retém o secretário de Estado pela capa, outros puxam pela manga da casaca, outros ainda pela sua grande espada portuguesa. Conforme vai andando responde com urbanidade a cada pessoa que se lhe dirige e às pessoas mais gradas que o esperam fala de maneira a só por elas ser entendido. O secretário de Estado, disputado assim por todos, alcança finalmente os aposentos do rei. Esse penoso trajecto dura por vezes uma hora e o venerando ancião não começa a respirar senão quando entra na sala dos gentis-homens que neste país chama *fidalgos*. Ali o aguardam os indivíduos desta qualidade que necessitam falar-lhe. Todos estão de pé, porque não há, nas salas do rei, nem cadeiras, nem tamboretos nem nenhuma espécie de assentos, mesmo para o secretário de Estado, que escreve de joelhos diante do seu amo, o que é muito fatigante para um homem da sua idade.

---

<sup>174</sup> *O Portugal de D. João V visto por três forasteiros*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1983, pp. 68-69.

Conta-se que o rei, certo dia em que estava de mau humor com o ministro, lhe atirou com o tinteiro à cara, não obstante ser o secretário de Estado a pessoa do Reino de quem era mais amigo. O sábio velho abandonou as suas funções e meteu-se na cama, choroso, resolvido a não tomar alimento e a deixar-se morrer. O rei, muito penalizado por o haver maltratado, não tardou, com a generosidade que lhe é natural, a honrá-lo com a sua visita, na qual lhe falou terna e carinhosamente por forma a consolá-lo. Esta conduta mostra bem até onde chega o bom coração de D. João V. Mas, continuando: quando o secretário de Estado termina o seu trabalho com o rei, volta a casa com o mesmo cortejo, informando cada um da decisão de Sua Majestade no que lhe respeita. A uns fala em particular e a outros em voz alta. Como não é possível que toda a gente fique satisfeita, acontece por vezes que as pessoas arrebatadas e violentas, principalmente mulheres, descontentes com a informação, o injuriem violentamente. Tem havido quem leve o furor até o ameaçar publicamente de morte. Então o prudente ancião limita-se a responder, sorrindo com doçura: «É melhor não pensar nisso, meu amigo, porque el-rei, meu senhor, vos mandaria enforcar, além de que assim haveríeis perdido uma pessoa que sempre vos favorece em tudo o que dele depende.» Então essas mesmas pessoas, arrependidas e chorosas, lançam-se-lhe aos pés e ele acaba por as abraçar como se fossem seus filhos. Geralmente, então, o rei perdoa-lhes, a pedido do secretário de Estado, e concede-lhes alguma coisa do que pretendiam. Quando maior não seria a felicidade dos povos se todos os príncipes fossem suficientemente sábios para escolher ministros tão moderados como este de quem acabo de falar.

O secretário de Estado tem audiência de seu amo de manhã e à tarde e como Sua Majestade em todas as coisas desce até aos mais pequenos pormenores, passando tudo pelas mãos do seu ministro, pode avaliar-se até onde chegam as ocupações de Diogo de Mendonça. Pode comparar-se esse velho a uma nascente de onde se alimentam muitas ribeiras que devem regar os campos, porque todas as corporações da monarquia recebem as ordens de Sua Majestade por intermédio do secretário de Estado, desde o maior fidalgo até ao mais ínfimo dos súbditos.”<sup>175</sup>

No despacho régio, a conduta de Diogo de Mendonça Corte Real impressionava quer pelo número de pessoas a que atendia quer pela paciência com que ouvia cada caso. Tendo estado em Lisboa por ocasião do casamento de D. José com D. Mariana Vitória em 1729, o abade de Montgon escreve nas suas *Memórias*, em Lausanne, em 1752-1753:

“Este venerável ancião (tinha cerca de 72 anos) não limitava a sua bondade apenas à minha pessoa; pode dizer-se que todos os que se lhe aproximavam encontravam nele uma paciência e uma afabilidade pouco comuns nos que ocupam posições como a sua. Nunca conheci ministro algum como que como ele fosse tão alheio à altivez e ao orgulho. Diariamente, na sua audiência ou quando ia ao Palácio, via-se rodeado por uma multidão de pretendentes, uns que lhe falavam, outros que lhe puxavam a casaca ou a capa para se fazerem escutar, o que tudo era para lhe excitar a impaciência. Muitos, e entre estes as mulheres, voltavam à carga com verdadeira impertinência, e, apesar disto, ele escutava todos com doçura, uma

---

<sup>175</sup> *Ibidem*, pp. 145-147.

serenidade encantadora. Respondia moderadamente e sem repelir ninguém. Duas ou três vezes fui testemunha do que conto e era sempre com a mesma surpresa que notava tanta equanimidade num ministro encarregado de quase todos os negócios da Monarquia.”<sup>176</sup>

Merveilleux diz que no “dia imediato àquele em que tive a honra de ser admitido à presença de Sua Majestade, o secretário de Estado D. Diogo de Mendonça convidou-me a jantar na sua casa de campo [em Benfica]”<sup>177</sup> e que “D. Diogo de Mendonça teve a bondade de me instruir na maneira que mais convinha à minha conduta em Portugal.”<sup>178</sup> O suíço continua a descrever a sua estadia em Lisboa quando escreve:

“O que se apura líquido entre dois autos-de-fé entra realmente nos cofres do rei, a menos que Sua Majestade entenda dever premiar com qualquer dos bens confiscados algum velho oficial que o tenha servido bem, um favorito, um ministro ou pessoa de qualidade desamparada da fortuna. O senhor secretário de Estado D. Diogo de Mendonça possuía uma quinta que provinha dessas confiscações. Esse ministro, porém, homem honrado e muito caritativo, tem usado desses bens com muita generosidade e resguardo a favor dos empobrecidos que, pode bem dizer-se, pouco lhe tem aproveitado a liberalidade do rei.”<sup>179</sup>

A propósito do afastamento da Corte de 30 fidalgos devido a um ataque a um oficial do rei, após um espectáculo, Merveilleux diz:

“O secretário de Estado guardou um grande silêncio sobre a ocorrência, mas um dia disse-me, estando sós na sua casa de campo, que via com pesar que Sua Majestade tivesse sido tão rigoroso, o que aliás se explicava por estar muito irritado com uma nova desobediência do infante D. Manuel. Tendo os fidalgos nessa ocasião cometido o desacato, o rei julgou não poder deixar de ser severo com pessoas que, vivendo dos benefícios que lhes davam, pareciam fazer gala em desagradar-lhe. Assegurou-me, no entanto, que o castigo não seria de grande duração. Perguntei a esse sábio ministro se podia fazer uso do que tivera a bondade de me dizer a fim de consolar algumas senhoras afligidas com o afastamento de seus maridos. Autorizou-me, enumerando aquelas a quem o podia confidenciar por as saber discretas. Isto animou muito essas senhoras.”<sup>180</sup>

José Barbosa dá conta do estilo de vida atarefado do secretário de Estado. No elogio fúnebre que escreve diz:

“Em todo o anno se levantava às quatro horas da manhã, e logo começava a dispor, e preparar o que haviaõ de fazer os Officiaes de todas as Secretarias, que admnistrava, quaes eraõ a do Estado, a das Mercês, e do Expediente, e a da Assinatura, a que se juntavaõ os negócios pertencentes aos officios de

---

<sup>176</sup> Citado por Castelo Branco Chaves in *Ibidem*, p. 27.

<sup>177</sup> *Ibidem*, p. 151.

<sup>178</sup> *Ibidem*, p. 152.

<sup>179</sup> *Ibidem*, p. 181.

<sup>180</sup> *Ibidem*, p. 182.



Mordomo Mór, Monteiro Mor, Provedor das Obras do Paço, e outros muitos, a que ainda que inferiores na qualidade, deo expedição pelo espaço de muitos annos.”<sup>181</sup>

Tristão da Cunha de Ataíde refere pouco Diogo de Mendonça nas suas memórias históricas o que leva a ponderar se o autor, aristocrata e com preferência por assuntos que reportem à aristocracia,<sup>182</sup> não teria em pouca consideração a secretaria de Estado. Certo é que relativamente a 1718, Povolide escreve que Diogo de Mendonça casou com a irmã do patriarca D. Teresa de Bourbon<sup>183</sup> da casa de Avintes. Esta era viúva de D. Álvaro António de Miranda, com filhos, tal como o secretário de Estado, embora os deste fossem ilegítimos. Como começámos por ver, claro é que este casamento é um sinal forte de ascensão social do secretário de Estado e de uma aliança familiar com a importante casa de Avintes da qual era membro o patriarca D. Tomás de Almeida. Note-se que em 1714, quatro anos antes, Viganego tinha frisado que o secretário de Estado “Nunca se quis casar para não ter que fazer fortuna para os seus filhos. Tem, porém, alguns bastardos, que serão seus herdeiros.” Na *Gazeta de Lisboa* nos anos de 1715 a 1722, a vida pessoal do secretário de Estado é pouco mencionada, exceptuando momentos em o rei viaja na sua companhia. O baptismo da primeira filha, Joaquina de Bourbon, a 1 de Fevereiro de 1722 rompe esse silêncio com uma prolongada descrição:

“Domingo [dia 1] de tarde bautizou o Senhor Patriarca com o nome de Joaquina a filha, que nasceo ao Secretario de Estado Diogo de Mendonça Cortereal seu cunhado, honrando este acto coma sua Real presença Suas Magestades, e Altezas, que acompanhados das Damas e dos Officiaes da Casa, entrarão na do mesmo Secretario, onde se fez a função, por huma porta, que para este effeyto se abrio nella para o Paço, na qual foraõ recebidas pela Senhora D. Teresa de Bourbon, mãy da mesma menina, e por suas irmãas, e filha. Foraõ Suas Magestades os Padrinhos, e a Rainha N. Senhora lhe deu hum diamante de muyto preço permittindo que as suas Damas ficassem a huma esplêndida merenda, que lhe estava prevenida. Assistio a este acto hum grande numero de Nobreza de ambos os sexos, a que se distribuio de tarde, e de noyte doces, e bebidas de todo o género, e em grande quantidade. Esta função se fez com toda a magnificência, e solemnidade assistindo ao Senhor Patriarca os Illustrissimos Conegos D. Joseph de Menezes, D. Francisco Manoel, e D. João da Mota da Sylva.”<sup>184</sup>

---

<sup>181</sup> *Elogio funebre de Diogo de Mendoça Corte-Real [...]* Por D. Jozé Barboza, 1737, p. 35.

<sup>182</sup> José Soares da Silva sintetiza bem esta preferência ao reportar acontecimentos aristocráticos em comentários que deixa na *Gazeta em forma de carta*: “O conde de villanova fica sepultado de 4.<sup>a</sup> fr.<sup>a</sup> e ainda que não he grande nova, he nova de grande.” 5 de Janeiro de 1704. José Soares da Silva, *op. cit.*, p. 14; “Morreo de hum accidente o Dezembargador Ignacio Lopes de Moura, e ouui ficara devendo 60 mil cruzados, que he só em que se fez diferente a sua morte a dos mais Dezembargadores.” 15 de Abril de 1709. *Ibidem*, p. 189; “Morreo Madama Real de Saboya, que tambem as Madamas morrem, ainda que sejam Reais.” 15 de Junho de 1709. *Ibidem*, p. 202.

<sup>183</sup> Tristão da Cunha de Ataíde, *op. cit.*, p. 312.

<sup>184</sup> *Gazeta de Lisboa*, 5 de Fevereiro de 1722.

Tristão da Cunha de Ataíde atribui importância a este acontecimento, mencionando que decorreu na casa do Paço onde residia o secretário de Estado e foi executor do baptismo o tio da criança, o próprio patriarca, padrinhos o rei e a rainha e que assistiu “toda a grandeza e nobreza, e houve grandes mesas, com toda a ma(g)nificência.”<sup>185</sup> No ano seguinte, a *Gazeta de Lisboa* cobriria o nascimento e baptismo de João Pedro de Mendonça Corte Real, nascido “pelas nove horas da manhã” de 3 de Fevereiro de 1723<sup>186</sup> e sendo baptizado dia 14 de Março pelo seu tio patriarca e sendo seus padrinhos D. João V e a infanta D. Maria<sup>187</sup>. A propósito deste apadrinhamento do rei, José Barbosa diz:

“Foy este hum favor de tão alta, e superior ordem, que não temos noticia de outro em a nossa idade, se não de em Domingo 9 de Março de 1664 dignarse a Magestade do Senhor Rey D. Affonso VI ser Padrinho de Affonso de Vasconcellos, filho de Luiz de Souza de Vasconcellos Conde de Castelmelhor, do Concelho do Estado, e Escrivão da puridade do mesmo Rey, fazendo pessoalmente aquella cerimonia no Paço da Ribeira, aonde por aquelle tempo vivia o Conde, e de quando a Magestade Augustissima do Senhor Rey D. Joaõ o V foy a Casa do Senhor D. Miguel ser Padrinho de seus Filhos, a Senhora D. Joanna Perpetua, do Senhor D. Pedro de Souza Duque de Lafoens, do Senhor D. Joaõ, e da Senhora D. Francisca.”<sup>188</sup>

Assim, Diogo de Mendonça Corte real era comparado ao conde de Castelo Melhor. Que retirar desta comparação? Sem dúvida, o antigo escrivão da puridade tinha traços comuns com o secretário de Estado na confiança régia depositada. A constante privança, a delegação do despacho, a aristocratização de Diogo de Mendonça são factores que o diferenciam dos secretários anteriores. Que secretário de Estado teria o rei como padrinho dos filhos?

Na *Gazeta de Lisboa* a 23 de Maio de 1723, sabe-se que Diogo de Mendonça foi agraciado com a quinta da Torre da Palma de juro e herdade, fora da lei mental. Anos mais tarde, já com sete anos, a sua filha Joaquina de Bourbon entraria “no Paço por menina”<sup>189</sup> e aos doze seria nomeada, dama pela rainha, já tendo, antes, a “honra de servir Sua Magestade de menina da vela”<sup>190</sup>. A 15 de Setembro de 1733, o quarto conde da Ericeira escreve:

---

<sup>185</sup> Tristão da Cunha de Ataíde, *op. cit.*, p. 312.

<sup>186</sup> *Gazeta de Lisboa*, 4 de Fevereiro de 1723.

<sup>187</sup> *Gazeta de Lisboa*, 18 de Março de 1723.

<sup>188</sup> *Elogio funebre de Diogo de Mendoça Corte-Real [...] Por D. Jozé Barboza*, 1737, pp. 28-29.

<sup>189</sup> *Gazeta de Lisboa*, 11 de Agosto de 1729.

<sup>190</sup> *Gazeta de Lisboa*, 28 de Janeiro de 1734.

“A filha do Secretario de Estado passou de menina a Dama, fexandosse a serventia que tinha por dentro com a caza de seu Pay, e a nova pousada estava muy bem adornada com dous ricos toucadores e muita prata, dizem que tem esta Senhora 60 mil cruzados de dote, e se fala em illustres cazamentos para ella para seu irmão, mas nem deste, nem de outros fidalgos, e que se discorre há ainda a certeza das famílias, em que se tratao que se avizara quando estiverem públicos.”<sup>191</sup>

O primo João de Mendonça Corte Real receberia a comenda de Longroiva e o filho João Pedro seria feito cavaleiro da Ordem de Cristo com sete anos, a 6 de Setembro de 1732 pelas mãos do rei que “quis mostrar ... grandeza a favor de hum Ministro”.<sup>192</sup> Adequada parece a questão do marquês de Valença:

“Quem foy o que morreo nas mãos do Senhor Diogo de Mendonça? Oh quantos deverão ao seu arbitrio a honra, quantos á sua recommendação a fortuna, quantos á sua industria o lugar, a commenda, e o posto?”<sup>193</sup>

Tributários do deu legado, os familiares de Diogo de Mendonça continuariam a surgir na *Gazeta de Lisboa* após a morte deste. A 16 de Novembro de 1741, poderia ler-se:

“Está ajustado o cazamento de Antonio de Melo, e Castro, filho de Caetano de Melo, e Castro, Vice-Rey que foi do Estado da India, com a Excelentissima Senhora D. Joaquina de Mendonça Corte Real, filha do Secretario de Estado Diogo de Mendonça Corte Real.”

A 12 de Março de 1743, esta filha morreria, no mesmo dia em que falecia o experiente político Martinho de Mendonça.<sup>194</sup> A viúva de Diogo de Mendonça, Teresa de Bourbon morreria três anos depois em Março de 1746.<sup>195</sup> O secretário de Estado teve três filhos fora do matrimónio: o conhecido Diogo de Mendonça Corte Real que veio a ser

---

<sup>191</sup> *Diário de D. Francisco Xavier de Menezes 4.º Conde da Ericeira (1731-1733) Apresentado e anotado por Eduardo Brazão da Academia Portuguesa da História*, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1943, p. 182.

<sup>192</sup> *Elogio funebre de Diogo de Mendoça Corte-Real [...] Por D. Jozé Barboza*, 1737, pp. 29-30. Curiosas são as iniciativas de Diogo de Mendonça e do seu, ainda novo, filho João Pedro de serem padrinhos de baptismo de judeus recém-convertidos. “No Sabbado [14] se administrou o Sacramento do Bautismo na Santa Igreja Patriarcal, com o nome de Roque Francisco a hum Judeu de nascimento, chamado Isaac, e morador na Cidade de Constantinopla, que voluntariamente abjurou a sua Ley, havendo sido exorcismado pelo Illustrissimo Paulo de Carvalho de Ataide, Arcipreste da Santa Igreja Patriarcal, e bautizado pelo Senhor Patriarca, sendo seu padrinho o Secretario de Estado Diogo de Mendonça Corte Real.” *Gazeta de Lisboa*, 19 de Abril de 1734. “A 5 do mez de Janeiro administrou o Ver. Prior de S. Nicolau Joam Antunes Monteiro o Sagrado Bautismo a hum homem Hebreo de naçam, com o nome de Mathias, sendo seu padrinho Joam Pedro de Mendonça Corte-Real, filho do Secretario de Estado.” *Gazeta de Lisboa*, 3 de Fevereiro de 1735.

<sup>193</sup> *Elogio funebre de Diogo de Mendonça Corte-Real, Secretario de Estado, recitado no Paço pelo Marquez de Valença, Censor da Academia Real, Em 17 de Mayo de 1736*, p. 5.

<sup>194</sup> *Gazeta de Lisboa*, 19 de Março de 1743.

<sup>195</sup> *Gazeta de Lisboa*, 29 de Março de 1746.

secretário de Estado, Pedro Mendonça Corte Real prior de Miranda do Corvo e António Mendonça Corte Real que embarcou para a Índia.<sup>196</sup>

Diogo de Mendonça permanece activo nas resoluções políticas até aos seus últimos dias. Em Fevereiro 1735, pelo Carnaval e estando nessa altura o infante D. Carlos muito doente, aconteceu um escândalo com o plenipotenciário Pedro Álvares Cabral em Madrid que lhe valeu a expulsão dessa cidade e o retorno a Lisboa. O beneficiado António Baptista, servidor do rei, “a quem servia de emissário e intermediário em negócios de todo o género. Nestas funções foi encarregado de comunicar imediatamente aos Cardeais da Cunha e Mota, e ao irmão deste último, Pedro da Mota e Silva, a Diogo de Mendonça Corte Real, Secretário de Estado, «por se achar o Cardeal doente», assim como ao Marquês de Alegrete, as notícias que acabavam de receber-se de Madrid.” Além dos nomeados, também o conde da Ericeira opinou e de forma contrária aos irmãos Mota e Silva e ao marquês de Alegrete. De alguma forma, estas eram as vozes influentes que cuidavam da política em 1735. Note-se ainda que apesar de ter o filho doente, D. João V não parou de trabalhar “nas medidas a tomar para responder ao «insulto» de Madrid.”<sup>197</sup> A 4 Julho do mesmo ano, na eminência de uma guerra com Espanha, lê-se que o rei estava muito aplicado em prevenir-se que “se tem feito diversas juntas em caza do Secretario de Estado com os 3 conselheiros de guerra.”<sup>198</sup>

Nos seus últimos anos, o secretário de Estado seria fustigado com doenças. Ao ler as *Gazetas Manuscritas* ou a sua cópia no *Diário* do conde da Ericeira de 1731 a 1733, damos conta que entre o final de Junho e o princípio de Julho de 1731, Diogo de Mendonça não saiu de casa com a perna inflamada<sup>199</sup> e que a 20 de Novembro estava com “hum erizepela”.<sup>200</sup> A 3 de Março de 1733, o “Secretario de Estado há muitos dias que esta em caza com gota”<sup>201</sup> com a qual continuava a 29 de Setembro<sup>202</sup> e que sentiria

---

<sup>196</sup> *Elogio funebre de Diogo de Mendoça Corte-Real [...]* Por D. Jozé Barboza, 1737, p. 60.

<sup>197</sup> Jaime Cortesão, *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid*, Lisboa, Livros Horizonte, 1984 [ed. original 1952-56], p. 553.

<sup>198</sup> *Gazetas Manuscritas da Biblioteca Pública de Évora. Vol. III (1735-1737)*, João Luís Lisboa; Tiago C. P. dos Reis Miranda; Fernanda Olival, Lisboa, Edições Colibri/CIDEHUS-EU/CHC-UNL/CHAM-UNL/UA, 2011, p. 121.

<sup>199</sup> *Diário de D. Francisco Xavier de Menezes 4.º Conde da Ericeira (1731-1733) Apresentado e anotado por Eduardo Brazão da Academia Portuguesa da História*, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1943, p. 48.

<sup>200</sup> *Ibidem*, p. 82.

<sup>201</sup> *Ibidem*, p. 146.

<sup>202</sup> *Ibidem*, p. 186.

melhoras por volta de 6 de Outubro pois “começa a sahir”.<sup>203</sup> A sua morte figura assim na Gazeta de Lisboa:

“A 9 [quarta-feira] faleceu na sua quinta do sitio de Bemfica, em idade de 78 annos, Diogo de Mendonça Corte-Real, Commendador das Commendas de Santa Maria de Trancozo na Ordem de Christo, Senhor da Torre da Palma, e do Morgado dos Mendonças Arraes do Algarve, do Conselho de Sua Mag. e seu Secretario de Estado, com cujo emprego servia tambem as Secretarias das Mercês, Assinatura, e Expediente; e a de Serenissima Casa de Bragança, e Academico da Academia Real da Historia para a decisam dos pontos duvidosos; aministrando ao mesmo tempo a obrigaçam de Provedor das obras da Casa Real, e Palacios de Sua Mag. Foy Enviado extraordinário, e Plenipotenciário do Senhor Rey D. Pedro II aos Estados Geraes das Provincias unidas, donde no anno de 1694 passou com o mesmo carácter, e prerrogativas à Corte de Madrid, e nella assistiu até o anno de 1703 em que se recolheu a Portugal. Sucedeu na occupaçam de Secretario das Mercês ao Secretario Pedro Sanches Farinha, e foy promovido depois a Secretario de Estado, havendo exercitado todos estes empregos com grande zelo do serviço Real, e grande aplauso, e admiraçam de todos assim naturaes, como Estrangeiros. Casou no anno de 1719 com a Senhora D. Theresa de Bourbon, filha dos Excellentissimos Condes de Avintes, de quem teve a Joam Pedro de Mendonça Corte-Real, que lhe sucede na sua Casa, e a Senhora D. Joaquina Anna de Bourbon, Dama da Rainha nossa Senhora. Foy sepultado por deposito na Igreja Paroquial do mesmo Lugar de Bemfica, para dalli serem levados seus ossos à antiga Capella, e jazigo, que a sua Casa tem na Cidade e Tavira.”<sup>204</sup>

---

<sup>203</sup> *Ibidem*, p. 187.

<sup>204</sup> *Gazeta de Lisboa*, 17 de Maio de 1736; Segundo o testamento de 16 de Maio de 1733, os ossos foram trasladados para Tavira para a capela de Nossa Senhora do Loreto das casas de Diogo de Mendonça Corte Real que estão na praça da mesma cidade de pois de terem estado sepultados em Nossa Senhora do Amparo em Benfica. *Elogio funebre de Diogo de Mendoça Corte-Real [...] Por D. Jozé Barboza*, 1737, p. 58; A 15 de Maio de 1736, aparece na *Gazeta Manuscrita*: “O assumpto dos discursos da Corte, he a morte do Secretario de Estado, por quem vagou esta Secretaría, a das Mercéz, Expediente, Asignatura, e a do Santo Officio, Caza de Bragança, e a do Provedor das Obras que justamente pretende o Conde de Soure seu proprietario: havia estado aquelle ministro no Paço athé as 9 horas da noute na vespóra, e queyxandose de huma dor na nuca, recolheuse a Bemfica, aonde tinha sua família, e a Quarta feira 9 do corrente se levantou cedo, deu hum paseo, dictou duas cartas, e queyxando-se de frio, voltou para dentro, dizendo que hum flato o apertava mais e entrando só para hum retrete [*sic*], ouvio hum clérigo que he escrevia que elle roncava, e não acudindo logo, quando o fes, o achou espirando e fazendolhe hum acto de contrição, abrio os olhos, e pós as mãos sobre o dito padre e morreu no mesmo instante. No testamento que tinha feito de letra sua com hum codecillo, instituiu a João Pedro seu filho por universal herdeiro, a sua mulher deixou 600.000 réis de renda, que lhe tinha prometido quando cazou; a sua filha a Sra. D. Joaquina Dama do Paço as suas joyas; pellas sua alma [*sic*] 20 missas, e 80 pellas de seus pays, e outros; ficou por seu testamenteiro seu filho Diogo de Mandonça, e procurador digo, e por curador de seus filhos Felipe Maciel que já he Inquizidor da segunda cadeira, deixava tão bem por curador a Luis da França que já morreo. El Rey se mostrou sentido,e mandou prometer â Sra. D. Thereza sua mulher, que havia de cuidar no cazamento de seus filhos, de que algum se dis ficou ajustado,e logo pôz em arrecadação os papeis, que tinha em Bemfica, e em Lisboa. Enterrouse na freguesia de Bemfica e no seu enterro se acharão só alguns parentes, o Conde da Ericeira D. Luis, e o Visconde Thómas da Sylva, e no officio do outro dia quasi só o Conde de Santiago, não deixou dividas, e estimase a renda de seu filho em 20.000 cruzados. [...] Quinta feira he no Paço a Academia donde lé o Conde D. Luis, fazendo lhe a declaração o Marques de Valença que tambem fás o elogio fúnebre de Diogo de Mendonça, e se há de votar para academico em seu lugar.” *Gazetas Manuscritas da Biblioteca Pública de Évora. Vol. III (1735-1737)*,

José Barbosa diz que “Francisco Hervvin Flamengo” fez um retrato do secretário de Estado e deixa esta descrição:

“Foy Diogo de Mendoça Corte-Real de estatura grande, pouco avultado de carnes; rosto comprido, nariz aquilino, testa grande, olhos azuis, e branco de cor, o que tudo fazia huma agradável, e galharda presença. Foy cortesaõ, prompto nas repostas, fundado nos discursos, erudito, e de grande lição, divertido, e engraçado na conversação. Era naturalmente desembaraçado, e muito ágil no exercício da Caça, e com particular inclinação à das Lebres, as quaes ainda correo na segunda feira antevéspera da sua morte.”<sup>205</sup>

No final do elogio, José Barbosa realça os 47 anos de serviço ao rei as comendas de Santa Luzia de Trancoso e a de Santa Maria das Vidigueiras e sintetiza:

“Teve juntos, e unidos muitos lugares, que andaraõ divididos em outros tempos por diversos Ministros, e que bastava cada um delles para ocupar a hum homem, ainda grande, com as suas dependências. Foy Cavalleiro da Ordem de Christo, do Concelho d’ElRey, Secretario de Estado, das Mercês, do Expediente, da Assinatura, da Serenissima Caza de Bragança, do Santo Officio: e hum dos cem Escravos do Sacramento da Real Irmandade da Santa Engracia: servio os Officios de Mordomo Mor, de Monteiro Mor, e de Provedor das Obras do Paço: duas vezes Enviado Extraordinario, huma a Olanda, outra a Castella”<sup>206</sup>

Acertemos alguns pontos e desde logo a grande diferença de dimensão do secretário de Estado da segunda década para a terceira de setecentos. Nas cartas de Viganego, Diogo de Mendonça é uma personagem quase secundária, um “simples doutor” nas palavras do genovês. Estas preocupam-se mais com o cardeal da Cunha, influências entre conselheiros de Estado, nomeação dos camaristas do rei. Por altura da redacção destas cartas, o rei era jovem, o cardeal da Cunha tinha muita influência, o conselho de Estado reunia com relativa frequência. Pelo que transparece nestas cartas, o secretário de Estado era importante mas não se destacava muito de Bartolomeu de Sousa Mexia ou de António de Basto Pereira. Nos anos 20, com a menor influência de Nuno da Cunha de Ataíde e menos reuniões do conselho de Estado, o despacho próximo do rei ganhou importância. As várias descrições que expusemos de estrangeiros têm em comum uma nova centralidade no palco político de Diogo de Mendonça, além destas se debruçarem sobre ele longamente. Por exemplo, na *Descrição da cidade de Lisboa* consta que o “Rei só tem um ministro, Diogo de Mendonça Corte Real”. Este encarregado de todos

---

João Luís Lisboa; Tiago C. P. dos Reis Miranda; Fernanda Olival, Lisboa, Edições Colibri/CIDEHUS-EU/CHC-UNL/CHAM-UNL/UA, 2011, pp. 190-191.

<sup>205</sup> *Ibidem*, pp. 59-60.

<sup>206</sup> *Ibidem*, pp. 62-63.

os negócios foi responsável pelos dois casamentos entre as duas coroas ibéricas.<sup>207</sup> A sua quinta de Benfica era muitas vezes visitada por membros da família real que apreciariam a companhia do secretário de Estado<sup>208</sup>. A rede de contactos de Diogo de Mendonça era vasta. Pertencia à Academia Real da História desde a sua fundação em 1720 e chegou a censor na mesma.<sup>209</sup> Era próximo da casa de Avintes e do patriarca, mas também do velho duque de Cadaval.<sup>210</sup> Evidente é a evolução da importância do secretário de Estado ao longo do reinado. Aliás, a comparação que à data da morte deste José Barbosa faz, a propósito do apadrinhamento de um filho de Diogo de Mendonça por D. João V, comparando o secretário de Estado com o conde de Castelo Melhor é por si elucidativa.

Nos anos trinta, Diogo de Mendonça tinha o poder consolidado quando começam a surgir Alexandre de Gusmão e o cardeal da Mota. Mesmo estando por motivos de doença, por vezes, o despacho mais lento ou parado, o secretário de Estado manteve-se influente nesses anos. Os diplomatas correspondem-se com ele e permanece ao corrente e em cima de todo o assunto político.

A morte de Diogo de Mendonça Corte Real inaugura outra fase no sistema político português. A reforma secretarial dispersa a concentração de funções e de dependências do antigo secretário de Estado por três secretarias de Estado, pondo-se a hipótese nessa data de uma quarta. Nos anos imediatamente anteriores à reforma, muitas vezes o despacho era lento e, quando doentes, o cardeal da Mota e o secretário de Estado, totalmente parado. O cardeal da Mota acentuaria o seu papel de ministro após essa reforma na qual os secretários não tinham, de todo, o mesmo ascendente junto do rei que Diogo de Mendonça Corte Real. Incontornável é a sua carreira numa narrativa que procure explicar a consolidação das instituições políticas em Portugal, sobretudo das secretarias de Estado, pois é um caso em que há, verdadeiramente, um antes e um depois da sua desempenho.

---

<sup>207</sup> *Elogio funebre de Diogo de Mendoça Corte-Real [...] Por D. Jozé Barboza*, 1737, p. 37.

<sup>208</sup> *Gazeta de Lisboa*, 31 de Maio de 1725, 15 de Novembro de 1731 ou 19 de Novembro de 1733.

<sup>209</sup> *Elogio funebre de Diogo de Mendoça Corte-Real [...] Por D. Jozé Barboza*, 1737, p. 32.

<sup>210</sup> “Do Reyno do Algarve se mandou por cousa rara ao Secretario de Estado Diogo de Mendonça Corte real, hum Boy, que além de pontas, que lhe são naturaes, tem outra sobre o nariz, como Rhenoceronte, e delle fez presente ao Duque do Cadaval.” *Gazeta de Lisboa*, 28 de Junho de 1725.

## D. TOMÁS DE ALMEIDA

Nos anos trinta do século XX, Eduardo Brasão procura compreender detalhadamente como foram as relações entre D. João V e a Roma, interrupções das mesmas, conquistas honoríficas, auxílios, bulas, tudo é abordado para dar o mais completo quadro possível. Dá início ao seu estudo ao publicar um livro<sup>211</sup> que no ano seguinte viria a ser integrado noutra obra<sup>212</sup> que, no prólogo, diz ser a sua primeira obra a sério. Em 1943, compila vários documentos e publica *Subsídios para a História do Patriarcado de Lisboa (1716-1740)*.<sup>213</sup> Nestas obras, Brasão dá um contributo considerável para conhecimento dos primeiros anos do patriarcado e, está claro, do primeiro patriarca. No mesmo ano em que Brasão publica os referidos *Subsídios*, o padre José de Castro escreve *O Cardial Nacional*,<sup>214</sup> a partir da documentação epistolar da nunciatura portuguesa que se encontrava em Roma. O epistolário dá informações concretas sobre aquilo que os núncios achavam mais relevante na Corte lisboeta, informação eminentemente política. A partir desta análise, o autor dedicou cada capítulo a um cardeal português pelo que, a par de outros, consta D. Tomás de Almeida. Este texto é precioso pela informação que confere das observações dos núncios e da imagem que estes tinham do patriarca lisboeta. Anos mais tarde, em 1991, é publicada uma tese de mestrado escrita por José Fernandes Pereira entre 1981 e 1983. Na introdução desta obra, lia-se “D. Tomás de Almeida, um mecenas? Um construtor periférico do Rei?”<sup>215</sup>. Eram estas as questões que norteavam um trabalho que a partir da análise de obra monumental, analisava D. Tomás de Almeida. A quinta de Santo Antão do Tojal, a quinta de Marvila ou quinta da Mitra e a igreja do Senhor Jesus da Pedra em Óbidos, esta no âmbito de uma “vocação pastoral de exaltação e expansão da fé cristã”,<sup>216</sup> falam do patriarca e Fernandes Pereira conduz-nos na conversa. Os dados biográficos do patriarca são retirados da *História Genealógica da Casa Real Portuguesa* de António Caetano de Sousa. Em 1984, Xavier Coutinho publica um texto curto em que procura expor o caminho de D. Tomás de

---

<sup>211</sup> *D. João V e a Santa Sé: As relações diplomáticas de Portugal com o governo pontifício de 1706-1750*, Coimbra, Coimbra Editora, 1937.

<sup>212</sup> *Relações externas de Portugal – Reinado de D. João V* vol. I-II, Porto, Livraria Civilização, 1938.

<sup>213</sup> *Subsídios para a História do Patriarcado de Lisboa (1716-1740)*, Porto, Livraria Civilização, 1943.

<sup>214</sup> José de Castro, *O Cardial Nacional*, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1943.

<sup>215</sup> José Fernandes Pereira, *A acção artística do primeiro patriarca de Lisboa*, Lisboa, Quimera, 1991, p. 10.

<sup>216</sup> *Ibidem*, p. 69.



Almeida antes de ser feito patriarca.<sup>217</sup> Faz uso da *Bibliotheca Lusitana* de Barbosa Machado, do elogio fúnebre de Costa Barbosa, da já referida obra de Caetano de Sousa, *História da Igreja em Portugal* de Fortunato de Almeida e do primeiro tomo da obra de Santos Abranches, a *Summa do d. Portugues. Codex titulorum sanctae patriarchalis ecclesiae lisbonensis*. Por fim, em 2009, António Filipe Pimentel escreve a melhor síntese sobre D. Tomás de Almeida.<sup>218</sup> Em jeito de biografia, procura traçar as várias características do patriarca-cortesão, tocando até a vertente artística de D. Tomás de Almeida com o conhecimento e a sensibilidade para o tema que os seus trabalhos supõem.<sup>219</sup> Evidentemente, não dedica a esta vertente o espaço que dedica Fernandes Pereira pelo que estas duas obras são, de facto, aquelas que se devem consultar para conhecer o primeiro patriarca de Lisboa. Pimentel faz uso de várias fontes, cartas, relatos de estrangeiros, o referido elogio fúnebre de Costa Barbosa, a obra de Caetano de Sousa e as, já na altura, publicadas *Gazetas Manuscritas*. Apesar destes contributos, pouca é a historiografia dedicada ao primeiro patriarca de Lisboa. No entanto, há algumas fontes ricas que figuram em todos os trabalhos como é o caso da obra de António Caetano de Sousa que assim escreve:

“D. Thomas de Almeida nasceo em Lisboa a 11 de Setembro de 1670. Depois de estudar Humanidades, entrou na Filosofia no Collegio de Santo Antão,<sup>220</sup> e passou a Coimbra, e foy Porcionista no Collegio Real de S. Paulo, em que entrou no anno de 1688; e tendo estudado com aproveitamento, e feitos os seus actos com applauso na faculdade dos Sagrados Canones, logo foy nomeado Deputado do Santo Officio da Inquisição de Lisboa, em que entrou a 21 de Junho de 1695. Neste mesmo anno leo no Desembargo do Paço de *jure aperto*, e fez exame vago, hum dos actos mais rigorosos, que tem a litteratura em Reyno algum; e foy mandado por Desembargador da Relação do Porto, de que tomou posse a 27 de Agosto do referido anno, para depois occupar os mayores lugares de letras do nosso Reyno; porque passou para Desembargador da Casa da Supplicação, que começou a exercitar a 22 de Abril de 1698, sendo

---

<sup>217</sup> Xavier Coutinho, *Um bispo do Porto primeiro “patriarca” de Lisboa (1716) D. Tomás de Almeida*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1984, pp. 405-411.

<sup>218</sup> António Filipe Pimentel, “D. Tomás de Almeida (1716-1754)” in *Os Patriarcas de Lisboa* coord. D. Carlos A. Moreira Azevedo; Sandra Costa Saldanha; António Pedro Boto de Oliveira, Lisboa, Centro Cultural do Patriarcado de Lisboa e Alêtheia Editores, 2009.

<sup>219</sup> Referimo-nos a: *Idem, Arquitectura e Poder – O Real Edifício de Mafra*, Lisboa, Livros Horizonte, 2002.

<sup>220</sup> D. António de Almeida, segundo conde de Avintes, tinha projectado que o seu filho D. Tomás se dedicasse às armas como era tradição dos Almeida mas o “genio” de Tomás era inclinado às letras. No colégio de Santo Antão onde aprendeu retórica e filosofia teve como mestre o jesuíta Manuel Vieira. Entrou como porcionista no colégio de São Paulo em Coimbra a 20 de Dezembro de 1688. *Elogio Historico. Vida, e Morte do Eminentissimo, e Reverendissimo Senhor Cardeal D. Thomás de Almeida [...] por Fernando Antonio da Costa de Barbosa*, [1754], pp. 8-12.

empregado na serventia da Mesa dos Aggravos.<sup>221</sup> Ao mesmo tempo, foy Prior de S. Lourenço por apresentação de seu primo com irmão D. Thomás de Lima XII. Visconde de Villa-Nova da Cerveira, de cuja Casa teve diversos Benefícios simples, da sua apresentação, e outros: nesta Igreja deixou diversos monumentos da sua piedade, e devoção na Capella dedicada a Santo Thomás de Villanova, e dous Altares collateraes, dedicados ao Senhor Jesus, e ao mysterio da Conceição da Senhora, de quem sempre foy especial devoto. Passou a Deputado da Mesa da Consciencia, e Ordens; e neste Tribunal começou a servir a 13 de Agosto de 1703, tendo tomado primeiro o Habito da Ordem da Cavallaria de Christo, como he costume nos Ministros daquelle Tribunal, serem Cavalleiros de huma das Ordens Militares deste Reyno; e ao mesmo tempo era Sumilher da Cortina do Senhor Rey D. Pedro II. e vagando o grande lugar de Chancellor mór do Reyno<sup>222</sup>, logo lembrou ao mesmo Rey a pessoa de Dom Thomás de Almeida, em quem, além do illustre nascimento, concorriaõ letras, e outras virtudes, que o distinguiraõ em todo o tempo, e entrou a exercitar a 24 de Novembro de 1704.”<sup>223</sup>

Na sua *Gazeta em forma de carta*, José Soares da Silva teve em atenção o percurso de D. Tomás de Almeida. Interessante é percorrê-la em torno deste e compreender a sucessão de acontecimentos que marcaram a sua promoção nos anos de 1704 a 1709, de recém promovido chanceler mor e secretário das Mercês e Expediente, na ausência de Diogo de Mendonça Corte Real, em 1704, a bispo do Porto em 1709. A 24 de Maio de 1704, podia ler-se:

“Fizerão Enuiado de Roma a André de Mello F.º do Conde das galueas: e sahio por substituto de Diogo de Mendonça na sua auzencia D. Tomas de Almeida f.º do Conde de Auintes; e quando fique no Lugar de propriedade: sempre este fica com a sua pessoa ilustramente categorizado.”<sup>224</sup>

A 12 de Novembro de 1704:

“D. Tomas d’Almeida sahio agora por chanceler mor, e tem este fidalgo tomado por empreza, (e o peor he que o consegue) o categorizar com a sua pessoa na primeira esfera os lugares nem ainda da segunda.”<sup>225</sup>

Poucos meses passados, a 31 de Janeiro de 1705, surge:

---

<sup>221</sup> Oficiando na Mesa de Agravos, a partir de 1 de Junho de 1702, D. Tomás de Almeida foi procurador da Fazenda, e estado da Rainha. Costa Barbosa sobre a Mesa de Agravos, diz que “He aquelle lugar pela multidão das causas, e variedade de pleitos, que alli concorrem, a pedra de toque dos Ministros, porque nelle se dá logo a conhecer ou a sciencia, de que são ornados, ou a ignorância, de que são assistidos.” *Ibidem*, p. 14.

<sup>222</sup> Costa Barbosa diz também que D. Tomás de Almeida foi juiz do fisco real. Refere que foi feito chanceler mór a 24 de Outubro de 1704 “não obstante o inveterado, e até alli inalterável costume de occupar sempre este emprego o Desembargador do Paço mais antigo.” *Ibidem*, p. 17.

<sup>223</sup> António Caetano de Sousa, *op. cit.*, tomo X, pp. 496-497.

<sup>224</sup> José Soares da Silva, *Gazeta em forma de carta* Tomo I, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1933, p. 20.

<sup>225</sup> *Ibidem*, p. 29.

“Temos nouo Secretrário de Estado a D. Tomás de Almeyda, que hontem se declarou por tal, despois que o Bispo [António Pereira da Silva, bispo de Elvas que passava a ser bispo do Algarve] se despedio, como se esperaua, e como se queria.”<sup>226</sup>

Acontece que durante o ano de 1704, D. Pedro II esteve afastado da Corte, em campanha devido à guerra da Sucessão de Espanha. Diogo de Mendonça Corte Real, o secretário de Mercês e Expediente acompanhou o rei, deixando o governo à rainha da Grã Bretanha, irmã do rei, e no seu lugar, D. Tomás de Almeida. Como vimos, vagando a secretaria de Estado, quem a ela ascendeu foi D. Tomás de Almeida. Neste tempo também serviu de “Provedor das Obras do Paço, e Casas de Campo Reaes”<sup>227</sup>, por ser menor, D. Henrique da Costa, quarto conde de Soure. Serviria ainda na “aprovação do Testamento do Senhor Rey D. Pedro II” onde “exercitou o officio de Tabelliaõ mór do Reyno”<sup>228</sup>. Em Agosto de 1705, o bispo de Lamego D. António de Vasconcelos era feito bispo de Coimbra e D. Nuno da Cunha de Ataíde recusava ser bispo de Elvas, sé que antes pertencera a D. António Pereira da Silva, anterior secretário de Estado<sup>229</sup>. No fim do mês, lia-se:

“Cuido e cuido que não me engano, que vai consultado em Bispo de Lamego D. Tomas de Almeida”<sup>230</sup>

Em Outubro, lê-se:

“Sahio com effeito Bispo de Lamego D. Tomáz d’Almeida”<sup>231</sup>

Sabemos que o papa confirmou a nomeação para bispo de Lamego a 6 de Dezembro de 1706 e que “por huma Bulla passada aos Serenissimos Senhores Infantes D. Antonio, e D. Manuel em 18 do dito mez e anno, pensionou ao dito Bispado de Lamego em mil e quinhentos cruzados para cada hum dos ditos Senhores Infantes, cujas pensoens principiaraõ a correr do dito dia 6 de Dezembro, e para ellas deo o Illustrissimo Senhor D. Thomas seu benigno consentimento por ser muito obrigado a ElRey, e a toda a sua Real Familia.”<sup>232</sup>. D. Tomás de Almeida perfaria ainda dois anos como secretário de Estado pois só a 30 de Janeiro de 1707 se lê:

---

<sup>226</sup> *Ibidem*, p. 31.

<sup>227</sup> António Caetano de Sousa, *op. cit.*, tomo X, p. 497.

<sup>228</sup> *Elogio Historico. Vida, e Morte do Eminentissimo, e Reverendissimo Senhor Cardeal D. Thomás de Almeida [...]* por Fernando Antonio da Costa de Barbosa, [1754], p. 19.

<sup>229</sup> 8 de Agosto de 1705. José Soares da Silva, *op. cit.*, p. 42.

<sup>230</sup> 29 de Agosto de 1705. *Ibidem*, p. 44.

<sup>231</sup> 17 de Outubro de 1705. *Ibidem*, p. 51.

<sup>232</sup> *Elogio Historico. Vida, e Morte do Eminentissimo, e Reverendissimo Senhor Cardeal D. Thomás de Almeida [...]* por Fernando Antonio da Costa de Barbosa, [1754], p. 23.

“Chegarão a D. Thomaz as bulas para o Bispado de Lamego e temos quazi vaga a secretaria do Estado.”<sup>233</sup>

Por fim, em Abril do mesmo ano, emerge a notícia em que Soares da Silva dá conta das mudanças nas secretarias:

“A dous deste se fizerão nouos Secretaríos de Estado, e das Merces, sendo ja velhos; são estes, Diogo de Mendonça Corte Real, que era das Merces; e passou para o estado, conseruando o expediente da guerra, como lhe era cometido, e Bartolomeo de Sousa Mexia para as Merces, com retenção da sua assinatura, de que era Secretarío a ambos se mandou carta de propriedade, com que se priuarão de esperanças tantos, e tam fortes oppozitores. Emfim não quizerão uer caras de nouo, e mudarão se para a mesma cabeceira. O Bispo de Lamego D. Tomas de Almeida, que acabou de Secretarío de estado, no dia seguinte se sagrou na graça, sendo sagrante o Bispo Capellão mor, e adjuntos os de Bona, e de Hipponia. Ainda tirou hum bom Bispado.”<sup>234</sup>

A sagração foi na Igreja do Convento de Nossa Senhora da Graça e viria a entrar pessoalmente na sua nova diocese de Lamego a 2 de Maio de 1707<sup>235</sup>. Continuando a percorrer a mesma obra, Soares da Silva informa-nos que em Outubro de 1708 morre o bispo do Porto, referido como o “Irmão de João de Saldanha”<sup>236</sup>, D. José de Santa Maria de Saldanha OFM. No final desse mês, sabe-se que D. Fernando de Almeida, irmão do conde Assumar, seria o provável novo bispo devido aos “serviços do irmão”<sup>237</sup>. No entanto, este não foi avante pois em Maio de 1709, Soares da Silva refere:

“Promoveuse para Bispo do Porto o Bispo de Lamego, Dom Tomás de Almeyda depois de chegado de poucos dias a esta corte, em que lhe aproueytou a sua deligencia, e se lhe deu com o penacho de gouernador do Porto, como elle pedia, unindo assim huma e outra jurisdicção, espiritual, e temporal; couza noua e em prejuízo de terceiro, pelo qual embargou logo o despacho o conde de Villaverde por conta da caza de Arronches, que tem Aluará delRey, que Deus tem, para andar sempre na sua caza o dicto titulo de gouernador do Porto, nomeando hum de tres sogeitos della, para ElRey aprovar hum delles; porem depois cedeu.”<sup>238</sup>

No mesmo mês e no seguimento da questão do conde de Vila Verde sobre o título de governador do Porto:

---

<sup>233</sup> *Ibidem*, p. 97.

<sup>234</sup> 15 de Abril de 1707. *Ibidem*, pp. 102-103.

<sup>235</sup> António Caetano de Sousa, *op. cit.*, tomo X, p. 498; Costa Barbosa refere, para o mesmo acontecimento, 22 de Maio de 1707. *Elogio Historico. Vida, e Morte do Eminentissimo, e Reverendissimo Senhor Cardeal D. Thomás de Almeida [...] por Fernando Antonio da Costa de Barbosa*, [1754], p. 24.

<sup>236</sup> 15 de Outubro 1708. José Soares da Silva, *op. cit.*, p. 172.

<sup>237</sup> 31 de Outubro de 1708. *Ibidem*, p. 174.

<sup>238</sup> 15 de Maio de 1709. *Ibidem*, pp. 195-196.

“Acomodouse a duuida do Conde de Villaverde com o Bispo do Porto sobre o seu gouerno, e com effeito o leua o Bispo, por hum alvará delRey sem ter passado pela chancelaria, e se lhe encomenda a dicta occupação, em quanto senão nomeya proprietario, que he por toda a uida.

Fizerão Bispo de Lamego o Reytor da Universidade D. Nuno Alvares de Melo, filho do Duque, e se lhe deu o despacho no mesmo dia em que chegou a esta corte, aonde fica.”<sup>239</sup>

Por fim, em Outubro, Soares da Silva escreve:

“Chegarão as bulas do Bispo do Porto, para onde partio, e não para Lamego, como se dizia, assim cheguem ás do Reitor da Universidade, que sempre he força ir primeiro a Coimbra, a fazer antes a eleição do nouo substituto, como he estilo.

Bom será que chegue tambem o breue para as dignidades da Cappela Real saírem a luz, porque estão somente feitas com a primeira noticia que houue de se hauer expedida a graça.”<sup>240</sup>

Ainda em Lamego, duas histórias aparecem glosadas repetidamente nos elogios que se dirigem a D. Tomás Almeida. Sucintamente, António Caetano de Sousa escreve:

“Neste tempo, querendo ElRey, que se visitasse o Collegio de S. Paulo de Coimbra, commeteo esta diligencia ao Bispo de Lamego, por huma Carta sua de 30 de Março de 1708; porque da sua inteireza tinha muita experiencia: desta visita resultou o augmentar o mesmo Rey as rendas ao Collegio, de que tinha sido Alumno; e para huma evidente demonstração da sua recta intenção, referirey o que lhe succedeo no tempo, que governava esta Igreja. Teve noticia das grandissimas contendias, que o Bispo de Viseu D. Jeronymo Soares trazia com o seu Cabido, e querendo evitallas, passou àquella Cidade a buscar ao Bispo, que não esperando huma tal visita, tanto que o soube, o veyo receber ao caminho; e tratando da discórdia, veyo a ser o arbitro de taõ inveterada dissensão, com a sua prudencia, letras, e admiravel modo, poz termo aos pleitos, com satisfação dos litigantes, que não cessavaõ de engrandecer o generoso espirito do Bispo de Lamego”<sup>241</sup>

Por carta de 30 de Abril de 1709, D. Tomás de Almeida é constituído bispo do Porto e que, por outra carta, esta de 6 de Maio do mesmo ano, governador da Relação e Armas do Porto, tomando posse a 9 de Novembro. A entrada pública na cidade do Porto é a 3 de Novembro de 1709<sup>242</sup>. No ano seguinte, D. Tomás de Almeida convoca um sínodo diocesano<sup>243</sup>, lança a primeira pedra da nova capela dos terceiros de São Domingos a 20 de Fevereiro de 1713 e diz-se que “alcançou este zelosissimo Prelado de Clemente XI para a sua Cidade do Porto por espaço de sete annos hum jubileo como lausperenne em

<sup>239</sup> 31 de Maio de 1709. *Ibidem*, p. 200.

<sup>240</sup> 31 de Outubro de 1709. *Ibidem*, p. 221.

<sup>241</sup> António Caetano de Sousa, *op. cit.*, tomo X, pp. 498-499.

<sup>242</sup> *Ibidem*, tomo X, p. 499; *Elogio Historico. Vida, e Morte do Eminentissimo, e Reverendissimo Senhor Cardeal D. Thomás de Almeida* [...] por Fernando Antonio da Costa de Barbosa, [1754], pp. 27-28.

<sup>243</sup> *Ibidem*, p. 29.

todo o tempo da Quaresma, a que elle logo deo principio na sua Sé no primeiro dia desta santa Quarentena no anno de 1713 continuandose pelas mais Igrejas dous dias em cada huma.”<sup>244</sup>. A 10 de Dezembro de 1715 morre o pai de D. Tomás, D. António de Almeida segundo conde de Avintes com 75 anos<sup>245</sup>.

A 18 de Março de 1716, D. Tomás de Almeida escreve uma carta pastoral “encaminhada a todos os Parochos do seu Bispado, expondo a grande necessidade que a Santa Igreja de Roma tinha de hum subsidio para fazer os aprestos necessários para defender o Estado Ecclesiastico, e a Italia da invasão, com que os Turcos a ameaçavão, persuadindo-os, e admoestando-os com grande zelo da Igreja a que concorressem todos com hum donativo voluntario”.<sup>246</sup> Este donativo seria remetido ao núncio Vincenzo Bichi que o encaminharia. Quando em 1716 o rei planeou viajar pela Europa e ir a Roma, “encarregou ao seu Bispo do Porto D. Thomas de Almeida a cobrança das rendas da Casa de Bragança, sal de Setuval, e das cizas perdidas”.<sup>247</sup> Mais, ao escrever o seu elogio, em 1754, Costa Barbosa mostra 9 alvarás em que pretende demonstrar o favorecimento do rei relativo a D. Tomás de Almeida enquanto bispo do Porto.<sup>248</sup> Existia consciência deste favorecimento aquando da escrita do elogio, e Costa Barbosa procurou documentação nesse sentido. Não de forma pejorativa mas de maneira a demonstrar que D. Tomás tinha muito valor pois o rei escolheria, com um critério justo, os melhores. Nas palavras de António Caetano de Sousa, aparece:

“Faleceo o Senhor Rey D. Pedro, e sobio ao Throno o Grande D. Joaõ V. e na sua Coroação se achou o Secretario de Estado, e conseguindo taõ alto conceito na Real comprehensão de Sua Magestade o pouco tempo, que lhe assistio nesta occupação, que elle foy depois o demonstrador de quanto este Sabio Monarca o estimava.”<sup>249</sup>

O engrandecimento da capela real era um objectivo político de D. João V desde o início do reinado. Necessário é compreender este objectivo político para entender o percurso de D. Tomás de Almeida. Ainda como capela real, D. João V pretendia 24 beneficiados em vez dos 12 da altura e em vez de 16 cónegos, o rei queria 18. Clemente XI concedeu

---

<sup>244</sup> *Ibidem*, p. 31.

<sup>245</sup> *Gazeta de Lisboa*, 14 de Dezembro de 1715.

<sup>246</sup> *Elogio Historico. Vida, e Morte do Eminentissimo, e Reverendissimo Senhor Cardeal D. Thomás de Almeida [...]* por Fernando Antonio da Costa de Barbosa, [1754], p. 36; *Gazeta de Lisboa*, 28 de Março de 1716.

<sup>247</sup> *Elogio Historico. Vida, e Morte do Eminentissimo, e Reverendissimo Senhor Cardeal D. Thomás de Almeida [...]* por Fernando Antonio da Costa de Barbosa, [1754], pp. 41-42.

<sup>248</sup> *Ibidem*, pp. 37-41.

<sup>249</sup> António Caetano de Sousa, *op. cit.*, tomo X, pp. 497-498.

o aumento do numero de cónegos para 18 e passando-se a gastar com a capela real 10.300 escudos anuais.<sup>250</sup> De 9 de Março de 1710, a bula *Apostolatus Ministerio* criou uma colegiada de São Tomé. Sobre esta bula, o historiador José de Castro diz que a “execução foi entregue ao bispo de Tagaste, D. Manuel da Silva Francês, para o que El-Rei passou o Alvará de 9 de Maio do mesmo ano. Executada a Bula, a colegiada começou a funcionar, oficiando ao coro as dignidades e os cónegos com a insígnia da Murça como se praticava na catedral. Mas logo os desejos crescem. Os seus cónegos e os da catedral hão-de ter a alternativa na precedência, e pelo reino, a observar as cerimónias das colegiadas e das catedrais, mandou dois beneficiados, como mandara outrem a Roma a ver e notar como se desempenhavam na liturgia os cónegos da Basílica Vaticana. Se em Outubro de 1711 concede que o seu capelão-mor possa entrar com a carruagem no pátio do palácio – privilégio dos Príncipes de sangue, dos embaixadores e do Duque de Cadaval, reconhecido por Dom Pedro II como a primeira pessoa do reino – em Janeiro do ano seguinte quer que na sua capela se alce docel quando El-Rei não intervenha publicamente, inaugurando-se na Semana Santa de 1712, e ordena aos pregadores que em vez de saudarem na sua ausência «Potentíssimo, Invictíssimo Rei», digam «Ilustríssimo Monsenhor» e, na ausência dêste, digam «Muito Reverendo Cabido», e manda alargar as naves e fazer novo coro, no que gastou mais de 300 mil cruzados.”<sup>251</sup>

Ao escrever ao abade le Grand em 1 de Abril de 1712, Pietro Francesco Viganego diz:

---

<sup>250</sup> Assim, o “Bispo capelão-mor, 600; o auditor, 100; seis dignidades – deão, chantre, arcediogo, arcipreste e tesoureiro, 2400; 18 cónegos, 5.400; e 12 beneficiados, 1.800.” José de Castro, *O Cardial Nacional*, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1943, p. 121; “Num manuscrito da Biblioteca da Ajuda, intitulado «Memórias das Graças, Indultos e Privilégios com que a Santidade dos Sumos Pontífices Clemente XI, Clemente XII e Bento XIV e o Sereníssimo Senhor D. João V, enriqueceram a Santa Igreja Patriarcal...» da autoria do Beneficiado Manuel Thomás Machado, vem escrito: «Em 9 de Dezembro de 1706 começou a governar a Monarquia Lusitana o Senhor Rei D. João V, e dando logo mostras do grande desejo de que em sua Real Capela houvesse uma Colegiada com Dignidades e Cónegos, além de acrescentar as rendas dos capelães da sua Real Capela, além do que levavam já na folha da alfândega, com mais um conto e seiscentos mil réis para o que passou decreto firmado por sua Real mão em 24 de Janeiro de 1709. Em o mesmo ano impetrou do Ilustríssimo Papa Clemente XI um Breve para que o Capelão-mor (que naquele tempo era Nuno da Cunha e Ataíde, que depois foi Inquisidor Geral e Cardeal do título de Santa Anastácia) fosse Reitor e ordinário de toda a família Real e de seus criados de qualquer grau com isenção do Ordinário do lugar e da mesma sorte todos os Ministros da Capela Real. Foi expedido o Breve em 24 de Agosto de 1709».” Eduardo Brasão, *A Diplomacia portuguesa nos sécs. XVII e XVIII* vol. II (1700-1750), Lisboa, Editorial Resistência, 1980, p. 169.

<sup>251</sup> José de Castro, *op. cit.*, pp. 121-122.

“Construiu-se um coro na capela para os novos cónegos que é a coisa mais ridícula do mundo e que custa bastante, o que faz murmurar todo este povo; o Rei não sonha senão com a sua capela. É o que não deve ignorar.”<sup>252</sup>

Relativamente ao rei D. João V e à sua relação com a capela real, vale a pena ler as palavras do conde de Povolide num tópico a que chama “Matérias Políticas”. Está escrito assim:

“É Sua Magestade muito aplicado ao culto divino, como desendente de tão católicos Reis e Princepes, e todos os dias reza o ofício devino. Sabe admiravelmente latim, e tem suficiente notícia das línguas espanhola, francesa e italiana, muito aplicado aos livros, e assim tem a maior livreria que todos os Reis de Portugal. Faz observar todas as cerimónias da Igreja Católica Romana com suma perfeição, e grande decência, na sua Real Capela, observando se falta alguma cerimónia ou circunstância para a fazer observar, como quem sabe melhor que todos os mestres de cerimónias, aplicado ao aumento do culto divino da Igreja com grandes despesas da sua Real Fazenda, verificando-se bem que dá Deos cento por um, que com ele se despende na grande abundância de oiro que trazem as frotas do Brazil das minas deste Estado, e vemos já erigida em Sé Patriarcal a Capela Real com Patriarca e cónegos com traje e honra de bispos, devidida Lixboa em dois arcebispados, coincidindo tudo pelo Sumo Pontífice a instância de Sua Magestade, que enquanto lhe não segura competente renda faz todas as despesas da sua Real Fazenda com suma generosidade.”<sup>253</sup>

Na bula *In supremo Apostolatus Solio*, de 7 de Novembro de 1716 e no consistório de 7 de Dezembro, o papa tornou oficial a instituição da igreja patriarcal de Lisboa e a nomeação de D. Tomás de Almeida para patriarca. Da patriarcal, seriam sufragâneas as dioceses de Leiria, Lamego, Funchal e Angra. A Lisboa chegou a bula a 3 de Dezembro, dividindo Lisboa em dois bispados, Lisboa Ocidental e Lisboa Oriental. O rei “mandou imediatamente tocar os sinos da sua capela real, seguindo-se-lhe todos os sinos da cidade, excepto os da catedral, vaga desde a morte do arcebispo Dom João de Sousa, em 1710, sem saberem o motivo se bem que todos o suspeitassem. Durante três dias iluminações à roda da capela real e no campanário que tocava de três em três horas, além de muitas iluminações voluntárias em muitas casas e bairros que o Rei foi ver a cavalo, destacando-se a casa de Dom Tomás de Almeida, repleta de nobreza, a divertir-se com toda «a sorte de musica e de concertos».”<sup>254</sup> O historiador José de Castro continua dizendo que “a Bula *Gregis Dominici cura*, de 3 de Janeiro de 1717, confirmou e ampliou os privilégios da Bula da criação da patriarcal, privilégios ainda

---

<sup>252</sup> Pietro Francesco Viganego, *op. cit.*, 76.

<sup>253</sup> Tristão da Cunha de Ataíde, *Portugal, Lisboa e a Corte nos reinados de D. Pedro II e D. João V*, Lisboa, Chaves Ferreira, 1990, p. 199.

<sup>254</sup> José de Castro, *op. cit.*, p. 124.



maiores pela Bula *Ineffabil Divinae Magestatis*, de 4 de Março do mesmo ano, que El-Rei por decreto de 12 de Janeiro ilustrou, concedendo aos cônegos precedência a todos os ministros dos tribunais, em consideração da preferência que o Papa dera a cada um dos cônegos patriarcais a respeito dos cônegos e cabidos de todas as outras igrejas e de todos os mais prelados, ainda que tivessem o uso de mitra, abades ou priores-mores das Ordens Militares.”<sup>255</sup> Sábado, dia 12 de Dezembro de 1716, aparecia na *Gazeta de Lisboa* o seguinte texto:

“Quinta feyra de tarde [dia 3] visitou S. Mag. que Deos guarde a Igreja de S. Roque em que se celebrava a festa do glorioso S. Francisco Xavier, onde não foy a Rainha Nossa Senhora pelas suspeitas que há de se achar pejada. Na mesma tarde chegou de Roma hum Expresso mandado pelo Marquez de Fontes com a noticia de haver o Papa concedido a S. Mag. o erigir a sua Capella Real em Igreja Patriarchal, e Metropolitana, dividindo em duas esta grande Cidade, e Arcebispado, cuja noticia se fez mais publica com os repiques dos sinos de todas as Igrejas e Conventos, e se festejou com luminárias.

Na sesta feyra pela manhã depois de haver toda a Nobreza, Ministros, e Prelados beijado as mãos a Suas Magestades, em significação do gosto que tinham no comprimento de annos da Serenissima Senhora Infante D. Maria, recebeo o Illust. Bispo do Porto D. Thomás de Almeyda, aviso do Secretario de Estado de estar nomeado por S. Mag. em Patriarca, e Arcebispo Metropolitano da Patriarchal, novamente erecta por S. Santidade, na sua Real Capella, attendendo o dito Senhor às suas grandes letras, virtudes, qualidade, e mais partes que concorrem na sua pessoa, e sendolhe entregue no Paço o dito aviso, tornou novamente com toda a Nobreza a beijar a mão a Suas Magestades.

O Conde de Avintes seu irmão celebrou esta merce com huma grande, e festiva demonstração de gosto, expressada em huma illuminação de mais de oyto mil luzes, e muyto fogo artificial, nas tres noytes seguintes, ouvindo-se nellas huma sonora musica de vozes, e harmonia de clarins, atabales, buazes, flautas, e rabecas no seu Palacio, e em todo este tempo se continuarão as luminárias, e repiques na Capella, Igrejas, e Cidade.”<sup>256</sup>

Dia 5, chega de Roma a bula que divide o arcebispado de Lisboa em Lisboa Ocidental e em Lisboa Oriental.<sup>257</sup> No tocante a isto, o conde de Povolide diz:

“A 4 de Dezembro deste ano de 1716, dia em que a Senhora Infanta D. Maria fez 5 anos, pelo que estando toda a nobreza e grandeza no Paço, tendo já beijado a mão a El-Rei Nosso Senhor, e estando para a bejar à Rainha Nossa Senhora no quarto, e estando o Bispo do Porto D. Thomás de Almeida, recebeo aviso do Secretário de Estado, Diogo de Mendonça, de como El-Rei Nosso Senhor o nomeou Patriarca e

---

<sup>255</sup> *Ibidem*, p. 125.

<sup>256</sup> *Gazeta de Lisboa*, 12 de Dezembro de 1716.

<sup>257</sup> O periódico de dia 19 de Dezembro aponta “Sabbado” como o dia em que chega a bula a Lisboa. Ora, poderia reportar ao sábado anterior, dia 12, mas ao cruzar com as informações da obra do historiador José de Castro e das memórias históricas do conde de Povolide, afirmamos que é o sábado de dia 5. *Gazeta de Lisboa*, 19 de Dezembro de 1716.

Arcebispo de Lixboa Ocidental, de novo erecta, cuja confirmação pelo Pontífice chegou de Roma. Tornou o nomeado Patriarca e todos os mais a beijar a mão a El-Rei Nosso Senhor que sempre desejando aumentar a sua Real Capela, feita já d'ante colegiada, lhe alcançou do Pontífice esta dignidade, chegada no dito dia, para a divisão dos dois arcebispados em Lixboa Ocidental e Oriental. Tinha vindo a Lixboa o Bispo do Algarve D. Juzé Pireira de Lacerda, Juíz do Breve, que desta concessão chegou de Roma e fez a divisão dos ditos dois arcebispados, e ficou o mesmo Patriarca sendo Capelão Mor que dantes era o Cardeal da Cunha que não quis nunca bispado nem arcebispado, dizendo que por não dar cura de almas.”<sup>258</sup>

Nos primeiros anos do reinado de D. João V quem protagonizava as cerimónias e acumulava honras e benefícios eclesiásticos era o capelão mor, D. Nuno da Cunha de Ataíde. Honroso era ser bispo do Porto mas o quotidiano deste ofício era afastado da Corte e lembremo-nos que Nuno da Cunha tinha rejeitado ser bispo de Elvas, provavelmente, por essa razão. A escolha de D. Tomás de Almeida para patriarca tinha sido transmitida ao nuncio por Diogo de Mendonça Corte Real, dizendo que seria do agrado do rei.<sup>259</sup> Esta não deixa de ser surpreendente. Afinal, ele residia longe de Lisboa há alguns anos e seria mais natural que fosse o cardeal da Cunha a ser feito patriarca. Já era o capelão mor, cardeal e detinha uma grande influência no conselho de Estado. O irmão do cardeal da Cunha dá nota de que este “nunca quis bispado nem arcebispado” o que convence visto ter rejeitado o bispado de Elvas. Note-se, no entanto, que necessário era justificar a mudança de cara na capela real, agora igreja patriarcal. De Haia, o conde de Tarouca escreve para o seu irmão marquês de Alegrete a 14 de Janeiro de 1717:

“...faça El Rey quantos Patriarchas quizer, edelhe metade do Reino que nisso ninguém recebe injuria mais que elle mesmo de ser louco, e eu persuadome a que El Rey não há depraticar com onouo Patriarcha da Camara para dentro as estimaçoens que affecta da Camera para fora, porque estas exteriores conduzem para agrandeza da See, e as interiores necessitaõ dehum amor pessoal, que supponho que não hauia para D. Thomas”<sup>260</sup>

---

<sup>258</sup> Tristão da Cunha de Ataíde, *op. cit.*, p. 281.

<sup>259</sup> José de Castro, *op. cit.*, p. 124.

<sup>260</sup> Citado in Eduardo Brazão, *Relações externas de Portugal – Reinado de D. João V* vol. II, Porto, Livraria Civilização, 1938, p. 126; O conde de Tarouca soube prontamente da elevação da capela real a patriarcal pois logo após a expedição da bula *In supremo apostolatus solio*, a 7 de Novembro de 1716, o marquês de Fontes, embaixador em Roma que seria feito marquês de Abrantes em 1718 ao retornar a Lisboa, escreveu: “Sábado passado deixei de vos escrever pelo muito que me ocupou um expresso que despachei para a nossa corte, com um individual catálogo dos títulos com que se erige na Real Capela o novo Patriarcado Ulisponense Ocidental, distinto do antigo Arcebispado de Lisboa Oriental; e porque conheceis quanto esta notícia era grata na nossa corte, vo-la participo congratulando-me convosco de haver de lograr o fruto dos meus trabalhos um parente e amigo nosso [D. Tomás de Almeida]. Agora me resta concluir o negócio da China que já está em bons termos.” Citado in *Idem, A Diplomacia portuguesa nos sécs. XVII e XVIII* vol. II (1700-1750), Lisboa, Editorial Resistência, 1980, p. 171.

Tarouca supõe que D. Tomás carecia do “amor pessoal” do rei. Natural parece este apontamento pois D. Tomás não vivia em Lisboa há alguns anos. Para o diplomata seria uma escolha exclusivamente política? Um triunfo do mérito? Interessantes voltam a ser os comentários de Tarouca noutra carta que escreve a Alegrete, a 1 de Abril 1717:

“Agradeço a Vossa Senhoria dar-me novas das coisas do Patriarcado. E lhe direi que estas fazem aqui (na Haia) grande ruído e assunto de conversas, porque sucede que o czar, a quem agora atribuem muita acção grande, entre as providências que achou necessárias para o aumento dos seus Estados, foi tirar muitos poderes que haviam concedido a um Patriarca que tinha, e quando nomeou novo Patriarca, restringiu-lhe os poderes e as preeminências que pareceram supérfluas. De sorte que agora se combinam aqui os procedimentos tão desencontrados – o de El-Rei Nosso Senhor em fazer de novo um Patriarca com tantos excessos, e o do czar em desfazer os excessos do seu antigo Patriarca. Quanto melhor fora repartir o gasto das librés de Dom Tomás de Almeida para fazer algumas librés ao Senhor Infante D. Manuel!”<sup>261</sup>

Dois monarcas absolutos a actuar de forma tão díspar na sua relação com a respectiva Igreja. Nos dois casos sobressai o uso de um poder absoluto na defesa do seu interesse, pois, ambos, moldam a Igreja no seu domínio a seu bel-prazer, ora retirando ora dando. A atitude de D. João V exigindo e, por vezes, cortando relações com o papa não será regalista? Certo é que D. Tomás de Almeida toma posse da sua nova dignidade a 9 de Janeiro de 1717<sup>262</sup> e dia 13 de Fevereiro faz a sua entrada pública como Patriarca de Lisboa Ocidental.<sup>263</sup> Três dias depois, Diogo Mendonça Corte Real descreve-a assim ao conde de Tarouca que estava em Haia:

“... O nosso Patriarcha fez asua entrada em sabbado 13 do corrente vindo de huma quinta de São Sebastião da Pedreira em Coche athe Santa Marta, onde se apeou, eos Cavalheiros, e família queo seguiraõ, e dalli veyo a cavallo, eacomitiva athe as portas de Santo Antaõ onde o esperava o Cabbido, Clerigos das freguezias desta Cidade Occidental, e relligioes damesma, e às mesmas portas oesperava tambe o Senado della com opallio, e revistindose o Patriarcha tornou amontar a cavallo, eveyo debaixo dopallio atheaCathedral: as ruas por onde veyo a procição estavaõ mui bem adornadas, e assim foi afunção das mais luzidas que serviraõ nesta Corte, naquella noute, enas duas seguintes houve luminárias, naõ so nesta Cidade, mas na oriental...”<sup>264</sup>

Desde logo, o patriarca emergiu como uma figura incontornável da realidade portuguesa. Nos relatos de forasteiros, o patriarca surge com destaque. Tendo estado por Portugal nos anos de 1723 a 1726, Merveilleux diz:

---

<sup>261</sup> Citado in *Ibidem*, p. 179.

<sup>262</sup> *Gazeta de Lisboa*, 14 de Janeiro de 1717.

<sup>263</sup> *Gazeta de Lisboa*, 18 de Fevereiro de 1717.

<sup>264</sup> Carta de 16 de Fevereiro de 1717 in Eduardo Brazão, *Relações externas de Portugal – Reinado de D. João V* vol. II, Porto, Livraria Civilização, 1938, pp. 125-126.

“Quem pretenda narrar tudo o que D. João V fez para a criação de um patriarcado na sua capital encherá páginas e páginas e fará um alentado volume. Este monarca fundou-a, por fim, e dotou-a opulentamente. Os paramentos preciosos e a prata destinados ao serviço da igreja patriarcal absorvem as riquezas de muitas frotas do Brasil. A magnificência com que o patriarca de Lisboa oficia ultrapassa a do Papa nos dias de maior solenidade, e posso dizê-lo com conhecimento de causa pois vi officiar um e outro. Nas cerimónias de Lisboa apenas faltam os cardeais.

Quando o patriarca se encontra na presença de um cardeal está obrigado a despojar-se da romeira, em sinal de humildade. Do resto, veste de vermelho, como se cardeal fosse. Este patriarca é pessoa de mérito e aboliu bastantes imposturas e cerimónias supersticiosas que se praticavam em Lisboa, reduzindo todas as procissões do Corpo de Deus a uma só, que, aliás, é a mais sumptuosa de todo o mundo cristão.”<sup>265</sup>

Adiante no mesmo escrito, o autor acrescenta:

“o patriarca quando aparece em público vem sempre precedido por vinte e quatro cónegos mitrados que são precedidos dos seus chapéus verdes e eu próprio vi o patriarca antecedido de cinco mitras. Tenho as minhas suspeitas que a manutenção do Patriarca custa ao rei D. João V mais que a sustentação do seu exército e posso arriscar que presentemente estas despesas excedem o custo de todas as forças do reino. Capricha o rei em fazer brilhar a sua grandeza em tudo o que respeita à Igreja e ao culto exterior da religião.”<sup>266</sup>

Esta realidade, a construção de um sumptuoso patriarcado tinha por detrás um arquitecto, D. João V. Este, a par do patriarca, concentra a atenção dos forasteiros que passam por Lisboa. Veja-se o que, nas cartas de César de Saussure, escritas de Lisboa no ano de 1730, se pode ler:

“O Rei é tido por pessoa espirituosa e de engenho, mas é completamente destituído de cultura. Dizem-no extraordinariamente mordaz e assumadiço, o que explica o chegar por vezes a tais extremos com os seus ministros e com que de perto o tratam que não parece ser um príncipe e muito menos um rei. Ama excessivamente a magnificência e a ostentação. Presentemente está construindo numa alta e árida montanha chamada Mafra um palácio, uma igreja e um convento que ficarão soberbos e custarão quantias fabulosas. Informaram-me que muitos mil operários ali trabalham há cerca de três anos. Todos os anos se fornece de Paris e doutras cidades dos mais ricos fatos que ali se fazem e dos quais lhe são enviadas caixas cheias. De trajos tem uma tão grande quantidade que não poderia usá-los todos, embora não vista cada um deles, mesmo que muito lhe agradem, mais de três vezes.”<sup>267</sup>

Impressionante era a ostentação do rei e a sua criação, o patriarca, cortesão e aristocrata, seguia a mesma linha. Sausurre continua a descrição, assim:

---

<sup>265</sup> *O Portugal de D. João V visto por três forasteiros*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1983, p. 222.

<sup>266</sup> *Ibidem*, p. 223.

<sup>267</sup> *Ibidem*, p. 267.

“O Patriarca ou Arcebispo de Lisboa é aqui quase tão considerado como se fora o Papa. Quando sai segue-o o mais sumptuoso e magnífico dos cortejos. Dez ou doze cónegos, montados em soberbas mulas, abrem a marcha. O último destes cónegos empunha uma grande e rica cruz de prata. Em seguida marcham, dois a dois, os lacaios do Patriarca, vestidos de rica libré e trazendo os chapéus na mão. Depois deles vem arreata a bela mula branca de Sua Eminência, ricamente ajaezada. Segue-se-lhe o coche do Patriarca, um dos mais ricos e soberbos que é possível ver, puxado por seis cavalos. Ao coche segue-se uma liteira que é no mesmo gosto e puxada por duas grandes mulas enfeitadas com plumas de avestruz e arreios bordados a ouro e prata. O restante do cortejo é constituído por grande número de eclesiásticos, todos bem montados. Por duas vezes tive ocasião de ver nas ruas de Lisboa este Prelado com a magnificência que deixei descrita e é quase igual à do rei.”<sup>268</sup>

Também na “Descrição da cidade de Lisboa” de 1730, escrita por um anónimo, a patriarcal e o patriarca afluem no texto:

“No ano de 1716, Lisboa foi dividida em duas partes: a oriental e a ocidental. Esta divisão fez-se por ocasião de ter sido criada a Patriarcal, a cuja diocese pertence a parte ocidental, conservando o arcebispo a parte oriental. Depois desta divisão, no registo de qualquer acto é obrigatório, sob pena de anulação, indicar a parte da cidade em que for realizado. Os negociantes escrupulosos mencionam-no também nas suas letras de câmbio ou na correspondência.

A Sé Patriarcal é na capela do palácio real. Esta igreja pouco vale como arquitectura, como decoração. É, porém, muito vasta. Além da capela-mor há doze altares privados que estão soberbamente ornamentados. Existe também ali uma grande tribuna, com dois pisos, guarnecida de rótulas, de onde, habitualmente, o rei e a rainha ouvem missa. O Patriarca oficia ali regularmente todos os domingos e nas festividades, acolitado por dezoito cónegos, todos de mitra. O coro composto por cerca de trinta ou quarenta beneficiados conserva a música do rito romano ou seja sem sinfonia, mas entre o grande número de vozes que ali se ouvem muitas se destacam por excelentes.

O Patriarca, que foi Bispo do Porto, chama-se D. Tomás de Almeida e é cunhado do primeiro-ministro. O Rei mantém-lhe casa e equipagem de muito preço.

Eis a ordem das saídas magníficas do Patriarca; à frente, a cruz patriarcal empunhada por um homem a cavalo; o Patriarca segue imediatamente, numa rica liteira, rodeada por vinte criados, a pé. Seguem-se quatro coches de um gosto e de uma grandeza extraordinários, cada coche puxado por seis mulas. O primeiro, o coche de gala, vai vazio e nos restantes o séquito.

Os cónegos mitrados foram escolhidos entre a primeira nobreza e têm a categoria de bispos; o Rei concede a cada um deles uma renda de cinco mil cruzados, o que equivale a cerca de oito mil libras de França. Assistem regularmente aos ofícios e ostentam publicamente a sua dignidade com a maior correcção – só saem em liteira e seguidos de seis criados, a pé.”<sup>269</sup>

---

<sup>268</sup> *Ibidem*, p. 273.

<sup>269</sup> *Ibidem*, pp. 40-41.

Interessante é a carta que, em Junho de 1722, o núncio apostólico Giuseppe Firrao escreve ao secretário de Estado de Inocêncio XIII sobre os trajes da patriarchal. Nesta consta:

“Toda a família da antecâmara do Patriarca, excepto o cavaliário, anda vestida, tanto em casa como na rua, de roxo, com batina e soprana comprida á maneira dos camareiros secretos e de honra de Nosso Senhor; e na mesma forma o primeiro mestre de cerimónias: os cantores e outros padres da patriarchal vestem á semelhança dos da capela pontifícia. O Patriarca, além do habitual habito cardinalício, leva quando sai em função os sapatos, murça de veludo carmezim e o chapéu ligado ao pescoço por cordões. Costuma presentemente andar em liteira só, não tendo chegado ainda a carruagem para uso como a do Papa com sedia. Leva á frente cinco ou seis carruagens de sequito a seis mulas, precedidas de um cruciferario vestido de roxo: tem dois decanos negros ás portinholas e dois criados com umbela: indo á patriarchal vai directamente á sala dos paramentos onde veste os hábitos pontificais, acompanhado do cabido e clero, o primeiro vestido de vermelho com exclusão do solidéu e barrete, e precedido cada cónego de um familiar com chapéu prelaticio, ornado de cordões e franjas de verde e ouro, e cada um destes tem um caudatario vestido como os dos cardiais.

Os ditos cónegos dividem-se em três classes como o Sacro Colégio. Os que não são sacerdotes representam os diáconos, os sacerdotes os cardiais presbíteros, e as dignidades os cardiais bispos.

O clero distingue-se nos trajes e forma de andar como se usa na capela pontifícia. Há em primeiro lugar quatro maceiros com os uniformes como os maceiros do Papa, outros representam os votantes da Assinatura, os clérigos de câmara, os auditores da Rota e os bispos assistentes que não trazem mitra por serem simples padres: e os pretensos camareiros secretos e de honra imitam os hábitos dos de Sua Santidade, mas a veste grande de cima é roxa, forrada de vermelho. Acompanham ainda o Patriarca alguns cavaleiros com o titulo de Príncipes do solio, e vão ao lado os dois grandes flabelos habituais do Papa.

O trono tem os mesmos degraus a altura do solio pontifício e com a reserva da sedia gestatória, com arminho na Murça e cruz nos sapatos, observa pontualmente a mesma formalidade que se tem com o Sumo Pontífice.

Na procissão do Corpo de Deus, em que tudo se fez para imitar ao natural a de Roma, depois do clero regular da cidade, leva-se a divisa da patriarchal á maneira das de Roma com esta inscrição: «*Sacrosancta Patriarchalis Basilica*» e logo depois oito pessoas vestidas de roxo que sustêm as mitras preciosas em pedestais de veludo carmezim, os penitenciários com as varas, os padres e cónegos com a mesma disposição de Roma. O Patriarca a pé, acompanhado do Rei e dos Infantes.

Não querendo o Patriarca dar a mão direita em sua casa ao Núncio, não tenho por isso visitado desde que é Patriarca. Nunca a Mons. Bichi, e o mesmo fez comigo”<sup>270</sup>

---

<sup>270</sup> Citado in José de Castro, *op. cit.*, pp. 136-138.

Noutra carta, Firrao acrescentaria:

”Os cônegos andam pela cidade, vestidos de roquete e murça; e algumas vezes com manteleta e capa magna, e desta maneira visitam o Nuncio e os srs. Cardiais. E quando são convidados a cantar Missa Pontifical nas igrejas da cidade, mesmo de regulares, servem-se do traje cardinalício e do caudatario vestido de roxo».<sup>271</sup>

Esta sucessão de relatos estupefactos com o tremendo impacto visual de um desfile na rua do patriarca e dos cônegos da patriarchal revela o poder do rei. Estes representavam-no quando se passeavam pois sabia-se que, a sua existência, era possível por favor régio. O rei permitiu que o patriarca tivesse honras de cardeal, sem o ser, durante quase vinte anos, depois de passado, a 13 de Fevereiro de 1717, o decreto mandado à mesa do Desembargo do Paço no qual o patriarca teria as mesmas honras de um cardeal, em terras portuguesas.<sup>272</sup> Assim, por favor régio, ao equipará-lo aos cardeais, o patriarca não se sentia na obrigação de dar precedência a nenhum. Não será isto um claro sinal de afirmação do rei em relação a Roma? Como qualificar um rei que dá honras de cardeal em terras portuguesas ao seu patriarca ou, melhor, ao seu soberbo capelão-mor? A afirmação do patriarca não era sinal apenas para Roma e outras Cortes, seria um claro sinal interno. Os tempos tinham mudado. O rei mexia na ordem social, equiparando cônegos a condes, como veremos, e criando uma entidade eclesiástica, sua, que autonomamente exhibia o poder régio.

As relações de Lisboa com Roma são essenciais para compreender o patriarca D. Tomás de Almeida na sua relação com D. João V. Isto porque, não havendo dúvidas que D. Tomás de Almeida devia o seu poder ao rei, em grande medida este poder era oficialmente concedido pelo papa e só depois confirmado legalmente pelo rei. A diplomacia portuguesa de D. João V lutava em Roma por favorecer o patriarca de Lisboa. Certo é que, além das relevantes honras de cardeal, D. João V doou ao patriarca independentemente de Roma, como a grande doação que fez em 1719 ou as que recaíram sob a família de D. Tomás, mas os ganhos simbólicos eram quase sempre obtidos através de Roma. Assim, vale a pena olhar às relações que Portugal tinha com Roma. Na Bula *Gregis domini cura*, de 3 de Janeiro de 1717, o papa confirmava a criação do “Patriarcado e divisão religiosa de Lisboa. Era dada precedência ao cabido

---

<sup>271</sup> Citado in *Ibidem*, p. 138.

<sup>272</sup> António Caetano de Sousa, *op. cit.*, tomo X, p. 499.

Patriarcal sobre todos os outros do Reino e sobre todas as Dignidades, com excepção da dos Bispos. Confirmava igualmente a faculdade, já concedida aos cônegos da mesma Patriarcal de usarem mitra e paramentos pontifícias nos dias solenes, estendendo-se agora aos de funções feriais e na celebração de exéquias, baptismos e matrimónios, permitindo-lhes a celebração da Missa à maneira dos Bispos. Também ali ficava determinado que o Patriarca tivesse precedência sobre os Arcebispos e Bispos portugueses sem excepção.” A 7 de Setembro de 1718 e pela Bula *Sacramenti apostolatus*, Clemente XI concedia ao Patriarca a “faculdade de promover aos graus académicos de bacharelato e doutorado na Sagrada Teologia e em Direito Canónico, as Dignidades e Cônegos da Patriarcal que não os tivessem, como se os recebessem da Universidade de Coimbra ou de qualquer outra, com algumas condições e declarações.” A 3 de Outubro de 1718, o vigário geral do patriarcado passa a ser denominado arcebispo de Lacedemónia. A 20 de Setembro de 1720 e pela bula *Sacrosancta apostolatus*, o patriarca passava a sagrar os Reis de Portugal e de lhes entregar as insígnias régias. Sete dias depois e com o consentimento do rei, as dignidades, cônegos e beneficiados passam a obter a quarta parte do rendimento episcopal de todo o reino. Isto lê-se na bula *Rationi congruit*, de 18 de Maio de 1721. Mais tarde, a quarta parte passaria a um terço pela bula *Religiosa Christianorum Principium*, de 8 de Fevereiro de 1738. A 10 de Outubro de 1722 e pela bula *Ad regímen Universalis Ecclesiae*, os beneficiados da patriarcal passam a poder usar o “hábito eclesiástico de seda ou de lã, isto é, batina roxa com mantelete roxo e roquete sobre a batina, mesmo na presença dos Arcebispos, Bispos e Patriarca, Cardeais e Legados da Santa Sé, mas só dentro de Lisboa. [...] Bento XIII, em 19 de Setembro de 1724, pela bula *Super Dispositione*, conferiu ao Patriarca o uso do *super umeral*.” A 8 de Março de 1737, os reis passam a deter o padroado da igreja de Lisboa oriental, podendo apresentar as dignidades que passam a ser criadas apenas com autorização do rei. Em Setembro de 1738, o papa concede aos cônegos da patriarcal o uso do oratório e altar portáteis. A bula *Salvatoris nostri mater*, de 13 de Dezembro de 1740, une a Igreja de Lisboa sob a alçada do patriarcado. Isto leva a que a 31 de Agosto de 1741 o rei passe um alvará para abolir a divisão da cidade.<sup>273</sup> A 25 de Abril de 1746 e pela bula *Ad splendorem patriarchalis*, os principais e ministros da patriarcal passam a poder “estipular quaisquer contratos com os rendeiros e enfiteutas de bens móveis e imóveis de qualquer qualidade, que

---

<sup>273</sup> Eduardo Brasão, *op. cit.*, pp. 177-179.



pertencessem à mesma Igreja, em quaisquer lugares das dioceses do reino, e que o escrivão ou tabelião, que os mesmos Principais e ministros elegessem para fazer os ditos contratos ficaria sendo logo notário apostólico.” Note-se que se lutou durante o reinado joanino pelas canonizações de Afonso Henriques e frei Bartolomeu dos Mártires e que a questão da apresentação dos bispos, iniciada na Restauração, foi resolvida no tempo de João V.<sup>274</sup>

Vejamos Manuel Pereira de Sampaio que era o embaixador em Roma nos anos quarenta de setecentos. Pereira de Sampaio era referido como “rusé, plein d’artifices”, nas cartas que Bento XIV escrevia para o cardeal Guérin de Tencin e, quando se queria, em Lisboa, que os cónegos da patriarcal usassem solidéus vermelhos como os cardeais, dirigindo-se ao mesmo, Bento XIV comenta:

“Le Cardinal Patriarche de Lisbonne est celui qui, pour flatter le gout de son roi, a imaginé les bonnets rouges, les masses et autres distinctions affectées aux cardinaux, pour en décorer les ridicules chanoines de l’église patriarcale.”<sup>275</sup>

A 8 de Fevereiro de 1744, em carta de Pereira de Sampaio a Marco António Azevedo Coutinho, diz-se:

“... Consegui que uzem os Principais dos solidéus encarnados nas funções eclesiásticas”<sup>276</sup>

O título de principal veio substituir o de dignidades e cónegos da patriarcal, pela bula *Salvatoris nostri*, de 13 de Dezembro de 1740. Em carta dirigida a Carbone a 23 de Junho de 1744, Pereira de Sampaio afirma que “o nome de Principais que é o mesmo que Cardeais, segundo consta do Capítulo Ministerium do Ofício Archiprosbitem...”<sup>277</sup> Mais tarde, Bento XIV escreve a Tencin:

“Malgré la quantité d’argent que est venu du Portugal et qui a été payée aux artistes, on dit que beaucoup restent à découvert à cause des commissions incessantes que continuellement on ajoutait”<sup>278</sup>

Eduardo Brasão lembra que, em 1719, Juvara vem por intermédio do marquês de Fontes para Portugal para edificar o projecto da Patriarcal que se pensou em Alcântara.<sup>279</sup> Por último, recordemos que, em 1748, se consegue o título de “Fidelíssimo” para o rei

---

<sup>274</sup> *Ibidem*, p. 183.

<sup>275</sup> Citado in *Ibidem*, pp. 174-175.

<sup>276</sup> Citado in *Ibidem*, p. 178.

<sup>277</sup> Citado in *Ibidem*, p. 178.

<sup>278</sup> Citado in *Ibidem*, p. 180.

<sup>279</sup> *Ibidem*, p. 181.

português. Um título de Roma. Sem dúvida, a “política romana” é uma marca definidora e transversal a todo o reinado joanino. Voltando a 1717 e ao próprio D. Tomás de Almeida, na *Gazeta de Lisboa* de 24 de Junho, surge:

“Foy Sua Mag. servido nomear ao Illustrissimo Senhor D. Thomás de Almeyda Patriaca [*sic*] de Lisboa Occidental, e seu Capellão mor, para seu Conselheiro de Estado.”<sup>280</sup>

Activo o conselho de Estado, o patriarca era chamado a participar na decisão política com maior frequência. Em 1725, a propósito da negociação dos casamentos entre as famílias reais de Lisboa e Madrid, o conde de Povolide escreve:

“Achando-se ser necessário tratar das capitulações sobre os casamentos propostos, se fez outra Junta em que o Patriarca e o Secretário de Estado, e o Marquês de Angeja disserão que o nosso enviado em Castela, António Guedes Pireira, poderia tratar esta matéria. O Cardeal da Cunha e o Marquês de Abrantes votarão em Juzeph da Cunha Brochado, que foi já nosso enviado. O Marquês de Alegrete votou em António Roís da Costa. Foi Juzeph da Cunha Brochado.”<sup>281</sup>

No seu escrito, o conde de Povolide deu conta de quem eram os conselheiros de Estado em vários anos, incluindo 1725 e 1726. Nestes anos, o patriarca esteve presente e era referido em segundo lugar, logo a seguir ao irmão do autor, o que sugere que enquanto o conselho esteve activo, o patriarca tinha um lugar destacado.<sup>282</sup> Relativamente a 1725, o conde diz que “é muito tempo que não há Conselho de Estado, porém há Juntas, a que são chamados alguns deles.”<sup>283</sup> As juntas e consultas privadas substituíram no final dos anos vinte de setecentos as reuniões do conselho de Estado. Aliado a isto, a afirmação do cardeal da Mota e de Alexandre de Gusmão no valimento régio viriam a fazer com que o patriarca fosse operando, no despacho dos assuntos mais caros à política, cada vez menos e de forma mais casual. No entanto, patriarca com honras de cardeal e conselheiro de Estado, D. Tomás de Almeida é, talvez a par do cardeal da Cunha, a pessoa na qual é mais notório o favor real joanino. Num ano, D. Tomás de Almeida passou de bispo do Porto à figura mais graduada do reino, excluindo a família real. Em 1719, na “sexta-feira de Passos” pela primeira vez o patriarca precedeu os marqueses do

---

<sup>280</sup> *Gazeta de Lisboa*, 24 de Junho de 1717.

<sup>281</sup> Tristão da Cunha de Ataíde, *op. cit.*, p. 379; Mais adiante, ainda relativamente ao ano de 1725, pode ler-se: “El-Rei Nosso Senhor manda conselho de plenipotenciário a Juzeph da Cunha Brochado a Madrid, com 12 mil cruzados de ajuda de custo, e quinhentos mil reaes cada mês, e cinco mesadas adiantadas, pago isto pela Junta dos Três Estados, e se diz que pelo bolsinho de Sua Magestade, se lhe aumentão mais as mesadas, neste Ministro, como se diz à folha 140 verso. Votou o Cardeal da Cunha e o Marquês de Abrantes, o Patriarca e o Secretário de Estado Diogo de Mendonssa, e o Marquês de Angeja votarão em António Roís da Costa, de quem amigo e discípulo foi.” *Ibidem*, p. 390.

<sup>282</sup> *Ibidem*, pp. 406 e 416.

<sup>283</sup> *Ibidem*, p. 406.

conselho de Estado. Sobre esta sexta-feira e atento a questões de precedências, o conde de Povolide refere:

“os Duques de Cadaval pai e filho, conselheiros de Estado, os quais não se achavão neste em que falamos, dizendo um que estava mal disposto, e outro que tinha de ir ser padrinho de um afilhado, e se entendeu que a causa foi por lhe não preceder o Patriarca, a quem Sua Magestade tem dado honras de Cardeal, e os Cardeaes precedem os Duques, e não como Arcebispo que é de Lixboa, por que os Duques e Marqueses precedem aos arcebispos.”<sup>284</sup>

Povolide diz mesmo que os condes não paravam para deixar passar o patriarca quando os coches se cruzavam nas ruas da cidade.<sup>285</sup> Além disso, por ordem do cardeal Paolucci, secretário de Estado de Clemente XI, o núncio protestou por o patriarca ser tratado por “Sua Eminência” como era próprio dos cardeais.<sup>286</sup> A criação de uma singular figura de elite não era feita sem a contestação das elites pré-existentes. Povolide dá conta da questão do núncio, assim:

“O Núncio e os mais embaixadores não tornarão à Capela Real depois que foi Sé Patriarcal, como dantes ião, por não terem dúvida que o Capelão Mor era o Cardeal da Cunha tivesse como Cardeal melhor lugar do que eles. Porém não o Patriarca que ora é Capelão Mor.”<sup>287</sup>

O desrespeito pela precedência do patriarca não proveio só da aristocracia e elites eclesiásticas. Descrevendo 1709, o conde de Povolide elenca o seguinte caso:

“Este Luís Vieira da Silva e filho daquele Secretário de Estado, Pedro Vieira da Silva, que depois de veúvo se fez clérigo e foi Bispo de Leiria. O Balio de Lesa, irmão de Luís Vieira, tem contenda sobre jurisdições com o Bispo do Porto, D. Thomás de Almeida, elo que Luís Vieira não falava ao Bispo, o qual feito Patriarca, como e, não lhe parava Luís Vieira a liteira quando o topava, parando-lhe já toda a nobreza e todos aqueles que a princípio o duvidarão. E se disse que poderia suceder pegarem os criados do Senhor Patriarca nos machos da liteira de Luís Vieira, e fazê-lo parar.”<sup>288</sup>

No ano de 1724, ainda se discutia a precedência do patriarca. O conde de Povolide escreve:

“O Senhor Patriarca quando vai em público ainda que a nobreza lhe para não para ele, e bota uma bênção, mas quando não vai em público, pára e anda primeiro.”<sup>289</sup>

---

<sup>284</sup> *Ibidem*, p. 327.

<sup>285</sup> *Ibidem*, pp. 296-297.

<sup>286</sup> José de Castro, *op. cit.*, pp. 132-133.

<sup>287</sup> Tristão da Cunha de Ataíde, *op. cit.*, p. 295.

<sup>288</sup> *Ibidem*, p. 221.

<sup>289</sup> *Ibidem*, p. 372.

Mais tarde, na elevação de João da Mota e Silva à púrpura, no fim de 1727, o patriarca não o foi cumprimentar por uma questão protocolar. Tal como não ia cumprimentar o cardeal da Cunha. Aconteceu mesmo, em 1728, o patriarca cruzar-se na rua com o cardeal da Mota e não se cumprimentarem.<sup>290</sup> D. Tomás de Almeida era a primeira figura mas na relação com os cardeais não era claro quem deveria preceder.<sup>291</sup> Assim foi enquanto não foi cardeal-patriarca, título pelo qual D. João V ia lutando diplomaticamente em Roma. No tocante a precedências, refiramos que a promoção dos cónegos da patriarcal foi um tema polémico desde os primeiros anos do patriarcado. A 21 de Janeiro de 1717, em Haia, o conde de Tarouca escrevia ao irmão marquês de Alegrete:

“Ora bem vingado estou dos Duques (visto que eu não sou homem que deseje outra vingança) de que eles se acham agora obrigados a dar Ilustríssima aos Cónegos. Abençoados Cónegos! Parece-me que estou figurando ver entrar vintes e quatro matulões no Salão do Forte, em dia de audiência de Embaixador e plantarem-se arriba dos Condes. Ah! Conde de Sarzedas, velho onde estás que não ressuscitas para ficar na parede abaixou de algum Cónego Magistral; e que cotoveladas que lhe darias oh! Conde! Eu ainda espero que sobre estas precedências haja aí lindas histórias com que divertir o espectador!”<sup>292</sup>

Assim, pela “Bula *Apostolatus Ministerio*, de 1 de Março de 1710 tinha sido permitido às Dignidades e Cónegos da Capela Real o uso no corodum mantelete de cor preta pelo lado externo e forrado de encarnado.” Sete anos depois, Clemente XI na *Inefabili Divinae Magestatis Providencis*, de 12 de Março de 1717, além de outras graças, “concedia às Dignidades e aos dezoito Cónegos do cabido da Igreja Patriarcal, o uso de capa magna encarnada, com peles de arminho no Inverno e Murça encarnada no Verão; e aos doze Beneficiados, a mesma regalia, mas em roxo.” Por alvará de 24 de Dezembro de 1716, os cónegos da patriarcal passaram a ter as mesmas honras que os bispos em Portugal e, por decreto de 12 de Janeiro de 1717, a preeminência entre todos os demais Ministros dos Tribunais.” A 29 de Janeiro de 1730 e por lei, foram compreendidos entre os grandes eclesiásticos, precedendo os condes. Os condes protestaram e, no arquivo Tarouca, Eduardo Brasão encontrou uma carta deles que diz:

“Os Condes, Senhor, reconhecem a real grandeza de Vossa Majestade e prostrados a seus pés, esperam da sua justiça a benignidade da sua real atenção queira conservar-lhes a preeminência e graduações de que se não fazem indignos pelos serviços que têm feito e esperam fazer a Vossa Majestade; e que por esta humilde representação ordene Vossa Majestade que os Ilustríssimos Cónegos da Sé Patriarcal não

---

<sup>290</sup> *Ibidem*, p. 429.

<sup>291</sup> José de Castro, *op. cit.*, p. 144.

<sup>292</sup> Citado in Eduardo Brasão, *op. cit.*, pp. 176-177.

concorram com eles na parede, Tribunais e outras funções em que haja precedência, da mesma sorte em que os filhos dos Duques se abstiveram, pela dúvida que lhes moviam os mesmos Condes que esperam ser ouvidos plenamente da sua justiça e ainda mais que Vossa Majestade lhes defira como pedem pelas razões que alegam.”<sup>293</sup>

Note-se ainda que, por um breve de 7 de Setembro de 1719, D. Tomás de Almeida deu às dignidades e cónegos da sua igreja patriarcal os graus de bacharel e doutor em teologia e direito canónico.<sup>294</sup> Importante era a construção do capital simbólico da patriarcal e do patriarca mas, claro, esta construção não seria concebível sem que o rei lhe atribuísse riqueza. Em 1754, num dos elogios fúnebres do patriarca, afirma-se:

“He certo, que Sua Eminencia era a Personagem mais rica deste Reyno; porque a grandeza daquelle Real animo do Fundador desta Mitra a fez tão opulenta, como quem a destinava para ser occupada de Principes.”<sup>295</sup>

Assim, António Caetano de Sousa vinca no seu escrito:

“ElRey levado da sua natural piedade, herdada de seu Augustos Predecessores, que com tanta liberalidade dotaraõ tantas Igrejas, lhe fez huma ampla e generosa doação, fazendo merce para sempre ao mesmo Patriarcha, e a todos os seus successores de duzentos e vinte marcos de ouros todos os annos; declarando, que esta doação feita ao Patriarcha, e perpetuamente aos seus successores, os quaes sempre deviaõ ser pelos próprios merecimentos, e por todas as qualidades as primeiras, e principaes pessoas dos seus Reynos, cujo lugar ainda o poderiaõ occupar os Infantes delles, porque a sua Real intenção era, que aquella larga forma se applicasse à sustentação da pessoa do Patriarcha, Casa, e Estado, para que assim se augmentasse o esplendor, e magnificencia della, attendendo (com admiravel providencia) que os Patriarchas das rendas, que possuão, e poderiaõ ter de futuro, as podessem distribuir em esmolos, e mais obras de piedade, a que como Pastores são obrigados. Esta doação passada com todas aquellas clasulas, que se requerem para sua perpetua validade, conforme o Direito em semelhantes casos, foy feita no primeiro de Abril de 1719. E logo por outra passada no mesmo dia, e anno, lhe fez doação de Liziria da Foz de Almonda, de grande rendimento: de sorte, que enriquecendo aos Patriarchas de bens dos seu Patrimonio Real, lhe fez graciosa, e generosamente as referidas doações, para que sem prejuízo dos pobres pudesse brilhar a grandeza da sua alta dignidade.”<sup>296</sup>

Relativamente a 1719 e à mesma doação, Povolide indica:

---

<sup>293</sup> Citado in *Ibidem*, pp. 175-176.

<sup>294</sup> *Elogio Historico. Vida, e Morte do Eminentissimo, e Reverendissimo Senhor Cardeal D. Thomás de Almeida [...]* por Fernando Antonio da Costa de Barbosa, [1754], p. 60.

<sup>295</sup> *Oração fúnebre nas exequias Do Eminentissimo Senhor Cardeal Patriarca D. Thomás de Almeida [...]* Disse-a D. Joaquim Bernardes de Santa Anna [...] Lisboa. Na Officina de Miguel Rodrigues, [1754], p. 32.

<sup>296</sup> António Caetano de Sousa, *op. cit.*, tomo VIII, p. 126-127.

“El-Rei Nosso Senhor fez mercê para o Patriarca, e para os que lhe socedão neste lugar, de três arrobas de oiro, das trinta que Sua Magestade tem nos quintos das minas, pagas e feitas em esta Corte, na casa da moeda, em moeda, em barra, com(o) quizer o Patriarca, e lhe fez mais mercê, das terras das lezírias, que vagarão para a Coroa por morte do Conde de Viana, as quais mercês reputadas em cincoenta mil cruzados cada ano, e tãobém lhe fez mercê, de que não pague destas mercês despachos, nem novos direitos, nem velhos, nem coisa alguma, como os mais pagão de mercês.”<sup>297</sup>

No ano seguinte, lê-se:

“Nomeou El-Rei Nosso Senhor a D. Lourenço de Almeida, irmão do Conde de Avintes e do Senhor Patriarca para Governador das Minas, e a Pedro Álvres Cabral, Senhor de Azurara e Alcaide Mor de Belmonte, para Governador de Santo Paulo, aonde há tãobém minas de oiro, e é cunhado do Senhor Patriarca”<sup>298</sup>

Meses antes, na *Gazeta de Lisboa*, lê-se:

“Ao Conde de Avintes fez o mesmo Senhor [o rei] mercê de huma Comenda de lote de mil cruzados.”<sup>299</sup>

Em 1725, Povolide aponta:

“El-Rei Nosso Senhor fez mercê a D. António de Almeida, sobrinho do Senhor Patriarca, filho de seu irmão o Conde de Avintes, do título de Conde do Lavradio de juro e herdade, e de senhorio daquela vila, e de uma grande comenda de dois mil cruzados, que ora rende em rezão da baixa do pam, estas mercês em contemplação do Senhor Patriarca para duração da sua memória.”<sup>300</sup>

Povolide afirma que estas mercês eram “em contemplação do Senhor Patriarca”. A família do patriarca era beneficiada como forma de a pôr digna da magnificência expectável do patriarca. As avultadas somas monetárias que estavam ao dispor do patriarca visavam torná-lo o homem mais poderoso do reino depois do rei. Da mesma forma que os irmãos do rei necessitavam de património para sua representação, também a família do patriarca necessitava.<sup>301</sup> A casa de Avintes-Lavradio tinha que ser digna do

---

<sup>297</sup> Tristão da Cunha de Ataíde, *op. cit.*, p. 319.

<sup>298</sup> *Ibidem*, p. 331; *Vide Gazeta de Lisboa*, 17 de Outubro de 1720.

<sup>299</sup> *Gazeta de Lisboa*, 20 de Junho de 1720.

<sup>300</sup> Tristão da Cunha de Ataíde, *op. cit.*, pp. 389-390; “A D. Antonio de Almeida, sobrinho do Senhor Patriarca, e filho primogénito de D. Luis de Almeida terceiro conde Avintes, fez ElRey nosso Senhor merce, do titulo de conde de Lavradio, e de Donatario da mesma Villa, tudo de juro, e herdade, e da Commenda de S. Pedro de Castellaõs na Ordem de Christo.” *Gazeta de Lisboa*, 10 de Maio de 1725.

<sup>301</sup> No sentido de relevar a casa Avintes-Lavradio se compreende, por exemplo, esta notícia de 27 de Janeiro de 1733: “O Patriarcha deu a sua sobrinha a Sra. Condessa do Lavradio joyas que se estimão em nove mil cruzados em que entra huma cruz que lhe tinha dado El Rey Catholico quando foy padrinho do Sr. Infante D. Alexandre.” *Gazetas Manuscritas da Biblioteca Pública de Évora. Vol. II (1732-1734)*, João Luís Lisboa; Tiago C. P. dos Reis Miranda; Fernanda Olival, Lisboa, Edições Colibri; CIDEHUS-EU e CHC-UNL, 2005, p. 197; Noutra notícia, de 24 de Junho de 1737, lê-se: “Forão para Jezus os noivos, e as cazas estão bem comsertadas sendo muito bons os refrescos que se tem dado às senhoras.

patriarca e, no fundo, do desígnio do próprio rei. Com esta noção, devemos olhar para a seguinte notícia de 22 de Janeiro de 1731:

“Não se pode querer o que não se esperava de D. Thomas de Almeyda irmão do Conde do Lavradio que pedio para casar hua criada da Sra. Condesa que foi da Sra. Jgnaçia e se chama Leonarda sem que bastem as deligenças do Patriarcha que dava a esta moça dês mil cruzados para profeçar e ao sobrinho varias promeças, e Manuel de Sampajo huã Jgreja de quatro mil cruzados para lhe tirarem esta segueira.”<sup>302</sup>

Claro, para um aristocrata, casar abaixo da condição aristocrática não era visto com bons olhos. Não é preciso dar o exemplo extremo das famílias puritanas.<sup>303</sup> No entanto, à época, difícil era que o patriarca tivesse uma sobrinha consorte assim. Existia um fortíssimo contraste de realidades sociais e assim se percebe a acção do patriarca no sentido de impedir a vontade do sobrinho. Assim, em 1754, Costa Barbosa diz:

“Naõ se descuidou da sua numerosa família, antes se lembrou sempre della, tratando-a naõ só com amor, mas affabiliidade: da sua grande beneficência alcançou, e participou quasi toda; huns com benefícios, digníssimos cargos, e innumeraveis officios, e hábitos de Christo, que Sua Magestade era servido darlhe, para que com a sua mão os distribuísse, desde o principio do seu Patriarcado”<sup>304</sup>

Noutro sentido, reparemos, entretanto, que o aumento, das vantagens consignadas ao patriarca pelo rei, não é completamente linear. No início de 1730, o rei quis passar uma lei que tributava o patriarca e este não a aceitou.<sup>305</sup> Assim, a 11 de Janeiro, lê-se:

---

Ajustouçe o cazamento que o Sr. Patriarcha procurou, para seu sobrinho D. Fernando de Almeida filho de D. João com a filha herdeira de Rodrigo Sanches que dizem tem 7.000 cruzados de renda e pertende 6 que vaga por seu jrmão, esta senhora se acha na Encarnação donde a forão vizitar já as parentas do noivo que veyo aqui com seu pay, e da conta a Sra. D. Ilena de Potugal sua tia chegou a Lisboa a 22 D. Bras da Silveira, e achou que El Rey tinha declarado, como rezulta de huma insinuação que Sua Magestade tinha feito ao Sr. Cardeal da Cunha quando a Sra. D. Maria Caetana teve o despacho de dama que lhe dava huma vida mais em hua comenda de 500.000 reis para a filha que athe agora he unica deste segundo matrimónio” *Gazetas Manuscritas da Biblioteca Pública de Évora. Vol. III (1735-1737)*, João Luís Lisboa; Tiago C. P. dos Reis Miranda; Fernanda Olival, Lisboa, Edições Colibri/CIDEHUS-EU/CHC-UNL/CHAM-UNL/UA, 2011, p. 257; De 17 de Fevereiro de 1733 e certamente copiada das gazetas manuscritas, outra notícia dá conta, a propósito do baptismo da filha de D. António e da visita do patriarca à mãe dela, que o patriarca está “quebrado” com a sua irmã e cunhado “pello casamento do Peixoto”. *Diário de D. Francisco Xavier de Menezes 4.º Conde da Ericeira (1731-1733)*, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1943, p. 142.

<sup>302</sup> *Gazetas Manuscritas da Biblioteca Pública de Évora. Vol. I (1729-1731)*, João Luís Lisboa; Tiago C. P. dos Reis Miranda; Fernanda Olival, Lisboa, Edições Colibri, CHC-UNL e CIDEHUS-EU, 2002, p. 101; Tomás de Almeida viria um destacado percurso na igreja patriarcal e poucos anos depois ler-se-ia: “Foy promovido a Deputado do Santo Officio, D. Thomás de Almeida, Colegial do Real Colegio de S. Paulo, irmão do Conde do Lavradio.” *Gazeta de Lisboa*, 19 de Abril de 1734.

<sup>303</sup> Nuno Gonçalves Monteiro, *O Crepúsculo dos Grandes, A casa e o património da aristocracia em Portugal (1750-1832)*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2003.

<sup>304</sup> *Elogio Historico. Vida, e Morte do Eminentissimo, e Reverendissimo Senhor Cardeal D. Thomás de Almeida [...]* por Fernando Antonio da Costa de Barbosa, [1754], p. 174.

<sup>305</sup> “Atrevera-se o Senado da Câmara a lançar um tributo para a construção do Aqueduto das Águas Livres, sem a declaração de isenção de eclesiásticos. O Patriarca reclamara, em nome da imunidade da

“O Patriarcha continúa em não aceitar o tributo, e tem havido muitos papeis de parte a parte e brevemente se teme hum interdicto continuandose em cobrar as sinco imposições; hontem houve senado athe noite, e este ha de ser o primeiro excomungado se não houver o ajuste que tanto se dezeja.”<sup>306</sup>

No dia 24 do mesmo mês, surge:

“o Patriarcha falou a ElRey, e Sua Magestade lhe mandou declarar que elle o autor deste tributo o qual era indirecto para os ecclesiasticos e util, e preciso para todos; e que estava aconselhado por outros muitos theologos, e juristas, a que o Patriarcha athegora tem cedido mas dizem que haverá ainda alguma replica, e falace em que o tributo de sal se porá no carvão.”<sup>307</sup>

Passado uma semana, a 30 de Janeiro, lê-se:

“O Patriarcha fes hum novo papel e sobre elle houve hua junta, de que dizem resultou hua carta em que ElRey confirmava a sua primeira resolução.”<sup>308</sup>

O caso exibido nesta sequência noticiosa demonstra um poder régio e um poder patriarcal em relação, construindo limites de poder. O rei queria uma patriarcal poderosa e independente financeiramente. Ao ser construído, este desígnio cria fricções enquanto se descobre o equilíbrio num sistema onde se introduziu um novo e relevante elemento. A sociedade adaptava-se ao patriarca. Noutro exemplo, a 25 de Setembro de 1731, pode-se ler:

“O Sr. Infante D. Francisco ainda está em Quellus e, se conta que tem com o Patriarcha huã grande questão e que este se queixou a El Rey pella forma e pella maneira que continha huã carta que o Sr. Infante lhe escreveo por elle não querer colar um clérigo a quem o Sr. Infante fes Prior de Buçellas com huã penção de duzentos mil reis para Diogo de Mendonça o moço por ter pacado hum anno da morte do Prior e se Nec[ess]itar de bullas para a penção.”<sup>309</sup>

Noutra perspectiva, vejamos que uma vez em Lisboa e feito patriarca, D. Tomás de Almeida passa a ser presença habitual na *Gazeta de Lisboa*. Dia 7 de Março de 1717, pela primeira vez, sagra um bispo, o bispo de Angra e dos Açores, D. João de Brito de Vasconcelos.<sup>310</sup> Acontecimento marcante pois até então, como capelão mor, era o cardeal da Cunha quem sagrava os bispos, mas seria D. Tomás de Almeida a fazê-lo nos

---

Igreja. O Rei não despachara a súplica. E então D. Tomás de Almeida escreve ao Secretário de Estado, ameaçando, em represália, interditar a cidade e fechar as igrejas.” Jaime Cortesão, *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid*, Lisboa, Livros Horizonte, 1984 [ed. original 1952-56], p. 386.

<sup>306</sup> *Gazetas Manuscritas da Biblioteca Pública de Évora. Vol. I (1729-1731)*, João Luís Lisboa; Tiago C. P. dos Reis Miranda; Fernanda Olival, Lisboa, Edições Colibri, CHC-UNL e CIDEHUS-EU, 2002, p. 73.

<sup>307</sup> *Ibidem*, p. 71.

<sup>308</sup> *Ibidem*, p. 78.

<sup>309</sup> *Ibidem*, p. 150.

<sup>310</sup> *Gazeta de Lisboa*, 11 de Março de 1717.



mais de trinta anos seguintes. Também em 1717 e com honras de cardeal, D. Tomás de Almeida baptiza o infante D. Pedro no dia 29 de Agosto<sup>311</sup> e, a 17 de Fevereiro de 1718, D. Pedro, filho de D. Miguel meio-irmão do rei.<sup>312</sup> Desde o primeiro momento, na *Gazeta de Lisboa*, D. Tomás de Almeida surge recorrentemente baptizando infantes e aristocratas, sagrando bispos<sup>313</sup> ou oficiando sempre nas cerimónias pascais da patriarcal, sendo o protagonista destas ao longo de todo o seu tempo como patriarca. Visitou algumas vezes o patriarcado.<sup>314</sup> Não nos esquecendo disto mesmo, um imenso pano de fundo de celebrações e quotidiano, destacamos algumas notícias. Logo em 1719, lê-se:

“Por huma Carta Pastoral do Senhor Patriarcha de Lisboa Occidental, encaminhada circularmente a todas as Igrejas da sua jurisdição, se recomenda, que todos aceytem formalmente a Constituição *Unigenitus* na forma que nella se contém.”<sup>315</sup>

O patriarca de Lisboa juntava-se assim à luta contra Pascal Quesnel e as ideias jansenistas que, em França, criavam querelas de grande dimensão. No fim de 1730, lia-se:

“O Senhor Patriarca chegou da Villa de Mafra, onde fez a função de sagrar o novo Templo, dedicado ao glorioso Santo Antonio, natural, e Protector deste Reyno, cuja função se fez com inexplicavel magnificencia.”<sup>316</sup>

A 22 de Outubro de 1730, sagra o real edifício de Mafra mas D. Tomás de Almeida sagra muitos outros ao longo do seu tempo como patriarca. A 3 de Abril de 1731, escreve-se que o patriarca tinha preparado uma “grande merenda” para a rainha em “São Bento de Loyos” mas não comparecendo esta, por doença da princesa, repartiu a

---

<sup>311</sup> *Gazeta de Lisboa*, 2 de Setembro de 1717.

<sup>312</sup> *Gazeta de Lisboa*, 3 de Março de 1718.

<sup>313</sup> Quanto ao número bispos, diz-se que “não menos que cinquenta foraõ os que Sua Eminencia sagrou” *Elogio Historico. Vida, e Morte do Eminentissimo, e Reverendissimo Senhor Cardeal D. Thomás de Almeida [...] por Fernando Antonio da Costa de Barbosa*, [1754], p. 95.

<sup>314</sup> D. Tomás de Almeida visita a diocese a 1 de Março de 1717 e repete a visita a 16 de Março de 1720. A 23 de Julho de 1723 visita Alcobaça e, no ano de 1723, Torres Vedras e Óbidos. *Elogio Historico. Vida, e Morte do Eminentissimo, e Reverendissimo Senhor Cardeal D. Thomás de Almeida [...] por Fernando Antonio da Costa de Barbosa*, [1754], p. 55; *Vide Gazeta de Lisboa*, Julho e Agosto de 1721.

<sup>315</sup> *Gazeta de Lisboa*, 13 de Julho de 1719; “por huma carta Pastoral encaminhada circularmente a todas as Igrejas da sua grande jurisdição recomendou no mesmo anno de 1719 no mez de Julho, que todas aceitassem formalmente a Bulla *Unigenitus* na forma, que nella se contém, sendo o primeiro Prelado do nosso Reyno, que assim o determinou, o que depois fizerão os mais Diecesanos” *Elogio Historico. Vida, e Morte do Eminentissimo, e Reverendissimo Senhor Cardeal D. Thomás de Almeida [...] por Fernando Antonio da Costa de Barbosa*, [1754], p. 72.

<sup>316</sup> *Gazeta de Lisboa*, 2 de Novembro de 1730; *Elogio Historico. Vida, e Morte do Eminentissimo, e Reverendissimo Senhor Cardeal D. Thomás de Almeida [...] por Fernando Antonio da Costa de Barbosa*, [1754], p. 104.

comida pelos frades do convento.<sup>317</sup> A 19 de Agosto do ano seguinte, pode-se ler que o patriarca faz cumprir uma lei que diz que “nenhum clérigo daqui por diante seya admitido sem ter oitenta mil reis de renda de património.”<sup>318</sup>

O historiador José de Castro afirma que o rei em Agosto de 1718 “já pensava em comprar perto de Lisboa uma quinta para o Patriarca e seus sucessores.”<sup>319</sup> O palácio da Mitra em Marvila era a residência de D. Tomás de Almeida mas a meio de 1733 começa a surgir nas gazetas a quinta de Santo António do Tojal. Assim, a 1 de Junho, lê-se:

“O Patriarcha convida a Raynha para hir vês [*sic*] as grandes obras que tem feito em Sto. Antão do Tojal”<sup>320</sup>

Poucos dias depois, a 9 de Junho:

“O Patriarcha na nobre quinta tem feito em Sto. Antão do Tojal, celebrou com grande magnificência o Corpo de Deos no dia de Domingo e convidou o Sr. Cardeal da Cunha que lá foi dormir para voltar na Segunda feira á tarde, e o mesmo fes o Secretario de Estado e outros fidalgos.”<sup>321</sup>

Na semana seguinte, no dia 16, diz-se:

“A hospedagem que fes em Santo Antonio do Tojal o Sr. Patriarcha ao Sr. Cardeal da Cunha foi magnifica, e o são as obras que tem feito nas casas, quinta, e igreja donde o pregador tomou por assumpto o elogio do Cardeal hospede.”<sup>322</sup>

Sete dias depois, a 23, lia-se:

“A 21 foi El Rey de madrugada, e o Príncipe á nova quinta do Patriarcha em Sto. Antonio do Tojal ver baptismo dos grandes e novos sinos jantarão magnificamente, apurandose Sua Jllustrissima e Reverendissima quanto devia para receber tan grandes hospedes, e a Raynha faz a mesma jornada esta somana.”<sup>323</sup>

Notícia, desmentida pela seguinte, de 30 de Junho de 1733:

---

<sup>317</sup> *Gazetas Manuscritas da Biblioteca Pública de Évora. Vol. I (1729-1731)*, João Luís Lisboa; Tiago C. P. dos Reis Miranda; Fernanda Olival, Lisboa, Edições Colibri, CHC-UNL e CIDEHUS-EU, 2002, p. 119.

<sup>318</sup> *Gazetas Manuscritas da Biblioteca Pública de Évora. Vol. II (1732-1734)*, João Luís Lisboa; Tiago C. P. dos Reis Miranda; Fernanda Olival, Lisboa, Edições Colibri; CIDEHUS-EU e CHC-UNL, 2005, p. 134.

<sup>319</sup> José de Castro, *op. cit.*, p. 133; Vide José Fernandes Pereira, *A acção artística do primeiro patriarca de Lisboa*, Lisboa, Quimera, 1991.

<sup>320</sup> *Gazetas Manuscritas da Biblioteca Pública de Évora. Vol. II (1732-1734)*, João Luís Lisboa; Tiago C. P. dos Reis Miranda; Fernanda Olival, Lisboa, Edições Colibri; CIDEHUS-EU e CHC-UNL, 2005, p. 242.

<sup>321</sup> *Ibidem*, p. 245.

<sup>322</sup> *Ibidem*, p. 104.

<sup>323</sup> *Ibidem*, p. 247.

“Diogo de Mendonça foi para a sua quinta assignou o despacho a Raynha, que não tinham hido como se disse a quinta do Patriarcha em Sto. Antonio do Tojal vay a ella Quinta feira com os príncipes, e infantes e se fazem grandes preparações, e entre ellas a de 100 coelhos vivos para que os mate a Prínzeza.”<sup>324</sup>

Certo é que, em Julho de 1733, na *Gazeta de Lisboa*, surge a primeira menção à quinta do patriarca de Santo António do Tojal a propósito da visita da família real no dia 7 desse mês.<sup>325</sup> Afirma-se, no entanto, que já se havia visitado a quinta de Santo António do Tojal. Costa Barbosa afirma que a rainha Mariana de Áustria terá lá ido a 10 de Janeiro 1730, 2 de Julho de 1733 e a 27 de Julho 1745. Nesta quinta, afirma também, se recebeu Henriqueta Júlia Gabriela de Lorena, esposa do duque de Cadaval a 20 de Agosto de 1739 e, na quinta da Mitra em Marvila, o cardeal Odi 23 de Junho de 1744.<sup>326</sup> Costa Barbosa descreve a quinta de Marvila como exuberante<sup>327</sup> mas é sobre Santo António do Tojal que deixa estas palavras:

“Em S. Antonio do Tojal antiga casa de campo, e Palacio dos Arcebispos de Lisboa, existindo nelle pouco mais, que as ruínas, o accrescentou, e reformou de maneira, que hoje he hum das melhores casas de campo do destrito desta Corte pela sua estrutura, ornou-a, e enriqueceo-a não só de excellentes pinturas, riquíssimos ornamentos, e tapessarias, como da sua importantíssima cozinha, além dos maravilhosos, e deliciosos jardins, tudo com grandeza, e apparatus para mayor para mayor recreação do bom gosto.”<sup>328</sup>

Quanto à velha questão de um cardeal-patriarca, a 26 de Novembro de 1737, já se lia:

“tambem se afirma com bom fundamento que as couzas de Roma estam ajustadas, e que o Patriarca sera Cardeal nesta pormusão e ficara sempre hum capello vago para que em morrendo hum Patriarca ou seu suceçor seja logo Cardeal, e fique assim anticipada a nomina que El Rey avia de ter na primeira prumussão futura das Croas, e se estas tiverem outras purmussõens nellas nomeara El Rey novo Cardeal; como athe agora: tudo se dirá com mais serteza que sahir do segredo da politica.”<sup>329</sup>

Por fim, no início de 1738, aparece:

---

<sup>324</sup> *Ibidem*, pp. 251-252.

<sup>325</sup> *Gazeta de Lisboa*, 9 de Julho de 1733.

<sup>326</sup> *Elogio Historico. Vida, e Morte do Eminentissimo, e Reverendissimo Senhor Cardeal D. Thomás de Almeida [...]* por Fernando Antonio da Costa de Barbosa, [1754], pp. 127-129.

<sup>327</sup> *Ibidem*, p. 150.

<sup>328</sup> *Ibidem*, p. 148.

<sup>329</sup> *Gazetas Manuscritas da Biblioteca Pública de Évora. Vol. III (1735-1737)*, João Luís Lisboa; Tiago C. P. dos Reis Miranda; Fernanda Olival, Lisboa, Edições Colibri/CIDEHUS-EU/CHC-UNL/CHAM-UNL/UA, 2011, p. 294.

“Segunda feira, que se contaram 6 do presente mez, chegou a noticia de haver Sua Santidade declarado Cardeal ao Senhor Patriarca.”<sup>330</sup>

A decisão havia sido tomada no consistório de 20 de Dezembro de 1737.<sup>331</sup> Ao chegar a Lisboa a notícia nos primeiros dias de Janeiro, os “sinos de Lisboa deram a jubilosa notícia. E nesse mesmo dia o Núncio teve audiência do Rei e da família real. Durante três noites iluminações nas igrejas, casas dos Cardiais, dos ministros e da numerosa parentela do novo Eminentíssimo que, à noite do dia 14 de Janeiro, recebeu e deu uma serenata, executada pelos músicos da capela real. Em honra de Mons. Sacchetti, que a Lisboa fôra levar o barrete cardinalício e esteve como seu hóspede, deu um banquete notabilíssimo, e na noite de 2 de Junho «uma nobre cantoria dos músicos da capela e de outras pessoas distintas, dando a todos generosos refrescos».”<sup>332</sup>

Assim, isto deve-se à bula de Clemente XII *Inter praecipuas*, de 17 de Dezembro de 1737, que tornava compulsivo que o patriarca de Lisboa fosse cardeal no consistório seguinte àquele em que fosse feito patriarca.<sup>333</sup> A bula de Bento XIV *Salvatoris Nostri*, de 13 de Dezembro de 1740 uniu as duas dioceses lisboetas, compondo um só cabido “composto de 24 principais, supresso o antigo nome de dignidades e canonicatos pelo de Principais da Santa Igreja de Lisboa. E por outra Bula, *Ea, quae Providentiae nostrae*, de 14 de Julho de 1741, suprimiu o antigo cabido, dignidades, canonicatos,

---

<sup>330</sup> *Gazeta de Lisboa*, 9 de Janeiro de 1738.

<sup>331</sup> António Caetano de Sousa, *op. cit.*, tomo X, p. 500.

<sup>332</sup> José de Castro, *op. cit.*, pp. 150-151; O autor continua, na mesma página, assim: “Vem a talho dizer-se que no Arquivo Secreto do Vaticano existe esta nota: «Para acabar com a controvérsia de cerimonial entre Mons. Nuncio e Mons. Patriarca com um dos chapéus que a Santa Sé costuma dar aos nacionais portugueses. Podendo dar-se o caso de, no tempo da provisão do patriarcado, a Santa Sé se não achar na situação de ter esta deferência, propõe-se que poderia convir que se faça antecipadamente, e quando forem consideradas as outras nações não será desta vez considerada a portuguesa, e isto tantas vezes quantas se der a antecipação».”

<sup>333</sup> A “8 de Fevereiro a 8 de Março do mesmo ano [1737], tinha publicado duas Bulas, respectivamente, *Religioso Christianorum Principum* e *Circumspecta Sedis Apostolicae*, a respeito do patriarcado. «Na primeira, diz A. Caetano de Sousa, confirmou as graças anteriores, e reduzindo as quartas partes a terças dos mesmos arcebispados e bispados, concedeu de novo certas partes dos frutos de algumas catedrais do Reino, e outras graças, entre as quais foi dar faculdade ao Cardial Patriarca para erigir com conselho e consentimento do Rei novas prebendas e benefícios que tivessem as mesmas prerrogativas e qualidades que os primeiros ou menores, moderando-as conforme lhe parecesse. Em virtude desta faculdade se erigiram 72 prelados que El-Rei nomeou do seu Conselho, com diferença de Ordens, entre presbíteros, protonotários, subdiaconos e acólitos, e deu varias prerrogativas respectivas ás suas dignidades, 20 canonicatos, 32 beneficiados, e 32 clérigos beneficiados, todos do real padroado, na forma da sentença que proferiu o Cardial Patriarca a 14 de Maio de 1739». «Na segunda, por uma certa convenção, cedeu ao Rei para sempre e uniu ao Real Padroado o provimento de todas as dignidades, conesias e mais benefícios da antiga catedral de Lisboa Oriental».

A tanta honra dispensada pela Santa Sé à patriarcal de Lisboa, Dom João V respondeu infatigavelmente generoso. Além do muito que fizera para honrar os cónegos, a 29 de Janeiro de 1739, publicou para eles a Lei novíssima dos tratamentos, na qual os cónegos ficaram compreendidos entre os grandes eclesiásticos.” *Ibidem*, pp. 151-152.

quartenarias e capelães, dando faculdade ao Cardial Patriarca para erigir, com conselho e consentimento de El-Rei, 28 cônegos, 20 beneficiados e 18 clérigos beneficiados, tudo do Real Padroado.”<sup>334</sup>

Em 1738, José Rodrigues Pereira publica um escrito panegírico a propósito de D. Tomás de Almeida ter sido feito cardeal. Transparece um grande júbilo, embora fosse expectável dada a natureza do escrito. Diz, assim:

“se lá naquelle tempo appareceo no Oriente huma nova Estrella, que com as suas luzes illustrou a trez purpurados peregrinos, cá neste tempo appareceo no Occidente hum novo Astro, que com os resplandores de suas virtudes ha de illustrar não menos, que a setenta purpurados Principes. Naquelles dias costuma a magnificência Real abrir o tribunal das mercês: do magnânimo coração de Sua Magestade sahio a feliz nova, como mercê duplicada; para Sua Eminencia huma mercê, que a todas leva a palma pela primazia, porque he o primeiro Cardeal Patriarca; e para Portugal huma mercê sem segunda, porque na duplicidade daquella soberania tem Portugal duplicada gloria: a alegria, que naquelle régio coração estava reprimida, em hum instante lhe passou a brilhar no rosto; e não podendo refrealla entre os limites do silencio, a exprimio logo com palavras de alvoroço, assim às Pessoas Reaes, que a esperavaõ, como aos Titulares, e Grandes, que lhe assistiaõ. Divulgou-se por toda a Corte a noticia, e entrou o esplendor da Nobreza a offerecer em aulicos primores dilectos parabéns: festiva, e alvoroçada andou naquelles dias Lisboa, e com festivo assombro em trez noites de luminárias teve esta exaltação para os seus applausos pelas línguas de fogo brilhantes eloquências: finalmente se lá o dia da exaltação ao Patriarcado levou os applausos de muitos, cá esta exaltação levou todos os applausos”<sup>335</sup>

José Rodrigues Pereira vinca o “lugar superior” na igreja patriarcal a que pertenceria D. Tomás aludindo a um “ouro finíssimo de mais subidos quilates na fidalguia do sangue, e nobreza mais ilustre” destacando-o de outros que seriam a “prata”, de segunda condição, destacados “na sciencia, e perfeição da vida”.<sup>336</sup> Mais adiante, destaca o seu percurso como “Deputado, e Ministro nos mayores Tribunaes”, bispo de Lamego, bispo e governador do Porto e como secretário de Estado, elogiando-lhe a capacidade e as virtudes.<sup>337</sup> No fim do elogio, diz que “desejamos que do lugar do Sacro Collegio se exalte Sua Eminencia ao solio Pontificio”.<sup>338</sup> Desejo, este, que encontramos expresso

---

<sup>334</sup> *Ibidem*, p. 153.

<sup>335</sup> *Sermaõ gratulatorio, e panegyrico na exaltação á Purpura do Eminentissimo, e Reverendissimo Senhor D. Thomaz de Almeida, [...] pelo padre Jozé Rodrigues Pereira*, Lisboa Occidental, Na Officina de Manoel Fernandes da Costa, [1738], pp. 11-12.

<sup>336</sup> *Ibidem*, p. 15.

<sup>337</sup> *Ibidem*, pp. 18-19.

<sup>338</sup> *Ibidem*, p. 36; Veja-se o mesmo elogio, o de o novo cardeal ser digno de ser papa, in *Oração funebre nas exequias Do Eminentissimo Senhor Cardeal Patriarca D. Thomás de Almeida [...] Disse-a D. Joaquim Bernardes de Santa Anna [...] Lisboa*. Na Officina de Miguel Rodrigues, [1754], p. 2.

também, aquando da exaltação à púrpura de Nuno da Cunha de Ataíde.<sup>339</sup> Trata-se de uma forma de elogiar a capacidade do novo cardeal.

O caso da fonte de Alhandra é destacado, nos elogios fúnebres e no escrito de António Caetano de Sousa, de forma a demonstrar a generosidade de D. Tomás de Almeida. Este ao saber de um problema na qualidade da água de Alhandra e de uma fonte com boa água numa quinta de um particular, comprou a quinta e ofereceu-a à câmara.<sup>340</sup> Isto em Janeiro de 1743. No mesmo mês, a 18, morre a mãe do patriarca com 96 anos.<sup>341</sup>

Nos anos seguintes à elevação do patriarca à púrpura cardinalícia, a patriarcal e o patriarca continuaram a ser uma prioridade para D. João V. Mostrámos aqui a carta de Manuel Pereira de Sampaio a dar conta de ter conseguido uma nova roupagem para os principais da patriarcal mas, também, as cartas da família real revelam a importância que a patriarcal manteve na última década do reinado joanino. Em carta para a sua mãe e rainha de Espanha, Isabel Farnésio, Mariana Vitória escreve a 1 de Março de 1745:

“tout et au plus miserable etat du monde le Roy ne pense a rien que a la Patriachal et la Reyne ne fait rien”<sup>342</sup>

No dia 22 de Novembro do ano seguinte, a *Gazeta de Lisboa* reporta:

“No domingo 13 sagrou o Eminentissimo Senhor Cardial Patriarca solemnemente a Santa Basilica Patriarcal.”<sup>343</sup>

---

<sup>339</sup> Soneto - Ao Eminentissimo, e Reverendissimo Senhor Dom Nuno da Cunha Prebytero Cardeal da Santa Igreja Romana, [...] Auspicio Encomiastico que tem por assumpto a predicam que o Bemaventurado Sam Felix de Cantalicio fez ao Eminentissimo Cardeal Felix de Montealto [...] Do Beneficiado Francisco Leytão Ferreyra, [1712].

<sup>340</sup> “Informado o Eminentissimo, e Reverendissimo Senhor Cardeal Patriarca da grande falta de agua que padeciam os moradores da Villa de Alhandra, de que he Senhor Donatario, como Arcebispo de Lisboa, por ser toda a que havia naquelles contornos salobra, e morbosa, de que se originavam vários achaques aos que a bebiam, e que na quinta, chamada de *Roque Annes*, havia uma fonte de boa qualidade, que o dono reservava para a cultura das suas hortas; compadecendo-se desta pequena calamidade, tomou a resolução de comprar, como com efeito fez, a dita quinta por preço de 4U cruzados, de que se celebrou escritura com Antonio Conti Vintemiglia, e sua mulher D. Luiza Jozefa Baracha, de quem era esta propriedade, e no dia 29 do mez passado fez doaçam della á Camera da mesma Villa para uso dos seus moradores, mandando-lhe a Carta desta doaçam, a qual foi recebida com aplauso, e gosto, que merecia huma generosidade tam meritória; e fazendo cantar o *Te Deum laudamus* pela inspiraçam, que o mesmo Senhor fez no coraçam de S. Emin. para acodir a necessidade tam grande. Vieram a Lisboa em nome do mesmo Povo o seu Capitam môr Gerardo Pereira da Gama com o Ouvidor, e Vereadores a render-lhe as graças, e nam só foram clementissimamente recebidos de Sua Emin. mas se recolheram com a promessa, de que em a Estaçam o permitindo, mandaria fazer na mesma Villa huma fonte, e hum tanque na parte, que parecer mais commoda; o que nam só he util para os seus habitantes, para todos os passageiros, por ser a sua situaçam na estrada real deste Reino.” *Gazeta de Lisboa*, 8 de Janeiro de 1743.

<sup>341</sup> *Gazeta de Lisboa*, 22 de Janeiro de 1743.

<sup>342</sup> *Cartas da Rainha D. Mariana Vitória para a sua família de Espanha que se encontram nos Arquivos de Madrid e Geral de Simancas*, Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, 1936, p. 243.

Poucos dias depois, assinando a 28 de Novembro de 1746 no Retiro em Madrid, Maria Bárbara de Bragança escreve a seu pai D. João V:

“Meu Senhor e meu Pay do meu coração, neste estimo a certeza q. m.<sup>a</sup> May e Irmãos me dão de q. V. Majestade tem passado sem novidade, e muito divertido com a sagração da Patriarchal, e dos seus altares, e espero q. isto seja de proveito á saude de V. Magestade pois serve de muito o estar divertido, para a melancolia, e imaginação não dominem a gente”<sup>343</sup>

Com a morte de D. João V, D. Tomás de Almeida mantém-se destacado na sociedade portuguesa. A *Gazeta de Lisboa* reporta a participação em primeiro plano do patriarca nas cerimónias de entronização do novo rei D. José em Agosto e Setembro de 1750. Em carta do nuncio Tempí para o secretário de Estado romano de 4 de Agosto de 1750, lê-se:

“Egli (o novo Rei) há gia tenuto varie conferenze segrete cõ Signori Cardinali da Cunha e Patriarca e delle altre poi có medesimi Emi; ed intervento anche del Padre Gaspare il quale seguita à frequentarei l Palazzo, com’era accostumato.”<sup>344</sup>

D. José seria afeiçoado a D. Tomás. Lemos, assim:

“[o rei D. José] lhe conservou as mesmas honras, dandolhe os mesmos donativos da sua Regia doação; e como em tudo raro, e liberal em premiar aos seus vassalos, aos 19 de Outubro de 1753 lhe fez nova mercê do titulo de Marquez de Lavradio, e huma vida nas Commendas, e bens da Coroa, e Ordens para seu sobrinho o Illustrissimo, e Excellentissimo D. Antonio de Almeida II Conde de Lavradio, senhor da mesma Villa de juro, e herdade, Commendador de S. Pedro de Casteloens, de Santa Maria de Lamas, e de S. Martinho de Ladrosa, senhor do Conselho de Avintes, e Coronel de Infantaria de hum Regimento da Praça de Elvas, e Governador, e Capitão General do Reyno de Angola, onde se achava governando com muita distinção, e geral applauso, ficando tâbem o mesmo titulo de Conde do Lavradio de juro, e herdade, o quel tinha creado o Senhr D. João V em attenção ao seu Patriarca aos 15 de Abril de 1725 de que se lhe passou carta a 17 de Julho do mesmo anno, para mayor grandeza, e esplendor da sua illustrissima decendencia, sendo já por muitos títulos Condes esta nobilíssima família; e para que fosse dobrada a honra, e o premio recebido da Magestade, visto terem sido em Sua Eminencia multiplicados os serviços, e os merecimentos.

Causou esta especial mercê no grande, e generoso coração de S. Eminencia tal prazer, e alegria, mais do que fosse cousa, que S. Eminencia a lograsse especial; pois se mostrou sempre com os seus illustres

---

<sup>343</sup> *Gazeta de Lisboa*, 22 de Novembro de 1746; *Vide Elogio Historico. Vida, e Morte do Eminentissimo, e Reverendissimo Senhor Cardeal D. Thomás de Almeida [...] por Fernando Antonio da Costa de Barbosa*, [1754], p. 106.

<sup>344</sup> *Correspondência de D. João V e D. Bárbara de Bragança rainha de Espanha (1746-1747)* com um estudo preliminar por J. A. Pinto Ferreira, Coimbra, Livraria Gonçalves, 1945, p. 434.

<sup>345</sup> Citado in Eduardo Brasão, *D. João V – Subsídios para a história do seu reinado*, Porto, Portucalense, 1945, pp. 189-190.

parentes tão liberal, e tão pródigo não só em os honrar, mas soccorrendo-os, e amparando-os como Pay.”<sup>346</sup>

Pela vontade de D. Tomás de Almeida inicia-se um jubileu a 25 de Abril de 1751, onde se visitaria quatro igrejas, as mais importantes de Lisboa.<sup>347</sup> No fim da vida, mandou edificar a igreja de Santa Isabel em Lisboa.<sup>348</sup> D. Tomás morre às “cinco horas da manhã de 27 de Fevereiro de 1754, no primeiro domingo da Quaresma.”<sup>349</sup> No fim do elogio fúnebre de Fernando António da Costa Barbosa surge a seguinte descrição:

“Foi o Eminentissimo Senhor Cardeal D. Thomas de Almeida de estatura grande, e pouco avultado de carnes, rosto redondo muito alegre, e sempre rubicundo, o nariz proporcionado, e feições miúdas, os olhos azues, e cabelo branco, o que tudo fazia huma galharda presença, e venerável respeito, com que sempre foi reverenciado, promptissimo nas respostas, fundado nos discursos eruditos, e sentenciosos, e engraçado na conversação. Era naturalmente desembaraçado, e muito ágil no exercício do seu Pastoral ministerio, que occupou por espaço de 47 annos em Lamego, Porto, e Lisboa com tanto esplendor, e geral applauso de todo o Reyno, como assombro de todos os estranhos.”<sup>350</sup>

Assim, percorrida a vida de D. Tomás de Almeida através de vários olhares gravados na escrita, olhemos, por fim, para estas palavras:

---

<sup>346</sup> *Elogio Historico. Vida, e Morte do Eminentissimo, e Reverendissimo Senhor Cardeal D. Thomás de Almeida [...] por Fernando Antonio da Costa de Barbosa*, [1754], pp. 179-180.

<sup>347</sup> Este jubileu ganhar-se-ia “visitando a Santa Igreja Patriarcal, a Basilica de Santa Maria, a Igreja de São Domingos e a de São Roque, Casa professa dos PP. Da Companhia de JESUS, 15 vezes todas as quatro Igrejas; e para dar exemplo a todos os seus súbditos visitou logo no mesmo dia 25 as sobreditas Igrejas a pé, começando pela sua Sé Patriarchal, acompanhado dos Excellentissimos, e Reverendissimos Principaes Almeida, e Alarcão seus sobrinhos, do Excellentissimo Arcebispo de Lacedemonia seu Vigario Geral, dos Ministros, e officiaes da sua Curia, e de toda a sua numerosa família.” *Elogio Historico. Vida, e Morte do Eminentissimo, e Reverendissimo Senhor Cardeal D. Thomás de Almeida [...] por Fernando Antonio da Costa de Barbosa*, [1754], p. 134.

<sup>348</sup> “Mas entre todos os que experimentaraõ a sua larga profusaõ, e liberal beneficencia, fалlem essas paredes do novo templo da Santa Rainha Isabel, cuja magnifica estrutura he filha daquelle animo, que só sabia emprender cousas grandes. E prevendo Sua Eminencia, que a sua vida não promettia muita duraçaõ, e que para proseguirse a obra conforme a primeira planta, seria necessario exaurir os thesouros, consentio em deitar abaixo todo o cruzeiro já edificado, para dar principio a huma nova Igreja mais cómoda, e que mais brevemente podesse levantar-se; a cujo fim se desfez da sua copa, que com outros legados importou o valor de trinta e cinco mil cruzados; confiando tudo á fidelidade, e zelo da Irmandade do Senhor, que agradecida, quanto obrigada, quer dar hum indicio da sua obrigação nestas funeraes Exequias, que consagra e tão veneraveis cinzas, fazendo língua do agradecimento a memoria de tão distincto beneficio, e aliviandolhe as penas com repetidos suffragios.” *Oraçam funebre nas exequias Do Eminentissimo Senhor Cardeal Patriarca D. Thomás de Almeida [...] Disse-a D. Joaquim Bernardes de Santa Anna [...] Lisboa. Na Officina de Miguel Rodrigues. M. DCC. LIV [1754]*, p. 31; D. Tomás de Almeida contribui como uma grande soma para a construção da igreja de santa Isabel em Campolide a 27 de Outubro de 1753. *Elogio Historico. Vida, e Morte do Eminentissimo, e Reverendissimo Senhor Cardeal D. Thomás de Almeida [...] por Fernando Antonio da Costa de Barbosa*, [1754], p. 183.

<sup>349</sup> José de Castro, *op. cit.*, p. 154.

<sup>350</sup> *Elogio Historico. Vida, e Morte do Eminentissimo, e Reverendissimo Senhor Cardeal D. Thomás de Almeida [...] por Fernando Antonio da Costa de Barbosa*, [1754], pp. 211-212.



“Aos Reys Fidelissimos, a quem sempre amou, e com quem tão intimamente tratou, sempre guardou huma fidelidade summa, e a todos aquelles, que lhe comunicaraõ os segredos mais recônditos do seus coraçõens, porque a estes correspondia com outro coraçãõ tão ajustado, que não havia differença nos affectos, e effeitos da sua amizade, a qual não só abrangia aos grandes, mas ainda aos pequenos, e humildes.

Com os seus Eminentissimos Colegas, e com os Excellentissimos Nuncios Apostolicos foi sempre verdadeiro, e fiel amigo; bem o mostrou na falta do Eminentissimo Senhor Cardeal da Cunha, quando Deos o levou para si a 14 de Dezembro do anno de 1750 que pessoalmente foi Sua Eminencia deitar agua benta, e rezar um responso ao seu cadáver; e ao sahir para fora mandou dar a todos os pobres, que alli se achavaõ, copiosíssimas esmolos pela sua alma, e recolheose para o seu Palacio cheio de ternura, e saudade pela grande amizade, que sempre conservou com a defunta Eminencia.”<sup>351</sup>

Conhecemos a discussão de Janeiro de 1730 entre o patriarca e o rei através das *gazetas manuscritas*. No entanto, o gosto de D. João V pela patriarcal e pelo patriarca são manifestos ao longo de todo o reinado. Os ganhos sucessivos em Roma a favor da patriarcal ou a carta de 28 de Novembro de 1746 de Maria Bárbara de Bragança são exemplo disso, entre outros. Note-se que o patriarca de Lisboa é uma criação joanina. D. João V criou o homem mais rico do reino, o primeiro nas precedências, o mais respeitado social e religiosamente e durante alguns anos com voto na política mais cara ao rei. Pierre Bourdieu<sup>352</sup> não encontraria um exemplo mais paradigmático de concentração das várias dimensões do poder. Difícil é não afirmar que o patriarca de Lisboa era a peça do xadrez político mais importante no tabuleiro de D. João V.

Na decisão política, D. Tomás de Almeida participou enquanto o conselho de Estado esteve activo, ou seja, de 1717 a cerca de 1727, ano coincidente com a morte do velho duque de Cadaval. Nesse ano, a afirmação do cardeal da Mota, cónego da sua patriarcal, roubar-lhe-ia palco tal como, pelo ano de 1730, a do secretário particular Alexandre de Gusmão. Por estes anos, o cardeal da Cunha também viu a sua influência diminuir mas, no caso do patriarca, este deixou mesmo de ter voto nas matérias. Aliás, também por estes anos, D. Tomás de Almeida presidiu às cerimónias de casamento a propósito da troca das princesas. Isto é ilustrativo da continuidade da sua actividade. Com a sua tremenda e singular importância social, D. Tomas de Almeida via o calendário religioso e as cerimónias que se sucediam na patriarcal tomar-lhe o tempo tal como a administração dos seus bens e a recuperação das suas quintas, seja a de Marvila seja a

---

<sup>351</sup> *Ibidem*, p. 173.

<sup>352</sup> *O poder simbólico*, Lisboa, Edições 70, 2015.

de Santo António do Tojal. Tinha as preocupações com a sua casa nobiliárquica tal como as teria outro aristocrata e em vários momentos vemos que a ela se dedicou.

Assim, supomos que o tempo de D. Tomás de Almeida ao serviço dos reis D. Pedro II e D. João V na primeira década do século XVIII, tenha valido uma imensa confiança de D. João V. Pois, não residindo D. Tomás em Lisboa em 1716, neste ano foi feito patriarca e assim integrado neste fundamental e absorvente projecto do rei que era a patriarcal. Mesmo tendo tido, D. Tomás de Almeida, mais ocupações religiosas que participação nas decisões políticas, este teve um papel eminentemente político pois o projecto que integrou, o crescente engrandecimento da capela real/patriarcal, é, *per se*, pelo menos tão político quanto religioso. Para ter um vislumbre do impacto sociopolítico que o patriarca tinha, basta relembrar os relatos de forasteiros e dos núncios ou as cartas do conde de Tarouca a dar conta da repercussão em Haia da nomeação do patriarca. Evidente é que o patriarca está intimamente ligado à política de D. João V.

## JOÃO DA MOTA E SILVA, O “CARDEAL DA MOTA”

O cardeal da Mota foi pouco estudado. Apenas conta com um estudo, o de Jorge Borges de Macedo em 1960.<sup>353</sup> Borges Macedo procura ao longo do texto descrever, ou delimitar, características de um pensamento económico do cardeal no seu tempo de afirmação ministerial (1736-1747). Antes de Borges Macedo ter escrito esse texto, três historiadores tinham tido contribuições mais relevantes para o estudo de João da Mota e Silva. O primeiro foi o padre José de Castro<sup>354</sup> que ao estudar as cartas que a nunciatura em Portugal enviava para Roma, escreveu um livro muito bem documentado sobre os cardeais portugueses. Neste livro há várias páginas sobre o cardeal da Mota. A informação que se retira é variada mas sobressai facilmente a preocupação dos núncios por seguir e reportar o estado da frágil saúde do cardeal. Dois anos depois desta obra, em 1945, Eduardo Brasão publica outra<sup>355</sup> em que constava bastante correspondência do rei e na qual o cardeal da Mota aparece em evidência. Trata-se de uma colecção documental com alguns apontamentos do autor mas é assinalável. Ao longo dos anos cinquenta, Jaime Cortesão publica *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid*.<sup>356</sup> Este autor, ao procurar explicar quem foi Alexandre de Gusmão e a influência deste no Tratado de Madrid, elabora o seu percurso no qual se evidencia o favor do rei e a sua relação, que Jaime Cortesão afirma conflituosa, com o cardeal da Mota. A necessidade que Cortesão teve de ir explicando o cardeal da Mota para que se compreendesse Alexandre de Gusmão, afirmando-os em conflito pelo poder, justifica que esta obra seja um marco no estudo de João da Mota e Silva.

João da Mota e Silva nasceu em Castelo Branco a 14 de Agosto de 1685.<sup>357</sup> Filho de Amaro Dias e de Maria dos Santos, baptizou-se na igreja de Santa Maria que se encontra dentro do castelo e teve como padrinho o bispo frei Luís da Silva, que era

---

<sup>353</sup> Jorge Borges de Macedo, *O pensamento económico do Cardeal da Mota*, Lisboa, Universidade de Lisboa, 1960.

<sup>354</sup> José de Castro, *O Cardial Nacional*, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1943.

<sup>355</sup> Eduardo Brasão, *D. João V – Subsídios para a história do seu reinado*, Porto, Portucalense, 1945.

<sup>356</sup> Jaime Cortesão, *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid*, Lisboa, Livros Horizonte, 1984.

<sup>357</sup> *Elogio na morte do Eminentíssimo Senhor D. João da Mota e Sylva [...]*, 1748, p. 43; José de Castro refere que João da Mota e Silva tinha nascido “em Guimarães (Castelo Branco), a 14 de Agosto de 1686.” José de Castro, *op. cit.*, p. 142; Para Manuel Ferreira Leonardo, João da Mota e Silva nascera a 14 de Agosto de 1691. No entanto, também refere que em 1727 o cardeal contava 42 anos e que, aquando da morte, a 4 de Outubro de 1747, contaria 56 anos. *Elogio Historico, Panegyrico, Encomiástico e Funebre ás saudosas memorias do Eminentiss. E Reverendiss. Senhor D. Joaõ da Mota, e Sylva [...]*, 1748, pp. 9, 30 e 42.

bispo da Guarda nesse tempo. Tinha três irmãos, Pedro, Manuel e Maria<sup>358</sup> e mudou-se para Lisboa em “tenra idade”.<sup>359</sup> Desde cedo dominou o latim e as “línguas mais cultas da Europa”. Estudou filosofia e, depois, teologia na Universidade de Évora. Continuou o estudo de teologia na Universidade de Coimbra onde obteve o grau de doutor.<sup>360</sup> Terá dedicado tempo à poesia enquanto esteve em Coimbra, tanto em língua portuguesa como latina.<sup>361</sup> Foi o primeiro cônego magistral da Colegiada de São Tomé, na antiga Capela Real, a 4 de Abril de 1713, e, mais tarde, quando esta se converteu em Basílica Patriarcal, João da Mota foi o seu primeiro cônego presbítero a 24 de Dezembro de 1716.<sup>362</sup>

O núncio apostólico em Lisboa, Giuseppe Firrao, promove conferências eruditas em sua casa nos anos de 1715 e 1716. Estas são frequentadas por altas figuras como o cardeal da Cunha, o outro núncio Vincenzo Bichi, aristocratas e religiosos doutos. Logo na primeira conferência, a 24 de Agosto de 1715, calha à sorte a João da Mota e Silva discorrer e ele discorre sobre os “Sagrados Canones” do primeiro concílio de Niceia. Mais dois oradores discorreram e “todos doura, e eruditamente com aprovação do auditório.”<sup>363</sup> A segunda sessão académica em casa de Giuseppe Firrao foi a 2 de Outubro,<sup>364</sup> a terceira a 3 de Novembro,<sup>365</sup> a quarta a 31 de Dezembro<sup>366</sup> e sempre com a assistência de grandes dignidades como o cardeal da Cunha ou o embaixador francês. Debatiam-se os concílios da Igreja dos primeiros anos como o contra os arianos ou o concílio de Constantinopla. A quinta sessão académica foi a 19 de Abril de 1716 e

---

<sup>358</sup> Desconhecendo Manuel da Mota e Silva, Pedro José da França Pinto dos Reis refere que “Não conseguimos localizar o nascimento / baptismo de Pedro [da Mota e Silva], além ainda de outra irmã – Maria -, a 24.1.1688/5.2.1688. O Cardeal da Mota fora baptizado a 20.9.1685, sendo todos daquela mesma freguesia [S. Miguel]. Pedro da Mota e Silva, à falta de dados cronológicos do seu nascimento, teve por pais a Amaro Dias e a Maria dos Santos.”. Pedro José da França Pinto dos Reis, *op. cit.*, p. 262.

<sup>359</sup> *Elogio Historico, Panegyrico, Encomiastico e Funebre ás saudosas memorias do Eminentiss. E Reverendiss. Senhor D. João da Mota, e Sylva [...]*, 1748, p. 9.

<sup>360</sup> *Elogio na morte do Eminentissimo Senhor D. João da Mota e Sylva [...]*, 1748, p. 7.

<sup>361</sup> Elogiando, Manuel Ferreira Leonardo sintetiza João da Mota e Silva enquanto estudante como “altíssimo Theologo, eminente Filosofo, insigne Grammatico, e modesto Poeta!”. *Elogio Historico, Panegyrico, Encomiastico e Funebre ás saudosas memorias do Eminentiss. E Reverendiss. Senhor D. João da Mota, e Sylva [...]*, 1748, pp. 12-13.

<sup>362</sup> *Elogio na morte do Eminentissimo Senhor D. João da Mota e Sylva [...]*, 1748, p. 11; Do seu tempo como cônego da colegiada de São Tomé, Manuel Ferreira Leonardo destaca a sua disciplina e devoção, pois “assim que entrava na Igreja, tinha meya hora de oração na Cappela do Sacramento”. *Elogio Historico, Panegyrico, Encomiastico e Funebre ás saudosas memorias do Eminentiss. E Reverendiss. Senhor D. João da Mota, e Sylva [...]*, 1748, pp. 21-24.

<sup>363</sup> *Gazeta de Lisboa*, 31 de Agosto de 1715;

<sup>364</sup> *Gazeta de Lisboa*, 12 de Outubro de 1715.

<sup>365</sup> *Gazeta de Lisboa*, 9 de Novembro de 1715.

<sup>366</sup> *Gazeta de Lisboa*, 11 de Janeiro de 1716.

debateu-se o concílio de Calcedónia<sup>367</sup> e nesta o cónego magistral voltaria a discorrer sobre os “sagrados Canones, e especialmente sobre o sétimo.”<sup>368</sup> Filipe José da Gama e Manuel Ferreira Leonardo, autores dos dois elogios fúnebres de João da Mota e Silva, atribuem importância a estas primeiras aparições públicas do cónego<sup>369</sup>. Filipe José da Gama segue dizendo que por “esta razão mandando ElRey Nosso Senhor, que se fizessem os Catalogos da sua Livraria; logo foy nomeado este eruditíssimo Academico para ser hum dos Sabios, que ordenassem por matérias aquelle Archivo de toda a erudição”<sup>370</sup>. Filipe José da Gama diz que deu grande mostra de erudição nesta tarefa e Ferreira Leonardo diz que “dividio, numerou, e fez Cathalogos com tanta perfeição, engenho, e especiosidade que serve de grande motivo para a eternidade da sua fama”. Nesta livraria, a Real Biblioteca, contar-se-ia com as duas dissertações manuscritas de João da Mota e Silva sobre o primeiro concílio de Niceia e o de Calcedónia.<sup>371</sup>

Enquanto cónego da Patriarcal, João da Mota e Silva aparece esporadicamente nas páginas da *Gazeta de Lisboa*. A relação devocional da rainha com São Francisco Xavier está frequentemente por detrás destas aparições. Em Dezembro de 1717, a rainha e a infanta D. Francisca vão, no dia de São Francisco Xavier, à “Casa Professa dos Padres da Companhia de Jesus” onde ouvem missa celebrada pelo cónego João da Mota e Silva.<sup>372</sup> A rainha voltaria à mesma casa e ouviria a missa do cónego em Agosto de 1721 no dia de Santo Inácio.<sup>373</sup> Anos mais tarde, João da Mota e Silva continuaria a aparecer nas páginas da *Gazeta* por a rainha ter ido “em cadeira visitar na Igreja de S. Roque a Imagem de S. Francisco Xavier”, igreja na qual celebrou missa.<sup>374</sup> Meses mais tarde, a rainha voltaria a São Roque, “acompanhada dos Grandes da Corte”, para oferecer o infante D. Alexandre “ao glorioso Apostolo do Oriente S. Francisco Xavier”

---

<sup>367</sup> Temas que iam de acordo com a tensão à época motivada pelas ideias jansenistas que questionavam a doutrina católica.

<sup>368</sup> *Gazeta de Lisboa*, 25 de Abril de 1716.

<sup>369</sup> *Elogio na morte do Eminentissimo Senhor D. João da Mota e Sylva [...]*, 1748, pp. 12-15; *Elogio Historico, Panegyrico, Encomiastico e Funebre ás saudosas memorias do Eminentiss. E Reverendiss. Senhor D. Joaõ da Mota, e Sylva [...]*, 1748, pp. 25.

<sup>370</sup> *Elogio na morte do Eminentissimo Senhor D. João da Mota e Sylva [...]*, 1748, p. 14.

<sup>371</sup> *Ibidem*, pp. 15-16. *Elogio Historico, Panegyrico, Encomiastico e Funebre ás saudosas memorias do Eminentiss. E Reverendiss. Senhor D. Joaõ da Mota, e Sylva [...]*, 1748, p. 26.

<sup>372</sup> *Gazeta de Lisboa*, 9 de Dezembro de 1717.

<sup>373</sup> *Gazeta de Lisboa*, 7 de Agosto de 1721.

<sup>374</sup> “Sesta feira 30 de Abril foy a Rainha Nossa Senhora em cadeira visitar na Igreja de S. Roque a Imagem de S. Francisco Xavier, confirmandosenos assim as esperanças que tínhamos de ver mais numerosa a família Real, e foy tambem o Principe Nosso Senhor. Ouvio Missa Pontifical, que disse o Illustrissimo Joaõ da Mota da Silva, Conego da Santa Igreja Patriarcal; a que assistirão quasi todos os Grandes da Corte, e os Officiaes da Casa, que acompanháráo a S. Mag. a cavallo como se costuma.” *Gazeta de Lisboa*, 6 de Maio de 1723.

e voltaria a celebrar, a missa, o cônego da Patriarcal.<sup>375</sup> Estes episódios revelam que João da Mota e Silva teria, por certo, uma relação próxima com a Companhia de Jesus.<sup>376</sup>

Relativamente a 1722, o conde de Povolide escreve:

“[Ao] Cardeal da Cunha e ao Duque de Cadaval velho, e ao Patriarca, leva o Secretário de Estado papéis e propostas, e ordinariamente se ajuntão em casa do dito Cardeal, e vai também o Marquês de Abrantes, e algumas pessoas, quando se chamão, e vai o Cônego Patriarcal João da Mota.”<sup>377</sup>

Assim, pelo menos desde 1722, João da Mota e Silva participa nas decisões políticas e reúne-se com os grandes decisores no palácio da Inquisição.<sup>378</sup> Foi por estes anos, de 1722 a 1726, que João da Mota e Silva passaria a gozar de favor real. O historiador José de Castro refere que em “Janeiro de 1726, alguns cônegos de Lisboa quiseram divertir-se à caça no real parque de Alcântara, [João da Mota e Silva] foi encarregado por eles de pedir licença a El-Rei, vendo-se bem quanto era estimado na Côrte ao ser atacado no mês de Abril seguinte do mal de hidropesia, que muito receio inspirou e do mal se libertou com as habituais sangrias.”<sup>379</sup> Sem dúvida, em 1726, João da Mota e Silva era bem visto pelo rei pois este escreveu uma carta ao novo papa Bento XIII, eleito em conclave a 27 de Maio de 1724, a 14 de Agosto de 1726. Nesta carta podia-se ler:

“Em satisfação da Justiça, que me assiste, e da Graça de V. Santidade nomeio p<sup>a</sup> Cardeal Nacional a João da Motta, e Sylva, canonico Presbitero da Santa Igreja Patriarcal desta Cidade, por ser sojeito em quem

---

<sup>375</sup> *Gazeta de Lisboa*, 27 de Janeiro de 1724.

<sup>376</sup> Surge apenas mais três vezes na *Gazeta de Lisboa* nos anos antes de ser cardeal. A 2 de Fevereiro de 1719, a assistir o patriarca no baptismo de uma filha dos condes de S. Miguel, a 18 de Janeiro de 1720, por ter oficiado a missa de dia 16 no convento de S. Vicente na festa do Desagravo do Santíssimo Sacramento perante o rei, o infante D. António, o cardeal da Cunha, o patriarca e aristocratas e, por último e meses antes da sua exaltação, a 18 de Setembro de 1727, por no dia 14 terem começado os carmelitas descalços hum oitavario festivo no seu convento de Nossa Senhora dos Remédios pela canonização de João da Cruz, tendo, o cônego da Patriarcal, celebrado a missa e, como sempre, em pontifical. No dia 16 de Janeiro de 1720, tinha dito a “missa da mesa” o cardeal da Cunha e só depois chegou o rei e o patriarca com o seu cabido. Então celebrou a missa João da Mota e Silva. Parece-nos que esta mudança se deve a um problema de precedências entre o cardeal e o patriarca, problemas, resultantes de um patriarca com honras de cardeal, que também a partir do final de 1727 tocariam o recém-promovido cardeal.

<sup>377</sup> Tristão da Cunha de Ataíde, *op. cit.*, p. 350.

<sup>378</sup> Jorge Borges de Macedo afirma que dos “ministros de D. João V, um dos mais importantes foi, sem dúvida, o Cardeal da Mota, D. João da Mota e Silva membro do Conselho de Estado desde 1717 e que gozou do favor real desde 1724 até à sua morte, em 1747.”. Ora, o conde de Povolide nas várias listagens que faz de conselheiros de Estado, apresentadas no capítulo sobre Nuno da Cunha de Ataíde, não inclui o cônego da Patriarcal João da Mota e Silva. Não se sabe de onde Borges de Macedo retirou esta informação que, de facto, é errada. Jorge Borges de Macedo, *O pensamento económico do Cardeal da Mota*, Lisboa, Universidade de Lisboa, 1960, p. 81.

<sup>379</sup> José de Castro, *op. cit.*, p. 142.

concorrem grandes letras, virtudes, e exemplar vida, e será para mim de grande estimação honrar V. Santidade ao ditto Canonico com o Capello de Cardeal em virtude desta minha nomeação.”<sup>380</sup>

Este pedido do rei só teria a aprovação papal a 26 de Novembro de 1727 e a notícia chegaria a Lisboa às 7 da manhã de dia 15 de Dezembro.<sup>381</sup> Assim que se soube os diplomatas e aristocratas da Corte foram cumprimentar João da Mota e Silva que logo foi beijar as mãos de suas “Magestades, e Altezas.”<sup>382</sup> Esta onda de cumprimentos no mês de Dezembro evidenciou um problema protocolar que se estenderia ainda por mais dez anos. O patriarca tinha honras de cardeal, sem o ser, e não sabia como actuar na presença do cardeal que era seu antigo subordinado. Ao ler as cartas da Nunciatura de Dezembro de 1727, José de Castro conclui que “alegava o Patriarca não ir por uma questão protocolar. O Patriarca achou feliz a escolha do cônego Mota para Cardial, mas não ia visitá-lo para não ter o desgosto de lhe receber em casa a mão esquerda. A ele, como Patriarca, pertencia a direita. E não ia. Assim tem feito com o Cardial Cunha”.<sup>383</sup> Em 1728, no seu último ano de vida, o conde de Povolide escreve que o cardeal da Mota “encontrando-se na rua com o Senhor Patriarca, nenhum deles parou nem se falarão [falaram].”<sup>384</sup> Anos antes, Merveilleux também repararia na relação protocolarmente problemática entre os cardeais e o patriarca. O suíço sublinha que quando “o patriarca se encontra na presença de um cardeal está obrigado a despojar-se da romeira, em sinal de humildade. Do resto, veste de vermelho, como se cardeal fosse.”<sup>385</sup> Esta situação, criadora de conflitos de precedências, reforça a luta joanina por um cardeal-patriarca, solução que, consumada anos mais tarde, poria termo a estes conflitos. A 27 de Fevereiro de 1728 chegaria a Lisboa, monsenhor Lercari, primo do cardeal do mesmo apelido<sup>386</sup> e secretário do Papa, com o barrete cardinalício para João da Mota e Silva que o alojaria no seu palácio.<sup>387</sup> A 22 de Abril, João da Mota e Silva receberia o barrete no seu oratório<sup>388</sup> e, a seguir, iria “em público às audiências de Suas

---

<sup>380</sup> José de Castro, *op. cit.*, p. 139.

<sup>381</sup> *Ibidem*, pp. 142-143.

<sup>382</sup> *Gazeta de Lisboa*, 18 de Dezembro de 1727. Tristão da Cunha de Ataíde, *op. cit.*, p. 425.

<sup>383</sup> José de Castro, *op. cit.*, p. 144.

<sup>384</sup> Tristão da Cunha de Ataíde, *op. cit.*, p. 429. Ainda no primeiro tempo da exaltação de João da Mota e Silva, Povolide refere que ao “Cardeal Motta dizem que dá Sua Magestade renda, cada ano no Tabaco.” *Ibidem*, p. 425.

<sup>385</sup> *O Portugal de D. João V visto por três forasteiros*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1983, p. 222.

<sup>386</sup> Filipe José da Gama e Manuel Ferreira Leonardo dizem que o monsenhor Lercari era sobrinho do cardeal Lercari. *Elogio na morte do Eminentissimo Senhor D. João da Mota e Sylva [...]*, 1748, p. 17; *Elogio Historico, Panegyrico, Encomiastico e Funebre ás saudosas memorias do Eminentiss. E Reverendiss. Senhor D. Joaõ da Mota, e Sylva [...]*, 1748, p. 31.

<sup>387</sup> *Gazeta de Lisboa*, 4 de Março de 1728.

<sup>388</sup> *Elogio na morte do Eminentissimo Senhor D. João da Mota e Sylva [...]*, 1748, p. 17.

Magestades, e Altezas, sendo recebido, e tratado com as honras correspondentes à sua Dignidade.” À noite no seu palácio houve uma serenata italiana com o sugestivo nome de o “Triunfo da Virtude” dedicada pelo colégio dos Cantores Italianos da Patriarcal, “em obsequio da sua exaltação, assistindo a ella toda a Nobreza da Corte, a que Sua Eminencia fez dar hum magnifica collação, e copioso refresco de todo o genero de doces, e bebidas.”<sup>389</sup> A ascensão ao cardinalato de João da Mota e Silva reflecte e reforça a sua situação política. Em 20 de Setembro de 1729, pode ler-se que nas “juntas de Estado costumão assistir somente os Cardeaes da Cunha e Motta, o Marques de Alegrete e Conde de Assumar, e Diogo de Mendoça.”<sup>390</sup>

Ainda cônego, João da Mota e Silva começou a corresponder-se com os diplomatas portugueses. Estes prestavam-lhe contas e ao secretário de Estado.<sup>391</sup> Quando em 1724, Francisco Mendes de Góis se muda para Paris comunica-se com eles mas é do favor de Mota e Silva de que diz depender. Responsável por encomendar de Paris para Lisboa, nas cartas é frequente Mendes Góis dizer que o acusam de se aproveitar do erário régio. A estas acusações atribui, como motivo de desconfiança, a sua humilde origem social.<sup>392</sup> A 1 de Novembro de 1728, escreveria:

“He certo, que ja meu amigo Pedro Antonio me havia escrito, o juizo, que se fizera das encomendas que estavam abertas; mas so a palavra de V. Emin<sup>a</sup> tem a virtude efficaz de sarar o meu espirito. V. Emin<sup>a</sup> so e unicamente me protegeo contra hum milhão de accuzaçoens: V. Emin<sup>a</sup> fez mudar do mal para o bem o conceito que de mim se fazia; e como so à V. Emin<sup>a</sup> sou devedor de tudo, dependo absolutamente da boa ou mà satisfação, que VEmin<sup>a</sup> tiver do meu serviço.”<sup>393</sup>

Preocupado em não parecer ambicioso, Mendes Góis dá conta das opiniões que o preocupavam em 1729, ao dizer: “Se El Rey ou VEmin<sup>a</sup> entendem, que eu trabalho por interesse, ou com esperança de ser premiado: enganão se!”<sup>394</sup> Noutra carta, Francisco Mendes de Góis confessaria que se “El Rey senão desagrada do meu serviço; he mais em attenção e reconhecimento à VEmin<sup>a</sup>, do que a mim proprio”.<sup>395</sup> O tom reverencial acompanha todas a cartas, excedendo o trato formal com que se tratavam os altos dignitários eclesiásticos. O agente em Paris faz referências aos irmãos do cardeal, a

---

<sup>389</sup> *Gazeta de Lisboa*, 29 de Abril de 1728.

<sup>390</sup> *Gazetas Manuscritas da Biblioteca Pública de Évora. Vol. I (1729-1731)*, João Luís Lisboa; Tiago C. P. dos Reis Miranda; Fernanda Olival, Lisboa, Edições Colibri, CHC-UNL e CIDEHUS-EU, 2002, p. 54.

<sup>391</sup> BNP Mss. 62 n<sup>o</sup>1, doc. 26, Paris a 28 de Dezembro de 1729.

<sup>392</sup> BNP Mss. 62 n<sup>o</sup>1, doc. 39, Paris a 3 de Abril de 1730.

<sup>393</sup> BNP Mss. 62 n<sup>o</sup>1, doc. 6, Paris a 1 de Novembro de 1728.

<sup>394</sup> BNP Mss. 62 n<sup>o</sup>1, doc. 18, Paris a 7 de Outubro de 1729.

<sup>395</sup> BNP Mss. 62 n<sup>o</sup>1, doc. 33, Paris a 13 de Fevereiro de 1730.



Manuel<sup>396</sup> e a Pedro, e numa, à forma como Pedro o ajudou em 1709<sup>397</sup> o que leva a crer que pudesse ser um protegido da família Mota e Silva. A partir de Junho de 1736 e até Dezembro pelo menos, Francisco Mendes de Góis continua a corresponder-se com o cardeal da Mota e começa a corresponder-se com António Guedes Pereira (Marco António de Azevedo Coutinho ainda não tinha assumido funções de secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra). Isto indica que, tal como outros, este agente teria por hábito comunicar-se com o cardeal da Mota e com o secretário de Estado encarregado. Cartas existem em que Mendes Góis pede ao cardeal para ler a relação que escreveu a Diogo de Mendonça para não ter que se repetir.<sup>398</sup> Esta duplicação de destinatários mostra um envolvimento intrusivo de João da Mota e Silva e é indicador de até onde o seu poder lhe permitia ir. A correspondência com dois destinatários na Corte lisboeta não era exclusiva de Mendes Góis. D. Luís da Cunha, Gonçalo Manuel Galvão de Lacerda e Marco António Azevedo Coutinho também se correspondiam com o secretário de Estado e com o cardeal da Mota.<sup>399</sup> De resto, nas instruções que os diplomatas recebiam antes de partir existia um ponto em que referia como obrigatório corresponderem-se com o secretário de Estado em “todos os correios”, podendo estes ser semanais, quinzenais, etc. Estas instruções aconselhavam também a que os diplomatas se correspondessem entre eles e que estabelecessem relações com os representantes de outras Cortes, nas Cortes em que estivessem. Estas premissas presentes nas instruções, que norteavam as correspondências dos diplomatas, faziam parte de um formulário pois encontram-se presentes e com a mesma ordenação nas instruções de André de Melo e Castro de 1707<sup>400</sup> (conde das Galveias e embaixador em 1718), do conde de Tarouca de 1709 e do marquês de Fontes de 1711.<sup>401</sup> Na instrução do conde de Tarouca, aquando da sua viagem a Haia ao congresso de paz, consta:

“Todos os Correyos haveis de escrever ao Secretario de Estado, quevos dará a Cifra emquehaveis de escrever os negocios secretos, etambem vos entregará a dos mais ministros, que tenho nas Cortes

---

<sup>396</sup> BNP Mss. 62 n°1, doc. 1, Paris a 27 de Novembro de 1725.

<sup>397</sup> BNP Mss. 62 n°1, doc. 40, Paris a 17 de Abril de 1730.

<sup>398</sup> BNP Mss. 62 n°1, doc. 26, Paris a 28 de Dezembro de 1729.

<sup>399</sup> Vide BNP Mss. 61 n°2; BNP Mss. 62 n°2.

<sup>400</sup> Eduardo Brásão, *Relações externas de Portugal – Reinado de D. João V* vol. II, Porto, Livraria Civilização, 1938, p. 12.

<sup>401</sup> *Ibidem*, p. 41; Esta instrução ao marquês de Fontes na sua embaixada a Roma, também consta em: *Idem*, *Subsídios para a Historia do Patriarcado de Lisboa (1716-1740)*, Porto, Livraria Civilização, 1943, pp. 72-73.

estrangeyras aos quais deveis tambem escrever e servirvos das suas cifras quando os negócios péção esta cautela.”<sup>402</sup>

No entanto, para além das obrigatórias cartas trocadas com Diogo de Mendonça Corte Real, conhecem-se as cartas do conde de Tarouca ao cardeal da Cunha por estes anos. Correspondiam-se sem que houvesse indicação formal para tal. Da mesma forma, o cardeal da Mota trocava cartas com Mendes Góis nos anos vinte de setecentos e com os demais diplomatas nos anos trinta e quarenta. A título de exemplo do envolvimento do cardeal da Mota nos negócios estrangeiros, veja-se a carta que D. Luís da Cunha escreveu a Marco António de Azevedo Coutinho de Paris a 1 de Janeiro de 1742. Nesta, lê-se o seguinte:

“V. Ex<sup>a</sup>. sabe o que he dia de anno bom em Paris, e em Versailles, aonde não fuy, mas pedi a Gonsalo Manoel [Galvão de Lacerda] que fosse fazer as Magestades a sua e minha Corte, visto que eu faltava a esta obrigação, por ter vindo ante hontem de Issy [casa do cardeal de Fleury] muito mal tratado, e ja estava quando no dia antecedente me transferi a Casa de M. Amelot, por me haver avizado que lhe chegara o Correio que M. de Chavigni lhe despachou. Porem não podemos fallar de negocio, porque ainda não tinha lido mais que a Carta em que lhe indicava o jornal das conferências que tivera com V. Ex<sup>a</sup>. em prezença do Eminentíssimo Cardeal da Motta, fazendo um grande elogio das suas virtudes, e lastimandose dos seus achaques, a que somente attribuía a dilação que houve na reposta, acrescentando que nella não tivera parte a mínima sombra de ma vontade.

O Cardeal de Fleury nos leu tambem o lugar da Carta que M. de Chavigny lhe escreveu sobre o mesmo particular, estendendose mais a respeito do merecimento, capacidade, aplicação e boa fé com que S. Em<sup>a</sup>. tratava os negócios, e doendose tambem de que a sua pouca saúde lhe não permitia adientalos como dezejava, de sorte que o mesmo Cardeal nos repetiu o grande Conceito que delle fazia”<sup>403</sup>

Assim, depreende-se que o diplomata francês Chavigny reunia com o secretário de Estado na presença do Cardeal da Mota e que este, como reconhece Fleury, “tratava os negócios”, referindo-se a aqueles que diziam respeito à Corte de Versalhes.

Sobretudo a partir da morte de Diogo de Mendonça Corte Real, o cardeal da Mota começa a despachar com maior frequência negócios de “maior monta”<sup>404</sup> que até então estavam a cargo do referido secretário de Estado. Logo em 1736, D. João V discute com o cardeal da Mota a reforma secretarial e a hipótese de uma quarta secretaria.<sup>405</sup> Aliás,

---

<sup>402</sup> *Idem, Relações externas de Portugal – Reinado de D. João V* vol. I, Porto, Livraria Civilização, 1938, p. 95.

<sup>403</sup> BNP Mss. 62 n<sup>o</sup>2, doc. 168.

<sup>404</sup> Jaime Cortesão, *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid*, Lisboa, Livros Horizonte, 1984, p. 473.

<sup>405</sup> Eduardo Brásão, *D. João V – Subsídios para a história do seu reinado*, Porto, Portucalense, 1945, pp. 124-125.

esta discussão é uma boa expressão da influência de que gozava João da Mota e Silva, organizando o aparelho secretarial régio. Existe uma carta, sem data, que o rei dirige ao cardeal da Mota a propósito da escolha dos secretários onde está escrito o seguinte:

“as cartas e papeis do reyno fervem e absolutamente já não podemos esperar mais; quanto a seo Irmão, devo, dezejo, e quero Metello na promoção do modo mais decente e menos penozo que o Cardeal como ministro meo e Irmão seo e ambos nós muito seos amigos delle, julgarmos; quero gente fiel e de confiança, requezito que não aponta o dicto papel”<sup>406</sup>

Pela mesma altura, o rei pede um papel sobre as secretarias ao cardeal da Mota. Pelo que transparece do critério de D. João V, expomos o trecho que se segue:

“pesso a V. E. pella nossa amizade que venha tudo muy claro, ou já com as repartições miudamente determinadas a cada sogeito, ou nomeandosse, com indicação de que se lhes destinará o emprego para e finalmente no modo que V. E. julgar mais acertado agora; item seo Irmão venha nomeado e Deus e Santa Rita o ajudará, e so se pecar, aceitando lhe admito escuza, por que peço, como lhe dice em o não nomear no prezente tempo, em que se deve olhar para os nominandos e para os mais, e se não tomára sabem quem he não so melhor, mas igoal a elle e com a circunstancia da verdade segredo e fidelidade junta com a confiança que com elle tenho, e conhescimento já de muitos annos; digalhe tudo isto, ou não lho diga, segundo julgar melhor, e mais conducente para a aceitação; quanto aos mães digo que Marco Antonio absolute quero ou noemallo, secretario ou Embaixador por que o estimo e não he homem preterível; dos mais a falar verdade com V. E. em segredo, pouco cazo faço, vejo bem, que he preciso nomear alguns mas confeço que não sey o que será melhor; ali vay gente nova que não entrou nas minhas sortes, mas os Carvalhos hum he ainda novato, suposto me parece com juizo e o outro muito mais doente que seo Irmão não sey se malicie alguma inculca de Ericeira, mas por outra parte duvidoa; Gonçalo não he de todo mau e já vinha nas sortes e falámos nelle, tambem he amigo, como Guedes de Ericeira, e este homem atraca a todos e mexe muito; Deus acuda a esta eleição que he certamente grave a materia della; amanhã sem falta dezejo muito fazella; seja com o favor de Deus e ajudeme meo Cardeal; Mendonça he órfão, e de tal pay que merece as cinzas honrádas por todo os modos”<sup>407</sup>

Neste feixe temporal, as cartas dos altos dignitários continham um tratamento cortês e regrado. Este, se desrespeitado, poderia ser tomado como ofensa. As ofensas devido a tratamentos inesperados ocorriam com relativa frequência, justificando assim a necessidade que D. João V teve em 1739 de emitir uma lei que regularizasse a questão. Ora, as cartas do rei ao cardeal da Mota excediam esses tratamentos pelo muito carinho que continham. Ao analisar estas cartas, Eduardo Brasão constata que o “fecho das

---

<sup>406</sup> *Ibidem*, p. 126.

<sup>407</sup> *Ibidem*, pp. 126-127.

cartas são sempre cortezes e mesmo carinhosos: «Amigo verdadeiro», «seu maior amigo», «amigo muito verdadeiro», «adeus meu amigo», «adeus Cardeal» - são expressões que se encontram a cada passo nestes régios escritos.”<sup>408</sup> Numa carta de 29 de Julho de 1739, lê-se mesmo “Maior Amigo Verdadeiro”.<sup>409</sup> Muito expressiva da relação entre o rei e o cardeal é a carta que, a 16 de Março de 1738, D. João V escreve a João da Mota e Silva. Claro é o rei quando escreve:

“tenho dito por descargo da minha consciencia, e sey que conformandome com hum ministro tão recto, attento e justo como o Cardeal satisfaço tambem a ella: e assim tudo deixo inteiramente ao seo arbitrio e disposição e daqui lhe digo que por nenhum modo quero que se embarasse por este motivo qualquer resolução que achar justa V. E.”<sup>410</sup>

O tempo que separa a morte de Diogo de Mendonça Corte Real da morte do cardeal da Mota é um tempo de preponderância absoluta do cardeal da Mota na acção governativa interna e externa. Torna-se usual ler notícias como esta, de 8 de Outubro de 1737:

“A 3 foi El Rey para Mafra e o Princepe e os dois Infantes estar dia de São Francisco donde voltarão no dia 4. E tendoçe detriminado hua montaria em Cistra de donde Sua Magestade havia de hir no Domingo Bruno à Cartuxa, dizem que suspendeo este emtento porque tivera avizo de Lisboa de hum negocio, que o obrigara a huma comferência no Passo, com o Cardeal da Mota e os dois secartarios, a qual durara athe as 3 oras da madrugada; porem estes discursos e estes misterios que fazem os politicos osiozos, são muitos e emsertos.”<sup>411</sup>

A debilitação do rei em 1742 marca ainda mais esta tendência. Neste período, como contra-peso do poder do cardeal surge a rainha Maria Ana de Áustria numa “quase regência”. Veja-se que em Junho de 1742, numa determinada disputa, “D. João da Mota parece ter-se inclinado a favorecer um indivíduo menos merecedor do que outro, para o qual propendia a rainha; e, como insistisse com alguma arrogância no seu parecer, terá obrigado o príncipe herdeiro a secundar a opinião da mãe.”<sup>412</sup> Sobre este convívio no poder governativo do cardeal e da rainha contamos com as cartas que a então princesa Mariana Vitória escreveu à sua família de Espanha, nomeadamente a sua mãe Isabel de

---

<sup>408</sup> *Ibidem*, p. 57.

<sup>409</sup> *Ibidem*, p. 83.

<sup>410</sup> *Ibidem*, p. 79.

<sup>411</sup> *Gazetas Manuscritas da Biblioteca Pública de Évora. Vol. III (1735-1737)*, João Luís Lisboa; Tiago C. P. dos Reis Miranda; Fernanda Olival, Lisboa, Edições Colibri/CIDEHUS-EU/CHC-UNL/CHAM-UNL/UA, 2011, pp. 283-284.

<sup>412</sup> Susana Munch Miranda e Tiago C.P. dos Reis Miranda, *A rainha arquiduquesa – Maria Ana de Áustria*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2014, p. 267.

Farnésio. O rei teve o ataque incapacitante a 10 de Maio de 1742 e pelo teor da carta terá sido nesse mês que Mariana Vitória escreve:

“sur ce que vous me demandes ma chere mere du gouvernement vous pouvez etre bien sure que la Reyne ne fera rien pour sa niece car cet le Cardinal motta qui gouverne entierement elle ne fait que signer ce quil lui porte; elle donne audience au peuple como le Roy donoit mais le Prince ma dit que sela etoit une ceremonie qui ne servoit a rien car on ne fait que ce qui est fort necesaire des affaires du Roaiome, car pour cequi et d’affaires de plus dinportance on nan fait rien ou onle demande au Roy car en cela on dit quil a une grande presance desprit principalement en tout ce qui regarde de penser car il se fait le plus miserable homme de ce monde.”<sup>413</sup>

Preocupada com governo português a cargo de Maria Ana de Áustria, Mariana Vitória escreve à rainha de Espanha a 19 de Junho 1742:

“pour le gouvernement tout et au meme etat, et asteur que le Cardinal motta est malade on ne depeche rien car je men suis informe de mon Prince si le Roy se porte mieux a las Caldas nous nous divertirons bien car on dit quil a beaucoup de choses avoir pres de la sinon patience nous ne serons jamais pire que ici; la Reyne continue a doner ses audiences mais cela ne sert de rien car come je ut l’honneur de vous dire elle ne fait rien que se fatiguer car elles on dure les premieres fois trois heures sielle presit pas asise je crois quelle ne pouroit pas resister”<sup>414</sup>

Meio ano depois, o cardeal da Mota continuava com a sua informal função de primeiro-ministro, pela carta que Mariana Vitória dirige a Isabel de Farnésio a 25 de Janeiro de 1743, como se pode ver por este trecho:

“sur ce que vous me faites l’honneur de me demander ma chere Mere du Roy j’aurois l’honneur de vous dire que je ne pas entendu parler une seule parole quil vous lu oter le gouvernement a la Reyne car pour mon Prince je crois quil lui feroit une grande faveur de Dispenser detre temoin seulement a ce que font les autres car il ne fait rien absolument cet le Cardinal motta qui fait tout car je crois que la Reyne ne fait que signer ce quil lui porte”<sup>415</sup>

Noutro panorama, olhemos agora a relação entre D. Luís da Cunha e o cardeal da Mota. D. Luís da Cunha e o cardeal da Mota corresponderam-se frequentemente ao longo dos anos trinta e quarenta de setecentos. O diplomata, primeiro em Haia e depois de 1736 em Paris, reconhecia o cardeal como a figura mais influente junto do rei, como o primeiro-ministro destes anos. Dirigia-se nas suas cartas para Lisboa para o secretário de Estado, Diogo de Mendonça Corte Real até à sua morte em 1736, António Guedes

---

<sup>413</sup> *Cartas da Rainha D. Mariana Vitória para a sua família de Espanha*, Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, 1936, p. 184.

<sup>414</sup> *Ibidem*, pp. 186-187.

<sup>415</sup> *Ibidem*, pp. 197-198.

Pereira de então até pelo menos Setembro de 1738, por ausência do titular da secretaria dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, Marco António de Azevedo Coutinho, e de 1738 em diante com o Marco António, e, sempre, para o cardeal da Mota. Apesar da grande troca epistolar, D. Luís da Cunha afirma, no seu *Testamento Político*, nunca ter conhecido pessoalmente o cardeal da Mota. Escrito ao longo da década de 1740 e reflectindo sobre o aparelho governativo português, o *Testamento Político* refere o cardeal João da Mota e Silva nos seguintes termos:

“É verdade que Sua Majestade teve uma espécie de primeiro-ministro, que foi o cardeal da Mota; espécie digo de primeiro-ministro, porque ainda que em certo modo fazia as suas funções, nunca o dito Senhor o revestiu daquele carácter, e o que todo o mundo lhe deu, porque eu nunca pessoalmente o conheci, foi o de ser muito bom homem, muito modesto, muito bem intencionado, e muito limpo de mãos; com muito pouco conhecimento dos negócios estrangeiros a ainda menos activo nos domésticos, dois defeitos irreparáveis em quem se encarrega da direcção das coisas públicas, porque deles resulta demorarem-se as resoluções que passam pelas suas mãos; e assim não vejo que em tantos anos de ministério fizesse alguma coisa e benefício do reino, tanto a respeito do seu comércio, que da sua navegação, manufacturas, e forças assim terrestres como marítimas, de que abaixo falarei, passando o tempo em outros projectos, sem revolver algum; de que proveio não deixar à posteridade saudade da sua memória.”<sup>416</sup>

Mesmo sendo crítico do cardeal após a morte deste, várias vezes D. Luís da Cunha procurou apelar a João da Mota e Silva para garantir uma recompensa pelos seus anos de serviço nas pessoas dos seus sobrinhos D. António e D. Luís Manuel.<sup>417</sup> Interessante é a conhecida carta que escreve a este seu sobrinho D. Luís da Cunha Manuel a propósito da escolha dos secretários em 1736. Nesta defende o quão apetecível era ser secretário de Estado dos Negócios do Reino. O embaixador em Paris, consciente das dificuldades no acesso ao cargo, aconselha o sobrinho a trabalhar para alcançar tal objectivo tornando-se conhecedor da política e bem-falante sobre os vários assuntos que a compõem, para que “por um bom canal, que será o da pessoa que tiver mais influência no espírito do amo, chegue aos seus ouvidos o vosso préstimo, a vossa aplicação, o vosso desinteresse e, sobretudo, a regularidade da vossa vida” e, acrescenta, “digo por um bom canal, porque a água, por mais clara e pura que ela seja, se turba e se corrompe,

---

<sup>416</sup> D. Luís da Cunha, *Testamento Político ou Carta de conselhos ao Senhor D. José sendo Príncipe*, Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal, 2013, p. 86.

<sup>417</sup> BNP, Mss. 62, n.º2, doc. 199, Paris a 14 de Julho de 1738; BNP, Mss. 62 n.º2, doc. 232, Paris a 17 de Maio de 1738; BNP, Mss. 61, n.º2, doc. 78, Paris a 20 de Julho de 1744.

se não são limpos os condutos por onde passa.”<sup>418</sup> Pelas suas já referidas cartas, conhecemos que D. Luís da Cunha via no cardeal da Mota, com certeza, a pessoa com “mais influência no espírito do amo” e seria ao cardeal a quem se referia. Não era o único. Nos anos de 1734 a 1736, Martinho de Mendonça encontrava-se na América Portuguesa e à distância da Corte sentia-se atemorizado pelo crescente poder de Alexandre de Gusmão. A propósito de uma carta de 8 de Agosto de 1736, de Martinho de Mendonça para Gomes Freire de Andrade, governador do Rio de Janeiro, Jaime Cortesão refere que “o Cardeal da Mota, o valido, que, a par de Alexandre de Gusmão, começava a ter grande parte no governo do palácio e a disputar-lhe influência. O governador interino de Minas [Martinho de Mendonça], que provavelmente não ignorava este facto, ia cortejando o novo astro em ascensão, com a secreta esperança de que viesse a eclipsar o primeiro.”<sup>419</sup> Tanto D. Luís da Cunha como Martinho de Mendonça viam, longe da Corte, a emergência do cardeal da Mota como a pessoa mais influente junto do rei e era a ele que sabiam que tinham que recorrer. Note-se ainda que Alexandre de Gusmão e o cardeal da Mota provavelmente concorriam entre si pelo favor régio. Ao introduzir esta ideia, Jaime Cortesão refere que “Instalado, de há muito no favor real que, em 1727, o erguia ao Cardinalato, D. João da Mota e Silva não podia ver com bons olhos que o monarca repartisse valimento com o afrancesado, de quem Pedro da Mota, seu irmão, lhe fazia desagradáveis referências do tempo de Roma.”<sup>420</sup> Provável é pela posição de cada um que Gusmão e Mota tenham disputado valimento pela segunda metade dos anos trinta de setecentos.

Incontornável é o estado de saúde do cardeal da Mota ao longo dos anos trinta e quarenta de setecentos. Durante este tempo, sempre foi frágil. A evolução da saúde do cardeal foi largamente documentada. As *Gazetas Manuscritas* e a *Gazeta de Lisboa* dão conta dela, tal como as cartas que os núncios enviavam para Roma ou a referência constante nas cartas dos diplomatas portugueses. O tópico era relevante. O conde da Ericeira coligia as notícias das *Gazetas Manuscritas* e seleccionava para si as notícias sobre a saúde do cardeal. Desta forma, dá-se conta a 23 de Junho de 1733 que o

---

<sup>418</sup> D. Luís da Cunha, “Carta de instruções a D. Luís da Cunha Manuel” in *Instruções Políticas* / D. Luís da Cunha; introdução, estudo e edição de Abílio Diniz Silva, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001, pp. 177-178.

<sup>419</sup> Jaime Cortesão, *op. cit.*, p. 469.

<sup>420</sup> *Ibidem*, p. 473.

“Cardeal da Mota esta sangrado com hum reumatismo e alguma febre”<sup>421</sup> e a 30 de Junho de 1733 que o “Cardeal da Mota esta já livre de hum reumatismo, que o obrigou a seis sangrias”<sup>422</sup> Na entrada de 14 de Julho de 1733, o conde diz que o “Cardeal da Mota foi escolher por ordem del Rey huma das suas quintas de Belem para hir convalescer e preferio a que foi do Conde de Obidos, e este Conde se acha recahido.”<sup>423</sup> Em Setembro de 1733, Ericeira volta a seleccionar no seu diário uma notícia que dava conta da saúde do cardeal da Mota. A 29 desse mês escreve que com “a gota de Diogo de Mendonça, e os remédios que na quinta de Bellem o Cardeal Motta, esta ainda mais parado o despacho do que estava.”<sup>424</sup> A 6 de Outubro de 1733, começa a ver o fim do problema quando diz que o “Secretario de Estado começa a sahir, melhorando da sua gota, e o Cardeal da Motta dos remédios que fez na Quinta de Belem.”<sup>425</sup> Como se vê, o cardeal já se destacava no despacho. A nova casa de Belém passará a ser o sítio onde o cardeal descansa como um refúgio do ofício do Paço. A 31 de Janeiro de 1736, pode ler-se nas *Gazetas Manuscritas* que “O Cardeal da Motta teve febre, e se sangrou e não está desobstruído, e a duração da sua queixa tem retardado muito negócios, e seu irmão vay às noytes dar conta a El Rey dos mais importantes.”<sup>426</sup> A 7 de Fevereiro lia-se que o cardeal estava melhor<sup>427</sup> e a 12 de Junho que o “Cardeal da Mota vay para Belém, e se fala em 4º Secretario de Estado.”<sup>428</sup> Numa adição à gazeta de 28 de Julho, lê-se que o “Sr. Cardeal da Motta foi para huma das cazas de campo reaes de Belem com seo jrmão

---

<sup>421</sup> *Diário de D. Francisco Xavier de Menezes 4.º Conde da Ericeira (1731-1733) Apresentado e anotado por Eduardo Brazão da Academia Portuguesa da História*, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1943, p. 158.

<sup>422</sup> *Ibidem*, p. 160.

<sup>423</sup> *Ibidem*, p. 165.

<sup>424</sup> *Ibidem*, p. 186.

<sup>425</sup> *Ibidem*, p. 187. Nas *Gazetas Manuscritas* a 14 de Julho de 1733 lê-se que “O Cardeal da Mota foi escolher por ordem del Rey huma das suas quintas de Bellem para ir convalecer e preferio a que foj do Conde de Obidos e este conde se achá recahido.” A 29 de Setembro de 1733 pode-se ler: “Com a gota de Diogo de Mendonça, e os remédios que faz na quinta de Bellem o Cardeal da Motta, estâ ainda mais parado o despacho do que estava.” Na entrada de 6 de Outubro de 1733, consta que “O Secretario de Estado começa a sahir melhorando da sua gota, e o Cardeal da Mota dos remédios que fes na quinta de Bellem.” *Gazetas Manuscritas da Biblioteca Pública de Évora. Vol. II (1732-1734)*, João Luís Lisboa; Tiago C. P. dos Reis Miranda; Fernanda Olival, Lisboa, Edições Colibri; CIDEHUS-EU e CHC-UNL, 2005 pp. 257, 285 e 286.

<sup>426</sup> Repare-se que Pedro da Mota e Silva ainda não era secretário de Estado mas já era próximo do rei como aliás este declara em carta já aqui exposta. *Gazetas Manuscritas da Biblioteca Pública de Évora. Vol. III (1735-1737)*, João Luís Lisboa; Tiago C. P. dos Reis Miranda; Fernanda Olival, Lisboa, Edições Colibri/CIDEHUS-EU/CHC-UNL/CHAM-UNL/UA, 2011, p. 164. Já anos antes, em Julho de 1730, o rei atribuiria a Pedro da Mota e Silva a Tesouraria mor da Capela Real de Vila Viçosa. *Gazeta de Lisboa*, 27 de Julho de 1730.

<sup>427</sup> *Gazetas Manuscritas da Biblioteca Pública de Évora. Vol. III (1735-1737)*, João Luís Lisboa; Tiago C. P. dos Reis Miranda; Fernanda Olival, Lisboa, Edições Colibri/CIDEHUS-EU/CHC-UNL/CHAM-UNL/UA, 2011, p. 166.

<sup>428</sup> *Ibidem*, p. 195.



o Secretario de Estado que todos os dias vai ao Paço, e se recolhe pelas duas horas depois da meya noute.”<sup>429</sup> No ano anterior, em 1735, morre Manuel da Mota, irmão do cardeal. Constou na imprensa *Gazeta de Lisboa*, assim:

“Quarta feira 20 do corrente faleceu com poucos dias de doença em idade de 52 annos Manoel da Motta e Silva, sugeito Ecclesiastico de muitas letras, e especiaes virtudes, irmam do Emin. e Rmo. Senhor Cardeal da Motta. Foy depositado o seu cadáver na Igreja do Real Mosteiro de S. Vicente no dia seguinte; onde a 22 se fez o seu funeral com hum magnifico Mausoleo, e assistencia de toda a Nobreza da Corte; pegando no caixam o Duque Estribeiro mor, o Marquez de Alegrete, o Conde da Atalaya, o Visconde de Ponte de Lima, o Conde de Assumar, o Conde Baram, D. Diogo de Menezes de Tavora, D. Carlos de Menezes, D. Francisco Xavier, Pedro de Souza, e D. Vasco da Camera.”<sup>430</sup>

Este acontecimento reproduziu-se em vários escritos. Sem dúvida, foi importante. O nuncio Cavallieri assinala o acontecimento ao transmiti-lo por carta a Roma nos seguintes termos:

“Quarta-feira passada passou a melhor vida o Dr. Manuel da Mota com extremo sentimento do Emo. Purpurado e do Sr. Dom Pedro, irmãos do defunto que estão inconsoláveis por tal perda que foi geralmente chorada pelos bons costumes e vida exemplar daquele digno eclesiástico. O seu cadáver foi transportado na noite seguinte quinta-feira para a igreja de S. Vicente dos Conegos Regrantes de Santo Agostinho, onde sexta-feira lhe foram celebradas solene exéquias, tendo cantado Missa o superior dos ditos cónegos com intervenção de numerosa nobreza que foi no dia seguinte a dar os sentimentos ao Sr. Cardial e ao Sr. Dom Pedro, irmão de Sua Eminencia”<sup>431</sup>

Também, Filipe José da Gama relembra Manoel da Mota no elogio fúnebre que escreve ao cardeal da Mota.<sup>432</sup> Passados mais de dez anos e dirigindo-se ao ainda vivo Pedro da Mota e Silva, diz:

“Na morte do Senhor Manoel da Mota e Sylva foy mais benigna com Vossa Excellencia a sevéra Parca, pois ainda lhe ficava a companhia do Senhor Cardeal, que fazia menos sensível esta grande perda: mas já agora não vê Vossa Excellencia nesse Palacio a este seu esclarecido Irmaõ, que lhe suavizava aquelle primeiro golpe: já não ouve as suas palavras, nem elle confere com Vossa Excellencia naquelle sábio Gabinete os arcanos mais secretos, de que tantas vezes dependeo o augmento, e a gloria da Monarquia Portuguesa.”<sup>433</sup>

---

<sup>429</sup> *Ibidem*, p. 317.

<sup>430</sup> *Gazeta de Lisboa*, 28 de Abril de 1735.

<sup>431</sup> José de Castro, *op. cit.*, pp. 149-150.

<sup>432</sup> *Elogio na morte do Eminetissimo Senhor D. João da Mota e Sylva [...]*, 1748, p. 54.

<sup>433</sup> *Ibidem*, pp. 55-56.

Na *Gazeta de Lisboa*, são escassas as referências ao cardeal da Mota. Por exemplo, durante o ano de 1737 não é referido e, desde dessa data, existem apenas mais duas referências. A 11 de Novembro de 1744, ler-se-ia:

“O Eminentissimo Senhor Cardial da Mota se acha já com alguma melhoria na sua grave enfermidade, e o Illustrissimo, e Excellentissimo Senhor Pedro da Mota e Sylva, Secretario de Estado de Sua Mag., se espera possa convalecer ainda da sua grave queixa.”

A seguinte referência é o inevitável anúncio público da morte do cardeal da Mota. Um anúncio relativamente curto dada a dimensão do cardeal e quando comparado com os de outros. Para isto contribui a origem social de João da Mota e Silva e, talvez por isso, este seja apenas uma nota na obra de António Caetano de Sousa.<sup>434</sup> Na notícia da morte escreveu-se:

“Faleceu Quarta feira 4 do corrente o Eminentissimo, e Reverendissimo Senhor Cardial da Motta, primeiro Ministro de Sua Magestade, a quem se deu sepultura na Igreja dos religiosos de N. Senhora do Monte do Carmo no Sabado 7 do dito mez, onde se fizeram as suas exéquias com grande pompa, e assistencia de toda a Corte.”<sup>435</sup>

Os núncios em Lisboa iam informando Roma sobre o cardeal da Mota. Em 1733, Cavallieri diz que o rei ofereceu após ataque de reumatismo uma casa em Belém ao cardeal “para gozar o «divertimento do campo e entrar em grau de mais perfeita saude»”.<sup>436</sup> No ano seguinte e agora nas palavras de José de Castro, transmite que, em Abril, o cardeal da Mota “deu um sumptuosíssimo almoço a alguns cônegos da patriarchal seus amigos no seu palácio de Lisboa; em Junho deu audiência a grande quantidade de pessoas na sua casa e foi conferenciar com El-Rei sobre as súplicas correntes e outros negócios respeitantes ao seu cargo; em Julho teve com o Cardial da Cunha longa conferência com El-Rei, que durou muitas horas; em Agosto foi para Belém, para repousar um pouco, gozar os ares proveitosos, vindo no entanto duas vezes por semana à audiência real; e em Dezembro deu um lauto banquete a muitos nobres e foi depois ao palácio real receber ordens do Rei para a expedição de despachos.”<sup>437</sup> No ano seguinte, 1735, além de reportar a morte de Manoel da Mota em Abril, Cavallieri dá nota de uma constipação em Março e uma indisposição em Dezembro. Em 1736, o

---

<sup>434</sup> Caetano de Sousa fala da introdução de uma fábrica no “sitio da Cotovia” pelo cardeal da Mota. António Caetano de Sousa, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, Coimbra, 1946-1954, Tomo VIII, p. 143.

<sup>435</sup> *Gazeta de Lisboa*, 12 de Outubro de 1747.

<sup>436</sup> José de Castro, *op. cit.*, p. 149.

<sup>437</sup> *Ibidem*, p. 149.

cardeal começou a ser afectado por uma febre que quatro sangrias não acalmaram. A opinião médica é que se devia ao “reumatismo ou a «outra fluxão»”.<sup>438</sup> O cardeal teve vertigens que o obrigaram a ficar por Belém, afastado do despacho a que acorria Pedro da Mota e Silva.<sup>439</sup> Em 1737, Cavallieri diz que as vertigens continuam e os médicos dizem dever-se a falta de exercício. As vertigens e dores no corpo continuaram até recuperar saúde, mantendo-se em Belém onde dava aprazíveis passeios a cavalo.<sup>440</sup> O núncio continuou a dar notícias para Roma sobre o cardeal da Mota, “dizendo ora que estava em Belém ora que estava em Lisboa, sempre ocupado nos negócios ultramarinos e assaz preocupado com a saúde. Em Janeiro de 1738, assoberbado com os despachos que devem ir para Macau, em Abril são os despachos a transmitir aos governadores e ministros régios do Brasil, em Maio vai para Belém, fatigado, e deixa na cidade seu irmão Dom Pedro, secretário dos Negócios do Reino, encarregado de receber e despachar as súplicas dos recorrentes. No ano seguinte sente-se mais cansado. Apesar do tempo chuvoso foge para Belém, para se furtar aos cumprimentos da Páscoa e sente o incómodo de «fluxão», de que afinal se cura com os ares benignos da sua casa de campo.”<sup>441</sup>

José de Castro viu apenas duas referências de Tiago Oddi, arcebispo de Laudiceia, ao cardeal da Mota. Uma diz que no dia 8 de Agosto de 1743, o cardeal foi visitar “todas as fortalezas que estão na barra ate à torre de S. Julião, e, tendo-as achado em péssimo estado, deu logo ordem para as reparar e prover de artilharia e pólvora; e outra que o Cardial se achava desde alguns dias incomodado de hemorróidas.”<sup>442</sup>

Durante o ano de 1744, Lucas Melchior Tempi disse ao Cardial Valenti, secretário de Estado de Bento XIV, “estar o Cardial Mota com hemorróidas, razão porque não acompanhou a Corte às Caldas, com a desvantagem de alguma febre que dava de pensar. Teve de ser operado de uma fístula, ocasionada pelas hemorróidas, porque a

---

<sup>438</sup> *Ibidem*, p. 150.

<sup>439</sup> As vertigens que afectaram o cardeal da Mota em 1736 surgem nas cartas do núncio com o seguinte conteúdo: “Depois teve vertigens que se foram com mais sangrias, podendo continuar a frequentar o palácio real para acudir às obrigações do seu ministério, que logo deixou de frequentar por excessiva fraqueza, dando lugar a uma conferência de oito médicos, resolvendo estes fazer-lhe mais quatro sangrias, das quais resultaram melhoras. Mas não tão grandes que não pedisse a El-Rei que o dispensasse do peso do Ministério, indo para Belém a recuperar energias perdidas. Recomendaram-lhe que tomasse banho, e o banho fez-lhe bem. Tomou depois um remédio, aconselhado por um negociante de Génova, com algum resultado, mas não tanto que não fosse obrigado a permanecer em Belém com seu irmão Secretário de Estado que, de tanto em tanto, vinha a Lisboa receber as ordens de Sua Majestade.” *Ibidem*, p. 150.

<sup>440</sup> *Ibidem*, p. 150.

<sup>441</sup> *Ibidem*, pp. 154-155.

<sup>442</sup> *Ibidem*, p. 155.

chaga deitava matérias, operação aliás inútil porque a fístula teimou em continuar aberta. Contou que o Cardial teve o grande desgosto de ter o irmão, Dom Pedro da Mota e Silva, às portas da morte, devido a uma febre maligna. E foi-lhe agradecer o seu interesse pela solução de problemas da Santa Sé com a Corte de Viena, devido a ordens enviadas ao nosso Ministro. Ao mal da fístula, por causa da qual lhe fizeram outra inútil operação, juntou-se em 1745 o mal da *podagra* (doença na articulação nos dedos dos pés), que os médicos julgaram fosse antes reumatismo, «ocasionado pelos maus humores que estão naquele corpo». Agora menos bem, logo menos mal, assim foi passando, de Belém para Lisboa, de Lisboa para Belém, sempre aplicado aos negócios ultramarinos, apanhando facilmente constipações, tendo em 1747 «obstruções no estômago» e uma «revolução da bÍlis» que lhe deu muitos incómodos, atribuindo-a os médicos ao excesso de trabalho, ora à mudança de estação, enfraquecendo-se continuamente a ponto de não poder dar um passo, males que se tentavam combater com repetidas sangrias.”<sup>443</sup> O cardeal não parou de despachar neste último ano de vida. As cartas trocadas entre D. João V e Maria Bárbara de Bragança mostram que o cardeal permanecia activo no despacho pelo menos até Janeiro de 1747.<sup>444</sup> Em carta de 26 de Setembro de 1747 ao secretário de Estado romano, Lucas Tempi diz:

“Depois de ter voltado do campo, tem estado ora melhor, ora pior; mas nesta hora acha-se de tal maneira agravado que faz temer que não possa vencer o mal. Sua Magestade e família demonstram nesta ocasião ter por ele muita estima e afecto, mandando muitas vezes ao dia informar-se do seu estado, e fazendo-o assistir dos seus próprios médicos”<sup>445</sup>

Por carta de 10 de Outubro seguinte, o núncio anuncia:

“A crise de suor que teve o Senhor Cardial Mota [...] e que tinha dado aos médicos algumas esperança, foi anunciadora da sua morte que foi quarta-feira, 4 do corrente, depois do meio-dia com grande resignação; e no sábado fizeram-lhe as exéquias nesta igreja do Carmo onde ordenou que o sepultassem, tendo tido sempre grande devoção com a Santíssima Virgem do Carmo. Diz-se que o Rei foi muito sensível a perda deste Senhor, não só pela grande pratica e conhecimento que tinha dos negócios públicos, mas também porque o via muito dedicado aos interesses da Coroa”<sup>446</sup>

---

<sup>443</sup> *Ibidem*, p. 155.

<sup>444</sup> *Correspondência de D. João V e D. Bárbara de Bragança rainha de Espanha (1746-1747)* com um estudo preliminar por J. A. Pinto Ferreira, Coimbra, Livraria Gonçalves, 1945, p. 286.

<sup>445</sup> José de Castro, *op. cit.*, p. 155.

<sup>446</sup> *Ibidem*, pp. 155-156. José de Castro refere no seguimento que o “Santo Padre, ao saber da morte do Cardial Mota, ficou triste.”

Após a morte de João da Mota e Silva, foram impressos dois elogios fúnebres a ele dedicados, um escrito por Filipe José da Gama<sup>447</sup> e outro por Manoel Ferreira Leonardo.<sup>448</sup> Apesar da natureza panegírica de um elogio fúnebre, eles contém elementos muito interessantes na construção da imagem póstuma do cardeal da Mota. Comparando o cardeal a Moisés, Filipe José da Gama escreve:

“Quem lhe diria, que assim como elle na benignidade do génio, nas letras, no zelo da Religião, no amor da Patria, e em outros attributos, imitava a Moysés; tambem, como elle, havia de ser primeiro Ministro de huma nação, a quem Deos fundou, e a quem governa, e patrocina com favores tão soberanos, como antigamente ao povo de Israel?”<sup>449</sup>

Mais adiante no texto, o autor diz:

“Que maior felicidade de hum Vassallo, que communicar-lhe hum Rey, e tão grande Rey, o segredo dos seus projectos, entregar-lhe a expedição dos maiores negócios, revesti-lo com os accidentes da soberana authoridade da sua pessoa, e achar nelles hum homem conforme as medidas do seu heróico, e augusto coração? Que prudência, que sabedoria, que talentos são necessários para merecer, e conservar a graça do Principe, sem que elle se arrependa da exaltação do Vassallo; e para lhe continuar até a morte o mesmo poder, o mesmo valimento, e a mesma grandeza, como se nelle descobrisse sempre novos motivos para se estar gloriando desta eleição? Mas que attributos, e que excellencias podem ser estas, senão as mesmas, que resplandecerão na grande alma do Cardeal da Mota? E digo as mesmas porque não pode haver outras maiores.”<sup>450</sup>

No tocante aos negócios estrangeiros, o elogiador destaca o trabalho do cardeal da Mota e procura destacar as suas capacidades como político e primeiro-ministro.<sup>451</sup> Declara

---

<sup>447</sup> *Elogio na morte do Eminentissimo Senhor D. João da Mota e Sylva [...]*, 1748.

<sup>448</sup> *Elogio Historico, Panegyrico, Encomiastico e Funebre ás saudosas memorias do Eminentiss. E Reverendiss. Senhor D. Joaão da Mota, e Sylva [...]*, 1748.

<sup>449</sup> *Elogio na morte do Eminentissimo Senhor D. João da Mota e Sylva [...]*, 1748, p. 10. Mais adiante pode ler-se que “se Moysés teve a dignidade de primeiro Ministro do povo de Deos, esse foy tambem o lugar, que o Senhor Cardeal da Mota dignissimamente occupou em huma Monarquia, que Christo fundou para si desde o throno da Cruz no inclyto, e triunfante Affonso, a quem deu por Armas as suas Chagas; e lhe assiste, e a defende, e a patrocina com milagres, com victorias, com favores, e beneficios tão soberanos, que tem assombrado todos os seculos: e se póde ser, ainda me parece que são maiores, do que aquelles, que o mesmo Deos antigamente obrou com o povo de Israel.” *Ibidem*, p. 34.

<sup>450</sup> *Ibidem*, pp. 18-19.

<sup>451</sup> “Não somente se applicava o Senhor Cardeal ao bem, e conservação da Monarquia dentro das balizas do Lusitano Imperio; senão tambem fora dellas, observando com sublime, e elevadíssima comprehensão o que passava nas Cortes da Europa nesta delicada, e perigosa conjuntura. Hum primeiro Ministro de Estado he o mediano entre o Rey, e o povo; ouve as súplicas, e as lágrimas, e despacha os pertendentes: mas aonde se vê a viveza do seu espirito, e a esfera da sua capacidade, he na política, com que responde aos Ministros estrangeiros, penetrando as máximas dos seus Principes, antevendo o fim dos seus projectos, frustrando as idéas menos favoráveis, e estabelecendo na amizade de huns, e no respeito de outros a conservação, e augmento da Monarquia: e por isso, deve saber os interesses da sua nação, e as pertençoens das estranhas; as pazes, os tratados, e as ligas que tiverão com ella, offensivas, e defensivas: as embaixadas, que tem mandado a sua Corte, e as que recebeu de diversos Principes, e os pontos que nellas se tratáram: os socorros, que lhe podem dar as naçoens que tem por aliadas, assim navaes, como

que “Não há duvida, que o Cardeal da Mota será em toda a posteridade hum dos Varoens mais celebrados nos annaes, e monumentos da fama”<sup>452</sup> Filipe José da Gama atribui ao cardeal da Mota o mérito de Portugal não ter entrado em guerra quando toda a Europa guerreava<sup>453</sup> e afirma que “o seu nome era venerado nos Gabinetes de todos os Principes da Europa.”<sup>454</sup> Depois de anunciar a morte do cardeal em Lisboa a 4 de Outubro de 1747, Gama descreve o aspecto físico de João da Mota e Silva<sup>455</sup> e diz que foi sepultado na igreja do Carmo.<sup>456</sup> Conclui:

“O Eminentissimo Senhor Cardeal da Mota foy hum Varão tão preclaro, que com as suas virtudes, e letras accrescentou novo esplendor á sagrada Purpura Vaticana; e foy Ministro sábio, laborioso, fiel, desinteressado, e felicíssimo, e o primeiro Oraculo da politica, e do governo da Monarquia Portugueza. Esta he a voz publica, que nunca erra, que nunca se engana; porque he hum ecco da voz de Deos.”<sup>457</sup>

O final do elogio é dirigido a Pedro da Mota e Silva onde se procura exaltar este a ser um grande político à semelhança do seu irmão. Procuraria o autor lisonjear o secretário de Estado? Certamente. Veja-se, por exemplo:

---

terrestres: quantos mil homens póde pôr em campanha: com que armadas fará respeitada a magestade, e soberania do seu Monarca, e quaes são os Generaes, a quem se há de cometter o governo do mar, e da terra. Este tambem era o estudo, e o desvelo incessante do Cardeal da Mota: porque não somente era peritissimo na historia do mundo, que lia em diversos idiomas, pois soube as línguas eruditas; mas conhecia a grandeza da Lusitana Monarquia, as suas forças invencíveis, as suas opulentíssimas riquezas; e sobre tudo, estava perfeitamente instruído nos interesses dos Principes da Europa. E ainda que nós gozamos de hum paz, que há de ser eterna; com tudo, elle attendia com especial vigilância pela fortificação das Praças do Reino, querendo que estivessem bem guarnecidas, e artilhadas; devendo-lhe o mesmo cuidado as Torres, e Fortalezas da Marinha, que foy ver, e examinar com os seus olhos. Da mesma sorte cuidava no augmento, e grãdeza dos Armazens da Fundação desta Corte, e ainda na elegância da obra que mandou delinear pelo seu Arquitecto; e os vemos edificados de novo com a maior perfeição da arte; e provídos de todo o género de armas, e muniçoens, capazes de bastecer grandes exércitos.” *Ibidem*, pp. 23-25.

<sup>452</sup> *Ibidem*, p. 26.

<sup>453</sup> *Ibidem*, pp. 28-29.

<sup>454</sup> *Ibidem*, p. 32.

<sup>455</sup> Foy de estatura corpulenta, e mais de ordinaria; presença agradável, e magestosa. Os olhos eram grandes, e modestos, e de vista muito aguda: o nariz proporcionado, a boca grossa, e a cor foy sempre branca, e córada; excepto nos últimos annos, que pelo trabalho, e applicação da sua gloriosa vida, hia degenerando em pallida. Era de genio affavel, e cortezão, e teve memoria felicíssima, e eloquencia admiravel, como se vê nos Decretos, nos Despachos, nas Cartas, e nas Instrucçoens, aonde declarava com palavras soberanas as ordens, e a vontade do nosso Monarca. Foy insigne no Direito Canonico, e no Civil; constante nas resoluçoens, nos pensamentos heróico, nas empresas venturoso, illutre igualmente nas Sciencias, que nas virtudes: e quem o via, era impossível, que o não amasse.” *Ibidem*, pp. 43-44.

<sup>456</sup> *Ibidem*, p. 45.

<sup>457</sup> *Ibidem*, p. 47. Nas páginas seguintes vinca a ideia do cardeal da Mota vir a ser imemorable. Veja-se: “E porque não fará agora em nós a razão, e o discurso, o que depois há de fazer o tempo com a gloriosa memoria deste Eminentissimo Principe do Vaticano, cujas inclytas, e soberanas virtudes lerá com admiração a posteridade na Historia Ecclesiastica de Portugal, e serão eterno assumpto das sonoras trombetas da Fama?”. *Ibidem*, p. 51; “Em huma palavras: a mudança, que houve na morte de Senhor Cardeal da Mota foy passar a sua vida dos nossos olhos para a nossa memoria, e para a memoria sempre viva, e immortal de toda a posteridade.” *Ibidem*, p. 55.

“E como nos havemos de persuadir, que morreo para nós este incomparavel Varaõ, se em Vossa Excellencia vemos os mesmos dotes, e virtudes resplandecente, com que elle escreveo nas Estrellas o seu nome, e o constituirão hum taõ excellent Ministro de Estado?”<sup>458</sup>

No seu elogio, Manoel Ferreira Leonardo dedica-o “ao mais erudito Heroe, ao mais excellent Ministro, ao mais cuidadoso Argos da Monarquia Lusitana”.<sup>459</sup> Assim descreve o cardeal da Mota e diz que o rei o nomeou “primeiro Ministro Universal da Coroa Lusitana em todos os seus Estados, e Conquistas”.<sup>460</sup> Provavelmente com intuito de mostrar a exigência moral do cardeal, Ferreira Leonardo refere:

“A todos benevolmente ouvia, só o que lhe causava mayor mortificação eraõ as occasioens, em que fallava a mulheres, porque sempre se reparou, que nunca (no tempo em que lhes falava) punha fixos os olhos, e sempre ficava de perfil, mostrando com esta acção a violência, que padecia na alma.”<sup>461</sup>

O cardeal mandou edificar “hum soberbo masoleo em huma Capella dos Claustros de S. Vicente de Fóra”<sup>462</sup> onde jaz Manoel da Mota e Silva. A propósito da morte do cardeal diz que sexta-feira à noite, dia 6, foi para o convento do Carmo e que no dia seguinte concorreu imensa gente ao funeral.<sup>463</sup> Refere ainda que João da Mota era irmão na Congregação dos Clérigos pobres na Igreja do Loreto, tendo entrado em 31 de Julho de 1713<sup>464</sup>. Tal como o outro elogiador também descreve o cardeal fisicamente.<sup>465</sup>

A *Gazeta de Lisboa* e os elogios fúnebres destacam as conferências em casa do nuncio Firrao nos anos 1715 e 1716 como o momento em que João da Mota e Silva se começou a destacar. De seguida, organizou e catalogou a biblioteca real. O conde de Povolide diz que em 1722 João da Mota e Silva frequentava as reuniões em casa do cardeal da Cunha. Em 1727 é feito cardeal a pedido do rei. A sua presença na acção governativa passa a ser constante até 1736 embora dividida com personagens de relevo, nomeadamente Alexandre de Gusmão e o velho secretário de Estado. Nesse ano, toma parte na decisão de escolha dos secretários, elevando o seu irmão embora este já fosse

---

<sup>458</sup> *Ibidem*, p. 60

<sup>459</sup> *Elogio Historico, Panegyrico, Encomiastico e Funebre ás saudosas memorias do Eminentiss. E Reverendiss. Senhor D. Joaõ da Mota, e Sylva [...]*, 1748, p. 8.

<sup>460</sup> *Ibidem*, p. 33. Esta informação é contraditória com a afirmação de D. Luís da Cunha no seu *Testamento Político*, já aqui reproduzida, em que diz que D. João V nunca tinha revestido o cardeal desse carácter ministerial.

<sup>461</sup> *Ibidem*, p. 37.

<sup>462</sup> *Ibidem*, p. 39.

<sup>463</sup> *Ibidem*, p. 43.

<sup>464</sup> *Ibidem*, p. 45.

<sup>465</sup> “Teve a singularidade de ser perfeitamente organizado, tendo a sua estatua a mais proporcionada symetria, os olhos bellos, modestos, grandes, e com vista prespicaz, o nariz pequeno, a boca grossa, compondo-lhe o respeito aquelle signal distincto, com que se ennobrece a virilidade.” *Ibidem*, p. 46.

próximo do rei. De 1736 até à sua morte em 1747, o cardeal da Mota emerge como ministro destacado do rei. Um cardeal-valido como noutros reinos europeus.



## FREI GASPAR DA ENCARNAÇÃO

Frei Gaspar da Encarnação carece de estudos biográficos.<sup>466</sup> Surge referido em algumas obras que dão nota da sua importância mas nenhuma o procurou estudar a fundo.

D. Gaspar de Moscoso e Silva nasceu em Lisboa a 17 de Maio de 1685<sup>467</sup>. Filho dos condes de Santa Cruz, D. Gaspar de Moscoso e Silva era aristocrata de nascimento<sup>468</sup>. Estudou enquanto jovem e passou à Universidade de Coimbra onde foi porcionista no colégio de S. Pedro. Destacou-se como aluno, doutorou-se em Cânones e estudou Leis<sup>469</sup>. Com vinte e um anos tomou posse como Deão de Lisboa, que “sendo o mais moço dos oppositores soube pôr a mitra tam alta, que por Altamira soube acertar o aluo, interpondo aquelles Senhores a sua intercessão com o Papa.”<sup>470</sup>. Foi deputado da Inquisição e sumilher da Cortina de D. João V. Com Poucos anos depois, seria feito

---

<sup>466</sup> Existe um texto em que se elabora sobre a entrada de D. Gaspar de Moscoso e Silva no convento do Varatojo em 1716. Vide Silva Lino, *D. Gaspar Moscoso e Silva Noviço no Varatojo*, Lisboa, 1963.

<sup>467</sup> O seu elogio fúnebre refere que nasceu, no mesmo dia, mas em 1675. O ano apontado por António Caetano de Sousa na sua obra é 1685. Terá sido um lapso do escritor do elogio pois adiante, na página 10, é referido que com 30 anos passou ao seminário do Varatojo e que com 67 anos teria morrido em 1752, na página 21. *Elogio funebre do Reverendissimo Senhor Fr. Gaspar da Encarnação* [...], 1753, p. 7; António Caetano de Sousa, *op. cit.*, tomo IX, p. 50.

<sup>468</sup> “Foraõ seus Pays o Illustrissimo, e Excellentissimo Senhor D. Joaõ Mascarenhas V. Conde de Santa Cruz, Mordomo Mór de El-Rey D. Pedro II. Senhor das Villas de Lavre, de Santa Cruz, e Lagens, Commendador de Mertola na Ordem de Santiago, filho quarto do Illustrissimo, e Excellentissimo Senhor D. Martinho Mascarenhas IV. Conde do mesmo titulo, Governador, e Capitaõ General da Praça de Mazagaõ, do Conselho de El-Rey, e Senhor de toda a mais casa de seus Avós, e da Illustrissima, e Excellentissima Senhora D. Juliana de Lencastre, filhas do Illustrissimo, e Excellentissimo Senhor D. Manrique da Silva I. Marquez de Gouvea, e da Illustrissima, e Excellentissima Senhora D. Maria de Lencastre filha dos Illustrissimos, e Excellentissimos Senhores Duques de Aveiro D. Alvaro, e D. Juliana de Lencastre. E a Illustrissima, e Excellentissima Senhora D. Thereza de Moscozo Ozorio, que foy Marqueza de Santa Cruz, e Aya de El-Rey N- Senhor, que Deos guarde, e dos Serenissimos Infantes seus Irmaõs, filha do Illustrissimo, e Excellentissimo Senhor D. Gaspar de Moscozo V. Marquez de Almazan, Conde de Monte Agudo, sucessor da Excellentissima Casa de Altamira, e da Illustrissima, e Excellentissima Senhora D. Ignez da Gusmaõ, filha do Illustrissimo, e Excellentissimo Senhor D. Diogo Messia Felipe de Gusmaõ I. Marquez de Lagañes General das tropas de El-Rey D. Felipe IV. com o titulo de Vigario Geral, e de sua primeira mulher a Illustrissima, e Excellentissima Senhora D. Policena Espinosa filha do Illustrissimo, e Excellentissimo Senhor Ambrozio Espinosa I. Marquez de los Balvazes.” *Elogio funebre do Reverendissimo Senhor Fr. Gaspar da Encarnação* [...], 1753, pp., 7-8.

<sup>469</sup> “Talvez foy presagio, de que para haver de sustentar o governo, como primeiro Ministro de hum Reyno, era precisa toda a applicação á literatura, se não foy tambem ensayo, de que para reformar, e reger aquella fecundissima Athenas, necessitava ser sábio, quem havia dirigir Doutos.” *Ibidem*, p. 9.

<sup>470</sup> 5 de Junho de 1706. José Soares da Silva, *Gazeta em forma de carta* Tomo I, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1933, p. 69.

reitor e reformador da Universidade de Coimbra, com dispensa de idade pois ainda não tinha 30 anos<sup>471</sup>.

Em 1712, com cerca de 27 anos, passou a noviço nos franciscanos do Varatojo. Em Dezembro desse ano, D. João V foi visitar “no convento dos franciscanos reformados, os dois amigos Dom Gaspar Moscoso e Dom Fernando de Meneses, ao tempo noviços e antes respectivamente Deão e Mestre-Escola da sua capela real.”<sup>472</sup> Esta mudança radical causou grande espanto à época pois D. Gaspar de Moscoso tinha até sido pensado para cardeal o que aparentemente declinará<sup>473</sup>. A propósito de uma viagem do rei a Azeitão, em Maio de 1715, o conde de Povolide escreve:

“foi D. Gaspar de Moscozo, Deão de Sé de Lixboa e irmão do Marquês de Goveia, que tirando o Cardeal da Cunha a ninguém é mais inclinado El-Rei Nosso Senhor que a estes dois irmãos. Porem o Deão deixando as grandes esperanças que podia ter com fundamento de ser Cardeal, e tudo o mais que podia esperar d’El-Rei Nosso Senhor, deixou tudo e tomou o hábito de S. Francisco no Mosteiro de Varatojo com grande espírito, aonde exercita os ofícios mais humildes com grande edificação e exemplar virtude, e antes de se recolher renunciou a Deão, e deixou o lugar que tinha de Reitor da Universidade de Coimbra.”<sup>474</sup>

A 20 de Junho de 1716, D. Gaspar de Moscoso e Silva professaria no convento do Varatojo e passaria a ser apresentado como frei Gaspar da Encarnação. A sua profissão foi um acontecimento com expressão e consta na *Gazeta de Lisboa*.<sup>475</sup> Consta também a profissão de D. Fernando António de Meneses, filho segundo do conde da Ericeira, doutor formado em Coimbra e mestre-escola da capela real que entrou como frei António da Piedade. A este apenas assistiram “todos os seus parentes”<sup>476</sup>. A comparação entre os momentos solenes de cada um realça o grande aparato que a profissão de frei Gaspar da Encarnação teve e explicita a relação próxima que teria com o rei D. João V.

---

<sup>471</sup> Silva Lino, *D. Gaspar Moscoso e Silva Noviço no Varatojo*, Lisboa, 1963, p. 9.

<sup>472</sup> José de Castro, *op. cit.*, p. 174.

<sup>473</sup> *Epicidio Consagrado à saudoza memoria do Reverendissimo Senhor Fr. Gaspar da Encarnação*, 1753, p. 3.

<sup>474</sup> Tristão da Cunha de Ataíde, *op. cit.*, p. 270.

<sup>475</sup> “Sabbado passado que se contaraõ 20 do corrente partio S. Magestade, que Deos guarde, desta corte pelas 7 horas da manhã, para o Convento do Varatojo de Recoletos de S. Francisco, da reformação do Veneravel P. Fr. Antonio das Chagas, sete legoas distante de Lisboa, para honrar coma sua Real presença a profissão de Fr. Gaspar da Encarnação, irmão do Marquez de Gouvea, seu Mordomo mor, que no século se chamou D. Gaspar de Moscozo, e deyxando as dignidades que occupava, e renunciando as esperanças quasi certas da púrpura, se resolveo a tomar o habito daquela Religião, em que professou Domingo 21 com grande edificação de todos.” Foram assistir muitos aristocratas, como o cardeal da cunha, o infante D. António, o duque D. Jaime, o marquês de Gouveia, de Marialva, de Alegrete filho, o conde de Vilar Maior, de Unhão, da Ericeira e o deão da sé de Lisboa “cujo cabido mandou assistir dous Conegos da sua parte a este acto”. *Gazeta de Lisboa*, 27 de Junho de 1716.

<sup>476</sup> *Gazeta de Lisboa*, 8 de Agosto de 1716.

Em Abril de 1720 voltaria a ser referido na *Gazeta de Lisboa* ao fazer uma “eruditíssima peroração” em favor da bula e constituição *Unigenitus*<sup>477</sup>. Esta bula fora emitida em 1713 pelo papa Clemente XI e surge como resposta às proposições de Pasquier Quesnel no contexto da querela jansenista que em França tinha grande intensidade. Referido no periódico como “Reverendissimo Padre D. Gaspar da Encarnação, Qualificador do Santo Officio, Examinador do Priorado do Crato, e duas vezes Geral da sua Congregação”, frei Gaspar colocava-se assim alinhado com Roma. Esta posição terá, porventura, ligada à sua promoção como reformador dos cônegos regrantes de Santo Agostinho em 1723.

A relação próxima entre D. João V e frei Gaspar da Encarnação não se atenuaria com os anos. Aquando da estadia de Charles Frédéric de Merveilleux, entre 1723 e 1726, ocorreu um catastrófico furacão que destruiu todos os barcos ao largo de Lisboa com excepção de um inglês. Merveilleux conta assim o episódio:

“Quando o rei soube dos prejuízos que o furacão havia causado, como bom pai da pátria, ficou alanceado de dor e não pôde evitar algumas lágrimas na presença do reverendo padre Gouveia, capuchinho e pregador régio, ainda mais respeitável pela sua santidade do que pelo nascimento ilustre. O desinteresse deste capuchinho chegou a tanto que recusou a dignidade de patriarca e o chapéu cardinalício. Este homem de Deus aproveitou a calamidade para dizer ao rei que Deus estava irritado e que acontecia serem os povos a expiar as culpas dos seus governantes e, se o não fazia sentir nos príncipes deste mundo por mistério da Sua sábia prudência, nem por isso esses príncipes deviam temer menos a justiça divina. Para não entrar em pormenores dessa edificante prática, só direi que o rei ficou em extremo comovido e compreendeu imediatamente o que o santo homem tinha em propósito fazer-lhe entender. Imediatamente resolveu fazer a Deus o sacrifício da sua paixão e renunciar a ela para sempre. Tal resolução, digna da grandeza da sua alma, era tanto mais difícil de cumprir quanto é certo que havia muitos anos que o príncipe se habituara a ir todas as tardes a Oliveira [Odivelas] acompanhado pelo seu confessor, pelo médico, por um mordomo e mais um camarista, além do cocheiro. Mandara construir para a sua amante uma residência cujo interior era digno da magnificência do rei do ouro e mobilara-a ricamente. No dia seguinte ao do furacão, verificando essa senhora que não vinha o seu príncipe, mandou inquirir do que motivara tal ausência e enviou-lhe duas camisas que fizera por suas mãos. Por conselho do padre Gouveia o presente foi recambiado.”<sup>478</sup>

Desta forma, pode entrever-se que a influência que frei Gaspar tinha sobre o rei seria mais de índole moral do que política. O comentário de Merveilleux referente à santidade

---

<sup>477</sup> *Gazeta de Lisboa*, 25 de Abril de 1720.

<sup>478</sup> *O Portugal de D. João V visto por três forasteiros*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1983, pp. 143-144.

do frade e a censura deste aos hábitos do rei vão nesse sentido. Em 1723<sup>479</sup> é feito reformador dos cónegos regrantes de Santo Agostinho de Portugal por uma delegação do Papa.<sup>480</sup>

Anos mais tarde, D. João V já consultaria frei Gaspar com maior frequência por questões políticas. Em carta de 9 de Janeiro de 1739 para o cardeal da Mota, o rei cita os nomes mais prováveis de dar consultas quando diz:

“eu tenho hum certo parecer que nem he de Ericeiras, nem de Cunha, nem de Fr. Gaspar, o qual em se copeando (não he o segredo meo) hirá a V. E.”

No início da carta diz ter preferido usar um papel de Alexandre de Gusmão a um do cardeal da Mota e alonga-se sobre uma decisão de frei Gaspar que, ao ler a carta, dir-se-ia que gozaria de grande consideração do rei que seria muitas vezes consultado. D. João V continua:

“se Fr. Gaspar aprovou o Provincial de São Domingos foy so no ultimo lugar e não como votando nelle, nem metendoo em lista para Bp.<sup>o</sup>; elle he sumamente froxo, e molissimmo e se V. E. o visse votar na meza do Santo officio lhe tomaria quazi adverção pella sensaboria e mão modo com que o faz mas isto porderá ser seo natural costume e modo, porem na verdade parece me froxo, e está como velho, e achacado, com muito mäs cores etc.”<sup>481</sup>

Nas gazetas não se encontram muitos exemplos da actuação de frei Gaspar. Na verdade, apenas um em Novembro de 1729.<sup>482</sup> Registe-se que nos anos que vão de 1746 a 1750, não há referências nem a frei Gaspar da Encarnação, nem ao padre Carbone nem a Alexandre de Gusmão na *Gazeta de Lisboa*. Se nos guiássemos apenas por esta nunca adivinharíamos a dimensão de poder que a documentação epistolar revela. Ainda assim,

---

<sup>479</sup> Nuno Gonçalo Monteiro, *D. José*, Rio de Mouro, Temas de Debates, 2008, p. 54.

<sup>480</sup> “Veyo um breve ao Pe. Fr. Gaspar para renovar a sua reforma por outros quatro annos; mas dizem que foi pedido pelo Cardeal Cienfuegos sem ser em nome del Rey.” 20 de Março de 1731. *Gazetas Manuscritas da Biblioteca Pública de Évora. Vol. I (1729-1731)*, João Luís Lisboa; Tiago C. P. dos Reis Miranda; Fernanda Olival, Lisboa, Edições Colibri, CHC-UNL e CIDEHUS-EU, 2002, p. 115. “Passados alguns annos desta exemplaríssima vida foy mandado para Reformador dos Conegos Regulares de Santo Agostinho, e como para este emprêgo resistisse a superiores preceitos, foy preciso, quem hum Pontificio Decreto lhe abrandasse a repulsa, e o fizesse ir exercitar a obrigação de Mestre, o amor de Pay, e o zelo de reformador daquella preclarissima Congregação, cujos officios desempenhou com tanto modo, e agrado, como hoje dizem todos, os que da sua excellente doutrina receberão os substanciaes alimentos.” *Elogio funebre do Reverendissimo Senhor Fr. Gaspar da Encarnação [...]*, 1753, p. 14.

<sup>481</sup> Eduardo Brasão, *D. João V – Subsídios para a história do seu reinado*, Porto, Portucalense, 1945, p. 113.

<sup>482</sup> “O Pe. Frei Gaspar está com sezões e forão desnaturalizados tres frades cruzios dos de mayor authority.” 8 de Novembro de 1729. *Gazetas Manuscritas da Biblioteca Pública de Évora. Vol. I (1729-1731)*, *op. cit.*, p. 65.

não há dúvida que, a morte do cardeal da Mota em 1747, promoveria frei Gaspar da Encarnação para o primeiro plano da actuação política.

O historiador Nuno Gonçalo Monteiro sugere que o facto de frei Gaspar da Encarnação ter tido à sua guarda os três filhos bastardos reconhecidos de D. João V poderia explicar a proximidade ao rei ao longo da sua vida e uma certa antipatia da rainha.<sup>483</sup> Pela mesma ideia, outro historiador, António Ferrão, afirmara existirem dois partidos na Corte: um fiel e liderado por Frei Gaspar e outro, fiel à rainha e liderado pelo seu confessor o padre José Ritter. A nenhuma das duas facções pertenceriam o cardeal da Mota, o padre Carbone e Marco António Azevedo Coutinho.<sup>484</sup> A relação privilegiada com os filhos naturais de D. João V é um factor a ter em conta na relação de frei Gaspar com a rainha.

Relevantes para entrever a influência que frei Gaspar alcançou nos últimos três anos do reinado joanino são as descritivas cartas<sup>485</sup> que o conde de Assumar de Lisboa enviava ao seu pai marquês de Castelo Novo, e desde 1748 marquês de Alorna, que se encontrava na Índia. Estando o conde em necessidade de requerer junto do rei, em 13 de Abril de 1749, escreve:

“Todas as manhãs sem falta me achava no Paço a falar a Frei Gaspar e [a]o Padre Carbone umas vezes para lembrança deste requerimento e outras com recados positivos de minha mãe para El Rei cheios de lástimas e de misérias para ver se desse modo lhe movia o ânimo. E as respostas, sendo cheias das melhores esperanças, os efeitos mostravam um coração empedernido que se não abrandava com coisa alguma. Foi El-rei para S. Vicente à festa de Sta. Engrácia e disse o tio Diogo a minha mãe que era boa

---

<sup>483</sup> O mesmo autor elenca os principais intervenientes políticos nos últimos três anos do reinado joanino. “Só assim se explica que personagens tão distintas como Frei Gaspar da Encarnação e Alexandre Gusmão aparecessem agrupados do mesmo lado da barricada. Por fim, registre-se, uma vez mais, que a relevância no régio favor e no despacho não correspondia a uma investidura em ofício específico: o primeiro não o tinha e o segundo nunca foi mais do que secretário pessoal do rei. Acrescente-se que outros personagens, como o padre João Baptista Carbone (1694-1750), jesuíta e matemático napolitano que veio para Portugal em 1722, onde adquiriu ascendente junto do monarca, ou António da Costa Freire, provedor da Alfândega, continuaram a intervir em matérias importantes e que uma parte da política externa parece ter sido despachada pelo respectivo secretário de Estado, Marco António de Azevedo Coutinho.” Nuno Gonçalo Monteiro, *op. cit.*, p. 54.

<sup>484</sup> António Ferrão, *O Marquês de Pombal e os “Meninos de Pallhavã”*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1923, p. 19.

<sup>485</sup> Nuno Gonçalo Monteiro, *Meu Pai e meu Senhor muito do meu coração*, Lisboa, ICS/Quetzal Editores, 2000. Ao introduzir, nas páginas 14 e 15, Nuno Gonçalo Monteiro escreve que, nas cartas, “Destacam-se, entre outras, a descrição que fazem do favor real concedido a Frei Gaspar da Encarnação [e à protecção que este deu a seu sobrinho e à casa onde nasceu (a dos Marqueses de Gouveia) para a sucessão na de Aveiro] e a Alexandre Gusmão; a notícia do livro do Barbadinho (atribuído a Gusmão e não a Verney); ou a referência ao declínio dos validos de D. João V, antes referidos, aquando da aclamação de D. José, quando já desponta Sebastião José de Carvalho e Melo. Notável, nesse particular, é a descrição da queda em desgraça de Gusmão, que se insinua ter sido acicatada pelos «padres da Companhia»”. Os parênteses rectos nesta citação são de Nuno Gonçalo Monteiro.

ocasião de se fazerem mais algumas diligências e ele lhe pediu lhe fizesse uma carta para Frei Gaspar da qual remeto a V. Ex.<sup>a</sup> a cópia.”<sup>486</sup>

Adiante, na mesma carta, o conde de Assumar dá conta do processo de escolha do vice-rei da Índia que substituiria o destinatário da carta. Surgiam “vários sucessores e cada ministro era empenhado pelo seu”.<sup>487</sup> Muito significativamente começa por Frei Gaspar, ao dizer:

“Frei Gaspar não queria que fosse outro senão meu sogro por ter sido discípulo e ultimamente aliado de V. Ex.<sup>a</sup> e com grandes disposições militares. O príncipe, o infante seu irmão e o Padre Carbone desejavam que fosse D. Álvaro de Abranches<sup>488</sup> por saber governar sua Casa, ser aplicado e ter servido com grande zelo na Mesa da Misericórdia. O Marquês de Marialva e mais alguns adibes queriam o Marquês de Angeja<sup>489</sup> creio que por simples vontade. Entre o povo se falava no tio Coculim e Miguel João. E com estes empenhos se dificultou de tal modo o negócio que se não concluiu coisa alguma até ao presente e por último se pôs em querer El-rei a D. Álvaro e Frei Gaspar a meu sogro e nesta teima se ficará até o ano que vem, sendo-nos a nós indiferente qualquer dos dois e não nos convindo outra coisa mais que a vinda de V. Ex.<sup>a</sup> E com o que tenho visto até agora assento que o serviço de Portugal não está para homens de honra e de brio porque absolutamente nem há palavra, nem compaixão, nem justiça de casta alguma e confesso que não sei como vivo por outra parte com o coração partido em pedaços e pela outra em desesperação.”<sup>490</sup>

Ora, a expressão “e nesta teima se ficará até o ano que vem” dá bem conta do poder de frei Gaspar neste tempo. Na carta do ano seguinte, a 27 de Março de 1750, o conde de Assumar diz:

“Todos assentam firmemente que a razão fundamental da promoção das presidências foi o querer Frei Gaspar prover seu sobrinho<sup>491</sup> no Desembargo do Paço e aproveitou-se de uma desatenção que os desembargadores deste tribunal fizeram ao filho de Pedro António para com ele representar a necessidade que havia de um presidente, tendo havido ao mesmo tempo no Conselho Ultramarino uma descomposição

---

<sup>486</sup> *Ibidem*, p. 105.

<sup>487</sup> *Ibidem*, p. 106.

<sup>488</sup> Em nota de Nuno Gonçalo Monteiro pode ler-se: “D. Álvaro de Noronha Castelo Branco (1713-1752), sucessor na casa desde 1744 mas feito 4.º Conde de Valadares somente em 1749, provedor da Misericórdia de Lisboa em 1749 e Deputado da Junta dos Três Estados. O nome estará trocado por semelhança com o do tio-bisavô Bispo de Leiria e com o do tetravô.”. *Ibidem*, p. 106.

<sup>489</sup> Em nota de Nuno Gonçalo Monteiro está escrito: “D. Pedro de Noronha (1716-1788), 3.º Marquês de Angeja e 4.º Conde de Vila Verde, que veio a ser primeiro-ministro depois do afastamento de Pombal (1777) e até à sua morte. Era genro do 3.º Marquês de Marialva, pois casou em segundas núpcias em 1745 com a sua filha D. Francisca de Noronha.”. *Ibidem*, p. 107.

<sup>490</sup> *Ibidem*, pp. 106-107.

<sup>491</sup> Em nota de Nuno Gonçalo Monteiro lê-se: “Refere-se a D. José de Mascarenhas (1708-1759), filho secundogénito dos 4.º Marqueses de Gouveia e porcionista do colégio de S. Pedro da Universidade de Coimbra, que por renúncia do seu irmão primogénito, fugido da Corte por se achar envolvido numa aventura romanésca, veio a ser o 8.º Conde de Santa Cruz, o 5.º Marquês de Gouveia (1741) e, mais tarde, conforme se refere na fonte, Presidente do Desembargo do Paço e o 8.º Duque de Aveiro; seria dos principais inculcados no processo do atentado contra D. José.”. *Ibidem*, p. 129.

entre Alexandre Metelo e António de Andrade Rego e por essa razão protestar Alexandre de Gusmão que para se não expor a uma semelhante, não queria tornar mais ao dito tribunal sem que nele houvesse um presidente. E ou isto fosse sincero ou fosse por estar convocado com Frei Gaspar para se proverem os lugares o que se sabe é que destes dois motivos se serviram para representar a El-rei a necessidade que havia de execução deste negócio, tirando-lhe com isto o amor que dizem sempre lhe tiveram.”<sup>492</sup>

Alternando o tema consoante a lógica temática da carta, o conde de Assumar expressa que queria entrar ao serviço da Coroa. Apelara para isso a Marco António Azevedo Coutinho que lhe diria “que naquela matéria de que só o padre Frei Gaspar tinha poder para conseguir e ele não podia mais do que representar. Enfim aprovou o que tinha feito muito pago da minha confiança, dando-me licença para mostrar as cartas ao padre Frei Gaspar e a Carbone e a Alexandre de Gusmão, cuja diligência fez o tio Diogo por ter mais comunicação com os ditos ministros e dizem que em partindo as naus da Índia sairá a promoção.”<sup>493</sup> Adiante, o conde escreve:

“[tem] conhecido grande diferença do ministério do Frei Gaspar ao do Cardeal da Mota. Uns atribuem isto a rectidão deste ministro, outros a tapar a boca ao vulgo sobre a exaltação da Casa de seu sobrinho e a injustiça com que deram uma sentença *a seu favor* na causa do Duque de Aveiro contra ele e outros também atribuem tudo isto estar El-rei mudado de génio e estar em grande melancolia, dizendo que não quer morrer com encargos de consciência e quer contentar todos.”<sup>494</sup>

No final da carta, dando a ideia que esta ia sendo escrita num período de tempo alargado, volta ao tema da sua promoção. Refere:

“Cardeal da Cunha me aviso [sic] ontem que El-rei me queria fazer capitão e atrás recebi outro de Pedro da Mota em que me confirmava a mesma mercê para uma das Companhias vagas nos regimentos da guarnição da corte em consideração da recomendação que V. Ex.<sup>a</sup> de lá tinha feito. Fui logo no outro dia com os parentes beijar a mão em que recebi mil honras, trazendo El-rei à memória a grandeza das acções de V. Ex.<sup>a</sup> e do mesmo modo o príncipe e a rainha. Como se esperava promoção e havia muitos pretendentes e não me faltam émulos, formou-se logo um motim com que ainda anda atordoada toda esta cidade não se falando em outra coisa mais que na injustiça de não proverem os outros mais antigos, não tendo eu assentado praça. Perto de 30 *cavaleiros* tem falado ao príncipe acha-se Frei Gaspar em toda a parte com um séquito de fidalgos que em alarido contínuo o importunam com a injustiça que se lhe fez.”<sup>495</sup>

Na carta de 2 de Abril de 1751, Assumar dá conta a Alorna da queda de frei Gaspar e de Alexandre de Gusmão com a emergência do novo rei D. José:

---

<sup>492</sup> *Ibidem*, pp. 129-130.

<sup>493</sup> *Ibidem*, p. 131.

<sup>494</sup> *Ibidem*, pp. 133-134.

<sup>495</sup> *Ibidem*, pp. 147-148.

“Não me parece que poderá haver princípio de reinado com menos estrondo. A morte D’el-Rei não causou novidade pelo muito que era esperada. Encerraram-se as Majestades novas e a necessidade que havia de quem assinasse o termo da entrega do corpo D’el-Rei obrigou a fazer dois Secretários de Estado, Diogo de Mendonça e Sebastião José de Carvalho por não haver já mais que Pedro da Mota entrevado. Deu este provimento grandes motivos de murmuração pelos que pretendiam estes empregos, no número dos quais se incluiu o tio Diogo, como se disse publicamente, ainda que ele em particular nunca criticou mais do que o esquecimento que tinha havido de Alexandre de Gusmão o qual fez pública demonstração de seu sentimento de se mandar não só despedir do serviço D’el-Rei, mas pedir-lhe licença para se retirar para Castela. E estava com tanta cólera e tão preocupado que indo eu ver uns instrumentos que tinha o Guilherme, que mora em sua casa, desabafou comigo com quem não tinha o menor trato, e confesso que em muitas coisas tinha razão porque depois de uma promessa formal que diz lhe fizera El-rei defunto de o fazer Secretário de Estado em consideração ao[s] muitos anos que estava servindo disso e do Rei presente enquanto era Príncipe murmurar na dilação de seu pai em não cumprir a sua promessa, tendo necessidade disso e de conhecer que o muito que tinha servido à satisfação D’el-Rei era o que o tinha malquistado com todos e particularmente com os padres da Companhia mandar-lhe neste caso um recado em que lhe dizia que desejando merecer a aprovação da sua corte e do seu povo nas primeiras acções do seu governo o excluía a ele do cargo de Secretário por ser muito malquisto, era servir-se El-rei das razões populares causadas pelo bem que o tinha servido para a exclusão do seu serviço em um cargo onde só podia restabelecer o seu crédito e faltando-lhe a protecção de Sua Majestade rodeado de inimigos com quem pelo número não podia competir requeria o retirar-se e fugir deles, escolhendo para este efeito a corte de Castela, onde os ditos inimigos não poderiam supor que ele se valia das suas notícias para fazer dano a este reino por termos lá um embaixador e uma rainha portuguesa que o não consentiria. Eu confesso que me fez grande dó o ouvi-lo e mais que tudo a grande impressão que fez nele este sucesso e é verdade que os padres da Companhia determinadamente impugnavam tudo o que lhe parecia ser do arbítrio de Alexandre de Gusmão e para melhor o odiarem com o nosso povo em tudo achavam heresia e já publicamente lhe chamavam o protector dos sigelistas e que todo o seu fim era de fazer cismas. Não o tem malquistado menos o que aqui chamam a entrega da colónia e publicamente se disse que ele e o Padre Frei Gaspar foram comprados com somas consideráveis para a execução deste tratado e valem-se da tontice D’el-rei para a assinatura [sic] dele. [...] Depois da morte D’el-Rei se tem declarado muita gente contra o dito tratado e se vê perseguido Alexandre de Gusmão denota a de Frei Gaspar seu grande protector o qual sem embargo do pouco agrado que experimentava em El-rei continuava no Paço quase com a mesma assistência, mas como a experiência lhe foi mostrando o pouco efeito que produzia as frequentes visitas, foi-se deixando disso e só se ocupa em tratar dos meninos com quais tem havido grandes bulhas porque deixando-os reconhecidos El-rei seu pai não tem querido até ao presente a rainha viúva que se declarem, mas ainda que Sua Majestade conserva sempre grande ódio a todo o bastardo não é com aborrecimento tão geral que não seja exceptuado o filho do Infante D. Francisco que tem merecido o seu valimento com que o exaltou ao grau sublime em que se acha.”<sup>496</sup>

---

<sup>496</sup> *Ibidem*, pp. 155-158.



Após um primeiro momento do reinado de D. José em que a antipatia régia por frei Gaspar não se sentia, esta afastaria progressivamente frei Gaspar do seu quotidiano no Paço. Em carta, o núncio Tempí escreveria ao cardeal secretário de Estado de Roma a 4 de Agosto de 1750, 5 dias após a morte de D. João V:

“[o novo rei] ha gia tenuto varie conferenze segrete cõ Signori Cardinali da Cunha e Patriarca e delle altre poi có medesimi E~mi; ed intervento anche del Padre Gaspare il quale seguita à frequentare il Palazzo, com’era accostumato.”<sup>497</sup>

No seu elogio fúnebre, sabe-se que:

“se lhe encarregarão por altos, e irresistíveis preceitos, matérias muito importantes para o governo politico, e temporal; descansando por este modo nos hombros de tanto Athlante a mayor parte dos negocios deste Reyno. Repugnava o seu Estado todo religioso, e o seu animo todo mansueto o encargo, que se lhe fazia; the que de obrigado respondeo com a obediencia, ao que não podia com a repugnancia. Claramente conheceo este Reyno, e as suas conquistas, quãto lhe resultou em proveito, ter hum primeiro Ministro de tanto zelo, e rectidaõ. Tiveraõ os pertendentes feliz despacho nos seus requerimentos; os que soffriaõ injustiças o desaggravo nas suas contendas, os miseráveis amparo, os necessitados remédio, os afflictos desafogo, os perseguidos socêgo, e todo o povo summa concórdia. Era em fim para todos huma mesma a justiça. Todo o saber humano se reduz ao acerto de huma sabia eleição. Para qualquer menos importante emprêgo se deve procurar, quem o desempenhe; e que será para aquelle de que depende a quietação dos povos, e da républica? Todas as circunstancias, e qualidades devem concorrer na pessoa, a cujo cargo se fiação grandes cousas. Hum bom discurso próprio he a chave mestra do coração alheyo.”<sup>498</sup>

Gaspar da Encarnação morreria a 21 de Novembro de 1752 assaltado de um “acidente apopléctico”. As suas exéquias foram no Mosteiro de S. Vicente de Fora, onde foi sepultado, a que assistiu “toda a Nobreza, e Fidalguia desta Côrte com immenso povo em todos se conhecia hum natural sentimento de tanta perda.”<sup>499</sup>

Em conclusão, podemos afirmar alguns pontos relativos a frei Gaspar da Encarnação na sua relação com o poder régio. Enquanto jovem, quatro anos mais velho que D. João V terá sido com certeza, dada a dimensão da sua profissão no Varatojo, amigo do rei. O seu início de carreira fulgurante como deão da sé de Lisboa e o facto de ser cogitado para cardeal revelam, além de uma competência certa, uma relação de amizade. Uma boa relação com o homem mais poderoso do reino que o elevava para além da sua natureza social de aristocrata. Este factor é determinante no entendimento da sua vida.

---

<sup>497</sup> Eduardo Brásão, *D. João V – Subsídios para a história do seu reinado*, Porto, Portucalense, 1945, pp. 189-190.

<sup>498</sup> *Elogio funebre do Reverendissimo Senhor Fr. Gaspar da Encarnação [...]*, 1753, pp., 18-19.

<sup>499</sup> *Elogio funebre do Reverendissimo Senhor Fr. Gaspar da Encarnação [...]*, 1753, pp., 22-23.

A participação activa nas querelas heréticas da sua época, defendendo a Igreja, é um elemento importante. A par dela, o episódio relatado por Merveilleux pintam um homem preocupado com a salvação e com influência e autoridade moral sob os comportamentos do rei.

Conhecendo a carta de D. João V para o cardeal da Mota de 9 de Janeiro de 1739, afirmamos que frei Gaspar terá sido consultado para questões de natureza política pelo menos desde essa data. Terá tido uma presença discreta mas constante até à morte do cardeal da Mota quando se afirma no poder como o novo ministro. A correspondência de Assumar para o seu pai Alorna revela bem esta dimensão que de qualquer forma se encontra presente no elogio fúnebre de frei Gaspar. É no feixe temporal que vai da morte do cardeal da Mota ao progressivo afastamento do Paço no primeiro ano do reinado de D. José que se dá esta afirmação de frei Gaspar da Encarnação como primeiro homem do governo. Na carta de 1751, Assumar afirma que frei Gaspar era o “grande protector” do atacado Alexandre de Gusmão. Ambos de um ministério que terminara com a morte do rei. A queda de frei Gaspar revela, acima de tudo, a importância da sua relação pessoal com D. João V. Revela a confiança régia como vínculo proeminente na possibilidade de acção na mais alta política portuguesa.

## ALEXANDRE DE GUSMÃO

Alexandre de Gusmão foi objecto de alguns estudos. Desde logo, o estudo de Jaime Cortesão<sup>500</sup> nos anos cinquenta de noventa e mais tarde, o de Luís Ferrand de Almeida.<sup>501</sup> Em contraste com outros homens que se destacaram no mesmo período, Alexandre de Gusmão suscita comprovado interesse historiográfico, sobretudo pelo papel fundamental que teve na elaboração do Tratado de Madrid e, por essa via, na delimitação das fronteiras da América Portuguesa. No entanto, o historiador que tente documentar-se sobre esta personagem reparará de imediato em algumas limitações. Pois, esta pouco ou nada aparece nas gazetas e surge quase invisível em vários relatos e memórias da época. Quando escreveu, Jaime Cortesão fez uso de correspondência, a do próprio Alexandre de Gusmão e outras, como a trocada entre Martinho de Mendonça de Pina e Proença e António Gomes Freire de Andrade nos anos trinta de setecentos. Na sua obra, procurou contextualizar a dimensão política de Gusmão para compreender como pôde ter tanta influência no Tratado de Madrid. Para isso, percorreu a sua vida, tentou encaixá-lo socialmente como letrado, brasileiro, estrangeiro, suposto cristão-novo, e procurou ver os momentos de maior influência junto do rei em relação a um alegado rival em ascensão nos anos trinta de setecentos, o cardeal da Mota. Nestes aspectos, a nossa perspectiva tem bastante em comum com a de Jaime Cortesão. Buscamos compreender a relação entre o rei e Alexandre de Gusmão, a forma da envolvência de Gusmão na dinâmica cortesã e a sua representação social. No entanto, por conter um encadeamento lógico tão nítido e passo-a-passo tão bem documentado, *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid* é difícil de ultrapassar ou, mesmo, de completar ainda que apenas com perspectivas diferentes. Certo é que algumas das categorias sociais há pouco enunciadas não se usam hoje em dia ou estão mais problematizadas<sup>502</sup> mas, abstraindo-nos dos conceitos próprios de cada época

---

<sup>500</sup> Jaime Cortesão, *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid*, Lisboa, Livros Horizonte, 1984 [ed. original 1952-56].

<sup>501</sup> Luís Ferrand de Almeida, *Alexandre de Gusmão, o Brasil e o Tratado de Madrid (1735-1750)*, Coimbra, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1990.

<sup>502</sup> Jorge Borges de Macedo, «*Estrangeirados*», *um conceito a rever*, Lisboa, Edições do Templo, 1979; Luiz Felipe de Alencastro, *Trato dos Videntes: formação do Brasil no Atlântico Sul*, São Paulo, Companhia das Letras, 2000. Nesta obra o autor, pensa os habitantes da América portuguesa nos séculos XVI e XVII, a que dá o nome de “brasílicos”. Talvez, esta obra de Alencastro, seja o exemplo mais emblemático mas não será preciso reflectir muito para ter noção do volume historiográfico dedicado ligado à América Portuguesa com que se conta hoje em dia e com o qual Jaime Cortesão não contava

historiográfica, a obra tem muita validade pela clarividência com que expõe e liga os factos e documentos. Assim, tendo em conta o estado da historiografia no tocante a Alexandre de Gusmão, ou seja, a existência de uma obra, ou talvez duas, com carácter sumário, atentemos na síntese com que, em 2011, Júlia Platonovna Korobtchenko o descreve:

“Alexandre de Gusmão nasceu no Brasil, na vila de Santos, em 1695 e morreu em Lisboa, em 1753<sup>503</sup>. Filho de Francisco Lourenço e de Maria Álvares. Durante a sua vida teria sempre ligação com os assuntos políticos da sua terra natal. Estudou na Baía no Seminário de Belém (Companhia de Jesus) entre 1702 e 1706 e Filosofia e Retórica no Colégio da Baía. Regressou ao Reino em 1708 matriculando-se na Universidade de Coimbra, no curso de Cânones, em 1712, que foi interrompido em 1714 pela nomeação para secretário da embaixada do Conde da Ribeira Grande. Em Paris frequentou o curso de Leis na Universidade de Sorbonne, contactando com as correntes do iluminismo vigentes na Europa. Em 1717 foi nomeado Agente em Paris. Em 1719<sup>504</sup> após o regresso a Portugal adquiriu o grau de bacharel na Universidade de Coimbra. Foi Embaixador em Roma (1720-1727) e de volta a Portugal foi encarregue da correspondência pontifícia. Em 1722 foi feito fidalgo cavaleiro e teve ofícios na ouvidoria do Ouro Preto de Minas Gerais (1733). A partir de 1730 passou a exercer a função de secretário próximo do Rei sendo responsável pela correspondência com o Estado do Brasil e Roma (1734). Foi membro da Academia Real de História (1732), conselheiro da Fazenda Real (1734) e do Conselho Ultramarino (1743). No ano de 1744 casou-se com D. Isabel Maria Teixeira Chaves. Podemos encontrar referência da sua proximidade real na correspondência do Senhor de Montagnac, cônsul francês em Lisboa, que designou Alexandre de Gusmão como Secretário particular do rei, ou espécie de ministro, no entanto referindo-se aos assuntos de Roma. Assim como na correspondência do Conde de Galveias com Martinho Mendonça. Contribui muito para a gestão dos assuntos do Brasil, introduzindo novas reformas, sendo que os seus conhecimentos da sua

---

quando escrevia a sua referida obra. Os “letrados” também contam com mais trabalhos hoje em dia mas parece-nos um conceito operacional e quanto aos cristãos-novos não há dúvida que a historiografia muito evoluiu e problematizou desde os anos cinquenta de noventa.

<sup>503</sup> Alexandre de Gusmão morre com gota a 31 de Dezembro de 1753 com 58 anos. *Elogio de Alexandre de Gusmão, Cavalleiro Professo na Ordem de Christo, Fidalgo da Casa Real, e Academico do numero da Academia Real*, Leo Miguel Martins de Araujo, Lisboa: M.DCC.LIV, Na Offic. De Joseph da Costa Coimbra [1754], p. 19.

<sup>504</sup> Pedro José da França Pinto dos Reis confirma que a formação em Cânones na Universidade de Coimbra foi concluída a 22 de Julho de 1719. Aliás, preocupado com a documentação e evidência jurídica, afirma que “Não podemos atribuir a Alexandre de Gusmão nenhuma figura específica em moldes de Conselheiro porquanto não encontramos nomeação para o efeito. A sua pegada está mal traçada e por esse facto não podemos aduzir mais que a simples informação de que fôra um privado d’El-Rei, e talvez nessa acepção exercera funções dentro da administração central, sem contornos definidos.” Na bibliografia da obra de Pedro dos Reis não consta a referida obra de Jaime Cortesão. Pedro José da França Pinto dos Reis, *Conselheiros e Secretários de Estado de Portugal de D. João IV a D. José I (Subsídios para o seu estudo sócio-jurídico)*, Coimbra, Faculdade de Letras – Universidade de Coimbra, 1987, p. 275.

terra natal, aliados à sua cultura, levaram ao seu grande contributo para o projecto do Tratado de Madrid do qual Portugal saiu triunfante.”<sup>505</sup>

Korobtchenko não menciona o irmão mais velho de Alexandre. Porém, o padre Bartolomeu de Gusmão vem primeiro para a Corte que o seu irmão Alexandre e torna-se conhecido pelo seu projecto da *passarola*. No último dia de Abril de 1709, José Soares da Silva noticia:

“Temos tambem de nouo o tornar a esta terra aquelle celebre estudante americano, que aqui esteue os annos atraz, prometendo o desempenho daquellas raras, e famozas concluzões que offerecia e agora vem ja com ordens da cam.<sup>a</sup> do Brazil, e tornou a pouzar em caza do Marquez de Fontes, de donde fez agora a ElRey huma proposiçam tam noua como inesperado o arbitrio que nella insinua e vem a ser: que elle promete fazer hum engenho para uoarem os homens, os animais, os nauios e tudo o mais sensiucl, e insensiucl, que de sua naturezanão he uolatil, para se entroduzirem socorros nas praças, sem os poderem impedir os inimigos, e outras couzas semelhantes determinando a qualquer pessoa poder uoar cada dia duzentas legoas: he valente andar, que he o de que me espanto que de voar muito e na nossa terra não poderia tello, pois cada dia se uerá nella semelhantes monstruosidades ainda uem a bom tempo o arbitrio em anno tam caro para as gentes e para as bestas, que puderão escuzarse muitas carruagens, mas tirarão o ganho aos recoueiros, e as goteiras, e frestas não estarão seguras.”<sup>506</sup>

Adiante, prossegue:

“O engenheiro uolante já não gasta papeis, senão arames na fabrica do seu inuento dizem ter gasto muito, e ja passou pela chancelaria o seu Aluará, em que ElRey lhe concede o priuilegio de que sé elle possa quebrar as perna ou os narizes, como lhe fizer mais geito, e os mais o não possão fazer sob pena de morte; eu cuidaua, e ainda cuido, que sem que ElRey o dissesse, encorrerião nella, e tambem que o tal Padre o poderia fazer, sem que ElRey lho mandasse.”<sup>507</sup>

A 15 de Maio, Soares da Silva volta a mencionar Bartolomeu de Gusmão quando diz:

---

<sup>505</sup> Júlia Platonovna Korobtchenko, *A Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra. A Instituição, os Instrumentos e os Homens. (1736-1756)*, Lisboa, Faculdade de Letras – Universidade de Lisboa, 2011, p. 29; Na mesma página e para redigir este texto, a autora diz ter usado: “Jaime Cortesão, *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid*, pp. 83-84. José Subtil, *O Terramoto Político (1755-1759)*, *Memória e Poder*, Lisboa, EDIUAL, 2007, p. 42. Vide, Luís Ferrand de Almeida, *Alexandre de Gusmão, o Brasil e o Tratado de Madrid (1735-1750)*, Coimbra, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1990. Maria Inácio Cunha, “Alexandre de Gusmão. Diplomata e Secretário de D. João V”, *Portugal no século XVIII. De D. João V à Revolução Francesa*, Lisboa, Universidade Editora, 1991, pp. 519-523. Luís Ferrand de Almeida, “Alexandre de Gusmão”, *Dicionário de História de Portugal*, Vol. III, [s.l.], Iniciativas Editoriais, reimp. 1979, pp. 181-183.”

<sup>506</sup> A notícia aparece referida como sendo de “31 de Abril de 1709”. Ora, Abril tem trinta dias. José Soares da Silva, *Gazeta em forma de carta* Tomo I, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1933, p. 191.

<sup>507</sup> *Ibidem*, p. 194.

“O Voador não quis a quinta do Duque de Aveiro e foy para a del Rey em Alcantara, que diz he mais acomodada paraa fabrica do seu invento.”<sup>508</sup>

.Quinze anos mais tarde, em 1724, o panorama mudara e o conde de Povolide escreve:

“Bertolomeu Lorenzo, clérigo natural do Brazil onde entrou a ser padre da Companhia e foi expulso, noticioso de ciências e línguas, mas de máquinas mal aplicadas, chamado de alcunha o Voador, por persuadições que quis praticar rediculamente, que por ciências podião homens andar pelo ar, tem entrada no Paço, e favor do Marquês de Abrantes, Camarista de Sua Magestade, e desapareceu desta Corte e foi para França, a Paris, aonde com remédios que inventou parar curar se sustentou, e tinha seu irmão Alechandre de Gusmão no serviço do Conde da Ribeira Embaxador de Portugal. Tornarão para Lixboa com o dito Embaxador e com a Embaxatriz que despois veio, intentou e conseguiu o Voador as entradas no Paço com mais frequência que de antes, e compunha as livrarias de Sua Magestade e dava arbítrios, e via e fazia papéis, e seu irmão Alechandre de Gusmão foi mandado a Roma com carácter e grande mesada, e que o nosso Embaxador em Roma lhe desse mesa e carruagem, cómoda, e saído nos últimos dias deste mês de Setembro, fugio o Voador com um irmão seu, frade do Carmo da Província do Brazil, e começarão a aparecer a credores a quem tinha tirado dinheiro emprestado, que não faltava quem lho emprestasse, e falão já em coarenta mil cruzados de dívidas, e dizem que era feiticeiro que era hereje que judiava, e se diz muito mal dele. Dispois veio notícia que estava em Madrid.”<sup>509</sup>

Apesar do padre Bartolomeu de Gusmão ter tido fama de judaizante, como se vê no texto de Povolide, e de ter, assim, sido fundamento para levantar a mesma suspeita sobre Alexandre, Bartolomeu emerge no elogio fúnebre de Alexandre de Gusmão em 1754. No elogio, começa-se por falar da educação de Alexandre junto dos jesuítas, de Alexandre de Gusmão ser o nome de um famoso jesuíta seu familiar e dos seus estudos em gramática, latim e filosofia.<sup>510</sup> No seguimento, surge a referência ao *Voador*, assim:

“Merecia na Corte géral estimação do Rey, e da Nobreza seu irmão Bartholomeu Lourenço, Presbytero secular, de cuja eloquencia, e estudos se conservará sempre com respeito a memoria. Recebe-o Alexandre de Gusmaõ na sua companhia, tendo-o mandado vir da sua Patria, e penetrado a rara capacidade, e fundo de juizo, de que era dotado, lhe ensinou algumas línguas vivas, em que era instruído, e não menos nos utilíssimos estudos da Mathematica em toda a sua

---

<sup>508</sup> *Ibidem*, p. 198.

<sup>509</sup> Tristão da Cunha de Ataíde, *op. cit.*, p. 368.

<sup>510</sup> *Elogio de Alexandre de Gusmaõ, Cavalleiro Professo na Ordem de Christo, Fidalgo da Casa Real, e Academico do numero da Academia Real*, Leo Miguel Martins de Araujo, Lisboa: M.DCC.LIV, Na Offic. De Joseph da Costa Coimbra [1754], pp. 2-3.

extensão, em que excedia os estudiosos do seu tempo em Portugal, e de que algumas demonstrações, que executou, recebêrao do vulgo nomes bem estranhos, que foraõ ouvidos pelos Eruditos com desprezo. Que utilidades não tirou Alexandre de Gusmão deste ensino!”<sup>511</sup>

Foi então através do seu irmão que Alexandre de Gusmão, nascido na América portuguesa, é introduzido em Lisboa, na Corte portuguesa. Voltando ao texto de Tristão da Cunha de Ataíde, estando em 1724 em Roma ao pé do embaixador conde das Galveias André de Mello e Castro e de Pedro da Mota e Silva, Alexandre de Gusmão só volta à Corte portuguesa no fim da década de vinte de setecentos. Ainda era novo, com cerca de trinta e cinco anos, quando se torna secretário particular de D. João V em 1730. Surge nas *Gazetas Manuscritas* pela primeira vez a 5 de Março de 1732. Assim, lê-se:

“Em lugar do académico Antonio Rodriguez da Costa que escrevia em latim a historia eclesiástica das conquistas foi nomeado Alexandre de Gusmão, e El Rey o confirmou.”<sup>512</sup>

A 18 de Março, o conde da Ericeira reporta:

“Fesse no Paço a Academia donde foi recebido Alexandre de Gusmão, o Conde da Ericeira lhe fez o primeiro Elogio, e deu conta dos seus estudos, o discurso do novo Academico foi universalmente louvado”<sup>513</sup>

A *Bibliotheca Lusitana* confirma a entrada de Alexandre de Gusmão na Academia Real da História a 18 de Fevereiro de 1732.<sup>514</sup> A 20 de Janeiro de 1733, diz-se:

“No Paço se prepara hum grande teatro para tres operas que compôs Alexandre de Gusmão”<sup>515</sup>

A 7 de Janeiro de 1740, a *Gazeta de Lisboa* diz que Alexandre de Gusmão esteve na Academia. A 2 de Março de 1740, Gusmão agradece a Barbosa Machado tê-lo escolhido para fazer parte da *Bibliotheca Lusitana*.<sup>516</sup> A 10 de Setembro do mesmo ano, na gazeta de Luiz Montez Mattozo lemos o seguinte:

---

<sup>511</sup> *Ibidem*, p. 4.

<sup>512</sup> *Gazetas Manuscritas da Biblioteca Pública de Évora. Vol. II (1732-1734)*, João Luís Lisboa; Tiago C. P. dos Reis Miranda; Fernanda Olival, Lisboa, Edições Colibri; CIDEHUS-EU e CHC-UNL, 2005, p. 72.

<sup>513</sup> *Diário de D. Francisco Xavier de Menezes 4.º Conde da Ericeira (1731-1733) Apresentado e anotado por Eduardo Brazão da Academia Portuguesa da História*, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1943, p. 126.

<sup>514</sup> Diogo Barbosa Machado, *Bibliotheca Lusitana* [...] tomo I, Coimbra, Atlântida, 1965-1967, Edição fac-similada [Fac-simile da edição de 1741, de Lisboa, Oficina de António Isidoro da Fonseca], p. 97.

<sup>515</sup> *Gazetas Manuscritas da Biblioteca Pública de Évora. Vol. II (1732-1734)*, João Luís Lisboa; Tiago C. P. dos Reis Miranda; Fernanda Olival, Lisboa, Edições Colibri; CIDEHUS-EU e CHC-UNL, 2005, p. 193.

<sup>516</sup> BNP Mss. 218 nº 9, carta 23.

“NA Quarta feyra 7 do corrente, em que a Raynha nossa Senhora cumpriu 57 annos de idade, se vestiu a Corte de gala, e concorreu ao Paço a cumprimentar a Suas Magestades, e Altezas, beijando-lhes as mãos, o que pela mesma occasiam fizeram os Ministros Estrangeyros, e Prelados.

No mesmo dia se ajuntou a Academia Real no Paço, sendo Director da sua Assembleia Alexandre de Gusmão, Fidalgo da Casa Real, e Cavalleyro da Ordem Christo, que recitou hum panegyrico muy erudito das grandes virtudes da mesma Raynha nossa Senhora.”<sup>517</sup>

As gazetas nem sempre reportavam as aparições académicas de Alexandre de Gusmão, podendo uma aparição constar num periódico e não noutro. No entanto, note-se que, no elogio fúnebre que lhe é dedicado, a vertente de académico é das que mais se releva no seu percurso como, aliás, consta logo na folha de rosto do elogio. Veja-se o que leu Miguel Martins de Araújo:

“Restituido á pátria, conservou na géral estimação o bom nome, que tinha adquirido nos estranhos. O grande Rey, de quem seria a saudade interminável, a não nos deixar no nosso Fidelissimo Monarcha hum digno successor das suas virtudes, tinha erigido a Real Academia, cuja reputação tem entre os Eruditos hum corpo muy respeitável recebendo os Heróes, de que foi sempre abundante a Nação Portugueza, huma fama gloriosa, livre da ruina do tempo. Alexandre de Gusmão substituiu hum lugar dos cincoenta numerários daquelle real Congresso, e lhe foi comettido escrever na Lingua Latina a Historia do Principado do Brasil. Deu as contas dos seus estudos naquella real Assembléa com huma tal exacção, e tão bem escriptas, que dellas sempre lhe resultava ser ouvido com respeito igual aos nossos melhores Escriptores.”<sup>518</sup>

Já antes, o mesmo leitor tinha proferido:

“Isto fez elle, e na Collecção das Obras da Real Academia da Historia Portugueza se lem muitos testemunhos da sua applicação. Neste Douto, e Real Congresso já mais foi ouvido, sem que se sentisse aquelle feliz effeito, que he inseparável dos homens Eloquentes, atrahindo insensivelmente seus Illustrissimos Collegas, penetrados da força, e viveza, com que dizia seus discursos.”<sup>519</sup>

Sem dúvida, Alexandre de Gusmão é marcadamente um académico mas, logo em 1733, outro elemento se torna decisivo e definidor do seu percurso. Gusmão passou a estar

---

<sup>517</sup> Luiz Montez Mattozo, *Ano Noticioso E Historico* Tomo II, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1938, p. 69.

<sup>518</sup> *Elogio de Alexandre de Gusmão, Cavalleiro Professo na Ordem de Christo, Fidalgo da Casa Real, e Academico do numero da Academia Real*, Leo Miguel Martins de Araujo, Lisboa: M.DCC.LIV, Na Offic. De Joseph da Costa Coimbra [1754], p. 11.

<sup>519</sup> *Ibidem*, p. 7.



encarregue dos negócios da América Portuguesa. A 18 de Agosto desse ano, aparece o seguinte:

“Alexandre de Gusmão tinha hum o officio nas Minas, que rendia mais de dês mil cruzados e lhe tinham tirado a metade por sentença e a propriedade mas tudo El Rey lhe restetuihu por hum honrado decreto.”<sup>520</sup>

Também nas *Gazetas Manuscritas*, surge a 20 de Outubro de 1733:

“Para as Minas Geraes se tem dado vários arbitrios nascidos de re [*sic*], que cauzou a noticia que dava o Conde das Galveas de que não entrava ouro na caza da fundição pella ordem que levou de que se tornarem a pagar a El Rey os vinte por 100 do eu quinto hum destes arbitrios sobre que El Rey tem mandado ouvir muitos menistros e pessoas particulares de que he autor Alexandre de Gusmão”<sup>521</sup>

Desta forma, sabemos que Alexandre de Gusmão tratava dos negócios de Minas Gerais e que tinha interesse pessoal pois recebia rendimento de um ofício de lá. Assim e referindo a obra de Jaime Cortesão, três autoras dizem que “se era conhecido o papel de Alexandre de Gusmão na alteração do sistema fiscal na colónia, introduzindo a capitação e maneo, ignorava-se que os seus contactos no Brasil o tornaram parte ativa nas remessas de ouro. Talvez por isso, a sua perceção sobre os meandros dos descaminhos do ouro tenha merecido crédito de D. João V e, apesar de todas as tensões e vozes contrárias, os seus pareceres e instruções lograram a implementação e perpetuação de uma polémica reforma na fiscalidade do ouro.”<sup>522</sup> D. João V quis reformular a estrutura que controlava o ouro e os diamantes na América Portuguesa. Sobre isto, o historiador Jaime Cortesão diz que “nomeia para o Brasil, não há negá-lo uma plêiade de funcionários excelentes. Chama a si a resolução dos negócios do Brasil, que passa a despachar com Alexandre de Gusmão, isto é, com um brasileiro-nato, primeira condescendência de maior alcance. E começa esse despacho, entregando-lhe ou consentindo que ele estude – o quê? – a solução do mais grave problema do Brasil e da Metrópole, o da tributação do ouro e dos diamantes.”<sup>523</sup> A centralidade da América

---

<sup>520</sup> *Gazetas Manuscritas da Biblioteca Pública de Évora. Vol. II (1732-1734)*, João Luís Lisboa; Tiago C. P. dos Reis Miranda; Fernanda Olival, Lisboa, Edições Colibri; CIDEHUS-EU e CHC-UNL, 2005, p. 271.

<sup>521</sup> *Ibidem*, pp. 288-289.

<sup>522</sup> Leonor Freire Costa, Maria Manuela Rocha e Rita Martins de Sousa, *O Ouro do Brasil*, Lisboa, INCM, 2013, p. 130.

<sup>523</sup> “O testamento político de António Rodrigues da Costa deve datar de Janeiro de 1732; em Março desse ano D. João V nomeia governador de Minas, o Conde das Galveias, homem de equilibrado bom senso,

Portuguesa na política joanina é notória ao verificar estas nomeações. Ora, “os negócios do Brasil” passam a ser despachados por Alexandre de Gusmão e como assinala Cortesão trata-se da “primeira condescendência de maior alcance”. Também, o historiador Luís Ferrand de Almeida, na sua obra, assinala que coube a Alexandre de Gusmão “desde 1731 a maior parte do despacho dos negócios de Roma e desde 1735 o das outras cortes, embora, a partir de 1740, esse fosse dividido com o cardeal da Mota, até ao falecimento do purpurado, em 1747. De maior interesse para o aspecto que nos importa é o sabermos que foi também encarregado dos despachos da secretaria de Estado para o Brasil, tarefa igualmente partilhada com o Cardeal, mas por fim inteiramente nas suas mãos após a morte deste.”<sup>524</sup>

Através de um requerimento de 23 de Fevereiro de 1731, consegue-se penetrar na “intimidade do Paço, onde o secretário do rei goza da facilidade de transmitir-lhe directamente, por voz e por escrito, os seus requerimentos. Sem o prévio mandado ou autorização real, não se atreveria o áspero e formalista Secretário de Estado a exorbitar dos trâmites burocráticos. Mais que à autorização, temos razões para supor que Diogo de Mendonça teria obedecido a ordem expressa do monarca. O Secretário de Estado não podia ver com bons olhos que o secretário particular do Rei usurpasse, talvez a essa data com frequência, as suas funções.”<sup>525</sup> Por volta dos anos de 1733 e 1736, o “secretário de El-Rei, já então Cavaleiro de Cristo e fidalgo da Casa Real, procurava aristocratizar-se, cultivando um género aristocrático, e tornar-se cada vez mais indispensável ao Paço,

---

consciência recta e inconcussa probidade; e de São Paulo, outro excelente servidor, o Conde de Sarzedas. Ao mesmo tempo escolhe para intendente do Serro do Frio ou seja da produção de diamantes, o modelo mais acabado do funcionário austero e íntegro, Rafael Pires Pardini; e no ano seguinte, para auxiliar nas suas tarefas ao novo governador das Minas e àquele intendente, Martinho de Mendonça de Pina e de Proença, um dos mais altos e cultos espíritos do seu tempo em Portugal, desfazendo-se assim dum dos seus servidores directos, em palácio. Ainda nesse mesmo ano, a 25 de Abril de 1733, nomeava governador e capitão-geral do Rio de Janeiro, que evoluía rapidamente para centro administrativo do Brasil, a um dos melhores governadores do tempo da Colónia, Gomes Freire de Andrade. Também por esse tempo mandava para o Brasil um dos melhores engenheiros e cartógrafos da corte, José da Silva Pais, que tanto viria a ilustrar-se em Santa Catarina, no Rio Grande de São Pedro e na Colónia de Sacramento.” Jaime Cortesão, *op. cit.*, p. 414.

<sup>524</sup> “Que o seu trabalho ultrapassava as simples funções burocráticas é o que nos parece evidente se lembrarmos que já em 1733, perante os graves problemas financeiros, económicos e sociais suscitados pelo sistema de tributação usado nas minas de ouro do Brasil (os «quintos»), Gusmão propôs a sua substituição por uma forma de capitação dos escravos e censo ou maneiio dos livres, com vista a evitar os inconvenientes referidos. A proposta esteve em discussão durante mais de dois anos, enquanto o seu autor respondia a numerosas objecções e críticas, até obter finalmente aprovação régia. Mas foi sobretudo a partir de 1735-1737 que se acentuou o valimento de Alexandre de Gusmão junto de D. João V e que adquiriu maior relevo a sua actuação política, precisamente nas negociações relacionadas com os problemas do Brasil e do Rio da Prata.” Luís Ferrand de Almeida, *Alexandre de Gusmão, o Brasil e o Tratado de Madrid (1735-1750)*, Coimbra, Instituto Nacional de Investigação Científica e Centro de História da Sociedade e da Cultura da Universidade de Coimbra, 1990, p. 27.

<sup>525</sup> Jaime Cortesão, *op. cit.*, p. 395.

pela multiplicidade de talentos e serviços.”<sup>526</sup> Por morte do irmão, Alexandre era escrivão da Ouvidoria de Vila Rica de Ouro Preto e viria a juntar o ofício de tabelião da mesma vila. Jaime Cortesão afirma que “Estes «vários empregos», se conseguirmos interpretar a expressão na sua plenitude, é que explicam o generoso decreto real de 12 de Agosto [de 1733]. Não obstante as queixas de Alexandre de Gusmão, ficamos sabendo que o monarca, concedendo-lhe a propriedade dum dos ofícios de escrivão e a de tabelião de Vila Rica, saltava sobre dois tribunais, um dos quais, o Conselho Ultramarino, manifestamente hostil à pretensão, e um segundo, para que este apelara, e dera sentença desfavorável.” Assim, com segurança, o mesmo historiador conclui que “Alexandre de Gusmão, além de secretário, alcançara, pelos seus grandes méritos e serviços, a situação de valido junto do monarca. E bem extraordinários haviam de ser os seus talentos e préstimos, para que o irmão do Padre *Voador* conquistasse aquela posição, após o dramático escândalo da fuga do apóstata e da sua morte em Toledo.”<sup>527</sup> Não podendo ser pouco o que auferia como secretário do rei e somando o seu rendimento como escrivão-tabelião de Vila Rica de Ouro Preto, pode-se entrever em Alexandre de Gusmão a “sua posição de valido, por um dos aspectos mais tangíveis, o da fruição das benesses reais e da prosperidade exterior.” Cortesão vê neste valimento uma reacção de ciúme e despeito “entre a parte mais castiça e ortodoxa da Corte de D. João V. Desses sentimentos ficaram largos traços nos pareceres e correspondência escrita durante a discussão e a aplicação do novo sistema, proposto por Gusmão. Conforme a lógica das situações recíprocas, a reacção mais visível parte dos oficiais do mesmo ofício, lesados na preponderância perdida ou a que julgavam ter direito: o Secretário de Estado, Diogo de Mendonça Corte Real e o bibliotecário do Rei, ex-agente diplomático em Espanha, e encarregado de executar nas Minas o sistema da capitação – Martinho de Mendonça de Pina e de Proença, homem de cultura vasta e estrangeirada e inteligência penetrante, mas com certos lados mesquinhos de carácter.”<sup>528</sup>

Martinho de Mendonça partiu para Minas por volta de 1733 quando D. João V o encarregou “de estudar *in loco* as possibilidades de aplicar a capitação e de consultar, para isso, os melhores interessados.”<sup>529</sup> Uma vez adoptado o novo sistema de capitação,

---

<sup>526</sup> *Ibidem*, p. 405.

<sup>527</sup> *Ibidem*, pp. 431-432.

<sup>528</sup> *Ibidem*, pp. 433-434.

<sup>529</sup> *Ibidem*, p. 440.

em 1735, “contam-se por dezenas as referências de documentos a cartas de Gusmão ou a resposta a cartas suas sobre a execução do sistema de capitação, em substituição aos quintos do ouro, e das alterações e substituição, no que respeita aos diamantes, pela formação de uma companhia. Dessas cartas se depreende que Alexandre de Gusmão continua a despachar, com exclusão completa ou quase completa do Secretário de Estado, os negócios de Minas e que, à sombra desta circunstância, conseguiu fazer nomear muitos dos seus protegidos para cargos oficiais da capitania. Em carta de 28 de Julho de 1736, Martinho de Mendonça, escrevendo a Gomes Freire [governador do Rio de Janeiro] e referindo-se às nomeações recentes, comunica: «Plácido de Almeida é coisa do Sr. Cardeal da Mota e dos mais cuido que todos, menos Bento António, vêm satisfeitos de Alexandre de Gusmão». E comenta: «Eu já não espero aviso pelo muito que recomendei...»”.<sup>530</sup> Antes da morte de Diogo de Mendonça Corte Real, já Martinho de Mendonça mencionava a ascensão do novo “valido” Alexandre de Gusmão. Assim, numa carta de 7 de Junho de 1734, que Martinho de Mendonça dirige a Gomes Freire de Andrade, pode ler-se:

“Veja V. Ex.<sup>a</sup> as circunstâncias em que me acho, no perigo de desagradar a ambos os partidos, mas caia o mundo sobre mim e não falte eu ao que devo: consola-me que todo o poder dum valido [Alexandre de Gusmão] se conjurou já para destruir-me, e que saí da contenda com pouca perda de cabedal e bastantes lucro de crédito. Conhecemos bem o amo que servimos, e cuido que ele nos conhece a nós, e isto deve dar a todos grande ânimo”<sup>531</sup>

Sobre o impacto da ascensão de Alexandre de Gusmão, Jaime Cortesão diz que a “anormalidade desta situação explica-se, a nosso ver, antes de mais nada, pelas más relações entre o secretário particular dum lado, e do outro, o Secretário de Estado e o Conde das Galveias. A Diogo de Mendonça repugnava enviar ou subscrever e ao Conde-governador receber e cumprir as instruções elaboradas e redigidas por um homem, que reputavam socialmente inferior e sem os méritos do sangue ou dos serviços que justificassem semelhante inversão de posições. Desta arte, e graças ao amuo dos dois magnates, Alexandre de Gusmão tornou-se, na ordem das realidades, o verdadeiro Secretário de Estado para o Brasil. Vamos ver que os negócios de maior peso de Minas

---

<sup>530</sup> *Ibidem*, pp. 454-455.

<sup>531</sup> Citado *in Ibidem*, p. 460. Na mesma página e a propósito da carta, Jaime Cortesão comenta: “Seja como for, Martinho de Mendonça cala um nome, na certeza de que o governador do Rio de Janeiro o subentenda. Estas lutas de galos na Corte, para treparem ao poleiro do valimento e do poder, haviam de conhecer-se no Brasil e aqui tornar-se objecto de comentários e partidos, entre os personagens mais gradados do Governo.”

se resolviam directamente entre ele e os mais alto funcionários abaixo do governador, isto é, Martinho de Mendonça e Rafael Pires Pardinho, o intendente dos diamantes do Serro Frio.

Semelhante situação, que afectava tão violentamente a organização aristocrática e burocrática da sociedade e do Estado, não podia deixar de gerar – e gerou – apaixonados ressentimentos e deflagrar contra o intruso as retaliações do ódio sopitado.”<sup>532</sup> De 15 de Maio de 1736 até 26 de Dezembro do ano seguinte, Alexandre de Gusmão dirigiu-se a Martinho de Mendonça, e não como habitualmente a Rafael Pardinho, por Martinho, após ter terminado a missão, ter governado “interinamente a capitania de Minas, no impedimento de Gomes Freire de Andrade. Com a subida de posto, as suas relações inamistosas com Alexandre de Gusmão agravaram-se ainda. Quando este lhe transmitia as ordens para a formação da Companhia dos Diamantes, já, desde o ano anterior, António Guedes Pereira, por morte de Diogo de Mendonça, ocupava uma das três Secretarias de Estado e aquela exactamente por onde corriam ou deviam correr os negócios do Brasil. Não obstante haver cessado a causa que motivara a entrega de uma tão importante parte do despacho oficial ao secretário particular do Rei, esta situação mantinha-se e ameaçava eternizar-se.”<sup>533</sup> A propósito de uma carta de 8 de Agosto de 1736, de Martinho de Mendonça para Gomes Freire de Andrade, Jaime Cortesão depreende que “o Cardeal da Mota, o valido, que, a par de Alexandre de Gusmão, começava a ter grande parte no governo do palácio e a disputar-lhe influência. O governador interino de Minas, que provavelmente não ignorava este facto, ia cortejando o novo astro em ascensão, com a secreta esperança de que viesse a eclipsar o primeiro.”<sup>534</sup> O mesmo autor afirma que o cardeal da Mota começou a participar “com mais continuidade, do governo do palácio e despachar também com o monarca nos negócios de maior monta” após a morte de Diogo de Mendonça em Maio de 1736. Diz, aliás, que os três novos secretários de Estado veriam com maus olhos que Alexandre de Gusmão usurpasse as suas funções e que “assinariam de má gana os officios que este redigia, precisamente no despacho dos negócios mais graves ou que mais vivamente interessavam ao Rei: os do Brasil e os de Roma”. No seguimento, Cortesão acrescenta ainda que “D. João da Mota e Silva não podia ver com bons olhos que o monarca repartisse valimento com o afrancesado [Alexandre de Gusmão], de quem Pedro da

---

<sup>532</sup> *Ibidem*, pp. 450-451.

<sup>533</sup> *Ibidem*, p. 457.

<sup>534</sup> *Ibidem*, p. 469.

Mota, seu irmão, lhe fazia desagradáveis referências do tempo de Roma.”<sup>535</sup> Mais, numa carta de D. João V para o cardeal da Mota, a 9 de Janeiro de 1739, o rei começa por dizer que usou um papel de Alexandre de Gusmão em vez de um do cardeal. Tratava-se de um parecer “que nem he de Ericeiras, nem de Cunha, nem de Fr. Gaspar, o qual em se copeando (não he o segredo meo) hirá a V. E.”<sup>536</sup> Revelam-se, assim, os nomes mais prováveis de dar consultas em 1739. Frei Gaspar é repetidamente referido nesta carta como alguém a quem o rei tinha a opinião em grande consideração e que deveria ser muitas vezes consultado. No ano de 1740, Alexandre de Gusmão veria a sua influência diminuída, um “eclipse parcial”<sup>537</sup> nas palavras de Cortesão. O cardeal da Mota afirmar-se-ia com eficácia nesse ano mas também frei Gaspar da Encarnação e, pela mesma altura sensivelmente, o padre Carbone. O historiador Luís Ferrand de Almeida nota a mesma mudança e adianta que, numa carta a Amelot de 28 de Julho de 1740, o diplomata francês Anne-Théodore Chevignard de Chavigny diz que “Gusmão estava em 1740 bastante decaído do favor e confiança de que havia gozado, por ter revelado uma ambição que o tornara suspeito a todo o ministério; o cardeal da Mota nunca lhe perdoaria «de s’estre émancipé en plus d’une occasion au préjudice de son autorité...».”<sup>538</sup> Ferrand de Almeida diz ainda que a “mesma ambição é denunciada num ofício de Chavigny (1740) e por ela se teria tornado suspeito, ou mesmo odioso, a todo o ministério, sobretudo ao cardeal da Mota. Opiniões insuspeitas, visto Gusmão se ter mostrado sempre «muito afecto» à França.”<sup>539</sup> A propósito do cardeal da Cunha, já expusemos a instrução que Chavigny trouxe consigo quando, na sua primeira estadia, veio para Lisboa em 1740. Abordando-a, o mesmo historiador afirma:

“Assim, a instrução para Chavigny (1740), depois de informar o embaixador sobre Marco António de Azevedo Coutinho, secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, refere-se aos outros dois membros do Governo oficial, que detinham as pastas do Reino e da Marinha e Ultramar, Pedro da Mota e Silva e António Guedes Pereira, observando que seria difícil distinguir os seus departamentos. E acrescenta: «Le Roi, leur maître, les emploie indifféremment à toutes sortes d’affaires; plusieurs autres personnes sans dénomination ont l’honneur comme eux de faire des rapports au Roi leur maître et de recevoir et exécuter ses ordres. Un très petit

---

<sup>535</sup> *Ibidem*, p. 473.

<sup>536</sup> Eduardo Brasão, *D. João V – Subsídios para a história do seu reinado*, Porto, Portucalense, 1945, p. 113.

<sup>537</sup> Jaime Cortesão, *op. cit.*, p. 693.

<sup>538</sup> Luís Ferrand de Almeida, *op. cit.*, p. 37.

<sup>539</sup> *Ibidem*, p. 45.

particulier nommé Alexandre Guzman et qui a été agent a Rome, expédie ce qui concerne cette cour». Além disso, o Rei fazia por vezes partir correios sem comunicar ao cardeal da Mota e aos secretários de Estado os motivos de tais envios.

Note-se, mais uma vez, a especial forma de governar de D. João V, que não deixava de causar alguns embaraços e perplexidade aos agentes diplomáticos estrangeiros. Mas o que principalmente nos importa, neste momento, é verificar que Alexandre de Gusmão, embora tratado com certo desdém pelo autor da instrução, desempenhava, afinal, funções que, na prática, o equiparavam aos secretários de Estado.

Cerca de 11 anos depois, quando começava a época pombalina, o cônsul francês em Lisboa, Duvernay, era ainda mais claro: «Mr. De Gusman qui a eû grande part au precedent gouvernement, est encore consulte quelquefois, particulièrement sur les affaires de Rome quil â traitées pendant 20 années, et sur L’Execution du traité de limites et d’Echange en Amerique...» Acrescentava que lhe atribuíam «porter ses idées trop loin», mas «on ne lui refuse pas beaucoup d’application, de talens, et de connoissances».<sup>540</sup>

Em 1743, Alexandre de Gusmão é feito conselheiro do conselho Ultramarino.<sup>541</sup> No elogio fúnebre que lhe é dedicado diz-se que foi “nomeado Ministro do Conselho Ultramarino, Tribunal de tão ampla jurisdição, qual he o dilatado estado, em que a exercita.”<sup>542</sup> Seguidamente, menciona-se que Gusmão deu nova forma ao “Tratado Provincial da Colonia”. A ligação desta promoção à execução do tratado de Madrid fica evidente quando no elogio se diz de seguida:

“Concluio-se o Tratado de Madrid, para o qual contribuiu muito Alexandre de Gusmaõ, não considerando só os interesses, que podia receber Portugal no estado presente com a nova demarcação; mas vendo com a sua intelligencia politica o espaçoso caminho, que se abre ás nossas futuras felicidades, vindo a ser a America Portugueza o thesouro das preciosidades do mundo, que beneficiadas as suas riquezas pelas nossas mãos a todas as Nações, veríamos a nossa Corte o Emporio mais famoso, e renasceria em Portugal o seculo de ouro, que com igual saudade, e admiração se lê na Historia.”<sup>543</sup>

As relações entre Alexandre de Gusmão e frei Gaspar em 1745 podem ser auscultadas através de uma troca de cartas entre Gusmão e o conde de Vila Nova. Tratando Gusmão

---

<sup>540</sup> *Ibidem*, pp. 48-49.

<sup>541</sup> *Ibidem*, p. 38.

<sup>542</sup> *Elogio de Alexandre de Gusmaõ, Cavalleiro Professo na Ordem de Christo, Fidalgo da Casa Real, e Academico do numero da Academia Real*, Leo Miguel Martins de Araujo, Lisboa: M.DCC.LIV, Na Offic. De Joseph da Costa Coimbra [1754], p. 12.

<sup>543</sup> *Ibidem*, p. 13.

por “Senhoria” e preocupado com Lourenço de Sousa Pereira, a 20 de Janeiro de 1745, o conde diz que frei Gaspar lhe tinha dito os papeis do dito Lourenço “pararão em poder de B. S<sup>a</sup>. ha mais de hum anno, e como eu sou empenhado na liberdade deste capitão, e B. S<sup>a</sup>. me trata com tanto favor, espero que se sirva expedillos, fazendo todo o possível para que seja deferido ma forma que pertende, e para servir, e dar gosto a B. S<sup>a</sup>. fico muito prompto.”<sup>544</sup> Cinco dias depois, a 25 de Janeiro, Gusmão responde:

“Eu nuca tive em meu poder papeis de algum Pertendente mais de hum mez, exceptuando aquelles por quem me interesei, por me haver encarregado das suas dependencias, os quaes nunca se queixarão porque não tem motivos para arguir-me. Lembrando me que S. Reverendissima havia dado ao Secretario de Estado Marco Antonio os papeis em que B. Ex<sup>a</sup>. me falla, os fui procurar logo que recebi a carta de B. Ex<sup>a</sup>., e falei a El Rey que foi servido mandar expedir o Decretomna forma da informação do Corregedor do Crime da Côrte e Caza que baixa do Dezembargo do Paço a onde B. Ex<sup>a</sup>. se sirva mandar procurallo. Consta me que S. Reverendissima me arguira de esquecido, para mostrar se officioso em servir a B. Ex<sup>a</sup>., e com effeito nessa queixa nos deu prova de que o seu habito de Baratojo lhe tem influido hum espirito de humildade porque se esqueceo depreça dos estimulos de sua alta nobreza. Mas o que se segue tudo isto desvanecerá.”<sup>545</sup>

No mesmo maço de cartas, encontra-se uma carta escrita de Paris e a 5 de Dezembro de 1746, em tom de súplica, do diplomata D. Luís da Cunha e dirigida a Alexandre de Gusmão. Lemos, assim:

“[A paz entre os príncipes europeus] pertendo em que se faça em Lisboa, e que nosso Amo seja o Arbitro della, mas não posso entrar neste empenho, sem Boça Senhoria tomar parte nelle, por que conheço as dificuldades que heide encontrar em El Rey, e nos seus Ministros de Estado. Ajude me Boça Senhoria a vencer este negocio, pois so Boça Senhoria he capaz de o fazer persuadir.”<sup>546</sup>

Alexandre de Gusmão responde por carta a 7 de Fevereiro de 1747. Esta resposta resulta muito interessante pois demonstra como se desenrolava às vezes a prática política. Com pormenor, Gusmão conta:

“Ainda que eu já sabia, quando recebi a carta de Boça Excelencia que não havia vencer o negocio em que Boça Excelencia se empenhou, com tudo por servir e obedecer a Boça

---

<sup>544</sup> BNP, Mss. 218, n° 9, carta 7.

<sup>545</sup> BNP, Mss. 218, n° 9, resposta à carta 7.

<sup>546</sup> BNP, Mss. 218, n° 9, carta 9.



Excelencia sempre fallei a Sua Magestade, e aos Ministros actuaes do Governo. Primeiramente o Cardeal Motta me respondeu que a propozição de Boça Excelencia era in admissível, em razão de poder rezultar della ficar El Rey obrigado ao cumprimento do Tratado, o que não era conviniente: Em quanto fallamos na matéria, se entreteve o Secretario de Estado seu irmão na mesma caza em alporcar huns craveiros, que athé isto fazem ali fora do lugar, e tempo próprio. Procurei falar a S. Reverendissima mais de trez vezes primeiro que me ouvisse, e o achei contando a aparição de Sancho a seu Amo, que traz o Padre Cauvino na sua Corte Santa; cuja historia ouvirão com grande attenção o Duque de Alafoens, o Marquez de Balença, Fernando Martins Freire, e outros; Respondem me que Deos nos tinha conservado em paz, e que Boça Excelencia queria meter-nos em arengas, e era tentar a Deos. Finalmente fallei a El Rey (seja pelo amor de Deos) estaa perguntando ao Prior da Freguezia quanto rendião as esmolos das Almas, e pelas Missas que se dizião. Disse que a propozição de Boça Excelencia era muito propria das máximas Francezas, com as quaes Boça Excelencia se tinha connaturalizado, e que não proseguisse mais.”<sup>547</sup>

O conde Assumar escrevia para o seu pai, o marquês de Alorna, quando este estava na Índia como vice-rei. Escrevia uma vez por ano, por alturas de Março, quando os barcos partiam de Lisboa com esse destino. Na carta que Assumar escreveu a 27 de Março de 1750, Alexandre de Gusmão mantinha-se activo no conselho Ultramarino embora, devido a um conflito, a propósito da ausência de uma presidente do conselho e de uma zanga entre Alexandre Metelo e António de Andrade Rego, tivesse dito que não voltaria ao conselho sem que o problema estivesse resolvido. Na sequência, Assumar comenta:

“E ou isto fosse sincero ou fosse por estar convocado com Frei Gaspar para se proverem os lugares o que se sabe é que destes dois motivos se serviram para representar a El-rei a necessidade que havia de execução deste negócio, tirando-lhe com isto o amor que dizem sempre lhe tiveram.”<sup>548</sup>

Na mesma carta, Assumar refere que frei Gaspar, Carbone e Alexandre de Gusmão como pessoas a quem iria mostrar umas cartas que lhe eram importantes para resolver um problema. Isto diz-nos que estas três personagens despachavam assuntos caros e que era a elas que se deveria recorrer quando se pretendia, como neste caso, uma promoção.<sup>549</sup> No ano seguinte, Assumar escreve uma carta a 2 de Abril. No tocante a Alexandre de Gusmão, é a mais interessante pois revela o afastamento do mesmo da

---

<sup>547</sup> BNP, Mss. 218, nº 9, resposta à carta 9.

<sup>548</sup> Nuno Gonçalo Monteiro, *Meu Pai e meu Senhor muito do meu coração*, Lisboa, ICS/Quetzal Editores, 2000, pp. 129-130.

<sup>549</sup> *Ibidem*, p. 131.

política após a entronização do rei D. José em 1750. D. João V teria prometido a Alexandre de Gusmão que este seria secretário de Estado e, ao não ser nomeado pelo novo rei, sentiu-se ofendido e desiludido. O conde de Assumar reporta, assim:

“Não me parece que poderá haver princípio de reinado com menos estrondo. A morte D’el-Rei não causou novidade pelo muito que era esperada. Encerraram-se as Majestades novas e a necessidade que havia de quem assinasse o termo da entrega do corpo D’el-Rei obrigou a fazer dois Secretários de Estado, Diogo de Mendonça e Sebastião José de Carvalho por não haver já mais que Pedro da Mota entrevado. Deu este provimento grandes motivos de murmuração pelos que pretendiam estes empregos, no número dos quais se incluiu o tio Diogo, como se disse publicamente, ainda que ele em particular nunca criticou mais do que o esquecimento que tinha havido de Alexandre de Gusmão o qual fez pública demonstração de seu sentimento de se mandar não só despedir do serviço D’el-Rei, mas pedir-lhe licença para se retirar para Castela. E estava com tanta cólera e tão preocupado que indo eu ver uns instrumentos que tinha o Guilherme, que mora em sua casa, desabafou comigo com quem não tinha o menor trato, e confesso que em muitas coisas tinha razão porque depois de uma promessa formal que diz lhe fizera El-rei defunto de o fazer Secretário de Estado em consideração ao[s] muitos anos que estava servindo disso e do Rei presente enquanto era Príncipe murmurar na dilação de seu pai em não cumprir a sua promessa, tendo necessidade disso e de conhecer que o muito que tinha servido à satisfação D’el-Rei era o que o tinha malquistado com todos e particularmente com os padres da Companhia mandar-lhe neste caso um recado em que lhe dizia que desejando merecer a aprovação da sua corte e do seu povo nas primeiras acções do seu governo o excluía a ele do cargo de Secretário por ser muito malquisto, era servir-se El-rei das razões populares causadas pelo bem que o tinha servido para a exclusão do seu serviço em um cargo onde só podia restabelecer o seu crédito e faltando-lhe a protecção de Sua Majestade rodeado de inimigos com quem pelo número não podia competir requeria o retirar-se e fugir deles, escolhendo para este efeito a corte de Castela, onde os ditos inimigos não poderiam supor que ele se valia das suas notícias para fazer dano a este reino por termos lá um embaixador e uma rainha portuguesa que o não consentiria. Eu confesso que me fez grande dó o ouvi-lo e mais que tudo a grande impressão que fez nele este sucesso e é verdade que os padres da Companhia determinadamente impugnavam tudo o que lhe parecia ser do arbítrio de Alexandre de Gusmão e para melhor o odiarem com o nosso povo em tudo achavam heresia e já publicamente lhe chamavam o protector dos sigelistas e que todo o seu fim era de fazer cismas. Não o tem malquisto menos o que aqui chamam a entrega da colónia e publicamente se disse que ele e o Padre Frei Gaspar foram comprados com somas consideráveis para a execução deste tratado e valem-se da tontice D’el-rei para a assinatura [sic] dele. [...] Depois da morte D’el-Rei se tem declarado muita gente contra o dito tratado e se vê perseguido Alexandre de Gusmão denota a

de Frei Gaspar seu grande protector o qual sem embargo do pouco agrado que experimentava em El-rei continuava no Paço quase com a mesma assistência, mas como a experiência lhe foi mostrando o pouco efeito que produzia as frequentes visitas, foi-se deixando disso e só se ocupa em tratar dos meninos com quais tem havido grandes bulhas porque deixando-os reconhecidos El-rei seu pai não tem querido até ao presente a rainha viúva que se declarem, mas ainda que Sua Majestade conserva sempre grande ódio a todo o bastardo não é com aborrecimento tão geral que não seja exceptuado o filho do Infante D. Francisco que tem merecido o seu valimento com que o exaltou ao grau sublime em que se acha”<sup>550</sup>

Pouco adiante, Assumar acrescenta:

“V. Ex.<sup>a</sup> terá visto por essas partes a nova li que destrói o sistema da capitação, a qual antes de se publicar se tinha já divulgado. Os pareceres se acham repartidos, mas como a novidade quase sempre agrada e o ódio de Alexandre de Gusmão é universal, tudo o que destrói o que pretendem ser arbítrio seu tem a pluralidade dos votos. Ele tem feito vários papeis contra a dita lei e Sebastião José, que dizem ser seu émulo, outros tantos em que lhe impugna as suas razões.”<sup>551</sup>

Ao ler esta carta do conde de Assumar não restam dúvidas de que Alexandre de Gusmão perdeu o seu valimento com a emergência do novo rei. Reverteram-se as suas medidas políticas e existia um “ódio universal” à sua pessoa. Alexandre de Gusmão morre a 31 de Dezembro de 1753, há três anos e uns meses apartado do favor régio. O seu elogio fúnebre vê a luz em 1754 e é relativamente curto e impreciso quando comparado com os de outras personagens caras a D. João V. Nele pode ler-se:

“E que posso eu dizer do decoro, com que respeitou a confiança, que mereceo do Grande Rey, não sendo esta capaz delle introduzir o abuso, sempre horroroso de passar o respeito a familiaridade. Conhecia o alto estado do Throno, e sabia o modo, com que sempre se deve respeitar a Magestade: entranhando no intimo do coração o respeito, que deve acompanhar a confiança, para fallar ao Principe com aquella verdade, que se deve esperar de hum homem favorecido, e por isso obrigado a augmentar a sua gloria, trabalhando sempre em idéas útes em beneficio da Nação.”<sup>552</sup>

Mais adiante, no fim do documento, aparece:

---

<sup>550</sup> *Ibidem*, pp. 155-158.

<sup>551</sup> *Ibidem*, pp. 159-160.

<sup>552</sup> *Elogio de Alexandre de Gusmão, Cavalleiro Professo na Ordem de Christo, Fidalgo da Casa Real, e Academico do numero da Academia Real*, Leo Miguel Martins de Araujo, Lisboa: M.DCC.LIV, Na Offic. De Joseph da Costa Coimbra [1754], p. 15.

“Foi Alexandre de Gusmão de mais que ordinária estatura, a cabeça com menor proporção, que devia esperar á mais ordem da sua organização, semblante redondo, e respeitável, olhos pequenos, e brilhantes, cor, que degenerava para pálida, no vestir foi polido sem affectação, respirando o seu trato huma estimável gravidade; porque unia o brilhante ao decoroso. Fallou a sua língua com toda a pureza, e se explicou com igual propriedade em quasi todas as vivas da Europa; soube com perfeição a Lingua Latina, e teve grande conhecimento de algumas Orientaes. Foi dotado de grande eloquencia; e fallando naturalmente em qualquer materia, persuadia com grande força, parecendo fallava com estado: era igual na Poesia, explicando-se com muita decencia, e propriedade em qualquer assumpto. Teve grande conhecimento da Philosophia experimental, deixando-nos da sua douta applicação tres livros, em que examina eruditamente o Systema do Grande Newton. No estudo da Historia foi incomparavel; porque não era só Erudito na universal, assim sagrada, como profana, mas conservava as especies, que parecia de menos consideração na particular das Nações. Esta mesma erudição teve na Jurisprudencia; e em quasi todas as Faculdades, usando da lição dos melhores Auctores em cada huma dellas, e com exacção incansável examinando seus escriptos. [...] Mereceo grande estimação do Fidelissimo rey o Senhor D. João V., de eterna recordação, que não só ouvia em negócios de grande peso, mas approvava as suas idéas, dirigidas todas a augmentar as felicidades no seu Reynado. Elle o honrou muito, dando-lhe os grande lugares, que occupou, e destinando-o aos mayores da Monarchia. As pessoas grandes em qualidade, e carácter, que assistiraõ em seo tempo na Côrte de Lisboa, louváraõ o seu grande juizo, e estimáraõ a sua correspondencia.”<sup>553</sup>

Por último, vejamos o que, a 8 de Janeiro de 1754 e de Lisboa, o conde de Baschi diz a um governante francês, logo após morte de Alexandre de Gusmão:

“C’etoit peut etre l’home du Royaume qui avoit le plus de genie. Il en suivoit peut etre quelque fois trop les impulsions qui le pousoient au dela des bornes, mais il etoit doué d’une grande memoire, d’une eloquence naturelle et sur tout d’une clarté peu commune dans tout ce qu’il vouloit expliquer. Le feu Roy en faisoit grand cas, celuy cy n’en faisoit guere moins”<sup>554</sup>

Na mesma carta, Baschi diz ainda que só Gusmão “estava bem a par dos negócios de Roma e do Brasil.”<sup>555</sup> Esta declaração torna evidente o papel que Alexandre de Gusmão teve na condução dos mais importantes negócios políticos nos anos trinta e quarenta de setecentos.

---

<sup>553</sup> *Ibidem*, pp. 17-18.

<sup>554</sup> Citado in Luís Ferrand de Almeida, *op. cit.*, p. 49.

<sup>555</sup> *Ibidem*, p. 49.

Concluindo, Alexandre de Gusmão destacou-se no favor joanino poucos anos depois de voltar de Roma e em 1730 já é secretário particular de D. João V. Em 1731, começa a despachar os negócios de Roma, no ano seguinte substitui o falecido António Rodrigues da Costa na Academia Real da História e em 1733 fica responsável pelos assuntos da América Portuguesa. Neste ano, propõe uma nova forma de tributação do ouro americano que entrará em prática em 1735. Sem dúvida, observamos uma grande ascensão sociopolítica nos anos de 1730 a 1733, passando de um antigo oficial da embaixada de Roma a uma das pessoas que mais privaria com o rei e responsável pelos negócios mais importantes, Roma e a América Portuguesa. A crescente influência do cardeal da Mota veio a ofuscar o desempenho de Alexandre de Gusmão. Por lhe ter sido notada ambição, talvez pela promessa de que viria a ser secretário de estado que consta na carta do conde de Assumar, Gusmão sofreu, como bem designa Jaime Cortesão, um “eclipse parcial” em 1740. A partir de então, personagens como frei Gaspar da Encarnação e o padre Carbone ganham espaço sob a influência dominante do cardeal da Mota. Com a morte do cardeal, frei Gaspar assume o papel dominante no governo joanino e Alexandre de Gusmão ganha outra vez mais espaço. Por último, a morte de D. João V provoca o afastamento de Alexandre de Gusmão e nem o bom desempenho com o tratado de Madrid, também de 1750, lhe vale. Os cerca de vinte anos no despacho régio, à margem das secretarias de Estado e com os importantes assuntos da América Portuguesa e de Roma nas mãos, terminam, assim, com o início de um novo ciclo político, o do reinado de D. José. Acrescente-se ainda que Alexandre de Gusmão, mesmo com o seu desempenho político, pouco ou quase nada aparece nos periódicos. Por exemplo, de 1746 a 1750 inclusive não surge na *Gazeta de Lisboa*. Significativo é de um papel político relevante mas não acompanhado do mesmo nível de importância social. Alexandre de Gusmão descobre-se através da correspondência, na sua e na de outros pois a sua relevância nunca deixa de ser circunstancial. Note-se que D. João V está não muito longe da morte desde 1742 com o seu ataque paralisante. Ora, também pela sua não destacada origem social, Gusmão dependia sumamente de estar em graça junto de D. João V e trabalhou fazendo fé numa promessa do rei de que viria ser secretário de Estado. De todos os homens que se destacaram na acção política de D. João V, este era o que mais dependia da sua boa vontade e quando esta acabou, com a morte do rei, terminou o seu desempenho político.

## JOÃO BAPTISTA CARBONE, O “PADRE CARBONE”

A 2 de Setembro de 1694, João Baptista Carbone nasceu em Oria, na então província de Otranto, no reino de Nápoles. Começou a sua educação em Bari em gramática e, aos quinze anos, a 2 de Outubro de 1709 seria admitido no Real Colégio de Jesus dos jesuítas em Nápoles. Ainda segundo o seu elogio fúnebre, ter-se-ia destacado sempre nos estudos e neste tempo no domínio da filosofia, teologia e matemática. Acompanhado pelo padre Domingos Capacci, aportaria a Lisboa em 1722 com a missão de ser “Mathematico Regio, e Missionario Apostolico do Maranhão”.<sup>556</sup> Desde logo, o rei destinou um “apósito distinto” para Carbone no Real Colégio de Santo Antão, “e devido aos seus meritos, como foy hum grande dormitorio na parte mais interior do mesmo Collegio, a expensas da sua Real fazenda, obra tão magnifica, que hoje serve de soberbo ornato àquelle Real Collegio.”<sup>557</sup> Ensinou latim e italiano ao príncipe D. José e matemática à princesa Maria Bárbara. A 19 de Janeiro de 1729, foi convidado a ir na comitiva do rei para assistir à troca das princesas. Empenhou-se na construção de Mafra e era conhecido por “insigne Mestre nas Mathematicas”.<sup>558</sup> O autor do elogio fúnebre realça que foi na mediação das relações entre rei e a cúria romana que Carbone se destacou junto de D. João V. A este propósito, Costa Barbosa escreve:

“Porém aonde se vio ser quasi immensa a capacidade do P. Joaõ Baptista Carbone, foy a comprehensão das elevadíssimas idéas do Senhor D. Joaõ o V. que parece que o coração deste Grande Padre foy feito ao molde, e muito à satisfação do que teve este Augustissimo Monarca para a execução dos seus Reaes projectos na prodigiosa erecção da Sacrosanta Igreja Patriarcal, e Basilica de Santa Maria, fiando não só da sua penna, mas tambem da sua industria os meyoys mais conducentes para se conseguir da Curia Romana este mayor empenho, ou desempenho do Real poder de tão Magnifico, e Piedoso Monarca”<sup>559</sup>

Assim, depois de três anos a educar Maria Bárbara, Carbone ficou encarregue dos negócios com Roma.<sup>560</sup> Anos mais tarde e já em Madrid, Maria Bárbara manter-se-ia

---

<sup>556</sup> *Elogio funebre do padre João Baptista Carbone, Da Companhia de Jesus, Composto, e offerecido a mesma sagrada Companhia por Fernando Antonio da Costa de Barboza*. Lisboa, Na Officina de Miguel Manescal da Costa, [1751], p. 6.

<sup>557</sup> *Ibidem*, p. 7.

<sup>558</sup> *Ibidem*, p. 11.

<sup>559</sup> *Ibidem*, pp. 12-13.

<sup>560</sup> Eduardo Brasão, *D. João V – Subsídios para a história do seu reinado*, Porto, Portucalense, 1945, p. 21.

em contacto com o seu antigo tutor. A 26 de Agosto de 1746, esta diz a seu pai, D. João V:

“peço a V. Magestade q. não me responda a nada disto q. lhe digo, para q. se a caso for preciso lerlhe a carta de V. Magestade por vir nela alguma coisa destes negócios, o não veja ElRey nem saiba q. eu tal escrevo; se V. Magestade me quizer dizer alguma coisa disto venha metida a carta na do mano Pedro, ou Padre Carbone”<sup>561</sup>

O historiador Eduardo Brasão estudou a correspondência entre o padre Carbone e o diplomata Manuel Pereira de Sampaio.<sup>562</sup> Pereira de Sampaio estava em Roma desde 1734, onde tinha como superior hierárquico Fonseca e Évora, e a correspondência inicia-se logo nesse ano. Nesta, Pereira de Sampaio buscava protecção e Carbone ia concedendo-a. Brasão afirma que Carbone era a “nossa *Eminence grise*... e por detrás ia dirigindo muitos negócios importantes. Com Pereira de Sampaio carteava-se frequentemente, alimentando-lhe a esperança de vir um dia a ocupar o lugar então exercido por Fonseca de Évora. E Sampaio, desejoso que tal viesse um dia a acontecer, esforçava-se, em Roma, por cativar as simpatias do seu Rei.”<sup>563</sup> O napolitano intercedia junto do rei pelo diplomata nos anos de 1734 e 1735<sup>564</sup> e “sempre que lhe era possível, lia a D. João V as cartas que recebia de Pereira de Sampaio.”<sup>565</sup> Evidente é o contacto próximo entre Carbone e o rei. Assim, a 10 de Novembro de 1739, Carbone adverte Pereira de Sampaio:

“[o rei] nem admite o principio com que alguns se querem governar, de não querer fazer cazo do preço quando se compra para El Rey. Algum dia se julgava lezonja de S. Magestade o dispendir muito; agora a mayor lezonja será o gastar pouco. Isto que digo não he minha ideya, o tenho ouvido em varias occaziões ao mesmo Senhor; e assim uze VMerce de toda a cautela e advertência nas despesas, que se lhe mandão fazer”<sup>566</sup>

---

<sup>561</sup> *Correspondência de D. João V e D. Bárbara de Bragança rainha de Espanha (1746-1747)* com um estudo preliminar por J. A. Pinto Ferreira, Coimbra, Livraria Gonçalves, 1945, p. 383.

<sup>562</sup> Brasão estudou a correspondência que se encontra na Biblioteca da Ajuda. Os códices têm as seguintes cotas: 49-VIII-39 dos anos 1736-40, 49-VIII-40 de 1741-43, 49-VIII-41 de 1744-46, 49-IX-1 de 1747-50 (“formato grande – ofícios). E em formato pequeno – cartas particulares: 51-III-67 de 1734-40 e 51-III-68 de 1741-46. Eduardo Brasão, *op. cit.*, p. 20; Também, mais recentemente, Teresa Leonor Vale dedicou-se a estudar os diplomatas portugueses em Roma ao tempo de D. João V, escrevendo pequenas biografias sobre os mesmos. *Vide Arte e Diplomacia – A vivência romana dos embaixadores joaninos*, Lisboa, Scribe, 2015.

<sup>563</sup> *Ibidem*, p. 21.

<sup>564</sup> *Ibidem*, pp. 23-24.

<sup>565</sup> *Ibidem*, p. 25.

<sup>566</sup> “Carta de Carbone para Sampaio de 10 de Novembro de 1739 – Biblioteca da Ajuda, Cód. 51-III-67, pág. 389 e seg.” Citado in *Ibidem*, pp. 30-31.

A 8 de Outubro de 1743, já Pereira de Sampaio era embaixador em Roma, Carbone volta a abordar o mesmo tema:

“V.S. tem hum conceito muy errado (como o tem fora quazi todos) da riqueza do erário desta coroa: e eu estimo que assim se suponha, porque este conceito a faz mais respeitável: porem eu tenho noticia certa e evidente em contrario [...] He certo que seria esta coroa riquíssima, se S. Magestade não tivesse despendido os milhões que despendeo nos particulares do seu genio, ou appetite; e se não continuassem as mesmas despesas nas mesmas ou semelhantes matérias; e como se tem exaurido tanto sangue, por isto enfraquece muito qualquer sangria”<sup>567</sup>

Esta citação vale sobretudo porque mostra um agente da Coroa, Carbone, a dizer que o rei, por norma, não aprovava grandes gastos. Além disso, importa-nos retirar daqui a privança que Carbone já tinha com o rei. Nestes anos da década de trinta e início da década de quarenta de setecentos, também o cavaleiro de Oliveira trocava cartas com o padre Carbone. Estava em Viena como secretário do conde de Tarouca e por carta prestava contas ao padre. Desta forma, pouco depois da morte de Tarouca, em 1738, o cavaleiro de Oliveira dava conta desta a Carbone<sup>568</sup> e quatro dias depois escreve-lhe outra carta na qual torna evidente a consciência de que existia privança entre o padre Carbone e o rei:

“Meu Senhor. Em carta de hoje para o Excelentissimo Secretario de Estado o Sr. Antonio Guedes Pereyra, escrevo todos aquelles perigos a que se acha exposta a Secretaria do Plenipotenciario Conde de Tarouca, ou seja por meyo de ignorância, ou da infidelidade daquelles que a guardam. Havendo na dita carta outros particulares de que me parece que so devo informar ao dito senhor secretario de Estado, há tambem as seguintes formaes palavras que igualmente escrevo a V. Reverendissima para que se sirva de as fazer presentes a S. Magestade que Deos guarde da forma mais prudente, e mais conveniente que lhe parecer.”<sup>569</sup>

No entanto e voltando ao seu elogio fúnebre, vemos a afirmação de que é com a morte do cardeal da Mota, em 1747, que se dá a grande afirmação de Carbone na política portuguesa. Então, veja-se:

“Como este era o conceito, que do P. João Baptista Carbone tinha formado a Magestade pela contínua assistencia, e experiencia, com a qual se ajustava a voz commua, com que era acclamado pelo mayor Homem do seu tempo, não he de admirar, que por morte do primeiro Ministro de Estado, o

---

<sup>567</sup> “Carta de Carbone para Sampaio de 8 de Outubro de 1743 – Biblioteca da Ajuda, Cód. 51-III-68, pág. 136 v.”. Citado in *Ibidem*, p. 31.

<sup>568</sup> Carta de 6 de Dezembro de 1738. Cavaleiro de Oliveira, *Cartas Familiares Históricas, Políticas e Críticas (1738) publicadas com prefácio de A. A. Gonçalves Rodrigues*, Coimbra, Coimbra Editora, 1963, p. 83.

<sup>569</sup> Carta de 10 de Dezembro de 1738. *Ibidem*, p. 95.



Eminentíssimo Senhor Cardeal da Motta, logo a mesma Magestade encaregasse sobre os hombros deste Grande Atlante o pezo principal da sua Monarquia; e foy tanta a sua expedição em todos os negócios políticos que lhe forão destinados, que na vigilância pareceo hum Argos com cem olhos, e na comprehensão hum Briareo com cem mãos.”<sup>570</sup>

Ao que parece, o “pezo principal da sua Monarquia” recaiu sobre João Baptista Carbone. Mais, este é feito reitor do colégio de Santo Antão em 1749<sup>571</sup> e morre a 5 de Abril de 1750, com 55 anos.<sup>572</sup> Desta forma, o elogiador Costa Barbosa afirma que Carbone teve um poder excepcional durante três anos, de 1747 a 1750. Neste sentido, vale a pena ler as cartas do conde de Assumar para o seu pai marquês de Alorna. A 13 de Abril de 1749, Assumar escreve:

“Todas as manhãs sem falta me achava no Paço a falar a Frei Gaspar e [a]o Padre Carbone umas vezes para lembrança deste requerimento e outras com recados positivos de minha mãe para El Rei cheios de lástimas e de misérias para ver se desse modo lhe movia o ânimo. E as respostas, sendo cheias das melhores esperanças, os efeitos mostravam um coração empedernido que se não abrandava com coisa alguma.

Foi El-rei para S. Vicente à festa de Sta. Engrácia e disse o tio Diogo a minha mãe que era boa ocasião de se fazerem mais algumas diligências e ele lhe pediu que fizesse uma carta para Frei Gaspar da qual remeto a V. Ex.<sup>a</sup> a cópia.”<sup>573</sup>

Mais adiante na carta, o conde de Assumar relata uma votação para o cargo de vice-rei da Índia. Neste relato, destaca como votantes frei Gaspar que apoiava um, o príncipe, o infante seu irmão e o padre Carbone que apoiavam outro e o marquês de Marialva outro ainda. A indecisão parece ter-se empatado entre o candidato de frei Gaspar e o dos filhos do rei e padre Carbone.<sup>574</sup> Por fim, quase no fim da carta, sabe-se que a mãe de Assumar achava desnecessário ter um capelão mas tendo este sido muito fiel não o despediria “enquanto se não conseguisse um requerimento seu para uma igreja que está há muito tempo na mão do Padre Carbone.”<sup>575</sup> O napolitano envolvia-se, portanto, em diversos assuntos. Um ano depois e alguns dias antes da morte de Carbone, surge nova carta a 27 de Março de 1750. Assumar diz a Alorna:

---

<sup>570</sup> *Elogio funebre do padre João Baptista Carbone, Da Companhia de Jesus, Composto, e offerecido a mesma sagrada Companhia por Fernando Antonio da Costa de Barboza*. Lisboa, Na Officina de Miguel Manescal da Costa, [1751], p. 18.

<sup>571</sup> *Ibidem*, p. 23.

<sup>572</sup> *Ibidem*, p. 34.

<sup>573</sup> Citado in Nuno Gonçalo Monteiro, *Meu Pai e meu Senhor muito do meu coração*, Lisboa, ICS/Quetzal Editores, 2000, p. 105.

<sup>574</sup> *Ibidem*, p. 106.

<sup>575</sup> Citado in *Ibidem*, p. 111.

“O tio Diogo achou a propósito das 3 cartas que vinham para Marco António se lhe não desse nenhuma porque é coisa inútil e não há dúvida que depois que casou já não vai ao paço e até se desculpa às partes, dizendo que está com sua mulher. Sem embargo disso, sempre me pareceu de razão pelo favor e amizade que tem comigo, dar-lhe uma e declarar-lhe a razão porque lhe não dava as outras na consideração das suas moléstias e contínuos impedimentos que tinha de poder ir ao paço que me punha assim no precipício de não conseguir o entrar no serviço D’el-rei tão depressa como eu desejava, além das razões que ele anteriormente me tinha dado de que naquela matéria de que só o padre Frei Gaspar tinha poder para conseguir e ele não podia mais do que representar. Enfim aprovou o que tinha feito muito pago da minha confiança, dando-me licença para mostrar as cartas ao padre Frei Gaspar e a Carbone e a Alexandre de Gusmão, cuja diligência fez o tio Diogo por ter mais comunicação com os ditos ministros e dizem que em partindo as naus da Índia sairá a promoção.”<sup>576</sup>

Nesta passagem, surge definido quem eram os três homens com poder para decidir na política de então: frei Gaspar da Encarnação, padre João Baptista Carbone e Alexandre de Gusmão. A expressão de Costa Barbosa, quando afirma que o “pezo principal da Monarquia” estava sobre os ombros de Carbone, parece-nos exagerada pois este peso estaria sob estas três pessoas. Trio no qual, pelas cartas de Assumar, teria a primazia frei Gaspar. Em si, a expressão entende-se pois pertence a um elogio fúnebre onde, como se depreende pelo nome, se tende a elogiar o falecido e, às vezes, com exagero mas tendo por base o concreto pois, com certeza, a audiência destrinçaria a realidade da fantasia. Para muitos, não seria exagero nenhum afirmar que Carbone tinha carregado a monarquia aos ombros. Em 1751, no mesmo ano desse elogio, surge a carta de Assumar para Alorna a 2 de Abril. Assim, consta:

“Como morreu o Padre Carbone chegou o tempo em que havia de ir cuidando na matalotagem de V. Ex.<sup>a</sup> fui ter com o Padre José Moreira, confessor de El-rei, e perguntar-lhe em segredo, visto El-rei presente ter mando [sic] continuar tudo quanto seu pai dava, a quem ficou encarregada esta incumbência, para podermos cobrar o conto de réis que El-rei defunto nos dava por mão do Padre João Baptista Carbone. E como o padre me enganou de que isso não estava no rol do que El-rei tinha mandado continuar, o encarreguei de representar a S. Majestade que seu pai quando o despachou a V. Ex.<sup>a</sup> quando foi para a Índia, se embargo da comenda de S. João de Baldeu esta sujeita aos anos da bula, S. Majestade pelo Padre Carbone lhe mandava dar o em que ela estava lotada, cuja quantia cobrava o Padre Marcelo Leitão por procuração de V. Ex.<sup>a</sup> para se pagar das matalotagens que lhe mandava à Índia e como Sua Majestade por conta do exemplo quis que isto fosse com segredo não havia mais testemunha disto que o Padre Marcelo Leitão e os seus róis onde constava ter recebido do Padre Carbone a dita quantia.”<sup>577</sup>

No fim do elogio, emerge a descrição de João Baptista Carbone. Nesta, lê-se:

---

<sup>576</sup> Citado in *Ibidem*, p. 131.

<sup>577</sup> Citado in *Ibidem*, p. 168.

“Foy o P. João Baptista Carbone de estatura mais avultada que a ordinária: o rosto summamente aprazível pelo alvo, e rubicando das cores sempre vivas, e fixas, sem mudança: a testa larga, e liberal, sem que a falta do cabelo quasi todo branco, na parte superior parecesse defeituosa, porque antes a quem o via lhe augmentava o respeito devido à sua gravidade: os olhos de cor celeste por azues, extremamente vivos, e alegres: o nariz proporcionado: os labios moderadamente grossos: e finalmente o corpo todo com tal simetria das partes, que sem affectação era naturalmente agil, desembaraçado, e airoso. Não obstante ser estrangeiro, fallava, e escrevia na lingua Portugueza com tanto acerto, que mais parecia Portuguez, que Italiano de nação.”<sup>578</sup>

O padre Carbone começou a ter desempenho político após ter estado três anos a ensinar Maria Bárbara de Bragança. A meio dos anos trinta de setecentos, ficou encarregado dos negócios romanos correspondendo-se com Manuel Pereira de Sampaio e com outros diplomatas como o cavaleiro de Oliveira. Claro está, o napolitano privava com D. João V pelos mesmos anos. Com morte do cardeal da Mota, em 1747, e a par de frei Gaspar da Encarnação e Alexandre de Gusmão, assume o protagonismo na política nos últimos três anos do reinado joanino. Transparece a ideia que estes três homens decidem acima dos secretários de Estado e que estes têm pouca influência. Note-se ainda que Carbone, frei Gaspar e Alexandre de Gusmão não surgem na *Gazeta de Lisboa* por estes anos e que por esta nunca se adivinharia o poder real destes. Assim, com desempenho informal, João Baptista Carbone destacou-se junto do rei e foi pelo menos nos últimos três anos do reinado uma peça basilar da política de D. João V.

---

<sup>578</sup> *Elogio funebre do padre João Baptista Carbone, Da Companhia de Jesus, Composto, e offerecido a mesma sagrada Companhia por Fernando Antonio da Costa de Barboza.* Lisboa, Na Officina de Miguel Manescal da Costa, [1751], pp. 35-36.

## CONCLUSÃO

Pode-se dizer que o reinado joanino foi estável em alguns aspectos: as remessas de ouro não cessaram, houve uma contínua paz depois de Utrecht, havia uma tendência para as pessoas se perpetuarem nos grandes ofícios régios, a nobreza titulada quase não conheceu novos membros, a diplomacia esteve sempre muito virada para as modas de Paris e para os ganhos simbólicos romanos, a persistência no projecto da patriarcal e no de Maфра. Com este pano de fundo, tentador é acentuar a estabilidade como uma característica do reinado. Verdade é que há traços, nos vários campos da realidade social, que são transversais a todo o reinado. Concorrem para isso vários factores: o momento económico, a posição geopolítica, a consolidação da dinastia, etc. Ainda, há outro factor, mais subjectivo, a mundividência de quem governa e as acções que a ilustram. Ora, será que as tais acções ilustram uma mundividência apenas de D. João V? Teria ele governado sozinho? Ora, o primeiro ponto a concluir é precisamente que D. João V não governou só e que o poder absoluto é composto por múltiplas pessoas. Estas pessoas partilham a autoria das políticas com o rei pois eram elas que eram consultadas, que despachavam e que executavam ao lado do rei. Durante muito tempo e seguindo uma tradição, a historiografia procurava ver nos reis grandes personalidades e marcava-os até com cognomes. O rei tinha laivos de herói e, no caso do *Magnânimo*, o rei absoluto decidiria com sua a última palavra, tudo o que se passava no reino e império. O limitado poder de actuação do aparelho governativo da Coroa não conseguia intervir em tudo e, quanto à decisão política, participavam alguns, poucos, homens.

Ao cruzar os vários percursos analisados percebe-se que cada homem deteve influência sobre o poder régio em diferentes temporalidades de um longo reinado de quase meio século. O primeiro período vai do início do reinado joanino à criação da figura do patriarca de Lisboa. D. Nuno da Cunha de Ataíde foi um claro valido, com uma imensa influência sobre um jovem e inexperiente rei. No conselho de Estado, era o mais influente, com a oposição do velho e respeitado duque de Cadaval. Capelão-mor, cardeal, inquisidor-geral, chegou mesmo governar ao lado da rainha na ausência do rei. Elementos, estes, reveladores duma ascensão meteórica do irmão do conde de Povolide que no escrito deste aparece mesmo comparado ao seu padrinho, o conde de Castelo Melhor. Em 1716, o novo protagonismo do primeiro patriarca na vida pública,

absorvendo o ofício de capelão-mor, equiparando-se em honras aos cardeais e participando no conselho de Estado provoca uma maior discrição do cardeal da Cunha. No início da década seguinte, o cardeal da Cunha ausenta-se da Corte lisboeta, para ir a Roma, deixando espaço a que outras personagens influentes se afirmassem e abrindo mão do domínio que exercera sobre a política portuguesa. Ademais, não seria mais expectável que fosse o cardeal da Cunha o novo patriarca? No capítulo relativo a D. Tomás de Almeida expusemos a carta que o conde de Tarouca dirigiu ao marquês a 14 de Janeiro de 1717, mostrando-se surpreso por pensar que D. Tomás de Almeida, afastado da Corte, careceria de “amor pessoal” do rei.<sup>579</sup> Trata-se de um revés, o primeiro desde o início do reinado, para Nuno da Cunha de Ataíde que desta maneira deixa de ser capelão-mor. Importava estar próximo do rei e da Corte e o próprio Nuno da Cunha de Ataíde havia rejeitado a mitra de Elvas, provavelmente por essa razão, muito embora Povolide afirme que nunca quis bispado. Os anos de valimento de Nuno da Cunha de Ataíde começam a abrandar em 1716, com o novo patriarca, e abrandam mais acentuadamente em 1721 com a, bem remunerada, saída da Corte para Roma. A ausência ou quase ausência do cardeal da Cunha no relato de Merveilleux, que esteve em Lisboa de 1723 a 1726, ilustra a crescente moderação na intervenção do cardeal da Cunha.

Os anos de 1716 a 1727 vêem emergir vários homens. Em 1716, D. Tomás de Almeida tornou-se numa figura de extraordinária importância. Os vários relatos de forasteiros revelam estupefacção com o patriarca. Era através do conselho de Estado que participava na decisão política. O duque de Cadaval terá sido consultado pela última vez em 1725<sup>580</sup> mas foi com sua morte, dois anos depois, que o conselho de Estado terá deixado de se reunir. A influência directa do patriarca na decisão política ter-se-á ficado por estes anos. No entanto, dada a sua dimensão social nunca abandonaria a cena política, convivendo na quinta de Santo Antão do Tojal com a família real na década de trinta, celebrando as impactantes cerimónias da patriarcal e sendo, ele e a patriarcal, pontos centrais da política joanina. Note-se que D. João V fez do patriarca a personagem mais poderosa do reino fora da família real. Isto não impediu o patriarca de discutir o imposto sobre os eclesiásticos para a construção do aqueduto das Águas

---

<sup>579</sup> Citado in Eduardo Brazão, *Relações externas de Portugal – Reinado de D. João V* vol. II, Porto, Livraria Civilização, 1938, p. 126.

<sup>580</sup> Nuno Gonçalo Monteiro, “Identificação da política setecentista. Notas sobre Portugal no início do período joanino” in *Análise Social*, vol. xxxv, 2001, p. 985.

Livres em 1730, enfrentando assim o rei. O homem que mais se afirmou na década de vinte foi Diogo de Mendonça Corte Real. Já contemplado nas cartas de Viganego de 1712 a 1714 como uma figura a ter em conta, ao acumular as secretarias de Bartolomeu de Sousa Mexia e ao casar-se aristocraticamente, consolida a afirmação junto do rei. No capítulo dedicado ao cardeal da Cunha, expusemos o texto do panfleto que se afixou à porta da capela real em que surge Diogo de Mendonça aí se dizendo que “enganava” o rei, a rainha e o cardeal da Cunha, ou seja, que os manipulava e dessa forma a política do reino. A moderação do cardeal da Cunha e a presença forte, mas pouco interventiva, fora do conselho de Estado do patriarca, abriu um novo espaço de afirmação para o secretário de Estado. Na terceira década de setecentos, reúne-se quotidianamente com o rei e despacha os mais diversos e importantes assuntos. Os relatos dos forasteiros são testemunho dessa larga influência. Por último, neste tempo de 1716 a 1727 e ainda timidamente, João da Mota e Silva emerge. Destaca-se nas conferências do núncio Giuseppe Firrao nos anos de 1715 e 1716 e de seguida organiza a biblioteca real. Em 1722, começa a participar nas reuniões do conselho de Estado como cónego magistral e em 1727 é feito cardeal a pedido do rei.

Nos anos que vão de 1727 a 1736, Diogo Mendonça Corte Real continuou a ser o homem em quem o rei depositava mais confiança e influência. No entanto, a partir de 1730 surge um secretário particular do rei, Alexandre de Gusmão, a quem o rei atribui os assuntos das Minas. Em detrimento do secretário de Estado, Alexandre de Gusmão vai ganhando o seu espaço. A promoção de Alexandre de Gusmão a secretário particular não representará uma acção do rei no sentido de diminuir a abrangente esfera de influência do velho e consolidado secretário de Estado? Em simultâneo, o cardeal da Mota vai privando e decidindo com o rei, ganhando o seu espaço. Também o cardeal da Cunha vai sendo consultado.

A morte do secretário de Estado em 1736 inaugura um tempo que se estende até 1747. Tempo este em que o cardeal da Mota é o ministro com mais poder. Tem larga influência sobre as nomeações da reforma secretarial de 1736 e envolve-se nos assuntos que caberiam às três recém-criadas secretarias de Estado, superintendendo-as. Íntimo do rei, reúne frequentemente com ele e envolve-se tanto na política interna como externa. Após o ataque inabilitante do rei em 1742, o cardeal acentua mais ainda o seu poder. Nestes anos e desde 1734, o padre Carbone ocupa-se de parte dos negócios com Roma e

Alexandre de Gusmão, ofuscado pelo cardeal, permanece activo como secretário particular e responsável pelas questões americanas.

O último período do reinado joanino vai de 1747 a 1750. Em 1747 morre o todo-poderoso cardeal da Mota e cria-se assim um vazio no poder. Doente, o rei delega a sua confiança em três homens. O mais influente era frei Gaspar da Encarnação. Este amigo de longa data do rei tinha origem aristocrata e talvez esse seja um factor que explique o primado sob os outros dois homens que são o padre Carbone e Alexandre de Gusmão. Estes três acediam ao rei e despachavam os assuntos políticos, evidenciando umas secretarias de Estado bastante ineficazes como se depreende das cartas do conde de Assumar ao seu pai Alorna. Nestas cartas, percebe-se que o velho cardeal da Cunha, ainda que fosse íntimo do rei e que nunca tenha deixado de receber a família real no palácio da Inquisição a propósito da procissão dos Passos, não tinha de todo o poder de decisão de que desfrutava nos anos trinta e que, com outra idade, concentrava a sua aplicação sobretudo no seu papel de inquisidor-geral.

Os homens da confiança régia ao tempo de D. João V foram poucos e o rei não escolheu privar sempre com os mesmos. Foram variando, por fases. Será este um traço do *modus operandi* de D. João V? Ora privar e dar poder a um, ora privar e dar poder a outro? O valimento do cardeal da Cunha diminuiu com o decorrer do reinado, mais virado para assuntos da Inquisição e com outros personagens a emergir, deixou de se envolver tão directamente na política sobretudo a partir do ministério do cardeal da Mota. Este e Diogo Mendonça Corte Real firmaram-se no poder até às suas mortes, sendo que na do secretário de Estado se viu que outras personagens surgiam nos últimos anos como que a preparar o seu previsível, pela gota e idade, falecimento. Peça fundamental da afirmação política joanina, interna e externamente, D. Tomás de Almeida teve um curto período de participação na decisão política. Como patriarca foi depositário da confiança do rei, que o conhecia dos tempos em que servia seu pai. Muito devendo ao rei, o patriarca através de diversas cerimónias celebrava não só o divino mas também a monarquia. A sua boa acção remetia para uma boa escolha do rei e ambos encarnavam uma simbiose entre o Trono e o Altar portugueses.

Que dizer das comparações que são feitas entre o cardeal da Cunha e Diogo de Mendonça Corte Real com o conde de Castelo Melhor? Evidente é que Castelo Melhor tratava-se de um persistente arquétipo de valido. Quando surgia alguém com valimento,

privação e influência junto do rei, a memória de alguns convocava o escrivão da puridade. Merece destaque a permanência dessa imagem mas, sem dúvida, estas comparações revelam e reforçam o desempenho singular do cardeal e do secretário de Estado. O primeiro na primeira década do reinado e o segundo durante os anos vinte e trinta de setecentos foram para alguns dos seus contemporâneos tão válidos quanto o conde de Castelo Melhor.

No conjunto de homens analisado, nem todos permaneceram em Cortes europeias antes de serem favorecidos pelo rei e nem todos eram aristocratas. Todos estudaram e muitos foram alunos excepcionais. O rei olhava à competência da pessoa, avaliava-a e conhecia-a. Em 1736, ano da reforma secretarial, D. João V pondera criar uma quarta secretaria de Estado. Nesta ponderação quanto a uma quarta secretaria encarregada dos negócios eclesiásticos e em carta ao cardeal da Mota, surgem nomes de potenciais secretários. São eles, “entre grande hesitações, Diogo de «Mendonça, o Moço», «Gonçalo» (Manuel Galvão de Lacerda), o «Lavre» (Manuel Caetano Lopes do) e Carvalho (Sebastião José de Carvalho e Melo) «Sobrinho», de Paulo Carvalho, arcepreste da Patriarcal.”<sup>581</sup> Adiante, ao equacionar uma possível nomeação de Gonçalo Manuel Galvão de Lacerda para essa mesma secretaria, o rei afirma que este «ainda não fora ao Jordão».<sup>582</sup> Esta alusão ao baptismo era uma alusão à falta de uma estadia numa corte europeia, passo considerado fundamental para se ser secretário de Estado. Talvez se note, como nota Cortesão, uma “escassa importância que o monarca atribuía aos Secretários de Estado que ia nomear” tendo em conta não serem nem figuras muito experimentadas nem serem de um primeiro plano na Corte. No entanto, repare-se que são um grupo de nomes restrito que o monarca conhece e identifica. Este, o conhecimento e o reconhecimento do rei, é o maior critério de selecção para se poder servir no despacho da Coroa. Este episódio da discussão sobre uma quarta secretaria de Estado ilustra a forma como a opinião do rei era decisiva e como era importante uma boa relação com ele ou, recordando-nos da carta de D. Luís da Cunha ao seu sobrinho, com a pessoa com maior influência no espírito do rei. Tudo dependia disso. O conjunto de homens que foi o objecto de estudo é composto por aqueles que se destacaram na confiança régia. O rei ora aproximava um homem, ora com os anos aproximava outro e,

---

<sup>581</sup> Jaime Cortesão, *op. cit.*, p. 582.

<sup>582</sup> Citado in *Ibidem*, p. 582.



assim, neste desenrolar de relações e à vez, cada homem da confiança régia ora ganhou ora perdeu influência e poder.

## BIBLIOGRAFIA

### FONTES MANUSCRITAS

Biblioteca Nacional de Portugal

Mss. 61, nº2 [Carta de D. Luís da Cunha].

Mss. 62 nº1 [Cartas de Francisco Mendes Góis para João da Mota e Silva].

Mss. 62 nº2 [*Correspondência trocada* (...)].

Mss. 218, nº9 [Cartas de Alexandre de Gusmão].

Mss. 247, nº32 [Carta do cardeal da Cunha ao beneficiado António Baptista de 28 de Junho de 1736].

### FONTES IMPRESSAS

Luiz Montez Mattozo, *Ano Noticioso E Historico* Tomo I-II, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1934-1938.

Pietro Francesco Viganego, *Ao serviço secreto da França na Corte de D. João V*, Lisboa, Lisóptima, 1994.

*Bibliotheca Lusitana: historica, critica e chronologica na qual se comprehende a noticia dos authores portuguezes, e das obras, que compozerão desde o tempo da promulgação da ley da graça até ao tempo presente*, 4 vol., Coimbra, Atlântida, 1965-1967, Edição fac-similada [Fac-simile da edição de 1741, de Lisboa, Oficina de António Isidoro da Fonseca].

*Cartas da Rainha D. Mariana Vitória para a sua família de Espanha que se encontram nos Arquivos de Madrid e Geral de Simancas apresentadas e anotadas por Caetano Beirão vol. I (1721-1748)*, Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, 1936.

*Cartas do Conde de Tarouca Embaixador de Portugal dirigidas ao Cardeal da Cunha* dir. A. de Gusmão Navarro, Lisboa, Tipografia Elite, 1927.

*Cartas Familiares Históricas, Políticas e Críticas (1738) publicadas com prefácio de A. A. Gonçalves Rodrigues*, Coimbra, Coimbra Editora, 1963.

*Cartas Familiares – selecção, prefácio e notas de Aquilino Ribeiro*, Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1982, 3ª ed..

*Cartas Inéditas (1739-1741) publicadas por A. Gonçalves Rodrigues*, Coimbra, Fundo Sá Pinto da Universidade de Coimbra e Instituto para a Alta Cultura, 1942.

*Correspondência de D. João V e D. Bárbara de Bragança rainha de Espanha (1746-1747) com um estudo preliminar por J. A. Pinto Ferreira*, Coimbra, Livraria Gonçalves, 1945.

*Descrição funebre das exéquias que a Inquisição de Goa dedicou à memoria do Eminentissimo e Reverendissimo Senhor Nuno da Cunha de Ataide, Presbytero Cardeal do Titulo de Santa Anastasia, do Conselho de Estado de S. Magestade Fidelissima, Inquisidor Geral dos Reinos, e Senhorios de Portugal, etc. Com a oração fúnebre Que nas mesmas Exequias recitou o M. R. Padre Mestre Fr. João do Pilar, Da Ordem dos Prégadores, Deputado da mesma Inquisição, e seu Promotor serventuário, E Elogio do mesmo Eminentissimo e Reverendissimo Senhor Offerecido tudo aos Illustrissimos Senhores do Conselho de S. Magestade, e do Geral do Santo Officio, por Romualdo Glohysio Freire, Occupado no serviço da dita Inquisição de Goa, que delineou, e escreveo as Exequias, e Elogio.* Lisboa, 1753.

*Diário de D. Francisco Xavier de Menezes 4.º Conde da Ericeira (1731-1733)* Apresentado e anotado por Eduardo Brazão da Academia Portuguesa da História, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1943.

*Elogio de Alexandre de Gusmaão, Cavalleiro Professo na Ordem de Christo, Fidalgo da Casa Real, e Academico do numero da Academia Real*, Leo Miguel Martins de Araujo, Lisboa, 1754.

*Elogio funebre de Diogo de Mendoça Corte-Real Do Concelho de Sua Magestade, e seu Secretario do Estado etc. Composto, e dedicado ao Illustrissimo Senhor Diogo de Mendoça Corte-Real Do Concelho de Sua Magestade, e da sua Real Fazenda, Provedor da Caza da India, Academico Real do numero, e Enviado Extraordinario, que foy aos Estados Geraes da Provincias Unidas, etc. Por D. Jozé Barboza Clerigo Regular etc.* Lisboa Ocidental, 1737.

*Elogio funebre de Diogo de Mendonça Corte-Real, Secretario de Estado, recitado no Paço pelo Marquez de Valença, Censor da Academia Real, Em 17 de Mayo de 1736.*

*Elogio funebre do padre João Baptista Carbone, Da Companhia de Jesus, Composto, e offerecido a mesma sagrada Companhia por Fernando Antonio da Costa de Barboza. Lisboa, 1751.*

*Elogio funebre do Reverendissimo Senhor Fr. Gaspar da Encarnação, Missionario do Varatojo, Doutor em Canones pela Universidade de Coimbra, Reformador da Congregação dos Conegos Regulares de Santo Agostinho; que offerece ao Reverendissimo Senhor D. Francisco da Annuniação, do Concelho de Sua Magestade, Prior do Real Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, Prelado do seu Izento, Geral da Congregação reformada dos Conegos Regulares, Cancelario, e Reformador Reitor da Universidade Jozé de Oliveira Trovão e Souza, Estudante matriculado na dita Universidade, Academico dos particulares da Côrte, e Official da Secretaria da Excellentissima Caza de Aveiro. Coimbra, 1753.*

*Elogio na morte do Eminentissimo Senhor D. João da Mota e Sylva, Cardeal Presbytero da Santa Igreja de Roma, e primeiro Ministro de Estado: escrito por Filippe Joseph da Gama, Academico da Academia Real da Historia Portuguesa. Lisboa, 1748.*

*Elogio Historico, Panegyrico, Encomiastico e Funebre ás saudosas memorias do Eminentiss. E Reverendiss. Senhor D. Joaão da Mota, e Sylva; Cardeal Presbytero da Santa Igreja Roamana, e primeiro Ministro Universal da Coroa Portuguesa. Dedicado, e offerecido ao Excellentiss. E Reverendiss. Senhor D. Fr. Jozeph Maria da Fonseca, e Evora; Leytor Jubilado, Deputado da Suprema Inquisiçam de Roma, Votante do Sagrado Consistorio, Examinador de bispos, Senador, e Patricio Romano, Padre mais digno de toda a Religião Serafica, e Dignissimo, Bispo do Porto, do Conselho de Sua Magestade, etc. Escrito por Manoel Ferreira Leonardo. Lisboa, 1748.*

*Epicedio Consagrado à saudoza memoria do Reverendissimo Senhor Fr. Gaspar da Encarnação, Reformador dos Conegos Regulares de Sancto Agostinho da Congregação de Sancta Cruz de Coimbra. Offerecido em desafogo da magoa ao Illustrissimo, e Reverendissimo Senhor D. Francisco da Annuniação, Do Concelho de Sua Magestade, Cancellario, Reformador, e Reitor da Universidade de Coimbra, Prior Geral dos*

*Conegos Regulares, e Prelado do seu Izento. Por Claudio Manoel da Costa, Academico Conimbriense.* Coimbra, 1753.

*Gazeta de Lisboa*, 1715-1750.

José Soares da Silva, *Gazeta em forma de carta* Tomo I, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1933.

*Gazetas Manuscritas da Biblioteca Pública de Évora. Vol. I (1729-1731)*, João Luís Lisboa; Tiago C. P. dos Reis Miranda; Fernanda Olival, Lisboa, Edições Colibri, CHC-UNL e CIDEHUS-EU, 2002.

*Gazetas Manuscritas da Biblioteca Pública de Évora. Vol. II (1732-1734)*, João Luís Lisboa; Tiago C. P. dos Reis Miranda; Fernanda Olival, Lisboa, Edições Colibri; CIDEHUS-EU e CHC-UNL, 2005.

*Gazetas Manuscritas da Biblioteca Pública de Évora. Vol. III (1735-1737)*, João Luís Lisboa; Tiago C. P. dos Reis Miranda; Fernanda Olival, Lisboa, Edições Colibri/CIDEHUS-EU/CHC-UNL/CHAM-UNL/UA, 2011.

António Caetano de Sousa, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, Coimbra, 1946-1954.

*Instruções Políticas* / D. Luís da Cunha; introdução, estudo e edição de Abílio Diniz Silva, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001.

*Memorias da ultima Condessa de Atouguia – Manuscrito autobiographico inédito com um estudo preliminar do P. Valerio A. Cordeiro*, Pontevedra, 1916.

*Meu Pai e meu Senhor muito do meu coração*, Lisboa, ICS/Quetzal Editores, 2000.

*O Portugal de D. João V visto por três forasteiros*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1983.

*Oração funebre nas exequias Do Eminentissimo Senhor Cardeal Patriarca D. Thomás de Almeida, Que a Irmandade do Santissimo da Freguezia de Santa Isabel dedicou ás veneráveis cinzas de Sua Eminencia em 27 de Março de 1754. Disse-a D. Joaquim Bernardes de Santa Anna, Prebytero do habito de S. Pedro, na Igreja da mesma Santa.* Lisboa, 1754.

*Oração funebre nas solemnes exéquias, que na Igreja de Santa Justa desta Corte fez a Irmandade de Santa Cecilia em 11 de Dezembro de 1736 ao seu perpetuo Provedor o Excellentissimo Senhor Diogo de Mendoça Corte-Real Do Conselho de S. Magestade, e seu Secretario de Estado etc. Offerecida pela mesma Irmandade ao Senhor Diogo de Mendoça Corte-Real Do Conselho de S. Magestade, e do de sua Real Fazenda, Provedor da Casa da India, Academico Real do numero da Historia Portugueza, e da Sociedade Real de Londres, e Enviado Extraordinario que foi aos Estados Geraes das Provincias unidas etc. Disse-a o P. Fr. Manoel de Figueiredo Chronista da sua Religião de S. Agostinho, Mestre em Theologia Examinador Synodal do Bispado de Angra, e das Tres Ordens Militares, e Theologo da Bulla da Santa Cruzada. Lisboa Ocidental, 1737.*

*Oração Funebre Que nas Exequias do Eminentissimo, e Reverendissimo Senhor Nuno da Cunha de Ataíde, Prebytero Cardeal da Santa Igreja Romana, e Inquisidor Geral destes Reinos, Celebradas pelo Supremo Tribunal da Santa Inquisição na Igreja do Real Convento de S. Domingos de Lisboa em 30 de Janeiro de 1751. Recitou o Muito Reverendo Padre Mestre Fr. Francisco de S. Thomaz, deputado da mesma inquisição. Lisboa, 1751.*

*Oração Funebre que nas exequias do Eminentissimo, e Reverendissimo Senhor Nuno da Cunha de Ataíde, Presbytero Cardeal da Santa Igreja Romana, e Inquisidor Geral destes Reynos, celebradas pelo réctissimo Tribunal da Santa Inquisição de Coimbra, Recitou o R. P. Presentado Fr. Bernardino de S. Rosa da Ordem dos Pregadores, Doutor na Sagrada Theologia, Consultor do S. Officio, Examinador das tres Ordens Militares, Regente dos Estudos, e Reytor do Real Collegio de S. Thomas da dicta Cidade. Coimbra, 1752.*

*Panegyrico ao Illustrissimo, e Excellentissimo Senhor Pedro da Mota e Sylva, Do Conselho de Sua Magestade, e Secretario de Estado dos Negocios do Reyno, no dia dos seus felices annos, em 27 de Abril de 1751: escrito por Filippe Joseph da Gama, Academico da Real Academia da Historia Portugueza, Academico do Numero da Academia dos Arcades de Roma, e Official da Secretarîa de Estado dos Negocios do Reyno. Lisboa, 1751.*

*Tristão da Cunha de Ataíde, Portugal, Lisboa e a Corte nos reinados de D. Pedro II e D. João V, Lisboa, Chaves Ferreira, 1990.*

*Sermaõ gratulatorio, e panegyrico na exaltação á Purpura do Eminentissimo, e Reverendissimo Senhor D. Thomaz de Almeida, Patriarca I. de Lisboa, Pregado em dia do apostolo São Mathias, e offerecido ao Illustrissimo, e Reverendissimo Senhor D. Thomaz de Almeida, deputado do Santo Officio pelo padre Jozé Rodrigues Pereira, Protonotario Apostolico de Sua Santidade, Canonista pela Universidade de Coimbra, e Prior de Santa Maria de Varzea de Alanquer. Lisboa Ocidental, 1738.*

*Soneto - Ao Eminentissimo, e Reverendissimo Senhor Dom Nuno da Cunha Prebytero Cardeal da Santa Igreja Romana, Inquisidor Gèral destes Reynos, Capellão Mòr de S. Magestade, e de seu Real Conselho, etc. Auspicio Encomiastico que tem por assumpto a predicam que o Bemaventurado Sam Felix de Cantalicio fez ao Eminentissimo Cardeal Felix de Montealto, que no Summo Pontificado se chamou Xisto V. [...] Do Beneficiado Francisco Leytão Ferreyra, 1712.*

*Testamento Político ou Carta de conselhos ao Senhor D. José sendo Príncipe, Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal, 2013.*

## **ESTUDOS**

Almeida, Joana Estorninho

“Os empregados de secretaria na transição para uma administração moderna do Estado (1640-1834)” in *Cadernos do Arquivo Municipal*, 2ª Série nº 2 (julho - dezembro 2014), pp. 145-165.

Almeida, Luís Ferrand de

*Alexandre de Gusmão, o Brasil e o Tratado de Madrid (1735-1750)*, Coimbra, Instituto Nacional de Investigação Científica e Centro de História da Sociedade e da Cultura da Universidade de Coimbra, 1990.

“O absolutismo de D. João V” in Luís Ferrand de Almeida, *Páginas Dispersas – Estudos de História Moderna de Portugal*, Coimbra, Instituto de História Económica e Social – Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1995.

Araújo, Ana Cristina

“Ritual and power in the court of king João V. The symbolic genesis of political regalism” in *Religious Ceremonials and Images: power and social meaning (1400-1750)* ed. José Pedro Paiva, Viseu, ESF; CHSC; Palimage, 2002.

Bebiano, Rui

*D. João V – Poder e Espetáculo*, Aveiro, Livraria Estante, 1987

Bourdieu, Pierre

*O poder simbólico*, Lisboa, Edições 70, 2015.

Brazão, Eduardo

*D. João V e a Santa Sé: As relações diplomáticas de Portugal com o governo pontifício de 1706-1750*, Coimbra, Coimbra Editora, 1937.

*Relações externas de Portugal – Reinado de D. João V* vol. I-II, Porto, Livraria Civilização, 1938.

*Subsídios para a Historia do Patriarcado de Lisboa (1716-1740)*, Porto, Livraria Civilização, 1943.

*D. João V – Subsídios para a história do seu reinado*, Porto, Portucalense, 1945.

*A Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros – criação de D. João V*, Coimbra, Instituto de História Económica e Social, 1978.

*A Diplomacia portuguesa nos sécs. XVII e XVIII* vol. II (1700-1750), Lisboa, Editorial Resistência, 1980.

Cardim, Pedro

*Cortes e Cultura Política no Portugal do Antigo Regime*, Lisboa, Cosmos, 1998.

*O poder dos afectos – Ordem amorosa e dinâmica política no Portugal do Antigo Regime*, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2000.



“Ceremonial, political allegiance and religious constraints in seventeenth-century Portugal” in *Religious Ceremonials and Images: power and social meaning (1400-1750)* ed. José Pedro Paiva, Viseu, ESF; CHSC; Palimage, 2002.

“A corte régia e o alargamento da esfera privada” in *História da Vida Privada – A Idade Moderna* coord. Nuno Gonçalo Monteiro, Lisboa, Temas e Debates/Círculo de Leitores, 2011.

Cardim, Pedro; Monteiro, Nuno Gonçalo; Felismino, David,

“A diplomacia portuguesa no Antigo Regime. Perfil sociológico e trajectórias” in *Optima Pars. Elites Ibero-Americanas no Antigo Regime* coord. Nuno Gonçalo F. Monteiro, Pedro Cardim, Mafalda Soares da Cunha, Lisboa, ICS. Imprensa de Ciências Sociais, 2005.

Cardoso, José Luís; Cluny, Isabel; Costa, Fernando Dores; Costa, Leonor Freire; Martins, Conceição Andrade; Monteiro, Nuno Gonçalo; Pedreira, Jorge M.

*O Tratado de Methuen (1703). Diplomacia, Guerra, Política e Economia*, Lisboa, Livros Horizonte, 2003.

Castro, José de

*O Cardal Nacional*, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1943.

Ceia, Sara Bravo

*Os Académicos Teatinos no Tempo de D. João V – Construir Saberes enunciando Poder*, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2013.

Cluny, Isabel

*D. Luís da Cunha e a Ideia da diplomacia em Portugal*, Lisboa, Livros Horizonte, 1999.

*O Conde de Tarouca e a Diplomacia na Época Moderna*, Lisboa, Livros Horizonte, 2006.

Cortesão, Jaime

*Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid*, Lisboa, Livros Horizonte, 1984 [ed. Original 1952-56].

Costa, André da Silva

*Os Secretários e o Estado do Rei: Luta de Corte e Poder Político Secs. XVI-XVII*, dissertação de mestrado, Lisboa, FCSH-UNL, 2008.

Costa, Leonor Freire; Cunha, Mafalda Soares da

*D. João IV*, Rio de Mouro, Círculo de Leitores/Temas e Debates, 2008.

Coutinho, Xavier

*Um bispo do Porto primeiro “patriarca” de Lisboa (1716) D. Tomás de Almeida*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1984, pp. 405-411.

Couto, Jorge

“D. João V” in *História de Portugal dos tempos pré-históricos aos nossos dias*, dir. João Medina, vol. VII – *Portugal Absolutista*, Alfragide, Clube Internacional do Livro, 1997.

Cunha, Mafalda Soares da

*A Casa de Bragança 1560 – 1640 – Práticas senhoriais e redes clientelares*, Lisboa, Editorial Estampa, 2000.

Cunha, Mafalda Soares da; Monteiro, Nuno Gonçalves

“As grandes casas” in *História da Vida Privada – A Idade Moderna* coord. Nuno Gonçalves Monteiro, Lisboa, Temas e Debates/Círculo de Leitores, 2011.

Cunha, Maria Inácia Colaço Santinho

“Alexandre de Gusmão – Diplomata e Secretário de D. João V” in *Congresso Internacional Portugal no século XVIII de D. João V à Revolução Francesa*, Lisboa, Universitária Editora, 1991, pp. 521-523.

Cunha, Noberto Ferreira da

*Elites e Académicos na Cultura Portuguesa Setecentista*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2001.

Curto, Diogo Ramada

*Cultura Política no tempo dos Filipes (1580-1640)*, Lisboa, Edições 70, 2011.

Elias, Norbert

*Sociedade de Corte*, Lisboa, Editorial Estampa, 1987.

Faria, Ana Maria Homem Leal de

*Arquitetos da Paz. A diplomacia Portuguesa de 1640-1815*, Lisboa, Tribuna da História, 2008.

Ferrão, António

*O Marquês de Pombal e os “Meninos de Pallhavã”*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1923.

Foucault, Michel

*A ordem do discurso*, Lisboa, Relógio d'Água, 1997.

*As palavras e as coisas – uma arqueologia das ciências humanas*, Lisboa, Edições 70, 2014.

*O que é um autor?*, Lisboa, Nova Veja, 2015, 9ª ed..

Gama, Maria Luísa Marques da

*O Conselho de Estado no Portugal Restaurado – Teorização, Orgânica e Exercício do Poder Político na Corte Brigantina (1640-1706)*, dissertação de mestrado, Lisboa, FL-UL, 2011.

Godinho, Vitorino Magalhães

*A Estrutura da Antiga Sociedade Portuguesa*, Lisboa, Arcádia, 1975, 2ª ed..

Gomes, Ana Luíza de Castro Pereira

“José da Cunha Brochado: de secretário de embaixada a embaixador extraordinário” in *Tempo* (Niterói, online), Vol. 22, nº 39, 2016.

Gouveia, António Camões

“A linhagem ou o tempo da memória. D. Francisco Manuel de Melo e o Nobre Seiscentista”, *Ler História*, nº 18, 1990.

“Estratégias de Interiorização da Disciplina”, in *História de Portugal*, coord. António Manuel Hespanha, dir. José Mattoso, 4º vol., Lisboa, Círculo de Leitores, 1993.

Hespanha, António Manuel

*As vésperas do Leviathan. Instituições e poder político. Portugal – séc. XVII*, Coimbra, Almedina, 1994.

“Categorias. Uma reflexão sobre a prática de classificar” in *Análise Social*, vol. xxxviii, 2003.

“A Note on Two Recent Books on the Patterns of Portuguese Politics In the 18th Century” in *e-JPH*, Vol. 5, nº 2, 2007.

Hespanha, António Manuel; Xavier, Ângela Barreto

“A Representação da Sociedade e do Poder” in *O Antigo Regime da História de Portugal*, coord. António Manuel Hespanha, dir. José Mattoso, 4º vol., Lisboa, Círculo de Leitores, 1993.

Korobtchenko, Júlia Platonovna

*A Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra. A Instituição, os Instrumentos e os Homens. (1736-1756)*, Lisboa, Faculdade de Letras – Universidade de Lisboa, 2011.

Lourenço, Paula Marçal

“Estado e Poderes” in *Portugal da Paz da Restauração ao Ouro do Brasil*, vol. VII da *Nova História de Portugal*, coord. Avelino Freitas de Meneses, dir. Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, Lisboa, Editorial Presença, 2001.

*D. Pedro II*, Lisboa Temas de Debates, 2007.

Macedo, Jorge Borges de

*O pensamento económico do Cardeal da Mota*, Lisboa, Universidade de Lisboa, 1960.

«*Estrangeirados*», *um conceito a rever*, Lisboa, Edições do Templo, 1979.

Maravall, Jose Antonio

*La cultura del Barroco*, Barcelona, Editorial Ariel, 1986.

Matias, Elze Maria Vonk

*As Academias Literárias Portuguesas dos Séculos XVII e XVIII*, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1988.

Miguel, Pedro Lopes Madureira Silva

*Descobrir a Dimensão Palaciana de Lisboa na primeira metade do século XVIII. Titulares, A Corte, Vivências e Sociabilidades.*, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 2012.

Miranda, Susana Munch; Miranda, Tiago C.P. dos Reis

*A rainha arquiduquesa – Maria Ana de Áustria*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2014.

Monteiro, Nuno Gonçalo

“A corte, as províncias e as conquistas: Centros de poder e trajectórias sociais no Portugal restaurado (1668- 1750)” in *O Barroco e o Mundo Ibero-Americano*, Lisboa, Edições Colibri, 1998.

“Identificação da política setecentista. Notas sobre Portugal no início do período joanino” in *Análise Social*, vol. xxxv, 2001.

“Recensão a *Isabel Cluny*, D. Luís da Cunha e a Ideia de Diplomacia em Portugal, Lisboa, Livros Horizonte, 1999, 247 páginas” in *Análise Social*, vol. xxxvi, 2001.

*Elites e poder entre o Antigo Regime e o liberalismo*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2003.

*O Crepúsculo dos Grandes, A casa e o património da aristocracia em Portugal (1750-1832)*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2003.

“The Patterns of Portuguese Politics in the 18th Century or the Shadow of Pombal. A Reply to António Manuel Hespanha” in e-JPH, Vol. 5, nº 2, 2007.

D. José, Rio de Mouro, Temas de Debates, 2008.

“A Secretaria de Estado dos Negócios do Reino e a administração de Antigo Regime (1736-1834)” in *Do Reino à Administração Interna – História de um Ministério (1736-2012)* coord. Pedro Tavares de Almeida e Paulo Silveira e Sousa, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2015.

Mota, Isabel Ferreira da

*A Academia Real da História – A História e os Historiadores na primeira metade do séc. XVIII*, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2001.

Palma-Ferreira, João

*Academias Literárias dos séculos XVI e XVIII*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1982.

Pereira, José Fernandes

*A acção artística do primeiro patriarca de Lisboa*, Lisboa, Quimera, 1991.

Pimentel, António Filipe

*Arquitectura e Poder – O Real Edifício de Mafra*, Lisboa, Livros Horizonte, 2002.

“D. Tomás de Almeida (1716-1754)” in *Os Patriarcas de Lisboa* coord. D. Carlos A. Moreira Azevedo; Sandra Costa Saldanha; António Pedro Boto de Oliveira, Lisboa, Centro Cultural do Patriarcado de Lisboa e Alêtheia Editores, 2009.

Pires, Lucília Gonçalves

*Prólogo e Antiprólogo na Época Barroca*, in *Para uma História das Ideias Literárias em Portugal*, Lisboa, INIC, 1980.

Reis, Pedro José da França Pinto dos

*Conselheiros e Secretários de Estado de Portugal de D. João IV a D. José I (Subsídios para o seu estudo sócio-jurídico)*, Coimbra, Faculdade de Letras – Universidade de Coimbra, 1987.

Silva, Maria Beatriz Nizza da

*D. João V*, Lisboa, Temas e Debates, 2009.

Torgal, Luís Reis

*Ideologia Política e Teoria do Estado na Restauração* Vol. I-II, Coimbra, Biblioteca Geral da Universidade, 1981-82.

Subtil, José

*O Terramoto Político (1755-1759) – Memória e Poder*, Lisboa, EDIUAL – Universidade Autónoma, 2007.

Vale, Teresa Leonor M.

*Arte e Diplomacia – A vivência romana dos embaixadores joaninos*, Lisboa, Scribe, 2015.

Xavier, Ângela Barreto

“El Rei aonde póde, & não aonde quer”. *Razões da política no Portugal seiscentista*, Lisboa, Edições Colibri, 1998.

Xavier, Ângela Barreto; Cardim, Pedro

*D. Afonso VI*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2006.